

# Uso do tempo e gênero

**Organizadoras**  
Natália Fontoura  
Clara Araújo



# USO DO TEMPO E GÊNERO



NATÁLIA FONTOURA  
CLARA ARAÚJO  
*Organizadoras*

# USO DO TEMPO E GÊNERO

*Maria de la Paz López Barajas*  
*Lourdes Maria Bandeira*  
*Renata Barreto Preturlan*  
*Luana Simões Pinheiro*  
*Nathalie Reis Itaboráí*  
*Jackeline Vêlazco*  
*Julia Vêlazco*  
*Hildete Pereira de Melo*  
*Cláudio Monteiro Considera*  
*Alberto Di Sabbato*  
*Neuma Aguiar*  
*Arnaldo Mont'Alvão*  
*Valeria Esquivel*  
*Ragni Hege Kitterød*  
*Marit Rønsen*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

2016

Copyright © 2016 by UERJ

Todos os direitos reservados no Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro ou das instituições organizadoras. Os textos completos desta publicação não poderão ser reproduzidos sem citar a fonte e sem a autorização prévia das autoras e autores. Reproduções para fins comerciais são proibidas. Todos os direitos reservados dos textos são das respectivas autoras e autores.

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Uso do tempo e gênero / organizadoras: Natália Fontoura, Clara Araújo ; Maria de la Paz López Barajas ... [et al.]. – Rio de Janeiro: UERJ, 2016.  
268 p.

Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-87847-03-4

1. Relações de Gênero. 2. Igualdade de Gênero. 3. Trabalho Doméstico.  
4. Distribuição do Tempo. 5. Divisão do Trabalho. 6. Papéis Sociais. 7. Políticas Públicas. I. Fontoura, Natália. II. Araújo, Clara. III. López Barajas, Maria de la Paz. IV. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V. Secretaria de Políticas para as Mulheres. VI. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.4

Ações de fortalecimento da temática de uso do tempo das mulheres no Brasil – Convênio  
nº 782949/2013 SPM

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Reitor Ruy Garcia Marques

**Ministério da Justiça e Cidadania**

Ministro Alexandre de Moraes

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**

Secretária Fátima Pelas

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Presidente Ernesto Lozardo

**Diretoria de Estudos e Políticas Sociais**

Diretora Lenita Maria Turchi

**Secretaria**

Priscilla Ruas (SPM)

Daniela Moraes (UERJ)

**Apoio**

IBGE

ONU Mulheres

OIT

**Tradução**

ONU Mulheres

Lucas Cureau de Bessa Antunes

**Revisão**

IPEA

Reginaldo da Silva Domingos  
(supervisor)

Ângela Pereira da Silva de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Leonardo Moreira Vallejo

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Laryssa Vitória Santana (estagiária)

Paulo Ubiratan Araujo Sobrinho  
(estagiário)

Pedro Henrique Ximendes Ara-  
ção (estagiário)

Thayles Moura dos Santos (esta-  
giária)

**Capa**

IPEA

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

**Projeto gráfico, Diagramação e  
Impressão**

ABE Graph Gráfica e Editora Ltda





## SUMÁRIO

USO DO TEMPO E GÊNERO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
AVANÇOS NA AMÉRICA LATINA NA MEDIÇÃO E VALORAÇÃO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO REALIZADO PELAS MULHERES – <i>Maria de la Paz López Barajas</i> .....	21
1 – INTRODUÇÃO.....	21
2 – AS PESQUISAS DE USO DO TEMPO.....	22
3 – INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS E MEDIÇÃO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO REALIZADO PELAS MULHERES.....	24
4 – PESQUISAS E MÓDULOS SOBRE USO DO TEMPO E TRABALHO NÃO REMUNERADO NA AMÉRICA LATINA.....	25
5 – LEGISLAÇÃO E INICIATIVAS PARA A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O USO DO TEMPO E O TRABALHO NÃO REMUNERADO NA AMÉRICA LATINA.....	31
6 – PRODUÇÃO DE CONTAS-SATÉLITES DE TRABALHO NÃO REMUNERADO NA REGIÃO E ALGUNS RESULTADOS.....	34
7 – À GUIZA DE CONCLUSÃO.....	39
AS PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL – <i>Lourdes Maria Bandeira e Renata Barreto Preturlan</i> .....	43
1 – INTRODUÇÃO.....	43
2 – AS INICIATIVAS DO GOVERNO BRASILEIRO EM PESQUISA SOBRE OS USOS DO TEMPO.....	44
3 – A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A “FALTA” DE TEMPO DAS MULHERES.....	48
4 – O QUE AS PESQUISAS SOBRE O USO DO TEMPO AINDA NÃO APREENDEM?.....	54
5 – DESAFIOS PARA O FUTURO: A INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	57
DETERMINANTES DA ALOCAÇÃO DE TEMPO EM TRABALHO REPRODUTIVO: UMA REVISÃO SOBRE OS ACHADOS EM PESQUISAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS – <i>Luana Simões Pinheiro</i> .....	61
1 – INTRODUÇÃO.....	61
2 – DETERMINANTES DAS JORNADAS EM TRABALHO REPRODUTIVO: O QUE A LITERATURA DIZ SOBRE O TEMA.....	64
3 – CONCLUSÃO.....	92
TEMPORALIDADES PLURAIS: DESIGUALDADES DE GÊNERO E CLASSE NOS USOS DO TEMPO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS – <i>Nathalie Reis Itaboraí</i> .....	101
1 – INTRODUÇÃO.....	101
2 – CLASSES E GÊNEROS NA REVOLUÇÃO INCOMPLETA E DESIGUAL NAS FAMÍLIAS.....	102
3 – MUDANÇAS PARCIAIS, DESIGUALDADES PERSISTENTES.....	106
4 – A SOCIALIZAÇÃO DOS FILHOS E FILHAS NA DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO.....	120
5 – A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA A MUDANÇA.....	129

ESTIMATIVA DO VALOR ECONÔMICO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO: UMA APLICAÇÃO PARA O PERU —	
<i>Jackeline Velazco e Julia Velazco</i> .....	139
1 — INTRODUÇÃO.....	139
2 — MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO PARA MEDIR E VALORAR O TRABALHO NÃO REMUNERADO.....	142
3 — ESTUDOS PRÉVIOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO.....	147
4 — FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS PARA MEDIR E VALORAR O TNR NO PERU.....	154
5 — A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO TNR E NO MERCADO DE TRABALHO NO PERU.....	155
6 — VALORAÇÃO DO TNR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB PERUANO.....	160
7 — CONCLUSÕES.....	166
DEZ ANOS DE MENSURAÇÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS NO BRASIL — <i>Hildete Pereira de Melo, Cláudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato</i> .....	173
1 — INTRODUÇÃO.....	173
2 — O QUE MEDEM AS CONTAS NACIONAIS.....	177
3 — A CONTA DOS AFAZERES DOMÉSTICOS.....	179
4 — RESULTADOS.....	181
5 — CONCLUSÕES.....	185
ESTRATIFICAÇÃO RESIDENCIAL, VALORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E USO DO TEMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DO CASO DO BRASIL — <i>Neuma Aguiar e Arnaldo Mont’alvão</i> .....	189
1 — INTRODUÇÃO.....	189
2 — VANTAGENS E LIMITAÇÕES DAS ESCALAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE VALOR ÀS OCUPAÇÕES COMO UM TODO.....	190
3 — VALORAÇÃO DO TRABALHO NÃO MERCANTIL PELA PRODUÇÃO DOMÉSTICA.....	191
4 — O APORTE EMPÍRICO DO CAMPO DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: BENS DOMICILIARES COMO INDICADORES DA DESIGUALDADE SOCIAL.....	196
5 — FONTE DE DADOS.....	198
6 — A ESCALA DE ESTRATIFICAÇÃO RESIDENCIAL.....	199
7 — ESTRATIFICAÇÃO RESIDENCIAL E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO.....	204
8 — CONCLUSÃO.....	207
A POBREZA DE RENDA E TEMPO EM BUENOS AIRES, ARGENTINA: UM EXERCÍCIO DE MEDIÇÃO DA POBREZA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS — <i>Valeria Esquivel</i> .....	213
1 — INTRODUÇÃO.....	213
2 — A MEDIÇÃO DA POBREZA DE RENDA E TEMPO LIMTIP.....	215
3 — A POBREZA DE TEMPO E RENDA LIMTIP NA CIDADE DE BUENOS AIRES.....	218

4 – AS DIFERENTES DIMENSÕES DA PRIVAÇÃO REVELADA PELA POBREZA DE TEMPO E RENDA LIMTIP, DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	229
PATERNIDADE RESPONSÁVEL NA NÓRUEGA: QUEM SÃO OS “NOVOS” PAIS? – <i>Ragni Hege Kitterød e Marit Rønsen</i> .....	237
1 – INTRODUÇÃO.....	237
2 – POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA NA NORUEGA.....	238
3 – DADOS E DEFINIÇÕES.....	241
4 – RESULTADOS DAS ANÁLISES PARA O CONJUNTO DE PAIS 1970-2010.....	243
5 – ANÁLISES MAIS DETALHADAS SOBRE OS PAIS DE CRIANÇAS PEQUENAS 2000-2010.....	247
6 – CONCLUSÃO.....	249



## USO DO TEMPO E GÊNERO

O Estudo do Uso do Tempo é crucial para a compreensão das desigualdades de gênero. A alocação das horas no trabalho remunerado e não remunerado influenciam fortemente nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por mulheres e homens. Há uma injusta distribuição de tarefas domésticas e de cuidado que são refletidas no mundo do trabalho e que devem ser mais bem compreendidas.

Pesquisas e produções acadêmicas que se propõem analisar como as pessoas distribuem e fazem uso do tempo permitem evidenciar como se dá a divisão sexual do trabalho. Esta forma de divisão de atividades que muitas vezes é invisibilizada ainda é um obstáculo para a igualdade de gênero. As mulheres são historicamente e socialmente tidas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Isso impacta profundamente sua vida cotidiana, porque é sobre elas que recaem as tarefas domésticas e de cuidados familiares. A divisão sexual do trabalho influencia também, diretamente, no acesso e nas oportunidades de ascensão profissional. Transforma-se em barreiras diárias que as mulheres enfrentam dentro e fora de casa. Sobre tudo, para se desenvolverem no competitivo mundo do trabalho.

O melhor entendimento dessas dinâmicas da vida cotidiana e das relações entre afazeres domésticos e trabalho que organizam a sociedade é uma importante informação para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas. Os estudos de Uso do Tempo permitem trazer luz à sobrecarga de trabalho realizado pelas mulheres, sendo fonte de informação para o desenho de políticas que promovem autonomia e igualdade para as mulheres.

Essa discussão tem grande peso seja no interior da política, seja na academia e na sociedade até porque as mulheres cada vez mais cobram visibilidade do trabalho não remunerado e da extensiva jornada fruto da somatória do tempo dedicado a esse trabalho e do tempo dedicado ao trabalho remunerado.

**CGUT – Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo**



## APRESENTAÇÃO

Este livro é, em grande parte, composto de trabalhos de pesquisas apresentados na 35<sup>a</sup> Conferência da Associação Internacional de Pesquisa de Uso do Tempo (IATUR), realizada no Rio de Janeiro no ano de 2013. Os artigos selecionados foram estruturados, portanto, em torno da rubrica acadêmica “Uso do Tempo”. Esta expressão remete a um campo de estudos interdisciplinares e aglutina uma miríade de trabalhos de cunho estatístico, sociológicos, demográficos, econômicos e de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais.

O foco da publicação, cuja organização ficou a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e do IPEA, está em estudos que tratam das formas de compatibilização dos indivíduos nos trânsitos e vivências entre atividades de trabalho remunerado e de trabalho não remunerado. Ou do que costumamos genericamente falar, entre Família e Trabalho. Família e trabalho, porém, não são tratados como abstrações, mas como espaços de (com) vivência, produção e reprodução da vida social. Também não são abstrações os agentes ou atores desse fazer humano. São indivíduos socialmente situados, identificados, construídos ou definidos por suas relações sociais, aqui trabalhadas, em particular, sob o ângulo situacional de gênero ou por suas identificações de sexo. Em comum, estão as problemáticas da repartição do tempo entre as atividades laborais, de lazer e de convivências dos indivíduos, por um lado, e as desigualdades encontradas nessa repartição quando são observadas a partir dos recortes de gênero e de sexo, por outro lado. Em outros termos, estão as dinâmicas de organização dessas atividades e dos tempos despendidos e a natureza generificada de tais práticas, com seus ângulos de discrepâncias e iniquidades.

Desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho são problemáticas presentes nas pesquisas sobre aspectos sociais há algumas décadas. Mas para além da natureza própria do trabalho de pesquisa que consiste em mapear, sistematizar, desvendar e interpretar dados, fenômenos e aspectos de relações sociais, os quais estão aqui também presentes, o que é sempre instigante e, de certa forma, preocupante é a lenta dinâmica das mudanças nos padrões de divisão do trabalho doméstico. As horas dedicadas às atividades de trabalho doméstico mudam pouco para as mulheres, quer elas trabalhem em atividades remuneradas em tempo integral, tempo parcial

ou mesmo não desenvolvam atividades remuneradas. E essa “reciprocidade” nos padrões de envolvimento masculino com atividades domésticas também se faz presente, porém, de forma dupla: na pequena variação no envolvimento mensurado em número de horas dedicadas a esses tipos de atividades de acordo com o sexo; e, em se tratando de indivíduos vivendo conjugalmente, na independência dessa variação em relação ao cônjuge. É nessa perspectiva que duas temáticas estruturam a Coletânea. A forma como o gênero recorta e define padrões de divisão do trabalho – remunerado e não remunerado – e a recorrente desigualdade e desequilíbrio nessa distribuição, notadamente no que tange ao trabalho doméstico e às atividades do cuidado.

Mapeamentos e análises sobre essas investigações na América Latina e no Brasil, com estudos sobre relações entre a distribuição e o uso do tempo e os recortes de classe, as formas de estratificação social, experiências de políticas públicas e de seus beneficiários, onde se soma, também, um estudo sobre a Noruega. O que resulta é um conjunto de olhares investigativos que se complementam e fornecem insumos para compreendermos as tensões, as conciliações, os conflitos e as configurações nas formas como indivíduos e famílias constroem seus arranjos para compatibilizar seus tempos face às atividades de trabalho – remunerado e não remunerado –, descanso, lazer e tudo o que envolve o viver humano.

Vale mencionar que se trata de campo que compunha preocupações acadêmicas brasileiras desde há quase três décadas. Contudo, quer devido ao elevado custo financeiro para a sua realização em um país de dimensões continentais como o Brasil, quer em decorrência de sua relevância como problemática, ou ainda de ambos os tipos de dificuldades, fato é que esse tipo de investigação pensada de forma mais ampla, só recentemente veio a ser incorporado de forma institucional nas instituições brasileiras de pesquisa. Desta forma, pode ser considerado inovador, também, o investimento feito por órgãos oficiais como o próprio IBGE, para introduzir essas metodologias. Já a inclusão, pela PNAD, a partir do ano de 2001, de questão sobre estimativa de tempo despendido com atividades domésticas, constituiu importante marco de investigação. Possibilitou cruzamentos de alguns dados de forma mais sistemática e, com isto, o desenvolvimento de séries históricas, tão necessárias para análises mais abrangentes no tempo. A pesquisa piloto realizada em 2009 pelo IBGE, com foco direcionado para a aplicação da metodologia de uso do tempo baseada em diários, constituiu outro momento importante para os estudos sobre desigualdade de gênero na família e no trabalho.



O compromisso da Secretaria de Políticas para as Mulheres foi decisivo para conferir outro estatuto e reconhecimento institucional à temática e às investigações associadas com essas metodologias. A publicação, neste livro, de alguns dos trabalhos apresentados na Conferência completa esse ciclo. Mais que isto, nos oferece alguns caminhos instigantes de reflexão, nesse momento de incertezas e perplexidade diante de ataques a um conjunto de direitos conquistados e de temas mais do que discutidos e comprovados por inúmeras áreas acadêmicas.

Nesse sentido, cumpre seu papel e contribui para avançarmos em conhecimentos sobre métodos de investigação, sobre a produção e a reprodução da vida cotidiana e sobre a atualidade e necessidade dos estudos sobre as relações de gênero ou das relações sociais de sexo.

*Clara Araújo*

Pesquisadora do PPCIS/UERJ e do NUDERG/UERJ



## INTRODUÇÃO

Os estudos acadêmicos sobre a forma como as pessoas, em sua diversidade, despendem os minutos e horas dos seus dias datam de várias décadas. Estudiosos da Europa, Austrália, Estados Unidos e Canadá e, mais recentemente, da América Latina examinam dados oriundos de pesquisas de uso do tempo para analisar como pessoas de diferentes idades, localidades, sexos, inserções profissionais etc. dividem as 24 horas de seu dia em atividades de trabalho, estudo, lazer, pessoais ou sociais. E, no mundo todo, uma questão que se revela da maior importância nesta análise é justamente a das diferenças de alocação do tempo entre mulheres e homens.

A desigualdade de gênero observada no tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao trabalho não-remunerado é uma realidade na imensa maioria dos países. Suas causas – relacionadas à própria reprodução das desigualdades de gênero nas sociedades – e consequências – a possibilidade de inserção de mulheres e homens em outros campos da vida social e a qualidade dessa inserção, bem como a menor valorização dos trabalhos profissionais relacionados aos cuidados, além de muitas outras – vêm sendo estudadas. A divisão sexual do trabalho, tema abordado em mais de um artigo da presente publicação, explica em grande medida o maior tempo dedicado a atividades não-remuneradas domésticas e de cuidados por parte das mulheres.

De fato, os estudos de uso do tempo trazem elementos importantes para evidenciar como a divisão sexual do trabalho se traduz no dia-a-dia das famílias e podem ajudar a compreender as relações entre a sobrecarga de trabalho feminina e a reprodução das desigualdades de gênero. O objetivo, a partir disso, é justamente subsidiar políticas públicas que incidam na redução das desigualdades, como ressaltado por alguns artigos desta publicação.

Na América Latina, países como México, Equador e Venezuela já realizaram pesquisas nacionais de uso do tempo. O artigo de Maria de la Paz Lopez Barajas apresenta um panorama atualizado da região tanto no que diz respeito a pesquisas de uso do tempo, quanto sobre contas satélites elaboradas a partir dessas pesquisas e algumas políticas públicas nelas embasadas. De maneira a ilustrar brilhantemente estas possibilidades, o artigo de Jackeline Velazco e Julia Velazco apresenta uma estimação do valor econômico do trabalho não-remunerado (TNR) no Peru. O artigo traz

uma boa síntese sobre metodologias de valoração do trabalho não remunerado, além de um resumo de estudos equivalentes existentes na América Latina. Outro estudo latino-americano presente nesta publicação apresenta a utilidade das informações sobre uso do tempo para a compreensão do fenômeno da pobreza de tempo. Valeria Esquivel problematiza a forma pela qual a medida da pobreza de tempo traz luzes sobre as desigualdades de gênero, a partir de estudo de caso de Buenos Aires.

No Brasil, ainda não temos uma pesquisa nacional sobre uso do tempo. Alguns trabalhos pioneiros foram feitos em localidades, entre eles o importante estudo de Neuma Aguiar, em Belo Horizonte na década de 1980. São dados de uma pesquisa realizada naquela mesma cidade em 2001 que são utilizados por Neuma e Arnaldo Mont'Alvão no artigo da presente publicação, que, conciliando economia e sociologia, incorpora o tempo de trabalho não-remunerado num exercício de construção de uma escala de estratificação residencial.

Apesar de não termos uma pesquisa nacional específica sobre uso do tempo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 2000 passou a coletar algumas informações sobre tempo despendido no trajeto casa-trabalho e tempo dedicado aos afazeres domésticos, além da jornada de trabalho remunerado, apurada há mais tempo. A partir dessas informações, são produzidos estudos, com a perspectiva de gênero, sobre tempo dedicado ao trabalho para o mercado e ao trabalho para casa. Na presente publicação, autoras e autores brasileiros baseiam-se nesses dados da Pnad para produzir relevantes estudos. O primeiro deles é o de Nathalie Itaboraí, que apresenta uma importante articulação entre gênero e classe para analisar o uso do tempo nas famílias brasileiras. Ressaltam-se a análise abrangente e a importante bibliografia utilizada pela autora. O texto de Hildete Pereira de Melo, Cláudio Considera e Alberto Di Sabbato atualiza trabalho pioneiro, feito anteriormente, que propõe contabilizar o valor dos afazeres domésticos para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, mostrando a importância também econômica dessas atividades, desempenhadas majoritariamente por mulheres, um exercício semelhante àquele realizado para o caso peruano, mencionado acima. O artigo de Luana Simões Pinheiro traz uma revisão dos estudos internacionais e nacionais sobre os determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo.

Com vistas a dar continuidade ao esforço de cumprir a lacuna de informação sobre uso do tempo no Brasil e com o objetivo específico de realizar testes de metodologia, em 2009 o IBGE realizou uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo, em cinco estados brasileiros. A metodologia

utilizada foi a do diário, mais recomendada pela precisão das informações, apesar do custo nela envolvido. Esta iniciativa do IBGE enquadra-se num esforço que já data de vários anos. Em 2006, uso do tempo era um dos onze temas da Confest (Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais), conferência decenal organizada pelo IBGE. No ano seguinte, naquele instituto, foi realizado um seminário internacional sobre pesquisas de uso do tempo, ao fim do qual foi lançada a criação de um grupo interinstitucional dedicado à temática. O CGUT (Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo), formado por representantes do IBGE, SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), além de contar com a participação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres), iniciou seus trabalhos cerca de um ano depois. A criação do CGUT teve o objetivo de dar continuidade às iniciativas de incentivo à temática do uso do tempo no âmbito das políticas públicas, impulsionar o debate mais amplo e envidar esforços para a realização de pesquisa nacional de uso do tempo no Brasil. Esta trajetória é retomada no artigo de Lourdes Bandeira e Renata Preturlan, que apresenta uma análise mais teórica sobre pesquisas de uso do tempo e políticas no Brasil, com viés de gênero.

Foi a partir dos trabalhos do CGUT que o Brasil sediou, em 2013, a 35ª Conferência Internacional da Associação de Pesquisas de Uso do Tempo (Iatur), no Rio de Janeiro. E aproveitamos para, aqui, agradecer à direção da IATUR o empenho na ampliação das discussões sobre uso do tempo na América Latina e a pronta aceitação da proposta de realização da 35ª Conferência no Brasil. A maior parte dos textos que compõem esta publicação foi elaborada ou co-elaborados por autoras que estiveram presentes à conferência, oportunidade na qual foi possível conhecer dados e o estágio da análise em inúmeros países de todos os continentes. No que diz respeito à discussão sobre igualdade de gênero, devido às políticas lá adotadas há décadas, os países escandinavos são sempre um objeto de estudo importante. que contribuem com insumos para a discussão seja no Brasil, seja na América Latina. Neste livro, o artigo de Ragni Hege Kitterød e Marit Rønsen aborda as mudanças no tempo dedicado pelos pais aos filhos na Noruega, desde a década de 1970, avançando na discussão sobre paternidade responsável.

Finalmente esperamos que, por meio dessa leitura, a importância do tema, no Brasil, seja melhor compreendida. É nosso desejo, também, que se amplie o debate, a discussão a troca de informação e, principalmente,

a produção de dados e pesquisas na área. Para se problematizar essas relações de desigualdade entre mulheres e homens, é fundamental que os estudiosos brasileiros tenham acesso a um amplo material para análise. E por meio de tais subsídios, políticas públicas de qualidade sejam estabelecidas.

A publicação deste livro não teria sido possível sem o trabalho e apoio de Eleonora Menicucci (ex-Ministra de Políticas para as Mulheres), Tatau Godinho (ex-Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres) e Mariana Brito, ex-servidora da SPM que trabalhou ativamente na organização do livro durante os anos de 2014 e 2015. Agradecemos imensamente a dedicação delas e de todas que estiveram envolvidas com esta publicação, desde a realização da IATUR, em julho de 2013, até a finalização da publicação, em maio de 2016.

*As organizadoras*

# AVANÇOS NA AMÉRICA LATINA NA MEDIÇÃO E VALORAÇÃO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO REALIZADO PELAS MULHERES

*Maria de la Paz López Barajas<sup>11</sup>*

## 1 – Introdução

A tradicional divisão sexual do trabalho definiu distintos espaços de trabalho e diferenciou as atividades humanas em função do sexo. Sendo assim, as mulheres realizam, historicamente, a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados – considerado, tradicionalmente, como “trabalho reprodutivo” –, pelo qual não recebem nem receberam remuneração. Os homens, pelo contrário, realizam, sob o mesmo mandato social, a maior parte do trabalho remunerado, considerado “produtivo”, que produz valor monetário no mercado. Embora se registre, há algumas décadas, mudanças importantes nas estruturas e dinâmicas familiares, em grande parte devidas ao aumento da participação feminina em diferentes esferas da vida pública (educação, emprego, política, entre outras) – e essas mudanças tenham começado a modificar as relações de poder entre mulheres e homens, tanto na esfera pública quanto na privada –, ainda existe uma esmagadora desigualdade entre uns e outras, impedindo que as mulheres exerçam plenamente seus direitos.

O trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, é uma das áreas na qual se observa com mais clareza essa desigualdade. O desequilíbrio na divisão das responsabilidades do lar, por exemplo, repercute diretamente nas possibilidades, para as mulheres, de ter acesso a empregos no setor formal da economia, decorrendo disso que se vejam limitadas no tocante às prestações de seguridade social, que sejam empregadas em setores econômicos de baixa remuneração e tenham menos tempo para receber uma educação formal, entre outros. Este último aspecto é especialmente grave no caso das meninas.

Como afirma a relatora especial Magdalena Sepúlveda (Naciones Unidas, 2013), a distribuição desigual do trabalho doméstico não remunerado não só reflete as relações de poder entre mulheres e homens, mas também as determina, sempre que relega as mulheres à esfera do lar – perpetuando, desta forma, a distribuição desigual desse trabalho, assim como os papéis e estereótipos de gênero que, historicamente, as impediram de se desenvolver fora da esfera privada.

---

<sup>11</sup> Especialista em estatísticas de gênero da ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT e PNUD, 2009, p. 15-16), a sobrecarga de trabalho não remunerado tem diversas consequências para as mulheres: dificulta a sua entrada no mercado de trabalho e restringe suas oportunidades profissionais em ocupações consideradas “masculinas”, de modo que as mulheres têm rendimentos menores, devido à discriminação salarial e menor valorização das ocupações nas quais se concentram, o que as confina a uma maior participação na informalidade e em empregos sem proteção social.

Os estudos de algumas economistas feministas, como Antonopoulos (2008) e Razavi (2007), mostraram como essa “economia invisível”, formada por atividades laborais de cuidados, não remuneradas – como a preparação de alimentos, o cuidado de crianças, doentes e população idosa, as atividades de limpeza do lar, entre outras –, desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e possibilita o crescimento econômico dos países, representando uma espécie de “subsídio” às economias nacionais. Um “subsídio” que se ergue contra as próprias mulheres que realizam esse trabalho, impedindo-as de ampliar suas capacidades, alcançar sua autonomia econômica e exercer outros direitos.

## 2 – As pesquisas de uso do tempo

O trabalho doméstico e de cuidados abarca as atividades de manutenção do lar (cozinhar, limpar, administrar) e atividades de cuidado direto, ou seja, de pessoa a pessoa (idosos, crianças pequenas e outras pessoas dependentes, como doentes crônicos ou pessoas com deficiência).

Embora esse trabalho seja fundamental para o funcionamento das famílias; o bem-estar de seus membros; a evolução do mercado, em função da reprodução social; e, ainda, a coesão social e familiar, o trabalho doméstico e de cuidados costuma permanecer invisível para a economia. De fato, encontra-se praticamente ausente dos modelos macroeconômicos de onde proveem as políticas públicas e seu financiamento.

A formulação, implementação e avaliação de políticas exige, para avançar na igualdade entre homens e mulheres, pesquisas (argumentos) em maior número e qualidade, que permitam quantificar e valorar a contribuição realizada pelas mulheres para a economia e a sociedade, graças ao trabalho remunerado e não remunerado que exercem.

As pesquisas sobre uso do tempo e trabalho não remunerado permitem mostrar que a carga de trabalho não remunerado, desigual, tem embasamento na discriminação contra mulheres.



As pesquisas de uso do tempo medem o tempo que as pessoas dedicam a diferentes atividades, de modo que permitem mostrar formas de trabalho remuneradas e não remuneradas, que tanto mulheres quanto homens realizam, dentro e fora do lar. Como afirma Araya (2003, p. 8, tradução nossa), as pesquisas de uso do tempo: “proporcionam informações sobre como a população, segundo variáveis, tais como o sexo, a idade, a etnia, o nível socioeconômico, o tipo de domicílio, aloca seu tempo. Permite, também, saber qual proporção de tempo é alocada à realização de determinada atividade, com qual finalidade, para quem, com quem e onde.”

Por meio das pesquisas de uso do tempo, foi possível obter estatísticas para quantificar o tempo que as pessoas, especialmente as mulheres, dedicam às atividades de trabalho não remunerado no lar, o que evidenciou a importância de tais atividades, não só na perspectiva da reprodução doméstica, mas também para a economia dos países. Mas, apesar de terem proporcionado informações fundamentais para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para igualdade de gênero, ainda é necessário contar com mais estudos, que permitam quantificar e valorar a contribuição do trabalho remunerado e não remunerado realizado pelas mulheres para a economia e a sociedade.

Segundo Araya (2003), as primeiras pesquisas sobre uso do tempo datam do início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, e tinham como objeto realizar estudos demográficos e industriais sobre populações urbanas e rurais, assim como estudos psicológicos sobre as atividades de lazer das pessoas desempregadas. É a partir dos anos 1970 que as pesquisas de uso do tempo passam a ser utilizadas com mais frequência pelas feministas, sendo usadas para evidenciar a importância do trabalho doméstico não remunerado.

Atualmente, em países como Holanda, Dinamarca, Reino Unido, França e Canadá, as pesquisas de uso do tempo são realizadas de forma periódica. Por sua vez, dezenove países da América Latina realizaram pesquisas independentes sobre o uso do tempo, ou acrescentaram módulos ou baterias de perguntas em pesquisas sobre domicílios e emprego. Apesar dos avanços na produção de estatísticas sobre uso do tempo e trabalho não remunerado não terem sido homogêneos nos diferentes países da região, cabe assinalar que legisladoras e ocupantes de cargos-chave para a tomada de decisões propuseram leis destinadas à coleta de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, por meio das pesquisas de uso do tempo, e à elaboração de contas-satélites de trabalho não remunerado, no âmbito de uma série de instrumentos internacionais na matéria.

### 3 – Instrumentos internacionais e medição do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres

Acordou-se, na comunidade internacional, considerar o trabalho não remunerado nos instrumentos de direitos humanos das mulheres. Nestes, foram feitas diferentes recomendações relativas à produção e coleta de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado.

A Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) inclui recomendações para quantificar o trabalho não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres e meninas. Sendo assim, a Recomendação Geral 16 (Cedaw, 1991a) assinala que o trabalho não remunerado é uma forma de exploração das mulheres; nesta ótica, recomenda-se aos Estados-Partes que reúnam dados estatísticos sobre as mulheres que trabalham sem receber remuneração, sem acesso à seguridade social e a contribuições sociais, em empresas de algum familiar, e recomenda-se que adotem medidas para garantir remuneração, seguridade social e contribuições sociais a essas mulheres.

Da mesma forma, na Recomendação Geral 17, relativa à medição e quantificação do trabalho doméstico não remunerado das mulheres, recomenda-se aos Estados-Partes que “fomentem e apoiem pesquisas e estudos experimentais destinados a medir e valorar o trabalho doméstico não remunerado da mulher” (Cedaw, 1991b), por meio de pesquisas de emprego e desmembramento, por sexo, dados estatísticos sobre o tempo dedicado ao trabalho, no lar e no mercado. Recomenda-se, também, a adoção de “medidas destinadas a quantificar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, além de sua inclusão no produto nacional bruto”; e que sejam incluídas, nos relatórios, “informações sobre pesquisas e estudos experimentais realizados no intuito de medir e valorar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, assim como os progressos alcançados na incorporação de tal trabalho às contas nacionais” (Cedaw, 1991b).

Por sua vez, o objetivo estratégico H.3. da Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 1995) estabelece uma série de medidas a serem adotadas tanto pelos serviços de estatística nacionais, regionais e internacionais, quanto pelos órgãos governamentais e organismos das Nações Unidas, com vistas a desenvolver um conhecimento mais completo sobre todas as formas de trabalho e emprego, a saber.

1. Melhorar a reunião de dados relativos a trabalho não remunerado que estejam incluídos no Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas,

por exemplo, na agricultura, especialmente na agricultura de subsistência, e em outros tipos de atividades de produção que não são de mercado.

2. Desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas sobre uso do tempo, na qual sejam avaliadas as diferenças entre mulheres e homens, em relação ao trabalho remunerado e não remunerado, e reunir dados desmembrados por sexo.
3. Medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e buscar aprimorar os métodos, no intuito de analisar seu valor e indicá-lo, com precisão, em contas-satélites ou outras contas oficiais, elaboradas em separado das contas nacionais básicas, embora em consonância com estas.

A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher<sup>2</sup> também colocou, no centro de suas preocupações, o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, suas causas e consequências. Nas conclusões acordadas nos 53º e 58º períodos de sessões desta comissão, reconhece-se que a divisão das responsabilidades acarreta consequências, como a fragilização dos vínculos entre as mulheres e o mercado laboral, um acesso restrito aos benefícios de seguridade social e menor disponibilidade de tempo para dedicar à educação e à formação pessoal. Reconhece-se, também, que o trabalho de cuidados, remunerado e não remunerado, é uma função social, que deve ser distribuída entre mulheres e homens, de forma igualitária. Além disso, os Estados-Partes são instados a avaliar qualitativa e quantitativamente o trabalho não remunerado e a medir seu valor e seu preço – o qual, geralmente, não é considerado no cálculo das contas nacionais –, de modo a tomá-los em consideração na concepção e elaboração de políticas públicas, em estratégias, planos e nos processos de elaboração orçamentária.

#### 4 – Pesquisas e módulos sobre uso do tempo e trabalho não remunerado na América Latina

Como mencionado, as informações estatísticas sobre uso do tempo foram utilizadas com mais frequência em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento, para medir o bem-estar da população e conhecer os estilos de vida de diferentes grupos populacionais. Na América Latina, intensificou-

<sup>2</sup> A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher é uma comissão orgânica vinculada ao Conselho Econômico e Social, criada em virtude da Resolução nº 11 (II) do conselho, de 21 de junho de 1946. Trata-se do principal órgão intergovernamental dedicado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.

-se a produção de informações sobre o uso do tempo pelas pessoas, sendo essas informações utilizadas, sobretudo, para quantificar o tempo dedicado a atividades domésticas, o trabalho não remunerado de cuidados e o trabalho voluntário, realizado por homens e mulheres, tanto dentro quanto fora dos próprios lares. Entre outros aspectos relevantes, essas informações foram úteis para identificar, nas cargas de trabalho não remunerado, um obstáculo enfrentado pelas mulheres para a sua inserção no mercado de trabalho.

Com efeito, nos países da região, as pesquisas sobre uso do tempo se tornaram importantes ferramentas para:

- medir o trabalho doméstico e voluntário não remunerado de mulheres e homens no lar, na comunidade e em associações e organizações sem fins lucrativos;
- medir o trabalho remunerado no setor informal, incluindo o setor dos lares (contemplado nas contas nacionais); e
- analisar a inter-relação entre as atividades econômicas e não econômicas de mulheres e homens.

Desse modo, a distribuição do tempo se estabeleceu como um tema fundamental para entender a condição social das mulheres, lançar e avaliar políticas públicas e programas sociais.

Foram utilizados, na região, diferentes instrumentos para coletar informações sobre o uso do tempo e o trabalho não remunerado. Como pode ser observado no quadro 1, Brasil, México e Cuba foram países pioneiros no levantamento de informações sobre o uso do tempo na América Latina e no Caribe,<sup>3</sup> embora mediante diferentes instrumentos e formas de coletar informações. Antes de 2006, onze países tinham realizado o levantamento desse tipo de informação. Desde então, os resultados obtidos deram subsídios aos governos para elaborar políticas públicas focadas em atender necessidades de tempo específicas a certos setores da população.

Há pouco mais de uma década, a ONU Mulheres vem apoiando os esforços dos governos para formular políticas públicas com enfoque de gênero, mediante o fortalecimento das capacidades dos Institutos Nacionais de Estatística (INEs) e dos Mecanismos para o Avanço das Mulhe-

<sup>3</sup> O primeiro projeto na região latino-americana, em escala nacional e com extenso número de perguntas, no formato de módulo sobre uso do tempo em pesquisa nacional – Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (Enigh), em português, Pesquisa Nacional de Rendimentos e Gastos dos Domicílios –, foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi), em 1996. Os resultados foram utilizados tanto pela academia quanto por instituições públicas e organizações da sociedade civil (Rendón, 2000).

res (MAM) dos países da região. Este trabalho foi realizado em conjunto com o Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (Inegi), a Divisão de Assuntos de Gênero (DAG) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), graças a seminários especializados, oficinas e grupos de trabalho, nos quais são compartilhadas experiências que se mostraram exitosas.

No âmbito desse trabalho conjunto, em 2006, a ONU Mulheres, o Inegi, a DAG da Cepal e o Inmujeres iniciaram a formação do Grupo de Trabalho de Estatísticas de Gênero (GTEG), na Conferência Estatística das Américas (CEA) da Cepal, mecanismo que foi muito útil para compartilhar conhecimentos e boas práticas relativas ao levantamento de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, nos diferentes países da região, assim como para fortalecer as capacidades dos INEs de realizar pesquisas na matéria, e dos MAMs, de analisar este tipo de informação; além de promover a sua utilização para o cálculo do valor do trabalho não remunerado.

O programa de trabalho do GTEG, aprovado em 2007 pela CEA, teve como objetivo “fomentar os esforços para sistematizar a informação estatística nacional com enfoque de gênero e promover a realização de pesquisas sobre o uso do tempo, ou a inclusão de módulos ou curtas baterias de perguntas nas pesquisas domiciliares, para medir a contribuição não remunerada das mulheres [...]” (Cepal, 2007).

## QUADRO 1

### Países que realizaram pesquisas e/ou módulos sobre uso do tempo e trabalho não remunerado – América Latina e Caribe

País	Antes de 2006	Pesquisa/módulo/perguntas	2006 ou posteriores	Pesquisa/módulo/perguntas
1. Argentina	2005 (Buenos Aires)	Diário	2010-2011	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios
2. Bolívia	2001	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios	2010, 2011	Módulo na Pesquisa Anual de Domicílios Urbanos (EAHU)
3. Brasil	Desde 1992	Perguntas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)	2009-2010	Pesquisa de Uso de Tempo em Domicílios
4. Colômbia			2007, 2008, 2009, 2010	Perguntas na Pnad
5. Costa Rica	2004	Módulo na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos (EHPM)	2009-2010	Pesquisa-piloto, com diário, em cinco estados do Brasil
6. Cuba	1997	Perguntas	2007, 2008, 2009, 2010	Perguntas na Grande Pesquisa Integrada de Domicílios
7. Chile	2001	Pesquisa levantada em cinco municípios	2012	Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
8. Equador	2004	Módulo em Pesquisa Domiciliar	2011	Pesquisa sobre Uso do Tempo na Grande Área Metropolitana
9. El Salvador	2005	Pesquisa Uso do Tempo		
10. Guatemala	2000	Lista curta de perguntas na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos (EHPM)		
11. Honduras		Módulo na Pesquisa Nacional de Condições de Vida (Encovi)		
12. México	1996	Módulo na Pesquisa Nacional sobre Trabalho, Contribuições e Uso do Tempo (Entaut)	2008 - 2009	Pesquisa Experimental sobre Uso do Tempo na Grande Santiago
13. Nicarágua	1998	Pesquisa Nacional sobre Uso do Tempo (Enut)	2007, 2010, 2012	Pesquisas Nacionais de Uso do Tempo
14. Panamá		Módulo na Pesquisa Nacional de Domicílios sobre Medição do Nível de Vida (ENHMNV)	2010 - 2011	Módulo na Pesquisa Domiciliar de Propósitos Múltiplos
15. Paraguai	2001	Perguntas na Pesquisa de Domicílios	2006, 2011	Módulo na Encovi
16. Peru			2009, 2011	Módulo na Pesquisa Permanente de Domicílios
17. República Dominicana			2009	Enut
18. Uruguai	2003	Pesquisa em Zona Metropolitana (Universidade da República)	2009	
19. Venezuela			2006	Módulo na Pesquisa de Propósitos Múltiplos
			2011	Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
			2006	Perguntas integradas à Pesquisa Contínua de Domicílios
			2010	Pesquisa Nacional de Uso do Tempo
			2006 - 2007	Pergunta na Pesquisa Demográfica e de Saúde
			2007, 2011	Módulo na Pesquisa Contínua de Domicílios
			2008 - 2011	Pesquisa de Uso do Tempo

Fonte: relatórios dos INEs, enviados para o Relatório do GTEG da CEA-Cepal, e com base nas apresentações realizadas pelos países da região da América Latina e Caribe nas reuniões internacionais de especialistas em pesquisas sobre uso do tempo, realizadas todos os anos no México.

Obs.: informações atualizadas em junho de 2014.

Como observado no quadro 1, há uma diferença significativa entre a realização de pesquisas e módulos sobre uso do tempo nos países da região, antes e depois de 2006, quando o GTEG foi formado. Embora tenham ocorrido avanços durante os primeiros dez anos que sucederam aos compromissos assumidos pelos governos na Declaração e Plataforma de Pequim, eles não teriam sido possíveis sem os esforços de movimentos de mulheres, universitárias feministas e organismos internacionais, para colocar a quantificação do trabalho não remunerado na agenda pública.

Atualmente, um dos maiores desafios em matéria de informação sobre uso do tempo e trabalho não remunerado é a comparabilidade entre os países. Ainda não existe uma metodologia consensual para a padronização das informações estatísticas produzidas no mundo: a harmonização das informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado é um desafio, enfrentado pelos governos e os INEs, de onde provém grande parte da informação estatística nacional sobre o tema. Nos países da região, há diferentes métodos de coleta de informações. Um dos grandes desafios para avançar nessa harmonização é obter mais rigor no que diz respeito à documentação das metodologias utilizadas e aos processos de levantamento e processamento de dados.

Embora tenham sido desenvolvidos diferentes instrumentos de coleta de dados sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, além de diferentes abordagens teóricas e metodológicas para analisar as informações e desenvolver políticas com enfoque de gênero, essas propostas visam, geralmente, atingir objetivos analíticos parciais e limitados, pois só permitem estimar a carga total de trabalho de mulheres e homens ou identificar as jornadas duplas ou triplas que caracterizam as atividades femininas, sem considerar o poder que as informações podem ter para valorar, de forma adequada, a contribuição das mulheres para o conjunto da economia dos países. Além disso, essas fontes de dados ainda não são utilizadas para analisar as contribuições das mulheres para os diferentes setores do aparelho governamental, os subsídios invisíveis que elas dão às instituições de saúde e educação, assim como o imposto – também invisível – que pagam, com o tempo e esforço envidados para suprir, com seu trabalho não remunerado, a falta de serviços e infraestrutura básica. Apesar das referidas limitações, cabe mencionar que as diferentes opções metodológicas desenvolvidas têm em comum o fato de fazerem do trabalho não remunerado o centro das medições.

Uma das recomendações da Plataforma de Ação de Pequim, anteriormente citada, consiste em desenvolver uma classificação internacional de atividades para as estatísticas sobre uso do tempo. Para este fim, o GTEG deu impulso a um processo de harmonização estatística. Dessa forma, foi elaborado, no âmbito do programa do GTEG da CEA, o documento *Di-*

*retrizes e referências para harmonizar as pesquisas de uso de tempo na América Latina e no Caribe* (Inegi *et al.*, 2010). Dois dos objetivos deste documento estão descritos a seguir.

1. Dispor de estatísticas padronizadas, com enfoque de gênero, que reconheçam, meçam e visibilizem o trabalho total, remunerado e não remunerado, assim como as atividades pessoais que podem ser realizadas durante as 24 horas do dia ou as 168 horas da semana, no intuito de contribuir para a análise, elaboração e avaliação de políticas públicas, sociais, econômicas, trabalhistas e de gênero.
2. Dispor de informação para elaborar as contas-satélites de produção e consumo de serviços domésticos.

Como parte desse esforço, foi desenvolvida uma proposta de Classificação de Atividades de Uso do Tempo na América Latina e no Caribe (Cautal), cuja finalidade é contribuir para a harmonização das pesquisas sobre uso do tempo da região, assim como dispor de informações padronizadas sobre o trabalho remunerado e não remunerado e as atividades pessoais, numa perspectiva de gênero (Gómez Luna e Sosa Márquez, 2010). Para sua elaboração, foram considerados a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim; a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre o Uso do Tempo (Icatus), de 1997; o Consenso de Quito, de 2007; e as experiências nacionais de alguns países, como México, Espanha, Estados Unidos, Cuba, Chile, Argentina, Equador; entre outras coisas (Gómez Luna e Sosa Márquez, 2010). Uma das características da Cautal reside na compatibilidade com o Sistema de Contas Nacionais (SCN), incluindo as atividades do escopo de produção do SCN, as atividades produtivas não remuneradas ausentes do SCN e as atividades não produtivas ou pessoais. A Cautal pode, também, ser comparada a outras classificações existentes (Gómez Luna e Sosa Márquez, 2010). Esta classificação, como todas as que são utilizadas na produção estatística, é um instrumento vivo, que se renova e atualiza em função dos avanços conceituais e metodológicos da produção estatística internacional.<sup>4</sup>

Como mencionado, foram utilizados, nos países da região, diversos instrumentos de coleta de informações estatísticas sobre uso do tempo e trabalho não remunerado: de pesquisas nacionais a módulos e baterias de

---

<sup>4</sup> A versão de 2010 da Cautal foi submetida a uma revisão por especialistas na matéria. No momento da redação deste texto, essa proposta de classificação estava sendo revisada, no intuito de incluir as alterações da classificação internacional de atividades (Icatus), decorrentes da resolução da OIT relativa ao conceito de trabalho.



perguntas incluídas em pesquisas domiciliares. Embora se possa observar, em termos gerais, um avanço significativo na coleta de informações nos últimos anos, é necessário que as estimativas realizadas pelos países façam parte dos exercícios regulares, que acompanham a elaboração das contas nacionais, seguindo as metodologias de elaboração das contas-satélites; em outras palavras, é necessário que a produção de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado seja institucionalizada. Dessa forma, poderão ser concebidas e implementadas políticas públicas destinadas a melhorar a condição social das mulheres, liberando-as das esmagadoras cargas de trabalho não remunerado, por meio de programas de infraestrutura para abastecimento de água e vias, melhoria das habitações, acesso ao crédito para consumo de bens e equipamentos para preparar alimentos, e acesso a serviços de cuidado de crianças, idosos e doentes, entre outras medidas.

## 5 – Legislação e iniciativas para a produção de informações sobre o uso do tempo e o trabalho não remunerado na América Latina

Como dito anteriormente, um dos desafios atuais mais importantes é institucionalizar o levantamento de informações estatísticas sobre o uso do tempo e trabalho não remunerado, majoritariamente realizado, hoje em dia, pelas mulheres, e comparar entre os países.

Embora se tenham observado resistências institucionais em alguns países, no tocante à produção de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado, deu-se impulso, na região, a iniciativas de lei que estabelecem o levantamento destas informações pelos INEs. Há também, na região, normas e leis que impõem a elaboração de contas-satélites de trabalho não remunerado (CSTNRs), no âmbito da contabilidade nacional. Dessa forma, essas iniciativas pretendem institucionalizar e regular a produção de informações e, em alguns países, buscou-se, também, que os congressos nacionais alocassem recursos financeiros para tal. Em certos casos, as legislações promulgadas estabelecem a responsabilidade do Estado de implementar políticas e programas públicos, que liberem tempo para que homens e mulheres possam conciliar suas obrigações laborais e familiares (quadro 2).

**QUADRO 2****Exemplos de legislação e iniciativas para a produção de informações sobre uso do tempo e para a valoração e elaboração das contas-satélites de trabalho não remunerado**

País e ano de promulgação	Objeto da lei
Argentina, Buenos Aires (2003)	Lei nº 1168: a direção geral de estatística e censos do governo da cidade de Buenos Aires deve indagar sistemática e periodicamente sobre a distribuição do uso do tempo de mulheres e homens residentes na cidade. Os resultados dessa indagação devem ser utilizados para proporcionar políticas que melhorem as condições de vida das mulheres e a incorporação social equitativa de mulheres e homens.
Bolívia (2009)	Artigo 338 da Constituição Política: o Estado reconhece o valor econômico do trabalho doméstico como fonte de riqueza, devendo ser quantificado nas contas públicas, e instruindo-se ao Instituto Nacional de Estatísticas incluir, dentro de suas áreas de trabalho correspondentes, esta temática.
Brasil (2009-2011)	Plano Nacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM): propõe a realização de uma pesquisa nacional sobre o uso do tempo, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Chile (2010)	Plano de Igualdade entre Homens e Mulheres (2010-2020) do Serviço Nacional da Mulher (Sernam): propõe, no eixo de responsabilidade social, desenvolver metodologias para a medição do trabalho não remunerado de cuidados.
Colômbia (2010)	Lei nº 1413: para incluir a economia do cuidado no Sistema de Contas Nacionais, no intuito de medir a contribuição da mulher para o desenvolvimento econômico e social do país, e como ferramenta fundamental para a definição e implementação de políticas públicas. O Departamento Administrativo Nacional de Estatística coordenará o cumprimento da lei e estabelecerá mecanismos para planejar, conceber, aplicar e atualizar uma Pesquisa de Uso do Tempo.

<p>Costa Rica (2011)</p>	<p>Projeto de Lei nº 18.073: foi apresentado à Assembleia Legislativa para incluir a economia do cuidado no Sistema de Contas Nacionais, com o objetivo de medir a contribuição das mulheres – que, em grande maioria, o realizam –, para o desenvolvimento econômico e social do país.</p>
<p>Equador (2011)</p>	<p>Constituição Política, Artigo 331: o Estado proporcionará a incorporação das mulheres ao trabalho remunerado, em igualdade de direitos e oportunidades, assegurando-lhes remuneração idêntica por trabalho de igual valor. Lei Orgânica da Economia Popular e Solidária e do Setor Financeiro Popular e Solidário: O Estado levantará estatísticas e conduzirá contas-satélites, como parte do Sistema de Contas Nacionais, que permitam medir a atividade econômica de pessoas e organizações e as atividades de autoconsumo familiar e cuidado humano.</p>
<p>El Salvador (2011)</p>	<p>Política Nacional das Mulheres, liderada pelo Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (Isdemu): estabelece, no eixo de cuidados e proteção social, que seja institucionalizada, no Sistema Estatístico Nacional, a medição sobre o uso do tempo por homens e mulheres, e o cálculo da contribuição do trabalho doméstico não remunerado para as pesquisas nacionais.</p>
<p>Honduras (2010)</p>	<p>Segundo Plano de Igualdade e Equidade de Gênero (2010-2022) do Instituto Nacional da Mulher: estabelece, como objetivos estratégicos, a produção de mecanismos jurídicos e institucionais, destinados a reconhecer o trabalho reprodutivo das mulheres e sua incorporação nas contas nacionais e no produto interno bruto (PIB), e o desenvolvimento, a implementação e a publicação da Pesquisa de Uso do Tempo, de modo a orientar a formulação de políticas de igualdade de gênero em matéria laboral e a valoração do trabalho reprodutivo nas contas nacionais.</p>
<p>México (2010)</p>	<p>Sistema Nacional de Informações Estatísticas e Geográficas: acordo para a criação de Comitê Técnico Especializado de Informação com Perspectiva de Gênero, de caráter permanente, contemplando-se apoio à realização da Conta-satélite de Trabalho Não remunerado do México.</p>

Peru (2011)	Lei nº 29.700: deverá ser incluída uma conta-satélite de trabalho não remunerado nas contas nacionais, com especial ênfase no trabalho doméstico não remunerado, mediante a aplicação de pesquisa de uso do tempo. O Instituto Nacional de Estatística e Informática é a instituição responsável por sua aplicação.
Trinidad e Tobago (2006)	Lei nº 1/2006 Ato 29: a Oficina Central de Estatística e outros organismos públicos vinculados deverão produzir, de forma contínua, estatísticas para contabilizar o trabalho não remunerado (com periodicidade inferior a três anos) e proporcionar um mecanismo para quantificar e registrar o valor monetário desses trabalhos.
Uruguai 2006	Lei nº 18.104: o Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades e Direitos estabelece, entre suas ações, a promoção de estudos que quantifiquem e visibilizem a contribuição do trabalho não remunerado das mulheres.

Fonte: Argentina (2011), Bolívia (2009), Chile (2010), Colômbia (2010), Costa Rica (projeto de Lei): <<http://migre.me/ruLeF>>, Equador (2008), (Lei Orgânica da Economia Popular e Solidária): <<http://migre.me/ruLFW>>. El Salvador (2011), Honduras (2010), Inegi (2010), Peru: <<http://migre.me/ruLgp>>. Trinidad e Tobago (2013), Uruguai: <<http://migre.me/ruLgP>>.

Obs.: consultas realizadas entre junho de 2013 e maio de 2014.

## 6 – Produção de contas-satélites de trabalho não remunerado na região e alguns resultados

Em vários países da região, a produção de informações sobre uso do tempo e trabalho não remunerado mostrou aos responsáveis pelas políticas macroeconômicas a importância de se estimar o tempo que as pessoas dedicam a atividades relacionadas ao trabalho remunerado e ao não remunerado, e como essas informações podem ser utilizadas para melhorar as estimativas de algumas variáveis macroeconômicas, que também podem ser utilizadas para analisar os modelos econômicos. Sendo assim, com base nessas informações, várias instituições estimaram o valor monetário do trabalho não remunerado, na forma de porcentagem do produto interno bruto (PIB), graças a atribuições monetárias ao trabalho estimado em horas, mediante a elaboração de uma CSTNR.

As CSTNRs desempenham uma função fundamental para mostrar as desigualdades entre mulheres e homens na divisão das atividades dentro do

lar e para calcular a contribuição econômica das mulheres para o desenvolvimento dos países. Seu objetivo é realizar:

uma valoração econômica do trabalho não remunerado realizado pelos membros do lar em atividades produtivas, para a produção de serviços destinados a atender suas necessidades, o que permite dimensionar a contribuição adicional que esses membros fazem para a economia nacional e o bem-estar social, apresentando os serviços do lar não incluídos no escopo de produção do sistema contábil (Inegi, 2014, p. 1).

Os avanços relativos à elaboração e à execução das CSTNRs na região são desiguais. No entanto, em alguns países, foi possível realizar cálculos que se mostraram reveladores e demonstraram a importância de, não só, calcular o tempo e o valor de trabalho produzido pelas pessoas – em particular, as mulheres –, mediante atividades não remuneradas, mas também a de conceber e implementar políticas públicas para atender às necessidades de tempo de diferentes grupos populacionais.

No México, por exemplo, os últimos dados da CSTNR, calculada em 2012, indicam que as tarefas domésticas e de cuidados, não remuneradas, equivaleram a 19,7% do PIB desse ano, sendo 76,1% realizadas por mulheres, e a contribuição das mulheres para essas atividades, medida em pesos, atinge 40,800 pesos por ano, enquanto a dos homens atinge 13,200 pesos (Inegi, 2014, p. 1).

Na Guatemala, um exercício de estimação da CSTNR foi realizado, graças à colaboração conjunta da Secretaria Presidencial da Mulher (Seprem), do Banco da Guatemala e do Instituto Nacional de Estatística (INE). Alguns resultados relevantes mostram que o valor do trabalho não remunerado realizado por homens representou, em 2011, 3,5% do PIB, enquanto o das mulheres atingiu 15,5%; e o valor do trabalho não remunerado total representou, no mesmo ano, 19% do PIB, no qual as mulheres contribuíram em 82% (Monzón, 2014).

No Equador, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Inec) realizou a CSTNR 2007-2010. Durante esse período, o valor agregado do trabalho não remunerado, em relação ao PIB nacional, aumentou, passando de 10,9%, em 2007, a 15,4%, em 2010, porcentagem superior à contribuição dos setores de construção e comércio. A contribuição de mulheres e homens, no primeiro ano, foi de 8,2% e 2,8%, respectivamente; e de 12% e 3,4% em 2010. Cerca de 90% do total dessas atividades é realizado por mulheres (Carvajal, 2014).

No Peru, o Instituto Nacional de Estatística e Informática é encarregado de elaborar as contas nacionais do país, assim como as contas-satéli-

tes de turismo, saúde e economia informal. Para realizar uma estimativa do trabalho não remunerado, usaram-se, principalmente, as informações disponíveis na Enut de 2010, na Pesquisa Nacional de Domicílios (ENAH) e nos registros administrativos. Nesse exercício, a valorização do trabalho doméstico não remunerado foi estimada em cerca de 137, 678 milhões de soles, o equivalente a 33,1% do PIB nacional (Mercado, 2014).

Por sua vez, El Salvador<sup>5</sup> recebeu assistência técnica da Cepal para elaborar uma CSTNR; a Colômbia está em vias de conceber as diferentes fases de valoração do trabalho não remunerado, assim como uma conta da sua produção, para o ano de 2012.

No Uruguai, foram estimados a produção e o consumo dos serviços no lar, com base no módulo de uso do tempo da Pesquisa Contínua de Domicílios de 2007; e, na Venezuela, o INE, o Banco Central e o Ministério do Poder Popular para Planificação elaborarão, em breve, uma conta-satélite para a produção dos lares, com base em informações da Enut 2007.

Todos esses esforços evidenciam a importância que possuem, hoje em dia, as pesquisas de uso do tempo e trabalho não remunerado. O valor dado pelos Estados a essas informações permitirá, num futuro próximo, convergir em torno de instrumentos harmonizados, que permitam não somente uma comparabilidade estatística no âmbito internacional, mas também a observação, pelos países, de seus avanços em matéria de igualdade de gênero e bem-estar das mulheres.

Na tabela 1, são apresentadas as horas semanais ou diárias dedicadas ao trabalho total, ou seja, tanto o remunerado como o não remunerado, por sexo, em diferentes países da região.

---

<sup>5</sup> As informações relativas às CSTNRs de El Salvador, Colômbia, Uruguai e Venezuela, foram obtidas de Aguirre (2013).

TABELA 1

Média de horas semanais ou diárias dedicadas ao trabalho total, ao trabalho remunerado e ao não remunerado, por condição de ocupação e sexo – países selecionados da América Latina<sup>1</sup>

País e último ano disponível Horas semanais	População ocupada						População não ocupada	
	Média de horas dedicadas ao trabalho total (remunerado e não remunerado)		Média de horas dedicadas ao trabalho remunerado		Média de horas dedicadas ao trabalho não remunerado		Média de horas dedicadas ao trabalho total (remunerado e não remunerado)	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Brasil	53,8	46,8	33,8	41,8	20,1	5	29,5	13,5
Colômbia	61	55	38	49	23	6	35	12
Costa Rica	55	56	37	52	18	4	30	10
Equador	57	49	31	41	27	8	30	8
México <sup>2</sup>	79,5	63,3	39,5	47,8	40,0	15,5	45,3	15,2
Panamá	67,4	58,3	38,3 <sup>3</sup>	45,1 <sup>3</sup>	29,1	13,2	–	–
Peru	70	62	33	47	36	15	40	11
Uruguai	79	56	38	40	41	16	41	15
Horas diárias								
Chile <sup>4</sup>	8,3	7,6	5,2	6,4	3,1	1,2	5,2	2,4
Guatemala	9,9	8,5	4,6	7,2	5,3	1,2	8,3	3,3
Honduras	10	9	7	9	3	1	5	2

Fonte: Cepal. Disponível em: <<http://migre.me/qTcKm>>. Acesso em: out. 2013.

Notas:

- 1 Embora outros países – como Bolívia, Venezuela e El Salvador – tenham levantado informações entre 2011 e 2012, no momento da consulta, os dados ainda não estavam disponíveis, pois estavam sendo processados.
  - 2 Tempo total de trabalho é o somatório de todos os tipos de trabalho realizados pela população, em termos de horas. O trabalho não remunerado inclui: cozinhar e preparar alimentos, apoio na cozinha, limpeza da habitação, limpeza da habitação, cuidado de roupas e calçados, compras para o lar, administração do lar, pagamento e trâmites de serviços, conserto de bens e/ou construção da habitação, cuidado de crianças e apoio a outros membros do lar, cuidado de doentes, cuidado de pessoas com limitações físicas ou mentais e apoio a lares (Inegi, 2012).
  - 3 As informações se referem às horas trabalhadas remuneradas e às não remuneradas, de mercado, da população ocupada. Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Censos do Panamá (agosto de 2013).
  - 4 As informações correspondem ao total de horas destinadas à atividade no dia anterior à entrevista. O levantamento de dados foi realizado entre novembro de 2007 e janeiro de 2008. Fonte: Instituto Nacional de Estatística do Chile (agosto de 2013).
- Obs.: países selecionados na América Latina (último ano disponível).

- Com trabalho remunerado = ocupado(a), conforme condição de atividade econômica.
- Sem trabalho remunerado = pessoa que não esteve ocupada na semana anterior, conforme condição de atividade econômica.
- Tempo de trabalho total: somatório do tempo de trabalho remunerado e do tempo de trabalho não remunerado.
- Tempo de trabalho não remunerado: somatório do tempo em atividades culinárias, limpeza da habitação, confecção de roupas, compras, manutenção da habitação, cuidado de bebês, crianças e adolescentes do lar, cuidado de doentes do lar, gestão do lar, cuidado de dependentes e idosos do lar.
- Tempo em horas semanais, exceto Chile, Guatemala e Honduras, que registram horas diárias.

Como observado na tabela 1, em praticamente todos os países, a média de horas que as mulheres dedicam ao trabalho total é maior que a dos homens, situação que se agrava no caso da população não ocupada, na qual a média de horas que as mulheres dedicam ao trabalho total é, no mínimo, o dobro da dos homens, chegando ao triplo em países como o México, e quase ao quádruplo na Colômbia, no Equador e no Peru. Em contraste, como é de se esperar no atual contexto de divisão sexual do trabalho, os homens dedicam mais horas às atividades de trabalho remunerado.

Esses dados mostram, de forma contundente, que os escopos dos trabalhos remunerado e não remunerado se sobrepõem no caso das mulheres: além de sua participação cada vez maior no mercado laboral, devem realizar atividades de trabalho doméstico e encarregar-se, de forma quase exclusiva, do cuidado não remunerado de outros membros do lar. Em contraste, a participação masculina no trabalho doméstico não aumentou no mesmo ritmo que a das mulheres no mercado laboral.

Os dados mostram, também, o desequilíbrio entre as vidas laboral e familiar das mulheres, devido à carga excessiva de trabalho, que repercute negativamente em sua saúde, assim como na amplificação das desvantagens no caso de mulheres em condição de pobreza, pois, como explica a relatora especial Magdalena Sepúlveda, “a quantidade, intensidade e peso do trabalho doméstico não remunerado aumentam com a pobreza e a exclusão social. Mulheres e meninas dedicam mais tempo a esse tipo de trabalho em lares pobres do que em lares abastados” (Naciones Unidas, 2013, p. 6).

Essas situações, relacionadas à falta de reconhecimento do trabalho não remunerado, doméstico e de cuidados, assim como à sua sobrecarga



no caso das mulheres, não afetam apenas, negativamente, o desenvolvimento dos países; supõem, também, a violação de uma quantidade significativa de direitos: o direito a um trabalho digno e a oportunidades iguais às dos homens; o direito à educação; o direito a serviços de saúde; à seguridade social e à participação, entre outros (Naciones Unidas, 2013).

## 7 – À guisa de conclusão

Como demonstrado ao longo do texto, embora ainda haja muito trabalho a ser feito, há avanços na região em relação à medição do uso do tempo e do trabalho não remunerado de mulheres e homens. Estas informações permitem dimensionar as necessidades das mulheres, medir as brechas de desigualdade e, graças a isso, dispor de bases sólidas para conceber e implementar políticas públicas, definir programas e ações públicas, elaborar orçamentos públicos com enfoque de gênero e preparar sistemas de monitoramento e avaliação da eficácia e eficiência do investimento, em relação aos objetivos e às metas almejados.

Nessa perspectiva, embora seja verdade que, dentro do lar, pais e mães devam se responsabilizar pelo cuidado dos filhos e pela realização dos afazeres domésticos, fora do núcleo familiar, o Estado tem a responsabilidade de contribuir para a produção e reprodução da força de trabalho que alicerça as sociedades, possibilitadas, em grande parte, pelas tarefas de trabalho doméstico e de cuidados – principalmente realizadas, hoje em dia, por mulheres e meninas. Estas atividades são as menos visíveis, no que tange à contribuição das mulheres para o desenvolvimento e a sobrevivência econômica dos lares e das nações. Nesse sentido, é necessária uma virada em direção a um novo modelo de compreensão e abordagem do trabalho não remunerado, que o conceba numa perspectiva de responsabilidade social, o que envolve a participação central do Estado, das empresas e da sociedade, em geral. Este modelo supõe a responsabilidade estatal de, por um lado, conceber e lançar políticas públicas que permitam liberar as mulheres de sua sobrecarga de trabalho e tempo e, por outro lado, de realizar ações destinadas a valorar o trabalho não remunerado, numa perspectiva cultural, social, econômica e política.

Não obstante, apesar das evidências disponíveis, não existem, atualmente, mecanismos nem políticas públicas para liberar as mulheres da sobrecarga de trabalho, o que tem como consequência que este trabalho seja principalmente realizado, nos lares, com escassa participação dos homens, e com baixa responsabilidade do setor privado e do Estado, acarretando uma sobrecarga significativa no trabalho total realizado pelas mulheres.

As políticas de responsabilidade social têm como objetivo obter melhores condições de igualdade entre mulheres e homens, enfrentando as tensões existentes entre os mundos do trabalho remunerado e não remunerado. Elas questionam, de certa forma, a divisão sexual do trabalho e consideram o trabalho não remunerado como um dos fatores que limitam a autonomia das mulheres, suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e sua participação, em igualdade de condições com os homens, tanto na esfera pública quanto na privada. As políticas de responsabilidade social são, também, um fator-chave para a coesão social e o desenvolvimento inclusivo.

Atingir o empoderamento econômico das mulheres é um requisito fundamental para a existência da igualdade de gênero. Esse empoderamento só pode ser obtido se for resolvido o problema da carga de trabalho não remunerado que recai, de forma quase exclusiva, sobre as mulheres, o que as impede de ter acesso a oportunidades de desenvolvimento e ao pleno e efetivo exercício de seus direitos.

Com as informações atualmente disponíveis, é possível passar dos dados às políticas públicas, baseando-se em evidências, que atendam às mulheres e desfaçam os obstáculos que este trabalho lhes impõe – sobretudo, as que se encontram em condição de pobreza –, de modo que possam ter acesso a melhores opções e oportunidades de emprego, estudo ou capacitação, opções essas que são cotidianamente limitadas e desgastadas pela sobrecarga de trabalho não remunerado. Para tal, é indispensável a participação ativa do Estado.

Sob essa perspectiva, o trabalho não remunerado deve ser encarado como uma responsabilidade social e coletiva; e quem o exerce, como titular de direitos. Neste sentido, o papel do Estado é fundamental para financiar, valorar e regular esse tipo de trabalho e para que seja socialmente reconhecido e redistribuído dentro dos lares. Para tanto, informações adequadas são um requisito indispensável.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, R. **Avances en las cuentas satélite de trabajo no remunerado en algunos países de la región.** *In*: REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES SOBRE USO DO TEMPO E TRABALHO NÃO REMUNERADO, 11, 2013, Ciudad de México, Distrito Federal, 17-18 de jun. 2013.
- ANTONOPOULOS, R. **The unpaid care work-paid work connection.** New York: The Levy Economics Institute, 2008.
- ARAYA, M. J. **Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género.** Santiago de Chile: Cepal – Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.
- ARGENTINA. H. Cámara de Diputados de la Nación. Proyecto de Ley. Argentina, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/qTag3>>.
- BOLÍVIA. Constitución Política del Estado (CPE). Ciudad de El Alto de La Paz, 7 Feb. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/qTahj>>.
- CARVAJAL, S. **Cuentas satélites del trabajo no remunerado de los hogares de Ecuador 2007-2010.** *In*: REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES SOBRE USO DO TEMPO E TRABALHO NÃO REMUNERADO, 12, 2014, Ciudad de México, Distrito Federal, 2-3 jun. 2014.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Relatório da 4ª Reunião da Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.** LC/L.2795. Santiago do Chile: 8 out. 2007.
- CEDAW – COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendação Geral nº 16, décimo período de sessões.** 1991a. Disponível em: <<http://goo.gl/nRdlAT>>. Acesso em: 7 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Recomendação Geral nº 17, décimo período de sessões.** 1991b. Disponível em: <<http://goo.gl/nRdlAT>>. Acesso em: 7 ago. 2014.
- CHILE. Servicio Nacional de la Mujer (Sernam). **Plan de igualdad entre mujeres y hombres 2010-2020.** 2010. Disponível em: <<http://migre.me/qTbTC>>.
- COLÔMBIA. Ley nº 1.413. “Por medio de la cual se regula la inclusión de la economía del cuidado en el sistema de cuentas nacionales con el objeto de medir la contribución de la mujer al desarrollo económico e social del país e como herramienta fundamental para la definición e implementación de políticas públicas”. Bogotá, 11 nov. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/qtbo>>.
- EL SALVADOR. Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (Isdemu). **Política Nacional de las Mujeres.** San Salvador, El Salvador: Isdemu, 2011.
- EQUADOR. Constitución de la República del Ecuador. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/qTc69>>.
- GÓMEZ L.; EUGENIA M.; MÁRQUEZ, V. S. **Clasificación de actividades de uso del tiempo para América Latina y el Caribe.** *In*: REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICAS SOBRE USO DO TEMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, Distri-

to Federal, México, 10 jun. 2010. (Propuesta para discusión). Disponible em: <<http://goo.gl/iYp59A>>.

HONDURAS. Secretaría de Finanzas. II Plan de Igualdad y Equidad de Género de Honduras 2010-2022. 2010. Disponible em: <<http://www.sefin.gob.hn/?p=1348>>.

INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Auerdo para la creación del Comité Técnico Especializado de Información con Perspectiva de Género**. México, 2010. Disponible em: <<http://migre.me/qTcjZ>>.

\_\_\_\_\_. **Encuesta Nacional sobre Uso del Tiempo (Enut) 2009: metodología y tabulados básicos**. México: Inegi, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cuenta satélite del trabajo no remunerado de los hogares de México 2012** – sistema de cuentas nacionales de México. México: Inegi, 2014.

INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFIA *et al.* **Directrices y referentes para armonizar las encuestas de uso de tiempo en América Latina y el Caribe**. México: Inegi; Inmujeres; Cepal; Unifem, 2010.

MERCADO, E. **Experiencia de Perú en la elaboración de la cuenta satélite de trabajo doméstico no remunerado**. *In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESTATÍSTICAS SOBRE USO DO TEMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 8, México, Distrito Federal, 10 jun. 2014.

MONZÓN, R. **Cuenta satélite de trabajo no remunerado (CSTNR) de Guatemala**. *In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES SOBRE USO DO TEMPO E TRABALHO NÃO REMUNERADO*, 12, Cidade do México, 2-3 jun. 2014.

NACIONES UNIDAS. **La extrema pobreza y los derechos humanos**. Naciones Unidas, ago. 2013.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO; PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Trabajo y Familia: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social**. Chile: OIT; PNUD, 2009.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e plataforma de ação de Pequim**. 1995. Disponible em: <<http://goo.gl/MbQ90>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

RAZAVI, S. **The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions and policy options**. Gender and Development Programme. Geneva: UNRISD, 2007. (Paper nº 3).

RENDÓN, T. **Trabajo de hombres y trabajo de mujeres en México durante el siglo XX**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2000.

TRINIDAD E TOBAGO. **Laws of Trinidad and Tobago. Counting unremunerated work act**. 2013. Disponible em: <<http://migre.me/qTcqu>>.

# AS PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL<sup>1</sup>

*Lourdes Maria Bandeira<sup>2</sup>*

*Renata Barreto Preturlan<sup>3</sup>*

## 1 – Introdução

Em 2002, o Estado Brasileiro reafirmou seu compromisso com a promoção da igualdade entre homens e mulheres por meio da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM),<sup>4</sup> cuja missão foi de promover políticas públicas para garantir direitos às mulheres brasileiras visando à melhoria de sua qualidade de vida, a diminuição das desigualdades, articulando-se de forma transversal com todo o governo federal.

No Brasil, ainda predomina a “norma” de que as atividades realizadas na esfera do privado são atribuições das famílias, incluídas na responsabilização das mulheres. Isto tem implicações para a construção de uma sociedade mais igualitária, baseada na autonomia e independência destas (Sorj, 2008). Em outras palavras, as desigualdades entre os sexos e/ou gêneros estruturam-se na tradicional divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo trabalho do cuidado de outros, especialmente de filhos, idosos e doentes, desempenhada na esfera da reprodução social, enquanto aos homens são designados os espaços de atuação na vida econômica e política da sociedade.

Diante de tal cenário, a intervenção do Estado, na formulação de políticas públicas para a socialização das atividades da reprodução social, se faz tanto possível quanto necessária. Contudo, para qualificar e potencializar tais políticas, é necessário dispor de um conjunto de indicadores específicos e capazes de dar conta das múltiplas dimensões que localizam as desigualdades entre homens e mulheres. Dito de outro modo, deve-se não apenas atuar no que se refere ao trabalho produtivo-reprodutivo, tomados como espaços desarticulados, mas também envolver outras dimensões

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para a Conferência da Iatur, realizada no Rio de Janeiro, de 7 a 9 de agosto de 2013.

<sup>2</sup> Professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

<sup>3</sup> Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

<sup>4</sup> Em agosto de 2010, a SPM/deixou de ser uma secretaria especial e passou a ter o *status* de ministério, e, em 2015, foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos..

mais amplas da experiência ou de vivência do trabalho, tais como a ordem de subjetividade da vida de homens e mulheres. Para isso, as pesquisas sobre os usos do tempo devem constituir uma das ferramentas essenciais.

Nesse sentido, na última década, o governo brasileiro vem desenvolvendo relevantes esforços, com vistas a promover mudanças tanto na própria estruturação do Estado como em suas políticas, viabilizando a construção de novos consensos políticos e sociais a respeito dos papéis de homens e mulheres na produção e reprodução social.

Assim, o interesse em estudar a questão dos usos do tempo entre mulheres e homens advém do fato de considerar que estas e estes representam um dos objetos importantes para a análise das possíveis recomposições das relações e dinâmicas de gênero na sociedade brasileira, uma vez que estão diretamente relacionadas com o(s) tipo(s) de atividade(s) desempenhadas. Sem dúvida que ações implementadas por instituições públicas devem considerar as conexões e/ou contaminações entre o tempo de trabalho formal produtivo e o da reprodução social “geralmente tido como improdutivo”, assim como o tempo pessoal e/ou subjetivo (Molinier, 2009).

Este texto centra-se nos seguintes pontos: *i*) as iniciativas do governo brasileiro para desenvolver pesquisas na área de usos do tempo; *ii*) breve discussão sobre as mudanças na tradicional divisão sexual do trabalho, especialmente no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho e em outras atividades que envolvem o tempo pessoal; e *iii*) os desafios, sobretudo metodológicos, para a construção de pesquisas sobre os usos do tempo e sua operacionalização em políticas públicas.

## 2 – As iniciativas do governo brasileiro em pesquisa sobre os usos do tempo

As políticas públicas têm um importante papel a cumprir no cenário da ressignificação da divisão sexual do trabalho ao promover a criação de equipamentos sociais, tais como creches, restaurantes comunitários, locais de acolhimento a idosas(os) e serviços de saúde pública, entre outros. O Estado deve, assim, incumbir-se decisivamente da desoneração exclusiva, em relação às mulheres, do trabalho reprodutivo e de cuidados com vistas à ampliação de suas possibilidades de autonomia profissional e pessoal.

Para a efetivação de políticas públicas que contribuam para a ressignificação da divisão sexual do trabalho, faz-se necessária a produção de indicadores específicos que possam traduzir a complexidade da realidade social e sejam compreendidos e manejáveis pelas(os) gestoras(es). Nesse sentido, os estudos sobre usos do tempo são importantes para subsidiar

a elaboração de políticas públicas que assumam parte da responsabilidade pelas atividades de cuidado e do trabalho reprodutivo das mulheres, bem como identificar desigualdades nem sempre percebidas e/ou perceptíveis referentes às atividades domésticas, aos “trabalhos paralelos” – *travail à côté*.<sup>5</sup> Os trabalhos paralelos referem-se a um conjunto de atividades pouco visíveis e pouco captáveis nas pesquisas sobre os usos do tempo, como as de ordem pessoal, que envolvem os cuidados do próprio corpo, sexualidade, saúde, entre outras, uma vez que estas não são consideradas atividades mercantis e monetárias ou atividades “submetidas às necessidades”, quando realizadas pela própria pessoa (Hirata *et al.*, 2009).

No geral, as pesquisas sobre os usos do tempo com recorte de gênero investigam uma equação mais tradicional da divisão sexual do trabalho, a partir de um indicador-chave: o que é definido como trabalho e o tempo total de trabalho, que é composto pela soma do tempo de trabalho remunerado (formal e/ou formalizado), e do tempo de trabalho gasto nas atividades domésticas e/ou cuidados não remunerado. Trata-se de tempos considerados, ainda, como dois domínios separados e excludentes do tempo pessoal. Quando somadas as jornadas, o tempo total destinado ao trabalho é sempre maior para as mulheres. Assim sendo, as pesquisas sobre usos do tempo deveriam permitir não apenas a identificação de desigualdades nas jornadas, mas também viabilizar diagnósticos mais precisos a respeito das atividades específicas que homens e mulheres executam, e possibilitar compreender a noção de trabalho mais ampla e complexa, isto é, vinculada à condição diferenciada por gênero, por tempo pessoal e em diferentes espaços, regiões, horários etc.

As pesquisas podem ainda viabilizar um índice de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado, evidenciando a produção de uma contribuição por parte da reprodução social no desenvolvimento do país. Segundo Hirata (2010, p. 2-3),

o mais importante é que são as mulheres, majoritariamente, que fazem este tipo de trabalho. O fato de elas fazerem o mesmo tipo de trabalho e cuidado (...) de maneira gratuita dentro de suas casas, faz com que esse trabalho seja muito desvalorizado e mal pago. Ao mesmo tempo, o fato de que as mulheres começam a trabalhar de maneira remunerada, mesmo

<sup>5</sup> Aqui o conceito de *travail à côté*, traduzido como *trabalho paralelo*, é referenciado na definição de Weber: “expressão que enfatiza o fato de se tratar de uma atividade marginal, não oficial, ‘paralela’, ao trabalho profissional principal, mas também ‘paralela’ ao pagamento de impostos, aos controles estatais e empresariais. (...) acentua o caráter central da fábrica [produção] e o caráter lúdico desse trabalho que designa todo um leque de atividades que não implicam necessariamente pagamento” (2009, p. 13).

mal pagas (...), paradoxalmente, visibiliza um trabalho doméstico, até então efetuado de maneira privada e invisível. Isso mostra que esse trabalho não é feito gratuitamente, tem que ser remunerado e mercantilizado. A externalização do trabalho doméstico, que antes era feito por amor ao marido, ao companheiro, pode ser um lugar de valorização deste trabalho (...) isso faz com que esse trabalho seja cada vez mais significativo na sociedade contemporânea.

Em última instância, são novos olhares e novas perspectivas que devem pautar a produção de dados nas pesquisas, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas que visem reduzir a sobrecarga das mulheres no trabalho reprodutivo e de cuidados, e contribuir para sua autonomia pessoal.

Nessa direção, o Estado brasileiro vem promovendo, nas últimas duas décadas, importantes avanços. A partir de 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) questões referentes ao trabalho reprodutivo e ao uso do tempo. Inicialmente, contemplou questão a respeito dos membros do domicílio que realizam afazeres domésticos; outra a respeito do tempo despendido no deslocamento entre a casa e o trabalho. Em 2001, incluiu questionamentos a respeito do número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos. Tratou-se de um importante passo na geração de dados que permitem uma visão mais aprofundada da realidade da divisão sexual do trabalho. Os resultados possibilitam avaliar temas como as múltiplas jornadas e associá-las à inserção de mulheres no mercado de trabalho e condições de vida.

A SPM firma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos das mulheres ao promover esses estudos, ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de incluir outras questões antes relegadas ao âmbito privado. A situação do trabalho reprodutivo passa, dessa forma, a ter visibilidade. Os compromissos estatais se materializam nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs), que em suas três edições (2004, 2008 e 2013) reforçam a necessidade de políticas públicas de combate às desigualdades de gênero no espaço público e privado.

Em 2007, foi realizado no Rio de Janeiro o I *Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo (PUTs)*, com objetivo de avaliar demandas por pesquisas e estatísticas e/ou indicadores na área e problematizar a atuação do governo. Reuniu pesquisadoras(es) nacionais e internacionais,<sup>6</sup> especialistas e agentes públicas(os), e resultou na proposição de um grupo

<sup>6</sup> Entre as pesquisadoras internacionais, destaca-se a presença da doutora María-Ángel Durán, professora da Universidade de Madrid, Espanha.



de trabalho governamental para dar continuidade às iniciativas na área. Estas foram reforçadas diante de reivindicações levadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2007.<sup>7</sup> Na II Conferência (2007), a moção nº 10 chamou atenção do Estado para a necessidade de ampliação de creches públicas e de transporte público de qualidade, assim como de outras políticas que contribuam para melhorar a qualidade de vida das mulheres com vistas à redução do tempo longo que elas dedicam a essas atividades.

Em 2008, em consequência de tais processos e demandas, foi criado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT),<sup>8</sup> com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise de estatísticas oficiais no país. O CGUT é coordenado pela SPM e tem as seguintes atribuições: *i*) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; *ii*) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; *iii*) construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque de gênero e dos usos do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos institutos de pesquisas e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; *iv*) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiências nestas áreas temáticas; e *v*) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análises de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero.<sup>9</sup>

A partir das discussões no âmbito do comitê, gerou-se uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo, aplicada no modelo de diário, que, em 2009, foi realizada no âmbito do teste da Pnad Contínua, pelo IBGE. Tratou-se de uma pesquisa inovadora para oferecer um panorama detalhado das diversas atividades executadas por homens e mulheres, que deveria ser uma promissora base de informações a partir da qual novas iniciativas seriam produzidas. Em agosto de 2010, fruto também da atividade do comitê, foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro, o II Seminário Internacional sobre

<sup>7</sup> As conferências, importantes instrumentos de promoção da participação social nas políticas públicas, foram fundamentais para consolidar o diagnóstico a respeito da necessidade de equipamentos sociais de apoio ao trabalho reprodutivo.

<sup>8</sup> Foi criado a partir da Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008. Tem como membros permanentes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipea e membros convidados, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONU Mulheres.

<sup>9</sup> Desde o início, um dos principais objetivos do CGUT foi a viabilização de uma pesquisa de uso do tempo entre as diversas realizadas pelo IBGE.

Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais. Na oportunidade, foi realizado o lançamento do livro: *O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?*

Em maio de 2012, ocorreu em Brasília a X Reunião do Comitê Gênero e Uso do Tempo no auditório da SPM. Ela contou com a presença da ministra Eleonora Menicucci, além de representantes do IBGE, do Ipea – integrantes permanentes do comitê –, da Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres Brasil e Cone Sul e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – estas duas últimas, membros convidados.

Ainda em maio de 2012, foi realizada outra reunião sobre o uso do tempo, denominada de *Uso do tempo e políticas públicas de cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável*,<sup>10</sup> com a presença de todos os órgãos integrantes do CGUT, que contaram com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para o evento. Em 2012, ainda ocorreu a XXXIV Conferência da Associação Internacional de Pesquisa e Uso do Tempo – *International Association for Time Use Research* (Iatur), realizada de 22 a 24 de agosto de 2012, na cidade de Matsue, Japão, o CGUT esteve representado pelo IBGE e pela SPM,<sup>11</sup> com participação ativa no sentido de se engajar na agenda internacional sobre os estudos de usos do tempo.

No conjunto, as reuniões tiveram como foco as questões relativas aos estudos sobre violência contra as mulheres com o estabelecimento de parceria, roteiro e etapas e a organização da XXXV Conferência da Iatur, que aconteceria em agosto 2013, no Rio de Janeiro.

### 3 – A divisão sexual do trabalho e a “falta” de tempo das mulheres

Apesar de ser igual para todas e todos, pois um dia tem 24 horas em qualquer lugar no mundo, os usos que homens e mulheres fazem do tempo de trabalho – o tempo no trabalho – é bastante distinto. Dito de outro modo, “as distintas modalidades de inserção de homens e de mulheres em cada uma das esferas – produção e reprodução – é realizada de maneira própria e conduz a processos específicos de individuação desses usos do tempo” (Hirata, 2009, p. 259). Embora considerando a ambiguidade conceitual na

<sup>10</sup> O seminário promoveu reflexões sobre as pesquisas sobre usos do tempo em diversos países latino-americanos e suas interfaces com as políticas públicas.

<sup>11</sup> Na conferência, foram realizadas três apresentações: duas se referiram à pesquisa-piloto sobre os usos do tempo, realizadas pelo IBGE, em 2010, e outra apresentando a política brasileira de creches e a série histórica de 2001 a 2009 dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

definição do que se denomina de *trabalho doméstico*, concorda-se com Hirata (2009, p. 257) que o define como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. Trata-se de uma relação de serviço que é exercida predominantemente por mulheres, portanto decorrente das relações sociais de gênero, e que demanda a disponibilidade permanente do uso do tempo feminino. Para realizá-lo, as mulheres mobilizam-se não apenas em relação às suas *habilidades* físicas, mas também é necessário a mobilização de outras *habilidades*. Nesse sentido, Haicault (1984) destaca as dimensões emocionais e psíquicas que o trabalho doméstico envolve, as quais podem ocasionar transtornos mentais, dado seu nível de exigência e dedicação. É necessária a presença constante para atividades demarcadas pela repetição tipicamente encontrada nos trabalhos domésticos. A autora denominou de *carga mental* esse custo que reflete as dimensões materiais e as necessidades emocionais demandadas às mulheres em relação às atividades domésticas (Hirata, 2009). Assim, a inserção social diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho que, simultaneamente, distingue os trabalhos que são próprios aos papéis, ritmos e espaços de gênero, que os hierarquiza e lhes atribui valores diferenciados e estigmatizados, a saber: “Homem que manda é líder. Mulher que manda é mandona”, diz o senso comum. Assim, certos trabalhos são associados aos homens e, portanto, simbólica e materialmente valorizados, e outros, destinados às mulheres, são considerados socialmente inferiores. Para os primeiros, há uma plasticidade ou mobilidade maior de usos do tempo, enquanto para as mulheres, a dimensão rotineira e repetitiva, embora haja uma multiplicidade de ações que caracteriza o trabalho doméstico, não lhes é permitida tal flexibilidade.

A perspectiva tradicional da divisão sexual do trabalho distingue, de um lado, os trabalhos produtivos, realizados fora de casa, remunerados e socialmente visíveis, produtores de valor, voltados à esfera masculina. De outro lado, os trabalhos destinados às mulheres são aqueles vinculados à reprodução social, no âmbito doméstico, não remunerados e invisíveis como trabalho e como produtores de valor. Estes, cada vez mais, se complexificam e compreendem duas ordens. Por um lado, o trabalho de cuidados de outros, sobretudo daquelas(es) que necessitam de auxílio, envolvendo atividades contínuas e repetitivas, e requerem o engajamento afetivo e a presença constante. Por outro lado, as atividades que dizem respeito à garantia de condições básicas de manutenção da vida, como lavar roupas, limpar a casa, preparar refeições, buscar água etc. Embora o trabalho reprodutivo seja indissociável do trabalho produtivo, na medida

em que é sua própria condição de possibilidade, nem sempre é visto assim, pois é tornado invisível aos olhos da sociedade e do próprio Estado. Em síntese, é demandada “a disponibilidade feminina, materna e conjugal das mulheres”, ao mesmo tempo, a capacidade de gerir a esfera doméstica e a profissional, quando for o caso e/ou necessário (Hirata *et al.*, 2009, p. 257). A subordinação do trabalho reprodutivo ao produtivo está vinculada às relações de dominação de gênero, que subalternizam simbólica e materialmente as mulheres e suas atividades, áreas e dimensões da vida social e tempos pessoais a elas associadas. Assim, o modelo normativo heteronômico sustenta tempos diferentes que configuram a divisão sexual do trabalho, base de produção das desigualdades evidenciadas diariamente nas relações sociais entre homens e mulheres, ao refletir as próprias relações de poder e hierarquização de homens sobre mulheres.

A ideia de que o trabalho remunerado seria reservado com exclusividade ao homem e o trabalho doméstico e de cuidados à mulher, configurado em norma social, não corresponde necessariamente às práticas sociais, salvo em circunstâncias históricas bem definidas (Hirata *et al.*, 2009). Dessa perspectiva, pode decorrer que as pesquisas sobre os usos do tempo incorporem as categorias classificatórias mais rígidas e normatizadas pela tradicional divisão sexual do trabalho, deixando de perceber não apenas as relações entre ambos, como as diversas mobilidades e dinâmicas de tempo(s) que se instalam, na esfera da reprodução social. Numerosos estudos evidenciaram as variações existentes entre homens e mulheres – no uso do tempo de trabalho segundo a atividade, assim como do ritmo de trabalho, da diversidade e de multiplicidades que influenciam o ritmo das atividades exercidas no espaço doméstico e dos cuidados. Por exemplo, o ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho passa a impor uma nova demanda de gestão do tempo dedicado às atividades domésticas, um ritmo mais acelerado em relação ao tempo de deslocamentos e/ou transportes, de realização da diversidade das tarefas. Há uma visível redução do tempo que seria disposto à realização dos afazeres domésticos. Instala-se uma acentuada rapidez para não perder tempo, que exige da mulher uma gestão para que possa “usufruir” de um tempo extraprofissional estruturado ou um tempo concomitante em relação ao tempo do emprego. Onde ficaria contabilizado o tempo pessoal? Quando ocupar-se de si? Das horas de sono, de ócio? Quando ocupar-se de sua estética pessoal, do lazer, da sexualidade, dos estudos, por exemplo? (Molinier, 2009).

Cabe destacar que no Brasil, nas últimas duas décadas, houve um intenso processo de modernização econômica e social que provocou mudanças na composição do mercado de trabalho, na estrutura demográfica

e nas relações familiares e afetivas. O modelo tradicional, segundo o qual o homem era o principal provedor da casa e a mulher dedicava-se aos trabalhos domésticos e ao cuidado sem remuneração, vem sendo posto em xeque. Significativos contingentes de mulheres têm ingressado no mercado formal de trabalho: 55,8% das mulheres e 57,7% dos homens de 16 anos de idade ou mais estavam ocupadas em trabalhos formais.<sup>12</sup>

O ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho tem ocasionado mudanças que agravam as tensões nas relações entre homens e mulheres, como também em relação ao tempo das mulheres dedicado aos afazeres domésticos e à família. Nessa compressão dos tempos femininos e nas tensões decorrentes se localizam, em grande parte, as causas de violências das quais as mulheres acabam sendo as principais vítimas.

Por um lado, pode-se destacar o avanço das mulheres na inserção no mercado de trabalho, ao analisar que, em 1981, somente um terço das mulheres eram economicamente ativas; em 2012, essa porcentagem aumentou para mais de 64% das mulheres entre 16 e 59 anos. Por outro, emergem conflitos que acabam por dificultar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, pois acarretam a sua saída da esfera doméstica. Por exemplo, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres atingem 42,7% do total de famílias chefiadas por mulheres em 2012 e estas nem sempre podem contar com um(a) parente ou uma estrutura de apoio para auxiliá-las, e, portanto, têm maior dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho, com usos de tempo muito estratificados.

Ademais, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não representou, necessariamente, sua autonomia e sua “liberação” do trabalho reprodutivo ou a melhor distribuição dele entre os sexos. Nas classes médias, o arranjo tradicional é substituído por outro, no qual homens e mulheres ingressaram na esfera do mercado de trabalho, enquanto o trabalho reprodutivo e de cuidados é mantido sob a responsabilidade de uma rede de outras mulheres – empregadas domésticas, babás, diaristas e cuidadoras, o que não oferece uma resposta de melhorias às situações em que a maioria dos cônjuges participa do mercado de trabalho (Sorj, 2008).

Outras importantes mudanças, associadas ao perfil demográfico da população, devem ser mencionadas. Por exemplo, com a crescente urbanização, o acesso aos métodos contraceptivos, os processos de tecnologias “do lar” e as transformações no padrão de cooperação intergeracional, as mulheres têm um número cada vez menor de filhas(os). A taxa de fecundidade das mulheres brasileiras é estimada, para o ano de 2014, em 1,7

<sup>12</sup> A não ser que haja menção expressa em contrário, todos os dados citados têm como fonte a PNAD de 2012 (IBGE, 2012).

filha(o) por mulher, abaixo portanto do patamar de reposição da população de 2,1 filhas(os). Além disso, o modelo familiar tradicional – casal heterossexual com filhas(os) – vem se tornando menos preponderante, com a crescente proporção de casais sem filhos. Portanto, se o ingresso das mulheres no mercado de trabalho tornou-se irreversível, o que traz mudanças culturais de monta, há a necessidade de relacioná-las a mudanças e demandas por novos papéis de gênero que passam a valorizar a autonomia e a independência das mulheres.

Nessa conjuntura, pode-se acrescentar o aumento da expectativa de vida e a redução proporcional do número de crianças e de jovens na população. A queda da natalidade faz com que aumente em ritmo acelerado a proporção de pessoas idosas na população – definidas como aquelas com mais de 60 anos de idade, de acordo com a legislação brasileira. A população idosa representava 4,1% da população brasileira em 1940; em 2010, passou para 6%, segundo o Censo Demográfico.

Tal situação apresenta novos desafios: se as creches ainda são insuficientes para atender à demanda existente, sendo acessíveis só a aproximadamente 50% das crianças em idade para a educação infantil, outros equipamentos públicos são ainda mais raros e de custos elevados, como as casas de abrigamento e/ou acolhimento para pessoas idosas que são praticamente inexistentes, demandando assim uma maior presença de políticas públicas.

A síntese desses processos contraditórios resulta em uma sobrecarga para as mulheres, que permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. As estatísticas oficiais brasileiras fornecem alguns dados a respeito das diferenças de uso do tempo entre homens e mulheres que permitem evidenciar essa situação desigual. No Brasil, os homens trabalham fora de casa em média 41,8 horas por semana, 6,1 horas a mais que as mulheres, cuja média é de 35,7 horas de trabalho produtivo, ou de trabalho realizado fora do ambiente doméstico. O número de horas semanais que mulheres economicamente ativas dedicam ao trabalho doméstico é 20,8 horas semanais, sendo que homens economicamente ativos dedicam somente 10 horas semanais para estas atividades. Ou seja, ao final, as mulheres têm em média uma jornada total de 56,5 horas, ao passo que a jornada média dos homens soma 51,8 horas.

Essas disparidades têm sérias consequências no que se refere à qualidade de vida e à inserção profissional das mulheres no mercado de trabalho. Uma vez nele, tendem a se concentrar em áreas relacionadas ao cuidado em sentido expandido – como educação, saúde e serviços burocráticos –, tradicionalmente associadas ao mundo feminino, que são simbólica e

materialmente desvalorizadas. As mulheres hesitam em aceitar empregos mais distantes, onde o tempo de deslocamento pode acarretar uma “desordem” na esfera doméstica e são mais propensas a aceitar trabalhos remunerados com jornadas reduzidas.

Por sua vez, o desemprego de mulheres é mais elevado e elas levam mais tempo procurando novos empregos se comparadas aos homens. Além disso, as mulheres com maiores níveis de escolaridade e, conseqüentemente, com maior renda recorrem ao trabalho de outras mulheres, contratando-as para realizar os afazeres domésticos. Embora se possa afirmar que as empregadas domésticas constituem uma categoria em declínio, ainda são um contingente significativo: eram 5,8 milhões de mulheres em 2012. Atualmente, esta categoria representa 14,7% das mulheres de 16 anos de idade ou mais que estão trabalhando ou procurando emprego.<sup>13</sup> Assim, a “solução” encontrada por mulheres de segmentos mais elevados, para resolver o conflito entre as atividades domésticas e as demais esferas de sua vida, resulta na contratação de empregadas domésticas que, paradoxalmente, asseguram sua inserção no mercado de trabalho. Os segmentos femininos populares acabam apelando para outros arranjos familiares e contam com a colaboração de filhas(os) mais velhas(os), parentela e vizinhança. Poucas são aquelas que conseguem remunerar outras mulheres ou encontrar outros arranjos alternativos para dar conta do trabalho reprodutivo de seus lares. Não se pode esquecer de que, para além da dimensão do trabalho, as mulheres ficam prejudicadas para se dedicar a outras atividades pessoais como as de lazer, estéticas, espirituais, educacionais e/ou de formação profissional, de engajamento associativo, comunitário, sindical ou político-partidário, entre outras. Contudo, continuam sendo as mulheres que cuidam de outros – homens, famílias, filhas, filhos, parentes, comunidades, escolas, idosos, pessoas doentes ou com deficiência, cuidam do eleitorado, do meio ambiente etc.

Combinados, todos esses diferentes processos colocam uma série de desafios ao Estado, que deveria ser mais presente e eficaz, com políticas públicas e equipamentos sociais que possibilitassem melhor compartilhamento do trabalho reprodutivo e, com isso, proporcionasse mudanças na divisão sexual do trabalho e nas relações sociais de gênero.

---

<sup>13</sup> As trabalhadoras domésticas recebem baixos salários, não raro abaixo do valor mínimo, e, até a aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013, não tinham todos os seus direitos trabalhistas reconhecidos.

#### 4 – O que as pesquisas sobre o uso do tempo ainda não apreendem?

Como mencionado antes, em geral, as pesquisas sobre os usos do tempo tendem a concentrar-se na tradicional divisão sexual do trabalho, conceituada por Hirata (2009, p. 67, grifos nossos) a partir de dois princípios organizadores:

o da *separação* (existem trabalhos que são ‘destinados’ aos homens [ou de homens] e outros, ‘destinados’ às mulheres [ou de mulheres] e o da *hierarquização* [onde um trabalho de homem tem um valor ‘superior’ ao realizado pela mulher]. (...) Estes princípios podem ser aplicados graças a um princípio de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega as relações de gênero ao sexo biológico e reduz as práticas a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas são resultado de relações sociais.

Com efeito, a divisão sexual do trabalho não é rígida nem imutável, constatação também reforçada pela crítica feminista.

Outrossim, existe uma série de outras práticas sociais fora do trabalho formal, do mercado e mesmo do tradicional domínio da reprodução que não é captada pelas pesquisas sobre os usos do tempo. O que estas pesquisas não apreendem? Foram introduzidas algumas observações referentes ao que não é apreendido, tendo como referência a articulação entre duas categorias. A primeira é a de *travail à côté* (ou trabalho paralelo ou trabalho fora do trabalho, mais amplo do que é tipificado como informal), categoria usada por Weber (2009), mencionada antes, e que normalmente é organizada sob a etiqueta *residência e lazer* (um lazer criativo). Envolve as atividades relativas ao *tempo pessoal ou tempo subjetivo*, incluindo o tempo *do nada fazer*; estas outras dimensões ou “tempo de vida” são diferentemente consideradas por homens e mulheres e não têm as mesmas implicações segundo o gênero, por exemplo, os cuidados estéticos com o próprio corpo, as horas de academia, ginástica, esporte, cuidados com o cabelo, pele etc. Nessa mesma direção, as pesquisas realizadas por Molinier (2009) enfatizam a importância de analisar conjuntamente a complexidade das relações entre os tempos de vida, profissionais e privados. Nem sempre os tempos “privados” das mulheres são ocupados exclusivamente com elas, muitas as utilizam comumente para as(os) filhas(os), ou ainda com atividades políticas e/ou comunitárias, como a participação em festas religiosas, cultos etc.

A segunda categoria evidencia que as pesquisas sobre os usos do tempo podem representar um princípio do sistema de gênero. Bessin e



Gaudart (2009) nomina como uma *dialética das temporalidades e de gênero*. Em outras palavras, os usos do tempo apreendidos em sua diversidade e notadamente em suas dimensões qualitativas resultam de práticas e são postos como produtores de relações de poder. Nesse sentido, a dominação masculina repousa sobre a construção da relação com o tempo: a naturalização das competências ditas femininas se apoia sobre uma temporalidade baseada na relação com o outro; tem conotações sociodemográficas, pois se trata de apreender as desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo. A inserção e distribuição no mercado de trabalho, no tipo de emprego e/ou de profissão, em um ou outro setor e/ou atividade, e o valor nominal do salário recebido apontam para uma avaliação diferenciada por sexo. Tais diferenças refletem uma distribuição (*partage*) desigual em relação aos afazeres domésticos e de cuidados entre os sexos. Verificar essas diferenças nas pesquisas sobre os usos do tempo permite sistematizar melhor as desigualdades e possibilita meios políticos e sociais para combatê-las (Bessin e Gaudart, 2009).

Da perspectiva metodológica, alguns pontos são ainda escassos ou estão ausentes nas pesquisas sobre os usos do tempo, destacam-se os seguintes.

1. A necessidade de se considerar os percursos sexuais associados aos usos do tempo, evidenciando, por exemplo, que as categorias de idade, raça e/ou cor e sexo não se apresentam como simples variáveis; ao contrário, se articulam com os sistemas de hierarquia e de poder. Exemplificando: as profissões que são feminizadas continuam sendo as mesmas há mais de um século – mulheres empregadas no setor têxtil, servidoras públicas nos setores administrativos, trabalhadoras na saúde, empregadas do comércio e da indústria alimentar, professoras primárias e secundárias, entre outras. Com perfis diversos, as mulheres estão presentes nestas ocupações desde os anos 1920.
2. As mulheres trabalhadoras da área de cuidados são confrontadas com as exigências de um público próprio. A elas são demandadas habilidades específicas. No entanto, muitas daquelas que têm cônjuge e filhas(os) são confrontadas com as exigências postas por sua família. São demandas e tempos diversos. Com isso, são expostas a dois tipos de tensões ou conflitos concomitantes, oriundos dessas múltiplas demandas externas-internas, nem sempre passíveis de ser por elas respondidas a contento (Bessin e Gaudart, 2009; Molinier, 2009).
3. No geral, há competências e/ou incompetências e aptidões e/ou inaptidões que são consideradas como naturalizadas para homens e mu-

lheres. Por exemplo: dirigir melhor ou pior; ler um mapa rodoviário; ter mais senso de orientação no trânsito; realizar diversas atividades ao mesmo tempo etc. Nem sempre essas práticas sexualizadas são questionadas ou desconstruídas nas pesquisas; ao contrário, são racionalizadas e incorporadas, quando muito preservando certa neutralidade sobre as relações de gênero (Bessin e Gaudart, 2009). Cabe destacar, inclusive, que essas práticas são agravadas quando associadas a práticas racistas

4. Outro aspecto a se considerar é que estas pesquisas se apoiam amidiúde sobre uma noção quantificável e linear de tempo, dificultando apreender a experiência de mulheres e de homens que descompartimentalizam suas atividades em tempos não uniformes e cronológicos. Como romper e captar os usos do tempo que não seja pela perspectiva do tempo uniforme dominante? Dito de outro modo, como ir além da cultura hegemônica do trabalho formal – computável, mensurável, quantificável, linear e monocromático –, portanto, da hegemonia de um tempo masculino?
5. Isso leva a outro problema sobre as pesquisas de usos do tempo: registrar os tempos de trabalho na esfera da reprodução e dos cuidados com caracterizações constantemente sexuadas. Nessa lógica, a solicitude e a atenção em relação ao outro seriam *características* preponderantemente femininas. Outro exemplo: sexualizar e/ou gerar a maneira como as mulheres relatam suas trajetórias e/ou histórias, com um nível exacerbado de detalhes, menor objetividade etc. Ou ainda, ao considerar que as dimensões lúdicas são masculinas e as altruístas são femininas.

Desse modo, o tempo e seus usos não são neutros, mesmo quando apreendidos na série temporal dos diários de campo, uma vez que a objetividade da coleta não está isenta de sobrevalorizar ou estigmatizar uma ou outra atividade, hierarquizando um sexo frente a outro. Nesse sentido, pode-se afirmar que os usos do tempo contribuem para a produção de desigualdades. Nesta direção, se fazem necessárias novas posturas metodológicas que questionem esse “sistema hegemônico de sexo e/ou gênero”, ao se reconhecer que as pesquisas sobre os usos do tempo devem apreender as pluralidades em suas múltiplas dimensões, sobretudo de forma mais qualitativa, com vistas a fornecer uma base de informações para a elaboração de políticas e ações públicas mais abrangentes e desestigmatizadas (Bessin e Gaudart, 2009). Portanto, a produção de pesquisas quantitativas mais universalizantes e amplas deve ser combinada com pesquisas mais qualitativas localizadas e específicas para diferentes segmentos e grupos sociais.

## 5 – Desafios para o futuro: a incidência nas políticas públicas

As pesquisas sobre os usos do tempo no cenário internacional vêm se consolidando como importantes instrumentos de elaboração de indicadores de condições de vida da população, pois se fortalece o consenso de que fornecem relevantes indicadores capazes de subsidiar as políticas públicas. Resta o desafio de torná-las instrumentos ainda mais efetivos na formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, é importante destacar os compromissos crescentes que o governo da presidenta Dilma Rousseff vem assumindo para a implementação de políticas públicas que contribuam para desonerar as mulheres das atividades domésticas e de cuidado. Uma política que merece destaque é a expansão em curso das creches, por meio da ação *Brasil Carinhoso*, iniciativa do Programa *Brasil Sem Miséria*. De modo articulado a outras políticas de superação da extrema pobreza e melhoria do acesso das(os) cidadã(aos) brasileiras(os) a serviços básicos, o *Brasil Carinhoso* tem como objetivo instalar 6 mil creches no país, medida fundamental para permitir a inserção das mulheres no mercado de trabalho, além de lhes garantir mais tempo para se dedicar a quaisquer outras atividades, como fazer cursos, participar de atividades associativas, de lazer, de cuidados pessoais etc.

A SPM tem trabalhado notadamente junto aos demais ministérios do governo federal para promover tais políticas. Além de ter sido fundamental para promover a expansão das creches, a SPM ainda tem pautado o Executivo e os demais Poderes sobre a necessidade de uma visão integrada e políticas articuladas tanto para o trabalho doméstico não remunerado quanto para o remunerado. De fato, ambos refletem as dificuldades de coordenação e divisão das tarefas domésticas e de cuidado, e ambos recaem de forma mais significativa sobre as mulheres – seja porque são elas que fazem o trabalho não remunerado em suas próprias casas, seja porque são mulheres (pobres e na maioria afrodescendentes) as contratadas para realizar o trabalho doméstico de famílias de média e alta renda. Assim, tais fenômenos são articulados e demandam políticas que deem conta de sua complexidade.

A SPM desempenhou papel-chave na construção de um consenso no governo federal a respeito da necessidade de expandir às(aos) trabalhadoras(es) domésticas(os) os mesmos direitos previstos para as(os) demais trabalhadoras(es). Em 2013, uma grande vitória foi conquistada: a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional (EC) nº 72, que amplia os direitos das empregadas domésticas. Ao longo de todo

o processo de negociação necessário para a aprovação da emenda e de sua regulamentação, a SPM sempre pautou a necessidade de ampliação dos equipamentos sociais de cuidado, visibilizando que, do ponto de vista da igualdade de gênero, a conquista da PEC das Domésticas, como é comumente chamada, é somente mais um passo de uma longa caminhada a ser percorrida.

Outras importantes políticas, como a ampliação dos serviços voltados a idosos(os), instalação de restaurantes populares, ampliação da licença paternidade e/ou criação da licença parental são exemplos entre diversas possibilidades que poderão pautar a atuação do Estado brasileiro nos próximos anos para promover uma maior igualdade de gênero no que tange aos usos do tempo.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 47-63, jun. 2010.
- BESSIN, Marc; GAUDART, Corinne. Les temps sexués de l'activité: la temporalité au principe du genre? **Temporalités. Revue des Sciences Sociales et Humaines**, Paris, n. 9, 2009.
- CAVALCANTI, Lara G. *et al.* A pesquisa-piloto de uso do tempo do IBGE 2009-2010. *In: FAZENDO GÊNERO 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Santa Catarina, Florianópolis, 23-26 ago. 2010.
- HIRATA, Helena. **Feminismo: pluralismo, diferenças e concepções**. Entrevista especial. Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Instituto Humanitas, Unisinos, abr. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/Ln7J77>>. Acesso em: 22 jul. 2015.
- HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- HAICAULT, Monique. La gestion ordinaire de la vie à deux. **Sociologie du Travail**, Paris, n. 3, p. 268-277, 1984.
- \_\_\_\_\_. Des pratiques temporelles du travail aux temporalités urbaines 20 années de recherches sur la thématique des temps sociaux. *In: L'Expérience sociale du quotidien*. Corps, espace, temps. Ottawa: University of Ottawa Press, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012**. IBGE, 2012.
- MELO, Hildete *et al.* Os afazeres domésticos contam. *In: Economia e Sociedade*, Instituto de Economia/Unicamp, n. 31, dez. 2007.
- MOLINIER, Pascale. Temps professionnel et temps personnel des travailleuses du *care*: perméabilité ou clivage? *In: Les temps sexués de l'activité. Temporalités. Revue des Sciences Sociales et Humaines*, Paris, n. 9, 2009.
- SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. *In: Trabalho doméstico e de cuidados*, São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**. Uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.



# DETERMINANTES DA ALOCAÇÃO DE TEMPO EM TRABALHO REPRODUTIVO: UMA REVISÃO SOBRE OS ACHADOS EM PESQUISAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

*Luana Simões Pinheiro*<sup>1</sup>

## 1 – Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma revisão não sistemática da literatura sobre os determinantes das desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho reprodutivo. Por trabalho reprodutivo, entende-se a realização de atividades de cuidados com familiares, crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência, bem como daquelas atividades chamadas comumente de afazeres domésticos e que englobam tarefas como lavar e passar roupas, cozinhar, limpar a casa, limpar o jardim, lavar louças, entre outras, realizadas no espaço da própria residência e sem qualquer tipo de remuneração.

Ao longo dos últimos anos, é possível observar uma relativa convergência entre o tempo gasto por homens e mulheres em trabalho doméstico não remunerado (Coltrane, 2000; Bianchi *et al.*, 2000; Brines, 1994; Fuwa, 2004; Greenstein, 2000). Esta convergência tem se dado por uma significativa redução do tempo de trabalho reprodutivo gasto pelas mulheres, o que, em alguns países, tem sido acompanhado também por uma suave ampliação do tempo gasto pelos homens nestas mesmas atividades. No entanto, há também um reconhecimento abrangente de que a estrutura desta divisão do trabalho reprodutivo permanece injusta e desigual, sobrecarregando as mulheres, que experimentam um *trade-off* parcial entre o tempo que dedicam ao trabalho pago e àquele que gastam em trabalho não pago. Tal como aponta Ávila,

Se, historicamente, na representação social da divisão sexual do trabalho, coube às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na da reprodução, enquanto os homens, na sua maioria, se mantiveram – e se mantêm até hoje – apenas na esfera da produção (Ávila, 2004).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetania-avila.pdf>>.

O que faz, portanto, com que o trabalho reprodutivo siga sendo feminino, a despeito das importantes mudanças verificadas ao longo dos últimos anos nas condições de vida das mulheres e na sua forte entrada na esfera do mercado de trabalho? O que leva homens e mulheres a (não) alocarem tempo em trabalho reprodutivo? De modo geral, o que determina a desigualdade de gênero na distribuição de tempo neste tipo de atividade?

Muitos estudos têm procurado responder a estes questionamentos, tomando como base as informações disponibilizadas pelas pesquisas de uso do tempo conduzidas pelos institutos de estatística de cada país. A maior parte destas pesquisas vem de países da Europa Ocidental, da Austrália ou dos Estados Unidos, que já contam com pesquisas de uso do tempo estruturadas e de longa data, permitindo, inclusive, a realização de análises longitudinais. Para o caso brasileiro, contudo, ainda há pouca produção no campo, seja porque os dados disponibilizados são muito restritos – não há uma pesquisa nacional de uso do tempo no país –, seja porque o tema só muito recentemente tem sido incorporado como uma questão relevante para tratar das condições de vida da população e, em especial, das desigualdades de gênero.

De forma resumida, Bruschini aponta que os estudos sobre o uso do tempo concluem que: *i*) o tempo econômico masculino é maior do que o tempo feminino e, contrariamente, o tempo feminino na reprodução social é maior do que o masculino; e *ii*) o aumento da jornada de tempo econômico prejudica mais as mulheres, uma vez que o tempo dedicado por elas à reprodução social não tende a diminuir, o que leva a uma redução no tempo livre das mulheres, que acabam por adicionar tempo econômico ao tempo da reprodução (Bruschini, 2006). A divisão sexual do trabalho, portanto, impõe às mulheres um acúmulo de trabalho no mercado e no espaço doméstico. As pesquisas de uso do tempo possibilitam conferir materialidade aos fundamentos desta divisão, evidenciando os seus resultados e os seus determinantes, foco central dos estudos realizados sobre o tema, tanto no Brasil, quanto nos demais países com tradição neste tipo de análise.

Tradicionalmente, a discussão sobre uso do tempo se deu a partir das jornadas de trabalho no mercado e da exploração do trabalhador. Tal discussão, fundamentada em um posicionamento teórico que entendia trabalho como a venda da força de trabalho dos indivíduos a um empregador, excluiu da esfera de debate e de ação pública o trabalho doméstico não remunerado (ou reprodutivo), realizado por milhões de homens e mulheres no cuidado de seus próprios domicílios e de seus familiares. “Prevalecia



a noção de que a produção para o mercado e o trabalho doméstico eram regidos por diferentes princípios, em que as regras do mercado aplicar-se-iam à produção, enquanto o trabalho doméstico seria um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca de seu sustento” (Bruschini, 2006, p.338). O trabalho doméstico permaneceu, então, ignorado, ainda que os estudos feministas que abordavam a questão da divisão sexual do trabalho tenham evidenciado recorrentemente o estreito vínculo existente entre trabalho no mercado e trabalho reprodutivo.

Com a introdução das pesquisas de uso do tempo, porém, abriu-se a possibilidade de confrontar a forma como as pessoas alocavam seu tempo ao menos nas dimensões do trabalho para reprodução econômica e para reprodução social, tal como chamou Dedecca (2004), embora não apenas nestas dimensões. Novos enfoques puderam ser agregados e as discussões foram ampliadas para incorporar análises sobre as desigualdades na realização de trabalho doméstico não remunerado, o tempo gasto em lazer/ócio, em educação ou em atividades de esporte, os impactos dos diferentes usos do tempo na saúde, a contabilização do trabalho não pago em contas satélites, e o uso do tempo de crianças e adolescentes, entre outras questões. Uma grande leva de estudos se concentra, ainda, em discussões metodológicas, que procuram identificar vantagens e desvantagens das diferentes formas de coletar dados sobre uso do tempo, em especial contrapondo o método de diários ao de questionário com perguntas fechadas.

Este capítulo não pretende dar conta de abarcar as desigualdades de gênero no uso do tempo de forma geral. Também não pretende avançar em discussões metodológicas, apresentando as alternativas adotadas por cada país e as possibilidades e limitações encontradas. O objeto deste capítulo é, de forma bem mais restrita, analisar o tema do trabalho doméstico não remunerado e, em especial, os determinantes para sua realização. Isso significa que não se conferiu centralidade aos estudos que buscam diagnosticar a incidência e/ou duração do trabalho não pago e que não avançam no sentido de procurar suas causas. Como a produção neste subcampo específico é vasta no cenário internacional e, de certa forma, convergente em termos de grandes grupos de achados, optou-se por trabalhar apenas com artigos publicados em periódicos (não foram considerados livros) a partir da década de 1990, quando foram produzidos os estudos mais relevantes sobre o tema e que, até hoje, orientam e organizam a produção na área.

Para tanto, este capítulo foi organizado em dois grandes blocos. Inicialmente apresenta-se uma revisão sobre os estudos produzidos no Brasil. Como se poderá ver, estes se dividem entre os que foram realizados a partir de pequenos *surveys*, localizados espacialmente, e aqueles que se

utilizam dos poucos dados coletados, desde 2001 apenas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco tem sido mais a descrição das desigualdades na alocação de tempo em trabalho reprodutivo segundo diversas categorias relevantes do que uma discussão que avance em direção aos determinantes desta desigualdade. Ainda assim, optou-se por apresentá-los aqui para que se possa ter um breve relato sobre a produção nacional no tema.

Em seguida, são apresentados os estudos produzidos em âmbito internacional e que abordam exatamente a questão dos determinantes das desigualdades. Estes foram classificados, basicamente, em três grandes grupos, tal como aparece na literatura: os que encontram na teoria econômica das trocas (teoria da barganha ou recursos relativos) o determinante central da alocação de tempo em trabalho reprodutivo; os que explicam esta alocação pela teoria da disponibilidade de tempo; e os que enxergam nas ideologias de gênero os elementos mais importantes para explicar como homens e mulheres decidem investir tempo em trabalho reprodutivo. Para além destas três categorias, que se abrem em alguns subgrupos, os estudos foram classificados ainda em outro rol de determinantes importantes, os quais referem-se àqueles relacionados ao ciclo de vida, e que envolvem especialmente a formação/dissolução de uniões, idade, arranjos familiares e fecundidade.

2 – Determinantes das jornadas em trabalho reprodutivo: o que a literatura diz sobre o tema

### ***2.1 Os estudos de uso do tempo no Brasil***

Até 2001, não existiam, no Brasil, quaisquer informações oficiais e de amplitude nacional que permitissem conhecer a distribuição do tempo em trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres. Foi apenas a partir deste ano que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inseriu, em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma pergunta relacionada ao tempo médio gasto semanalmente na realização de afazeres domésticos (Fontoura *et al.*, 2010; Ipea, 2012; Bruschini, 2006). Ainda que não completamente alinhada com a discussão de gênero, co-responsabilização e compartilhamento dos cuidados, a incorporação desta pergunta à PNAD possibilitou discussões sobre a divisão sexual do trabalho, responsabilidade feminina pelas tarefas domésticas e dupla jornada de trabalho para as mulheres, todas fundamentadas por

dados nacionais e oficiais, que passaram a ser coletados periodicamente pelo IBGE. A despeito de todos os limites que essa única pergunta impõe a qualquer análise mais aprofundada sobre a jornada de trabalho não pago, sua inclusão permitiu desenhar um primeiro – ainda que incompleto – perfil nacional da desigualdade de tempo gasto em trabalho não pago no Brasil. Este perfil possibilitou confirmar as noções do senso comum relacionadas à dupla jornada feminina, bem como identificar algumas particularidades na comparação internacional, e apontar questões relevantes para o campo da academia e das políticas públicas.

Os estudos sobre uso do tempo no Brasil, porém, não começaram a partir dos dados da PNAD, tendo sido incorporados às pesquisas sobre o trabalho feminino ainda nos anos 1970, “com o intuito de tornar visível e valorizar a atividade doméstica, assim como outras formas de atividade sem remuneração, desempenhadas sobretudo pelas mulheres” (Bruschini, 2006, p.336). É possível identificar dois estudos pioneiros, que abriram espaço para a temática no país: o de Amaury de Souza, realizado no estado da Guanabara, na década de 1970, e o de Neuma Aguiar, conduzido em Belo Horizonte, em finais dos anos 1990 (Aguiar, 2001; Souza, 1973). Ambos foram conduzidos a partir da metodologia de diários e se caracterizaram pela grande inovação metodológica e temática. Estes estudos permitiram mensurar, pela primeira vez, as jornadas cotidianas em diferentes atividades. Tomando-se apenas o tempo gasto em trabalho reprodutivo (serviço doméstico e cuidado de crianças) tem-se que, na década de 1970, na Guanabara, os homens alocavam, em dias úteis, cerca de 50 minutos diários nestas atividades, valor que era de 5 horas para as mulheres, ou seja, 4 horas a mais do que o gasto pela população masculina. Souza identifica, ainda, que homens desempregados gastavam menos tempo em trabalho reprodutivo durante os dias da semana (1,2 hora diária) do que as mulheres empregadas (3,2 horas), relacionando este fato à dimensão de gênero. Segundo o autor, a condição de emprego afeta o exercício de atividades domésticas, mas os condicionantes culturais de gênero determinam a divisão do trabalho de forma tradicional, ou seja, mulheres respondem pelo espaço privado e homens pela provisão. Gênero determinaria, de forma mais intensa que a condição de emprego ou de renda, a alocação de tempo em trabalho doméstico.

Procurando comparar os resultados encontrados para a Guanabara com aqueles encontrados para a região metropolitana de Belo Horizonte, Aguiar ajustou os dados de Belo Horizonte por sexo e idade para o município do Rio de Janeiro, em 2001. Ao tornar as duas bases de dados

comparáveis, a autora identificou uma ampliação nas jornadas de trabalho pago, que quase dobraram, tanto para homens, quanto para mulheres – mesmo considerando-se que, ao longo do período analisado, houve redução da jornada de trabalho legalmente permitida: de 48 para 44 horas semanais. A autora destaca a importância da ampliação da participação feminina no mercado de trabalho entre as duas pesquisas como um fator que certamente impactou os resultados encontrados. Já em relação ao trabalho não pago, verificou-se redução na jornada para homens e para mulheres. Apesar disto, o trabalho doméstico não remunerado permanecia enquanto uma atividade feminina, e as desigualdades persistiam gritantes, uma vez que, se em termos absolutos houve redução nas distâncias entre homens e mulheres, quando se compara a contribuição de cada grupo para o total de trabalho reprodutivo realizado diariamente pode-se verificar até mesmo um aumento de 80% para 86% na parcela feminina. Aguiar atribui a redução nas jornadas em trabalho não pago mais a um processo de transição demográfica, marcado pela redução no tamanho das famílias e do número de filhos, assim restringindo o tempo gasto em cuidados e afazeres domésticos, do que a um processo de “redemocratização da divisão dos papéis de gênero no âmbito doméstico” (Aguiar, 2011). Outro fato importante levantado pela autora refere-se à ampliação da presença feminina no mercado de trabalho. De fato, utilizando-se de modelos de regressão probabilística, Aguiar e Suyama encontraram, para o mesmo conjunto de dados, que a probabilidade de uma mulher empregada e com rendimentos exercer trabalho reprodutivo cai para 81%, com redução de cerca de três horas diárias na jornada doméstica (Aguiar, Suyama, 2011).

Com a introdução na PNAD de uma pergunta específica sobre jornada em afazeres domésticos, pergunta esta que se junta às já existentes sobre jornada no mercado de trabalho e tempo de deslocamento casa-trabalho, um novo campo de estudos se abre. Estas novas possibilidades são dadas tanto pela representatividade nacional da amostra, permitindo aos pesquisadores falar sobre desigualdades no uso do tempo para o país como um todo ou para as grandes regiões – e, a depender das desagregações realizadas, para regiões metropolitanas e Unidades da Federação –, quanto por sua periodicidade anual, garantida pela inclusão do quesito no corpo básico do questionário da pesquisa. Com isso, tem-se hoje uma série histórica que acompanha um período de mais de dez anos, e que possibilita, a despeito de todos os limites, acompanhar e entender em maior nível de detalhamento o comportamento da população no que diz respeito às horas gastas em trabalho doméstico não remunerado.

Os estudos produzidos a partir do banco de dados da PNAD têm, porém, se concentrado ainda em descrições, utilizando-se, para tanto, de médias ou outras medidas de tendência central. Estes estudos mostram que existem diferenças importantes na incidência e na intensidade da realização de trabalho doméstico quando se comparam homens e mulheres no país. Assim, tem-se que, em 2013, cerca de 88% das mulheres de 16 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos, com uma jornada semanal de 25 horas, ao passo que apenas 46% dos homens de mesma idade dedicavam-se a estas atividades, com uma jornada de 10,7 horas por semana (Ipea, 2015).

Assim como no cenário internacional, o tempo empreendido em trabalho reprodutivo vem caindo ao longo do tempo, de forma bem mais intensa para as mulheres do que para os homens. Possíveis explicações estão associadas à participação feminina no mercado de trabalho, às novas tecnologias e hábitos sociais – como almoçar fora de casa –, à redução no número de filhos, a mudanças nas percepções e comportamentos sociais em relação ao trabalho doméstico, e à ampliação do acesso a bens e serviços – como água encanada, luz elétrica, eletrodomésticos, entre outros, que têm mais impacto sobre o tipo de trabalho exercido por elas do que por eles (Aguiar, 2010; Fontoura *et al.*, 2010; Ipea, 2012; Ramos, 2011). Ramos aponta, inclusive, para o que se poderia chamar de uma adaptação defasada:<sup>3</sup> uma vez que ainda que se possa perceber uma capacidade de resposta feminina mais rápida do que a masculina no que se refere à redução do tempo em afazeres domésticos, este trabalho ainda permanece tipicamente feminino e as desigualdades percebidas são ainda persistentes.

As análises produzidas a partir das PNADs também parecem apontar na direção de uma importância mais expressiva da perspectiva de gênero como determinante da alocação de tempo em trabalho doméstico não remunerado e suas desigualdades. Isso porque: *i*) ao se compararem homens e mulheres segundo participação no mercado de trabalho, tem-se que condição de ocupação aparece como característica relevante na determinação do tempo dedicado aos afazeres domésticos – mulheres e homens desocupados gastam mais tempo do que os ocupados; no entanto, as mulheres ocupadas ainda despendem oito horas a mais que os homens desocupados, evidenciando a incapacidade da perspectiva de disponibilidade de tempo

<sup>3</sup> Ou *lagged adaptation*, nos termos de Gershuny (1995), ainda que a utilização deste termo seja inexata, “visto que o fenômeno tratado por Gershuny em países desenvolvidos consiste em um aumento da carga horária dedicada a afazeres domésticos pelos homens” (Ramos, 2011, p. 29).

explicar sozinha estas decisões; e *ii*) a análise da renda do trabalho também aponta no mesmo sentido, sendo uma característica que, de igual maneira, parece bastante coerente para explicar o tempo para afazeres domésticos, embora insuficiente para explicar as desigualdades: o tempo em trabalho não pago diminui à medida que se amplia o rendimento, tanto para homens, quanto para mulheres. De fato, as mulheres que recebem oito salários mínimos ou mais gastam cerca de metade do tempo daquelas que ganham até um salário mínimo. No entanto, elas ainda trabalham mais em casa do que os homens nesta faixa de renda menor. Paralelamente, as mulheres em domicílios pobres dedicam-se mais aos afazeres domésticos do que aquelas em domicílios ricos. Porém, as mulheres não pobres despendem mais que o dobro de tempo que os homens em domicílios pobres (23 horas contra 10), contrariando os pressupostos da teoria dos recursos relativos ou da barganha (Bruschini, 2006; Ipea, 2012; Ramos, 2011).

Outros fatores relevantes que também influenciam a alocação de tempo em trabalho reprodutivo podem ser associados à perspectiva de ciclos de vida. A existência de filhos na família – e o número e idade destes filhos – são variáveis importantes na determinação da alocação de tempo. Segundo estudo do Ipea (2015), entre as mulheres sem filhos, a jornada de trabalho doméstico é de cerca de 25 horas semanais. Este tempo aumenta com o número de filhos, chegando a 31,6 horas entre aquelas com cinco ou mais filhos. No caso dos homens, aqueles sem filhos gastam mais tempo do que os homens com filhos, e, entre estes, o tempo gasto com afazeres domésticos não varia de acordo com o número de filhos. Estes dados sugerem, de maneira preliminar, que a existência de filhos impacta aparentemente quase só o tempo gasto pelas mulheres. Resultado semelhante foi encontrado por Ramos (2011). Segundo a autora, homens casados com filhos de qualquer idade despendem praticamente o mesmo tempo em afazeres domésticos que aqueles casados sem filhos, e essa jornada independe da idade dos filhos. Já para as mulheres, nota-se que as que mais empregam horas em trabalho doméstico são aquelas casadas e com todos os filhos menores de 14 anos. Além da carga maior de trabalho ocasionada pelos filhos, a autora encontrou que a presença de um companheiro aumenta significativamente o tempo de afazeres domésticos das mulheres.

De acordo com pesquisa de Bruschini (2006), entre as mulheres, o tempo gasto em trabalho doméstico aumenta significativamente com a idade, atingindo seu pico na faixa etária de 50 a 59 anos. Para os homens, contudo, não há diferenças relevantes entre as diversas faixas etárias, havendo um pequeno aumento na faixa mais elevada (acima de 60 anos). Ainda assim, homens com 60 anos ou mais não atingem sequer a metade

do tempo gasto em atividades domésticas verificado para as mulheres de mesma idade. O estudo do Ipea (2015) encontra que as jornadas em trabalho reprodutivo aumentam tanto para homens quanto para mulheres, conforme aumenta a idade dos indivíduos, mas as desigualdades entre os sexos persistem em todas as faixas pesquisadas. Segundo Ramos (2011), a explicação para este fato reside não somente em fatores demográficos – como a idade em que as pessoas têm filhos –, mas também em uma possível prevalência de percepções de gênero mais tradicionais entre as pessoas mais velhas.

Em relação às crianças e adolescentes, é possível notar que as meninas parecem ser, desde cedo, orientadas a este tipo de atividade. Em 2013, 85,5% das meninas de 10 a 17 anos realizam algum tipo de atividade doméstica não remunerada, com jornadas semanais médias de 24 horas, valores que se reduzem para a metade (44,7% e 10,4 horas semanais) quando se consideram os meninos de mesma faixa etária. Mesmo quando se consideram as diferenças em termos de participação no mercado de trabalho para este grupo específico (meninos participam mais do trabalho pago do que meninas), é possível observar que, independentemente da condição de atividade, a realização de trabalho não pago é sempre superior para elas *vis-à-vis* os meninos. Há, portanto, uma divisão sexual do trabalho doméstico desde as idades mais jovens (Ipea, 2015; Soares, Sabóia, 2007).

Em relação à variável de raça, foram encontradas diferenças muito pequenas nas jornadas de mulheres e homens negros e brancos, indicando que a divisão sexual do trabalho é transversal entre as raças (Bruschini, 2006; Ramos, 2011; Soares, Sabóia, 2007). Bruschini também não encontrou diferenças significativas nas desigualdades entre as jornadas masculinas e femininas segundo localização do domicílio (urbano/rural) e grandes regiões do país. Por fim, no que diz respeito à escolaridade, tem-se que mulheres e homens mais escolarizados tendem a gastar menos tempo em trabalho doméstico não remunerado, sendo o peso desta queda maior para elas do que para eles (Soares, Sabóia, 2007). Estes achados diferem substancialmente daqueles encontrados para países desenvolvidos, pesquisados por Gershuny e outros autores, nos quais enquanto as mulheres mais escolarizadas tendem a gastar menos horas em trabalho não pago, os homens com maior escolaridade tendem a elevar suas jornadas nestas atividades (Gershuny, Godwin, Jones, 1994).

O fato de a PNAD contar com apenas uma pergunta sobre trabalho não pago, que procura captar, de forma agregada, muitas tarefas distintas, oferece menos possibilidades analíticas e menos precisão nos dados reportados, uma vez que os entrevistados devem informar sobre atividades que,

muitas vezes, são rotineiras e cuja mensuração temporal *a posteriori* torna-se muito difícil (Aguiar, 2010; Ipea, 2012; Ramos, 2011). Ademais, podem considerar na expressão “afazeres domésticos” um conjunto distinto de variáveis. Entre 2009 e 2010, buscando avançar na coleta destas informações, o IBGE levou a campo uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo, aplicada, de modo inédito, no modelo de diário. Desenvolvida no âmbito do teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua,<sup>4</sup> o piloto sobre uso do tempo foi aplicado a apenas um indivíduo por domicílio, que era sorteado aleatoriamente e deveria responder sobre seu cotidiano em um determinado dia da semana, também sorteado aleatoriamente. Cada entrevistado fazia as anotações sobre as atividades realizadas ao longo do dia em um diário de papel e, no dia seguinte, o pesquisador retornava ao domicílio para realizar uma “entrevista do dia seguinte”, transpondo os dados para o computador de mão, que é o instrumento oficial. A pesquisa perguntou sobre todas as atividades realizadas no período de 24 horas, com intervalos de 15 minutos, com o objetivo de saber como as pessoas usam o seu tempo e relacionar esse uso com outras variáveis como sexo, idade e cor/raça. Além da duração, também se perguntou se cada atividade era principal ou secundária, onde foi realizada, com quem, se houve algum tipo de pagamento pela atividade, e se a internet foi utilizada. Foram coletadas, ainda, algumas perguntas qualitativas como, por exemplo: se a pessoa se considera com pouco tempo; se gostaria de ter mais tempo e para que tipo de atividade; se tem tempo sobrando, entre outros. Ao final do preenchimento foram feitos questionamentos adicionais para saber se aquele havia sido um dia típico ou atípico, e também para entender as dificuldades das pessoas para preencherem o diário (Cavalcanti *et al.*, 2010).

Os resultados para o conjunto de estados pesquisados no teste<sup>5</sup> apontaram que as maiores diferenças entre homens e mulheres em termos de tempo gasto em determinadas atividades estão em trabalho e trabalho voluntário (categoria agregada pelo próprio IBGE), afazeres domésticos e cuidados de pessoas da família. Em 2009, mulheres gastavam cerca de duas horas e vinte minutos a mais que os homens em afazeres domésticos (uma hora e catorze minutos para eles e três horas e trinta e cinco minutos para elas), e vinte sete minutos a mais em cuidados de pessoas da família (doze minutos e trinta e nove minutos, respectivamente). Já em trabalho

<sup>4</sup> A PNAD contínua é a pesquisa que substituirá a PNAD anual e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

<sup>5</sup> O teste foi realizado apenas nos estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul, e também no Distrito Federal.



e trabalho voluntário, os homens despendiam quase duas horas e meia a mais que as mulheres (cinco horas e doze minutos contra duas horas e quarenta e cinco minutos). Para as demais atividades pesquisadas, as distâncias eram menos expressivas, com mulheres tendo jornadas ligeiramente superiores às masculinas em estudos e cuidados pessoais, enquanto os homens estavam pouco à frente em socialização, atividades culturais, *hobbies* e esportes, uso de meios de comunicação de massa e sono (IBGE, 2012).

## ***2.2 Os estudos de uso do tempo no cenário internacional***

Diferentemente do cenário nacional, a literatura internacional sobre o tema de uso do tempo é vasta e bastante desenvolvida. A produção acadêmica tem buscado cada vez mais avançar para identificar os determinantes da alocação de tempo em diferentes atividades – destacando-se a questão do trabalho doméstico não remunerado –, partindo, para tanto, de um bem documentado diagnóstico do uso que diferentes grupos sociais fazem de seu tempo. Especificamente em relação ao trabalho não pago, os estudos conduzidos por países europeus, pelos Estados Unidos e pela Austrália – celeiro das maiores produções sobre o tema – têm apontado para uma redução significativa do tempo feminino alocado neste tipo de trabalho, assim como para uma ampliação suave do tempo masculino nas mesmas atividades. A despeito deste movimento, identificam que o trabalho doméstico permanece feminino e que, embora a contribuição relativa dos homens tenha aumentado, as mulheres fazem, ainda, pelo menos duas vezes mais trabalho doméstico do que eles (Bianchi *et al.*, 2000; Brines, 1994; Coltrane, 2000; Fuwa, 2004; Greenstein, 2000). E mais, para além da desigual distribuição do trabalho reprodutivo, os estudos indicam uma segmentação das tarefas realizadas no âmbito domiciliar baseada em uma perspectiva de gênero, com as mulheres sendo responsáveis por aquelas atividades que poderiam ser identificadas como rotineiras e menos optativas ou discricionárias (ou seja, com menos possibilidades de serem adiadas), tais como lavar roupas e vasilhas, passar roupas, limpar a casa, cuidar dos filhos, cozinhar, as quais também seriam tarefas muito consumidoras de tempo. Já aos homens caberiam as atividades mais ocasionais e flexíveis que, em certa medida, também têm sido percebidas como mais prazerosas que as demais, a exemplo de pequenos reparos nas residências, cuidar do jardim, cuidar dos carros ou pagar contas (Coltrane, 2000; Fuwa, 2004; Lennon; Rosenfield, 1994).

Ao analisar a persistência deste cenário de desigualdades na realização de trabalho reprodutivo, alguns autores buscaram desenvolver teorias que pudessem contribuir para a compreensão do pouco envolvimento masculino com estas atividades. Hochschild, influenciada pela produção teórica feminista, fala em uma *stalled revolution* para se referir à ideia de que a revolução feminina no mercado de trabalho tem sido travada por uma revolução que não se efetiva, quando se trata de observar a presença dos homens no espaço privado e na realização do trabalho reprodutivo. Como consequência desta revolução paralisada, as mulheres acabam vivenciando uma jornada dupla, acumulando os trabalhos realizados para o mercado e para o domicílio/famílias (Bittman; Matheson, 1996; Hochschild, 1989). Segundo esta perspectiva, não é de se esperar uma igualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico.

No outro extremo, existem autores que acreditam que a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação da sua contribuição para a renda familiar fazem parte de um movimento inevitável rumo à igualdade na divisão do trabalho doméstico (Bittman; Matheson, 1996). Buscando conciliar estas duas visões e partindo da análise de uma realidade na qual a jornada feminina em trabalho doméstico vem se reduzindo, ao passo que a masculina cresce lentamente, Gershuny desenvolve uma abordagem, chamada por ele de *lagged adaptation*, que diz ser a adaptação doméstica dos homens ao emprego das mulheres no mercado atrasada (*lagged*) por processos de curto e longo prazos. Nesse sentido, tanto uma “revolução paralisada” no curto prazo, quanto uma convergência nos papéis de gênero, a mais longo prazo, são esperados. Segundo o autor, as mulheres contemporâneas estão de fato trabalhando em um segundo turno, mas esta situação desigual está lentamente se resolvendo enquanto os homens se adaptam à maior responsabilidade das mulheres enquanto provedoras e começam a assumir mais tarefas domésticas. A ideia por trás desta teoria é que é inevitável um atraso na resposta dos homens às mudanças nos papéis de gênero provocadas pelas mulheres pelo fato de os homens terem que se ajustar aos hábitos domésticos, ou seja, à necessidade e ao tempo exigido para que se desenvolva um processo de aprendizado entre eles. No começo, os homens devem desaprender um padrão que se tornou familiar para eles, no qual eram apenas provedores, e devem começar a adquirir novas competências que os levem a desempenhar tarefas domésticas não familiares. Em um nível mais profundo, homens devem desaprender ou reaprender sua identidade baseada em uma concepção particular de masculinidade (Gershuny *et al.*, 1994).

É interessante observar que se, na média, as mulheres ainda fazem duas ou três vezes mais trabalho doméstico não remunerado do que os homens, a grande maioria dos homens – assim como das mulheres – considera esse arranjo justo. Alguns estudos mostram que as mulheres continuam se sentindo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo e seguem mais dispostas a abrir mão ou a alterar seu trabalho e sua vida particular para dar conta de realizar estas atividades. Há uma expectativa social, inclusive entre as próprias mulheres, de que serão elas as responsáveis por gerenciar a família e a casa. Os homens, por sua vez, assumem que este é um trabalho de responsabilidade primeira das mulheres e que sua participação parece ser percebida como opcional ou como ajuda. Como consequência, mulheres empregadas no mercado têm menos tempo para lazer e vivenciam mais estresse do que seus maridos (Coltrane, 1997; Ferree, 1991; Hays, 1996; Sanchez e Thomson, 1997; Shelton, 1992; Spain e Bianchi, 1996; entre outros). A divisão sexual do trabalho doméstico é geralmente vista como função da relutância dos homens em assumirem responsabilidade, mas alguns estudos mostram a relutância das mulheres em delegar esta atividade a eles (Allen; Hawkins, 1999; Ferree, 1991; Haas, 1992). A adaptação defasada, à qual Gershuny se refere, portanto, deve envolver também um processo de desaprendizado e reaprendizado da identidade feminina.

### 2.2.1 Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo

Os estudos da década de 1990, revisados por Coltrane (2000), revelam que os padrões de desigualdade na alocação de tempo só podem ser entendidos em sua plenitude ao se considerarem os significados simbólicos do trabalho doméstico na construção social de gênero e ao se analisarem os contextos social, cultural, econômico e político nos quais homens e mulheres são socializados, formam suas famílias, criam seus filhos e sustentam seus lares. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo não pode ser compreendido fora das suas relações com gênero, com a estrutura e a interação familiar, bem como com as formas de operação do mercado formal e informal. Estudos mostram que a realização de trabalho doméstico não pago tanto reflete quanto perpetua valores culturais de amor familiar e realização pessoal, mas também contribui para estruturar relações subordinadas de classe, raça e gênero. Mostram também que o trabalho reprodutivo está relacionado a questões de ciclo de vida, estado civil, relações familiares, poder interpessoal, trocas simbólicas, conceito de justiça, ideologia de gênero e trabalho pago (Coltrane, 2000).

Ao lidarem com tantas questões, e ao procurarem identificar o que, de fato, determina a alocação de tempo em trabalho não pago, os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores de uso do tempo se concentraram em quatro grandes abordagens que diferem quanto ao determinante principal: recursos relativos/teoria da dependência econômica, relacionado à renda; tempo disponível, diretamente ligado ao trabalho no mercado de homens e mulheres; ciclos de vida, envolvendo questões como idade, casamento, número de filhos etc.; e a ideologia de gênero, relacionada à socialização e aos valores e convenções de gênero reproduzidos pelos indivíduos nas relações. Estas abordagens não são excludentes; pelo contrário, tendem a se reforçar e fortalecer mutuamente, ainda que, em geral, os estudos tenham apontado para o maior peso da perspectiva de gênero nesta definição. Segundo Coltrane (2000), todas essas perspectivas assumem que o trabalho reprodutivo é percebido como uma atividade indesejável<sup>6</sup> e que homens e mulheres tentam, assim, minimizar a quantidade de tempo nele despendida.

#### *Perspectiva dos recursos relativos/dependência econômica*

Esta perspectiva teórica fundamenta-se na visão das trocas econômicas ou em teorias conhecidas como teorias da barganha. A ideia é que a divisão de trabalho doméstico não remunerado, por ser uma atividade indesejada, é vista como resultado de negociações entre os membros do domicílio (maridos e mulheres)<sup>7</sup> que, a partir dos insumos e produtos que trazem ao casamento, procuram encontrar o melhor acordo baseado em interesses estritamente individuais.<sup>8</sup> O nível de recursos relativos leva

<sup>6</sup> South e Spitze (1994) ressaltam que umas das contribuições da perspectiva de gênero e, portanto, das teóricas feministas, foi apontar que não necessariamente o trabalho doméstico e de cuidados é algo ruim e indesejável. Para além de expressar subordinação, pode também expressar amor, cuidado e satisfação para homens e mulheres.

<sup>7</sup> A grande maioria dos estudos conduzidos refere-se a casais heterossexuais apenas, seja pela limitação de informações, seja pela reprodução de um modelo tradicional dominante de família. Poucos estudos têm focado suas análises em domicílios não formados por casais ou formados por famílias homoafetivas, valendo destacar que estes esforços têm crescido ao longo dos últimos anos. Ver, por exemplo, Baxter, 2005; Giddings, 1998; Kurdek, 1993; Natalier, 2003; South; Spitze, 1994; VanEvery, 1997).

<sup>8</sup> Interessante considerar as observações de Bittman *et al.* (2003), que apontam que esta tradição supõe indivíduos *self-interested*, o que a princípio pareceria um conceito estranho de ser aplicado a indivíduos envolvidos em relações que pressupõem compromisso e amor. No entanto, segundo os autores, diversos estudos mostram que as pessoas não estão incondicionalmente presas ao casamento, e que nele existe bastante espaço para comportamentos egoístas. Isto abre possibilidade para a aplicação deste modelo em casais.

ao estabelecimento de relações que determinam quanto de trabalho doméstico é realizado por cada membro do casal. Aquele com mais recursos utiliza sua vantagem para evitar realizar trabalho doméstico e fazer com que o outro parceiro o faça. O tempo em trabalho doméstico reflete, nesta perspectiva, relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. Tal como apontado por Bittman *et al.* (2003), este poder advém do fato de que quem coloca mais recursos no domicílio tem maior capacidade de barganhar para fazer o outro parceiro se responsabilizar pelo trabalho doméstico. Segundo os autores, nesta corrente “o dinheiro fala”.

Nesta perspectiva, gênero influencia apenas indiretamente o tempo em trabalho doméstico, que permaneceria feminino porque as mulheres tendem a trazer menos recursos que os seus maridos – em especial, financeiros – para o processo de negociação. Logo, havendo um eventual aumento relativo da renda feminina, este poderia ser utilizado para reduzir o tempo das mulheres em trabalho não pago e/ou aumentar o de seus maridos. Segundo Greenstein (2000), porém, os dados de estudos longitudinais não apontam para a efetivação desta hipótese, indicando haver outras variáveis que contribuem, de forma tão ou mais importante, para a alocação de tempo no trabalho doméstico.

Uma variação desta perspectiva é a que aponta fazerem as mulheres mais trabalho doméstico por serem economicamente dependentes de seus maridos e, portanto, por não possuírem capacidade de barganhar para reduzir sua jornada. Esta teoria, denominada teoria da dependência, defende que as mulheres, ao se casarem, entrariam em um contrato no qual realizariam trabalho não pago em troca de suporte econômico de um marido provedor. Por conta de sua dependência, portanto, as mulheres esperariam alocar mais tempo nestas atividades do que seus maridos. Esta perspectiva adere à visão de que a relação por trás da divisão do trabalho doméstico é fundamentalmente econômica e, portanto, neutra em relação a gênero. A base das relações de troca aqui apontadas reside na relação entre provedor e dependente, e não é determinada, em última instância, pelo sexo de quem ocupa essas posições.<sup>9</sup>

Em geral, a literatura tem dado suporte a essa perspectiva, mostrando que um aumento de renda relativa ou absoluta tende a diminuir a jornada em trabalho doméstico não remunerado. Estudos revelam que quando a renda absoluta ou relativa das mulheres sobe, seu nível absoluto de tra-

<sup>9</sup> A natureza do que o dependente oferta neste processo, porém, introduz uma assimetria, definida pelo fato de que o trabalho reprodutivo é um trabalho sem valor no mercado, e sem reconhecimento social, diferentemente daquilo que o provedor oferta. Abrem-se, assim, os caminhos para a exploração.

balho doméstico cai, ainda que os resultados para os homens sejam, por vezes, inconclusivos neste sentido, já indicando as limitações desta perspectiva (Aassve *et al.*, 2014; Baxter, 2005; Beller, 1993; Blair; Lichter, 1991; Brines, 1994; Cunningham, 2007; Ferree, 1991; Hersch; Stratton, 1997). As pesquisas nos anos 1990, revisadas por Coltrane, mostram que quando os recursos relativos são mais igualitários, a divisão de trabalho reprodutivo entre maridos e esposas tende a ser também mais igualitária. Casais em que ambos possuem renda tendem a dividir o trabalho doméstico de forma mais igualitária que casais nos quais o homem é o único provedor. Na mesma linha, mulheres em ocupações de maior prestígio e autoridade tendem a compartilhar mais o trabalho doméstico não remunerado (Coltrane, 2000).

Uma série de estudos, porém, tem apontado limites ao nível de efetividade que esta perspectiva pode ter, especialmente para as mulheres (South; Spitze, 1994). Becker (1991), Brines (1994) e Greenstein (2000), por exemplo, encontraram que homens dependentes economicamente fazem menos trabalho reprodutivo quanto mais dependentes forem de suas esposas, o que é exatamente o oposto do que prevê a teoria da dependência. Hochschild (1989) percebeu, ao analisar casais, que quando as mulheres ganham mais do que os homens, não há divisão igualitária do trabalho doméstico, ao passo que em 21% dos casais entre os quais os homens ganham mais do que as mulheres e em 30% dos que têm renda igual, o trabalho doméstico era dividido igualmente. Ou seja, os homens com menos renda relativa realizavam menos atividades ligadas à reprodução social, contrapondo-se ao predito pela teoria da barganha ou dos recursos relativos. Evidencia-se, assim, a necessidade de considerar outros fatores na explicação das desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho reprodutivo.

### *Perspectiva da disponibilidade de tempo*

Este segundo marco teórico parte da ideia de que a alocação de tempo em trabalho doméstico é racionalmente realizada de acordo com a disponibilidade do tempo das pessoas do domicílio e a quantidade de trabalho doméstico a ser feita. Nesse sentido, o parceiro com maior tempo livre tomaria uma “decisão racional” de assumir a responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidados (Chesters, 2013). Esta é uma perspectiva que parte das teorias econômicas neoclássicas, em especial da teoria do capital humano, que sugere que os indivíduos definem o tempo que gastarão em

trabalho não pago e em trabalho pago de modo a maximizar sua utilidade ou eficiência, o que significa uma especialização dos parceiros. Logo, se um membro do domicílio tem uma vantagem comparativa no mercado de trabalho – salário maior, por exemplo –, ele deve se especializar na produção no mercado e o outro membro, na produção doméstica (Becker, 1991). Seguindo esta lógica, as mulheres teriam vantagens comparativas em fazer trabalho doméstico, em função da sua experiência enquanto mães, o que resultaria na sua menor presença no mercado de trabalho e maior presença no espaço doméstico. Já os homens teriam vantagens comparativas no mercado de trabalho, indicadas pelos níveis mais altos de escolaridade ou renda e alocariam, assim, menos tempo em trabalho doméstico (Bianchi *et al.*, 2000). Nesse sentido, um domicílio racional não tem incentivos para alocar o tempo de um indivíduo em trabalho reprodutivo se ele possuir uma vantagem comparativa no mercado de trabalho.

Esta perspectiva implica que deve existir uma forte associação entre o número de horas que as mulheres e homens trabalham no mercado e o número de horas que trabalham em casa (Aassve *et al.*, 2014; Greenstein, 1996; Gupta, 1999). Implica também uma relação positiva entre emprego/horas de trabalho no mercado das mulheres e horas (ou proporção) de trabalho doméstico dos homens (Bianchi *et al.*, 2000; Cunningham, 2007; Greenstein, 1996). Cunningham (2007) apontou, ainda, que a trajetória ocupacional das mulheres ao longo dos anos tem impactos importantes sobre a repartição do trabalho doméstico nos domicílios. Assim, analisando casais heterossexuais, o autor percebeu que maridos de mulheres que acumularam mais anos de trabalho em tempo integral no mercado desempenhavam uma quantidade significativamente maior de trabalhos domésticos, em especial daqueles trabalhos estereotipicamente associados ao gênero feminino.

Ainda que existam evidências tanto para homens quanto para mulheres de que o tempo de trabalho no mercado tem impactos negativos no tempo de trabalho doméstico, diversos estudos têm apontado que as mulheres continuam responsáveis pela maior carga de trabalho não pago, independentemente da fração de tempo em trabalho pago pela qual elas respondam no âmbito do casal (Bittman *et al.*, 2003; Chesters, 2013). Existem evidências também de que homens e mulheres com jornadas no mercado de trabalho fazem menos trabalho doméstico que aqueles sem qualquer ocupação, mas esse impacto tende a ser menor para mulheres do que para homens (Bianchi *et al.*, 2000; Gupta, 1999). (Brines, 1994) encontra que apenas homens casados que tenham perdido recentemente

seu emprego fazem mais trabalho doméstico que aqueles empregados em tempo integral. Os desempregados de longa duração tendem a fazer menos trabalho doméstico do que os empregados em tempo integral.

Ou seja, a associação entre estes determinantes e o tempo em trabalho doméstico se diferencia notadamente por gênero, com as mulheres sendo significativamente mais afetadas por estes fatores. De fato, Coltrane (2000) destaca que a jornada feminina no mercado é o fator, dentro da teoria da disponibilidade de tempo, mais forte e mais consistente para determinar os níveis absolutos de trabalho das mulheres na esfera doméstica, assim como a contribuição masculina a estas atividades. Esta perspectiva, portanto, não tem sido capaz de explicar por que o trabalho doméstico permanece feminino, indicando ser necessário avançar na busca por outros determinantes que expliquem as desigualdades de gênero.

### *Perspectiva da ideologia de gênero*

As duas perspectivas apresentadas até aqui são, como já apontado, neutras em relação a gênero, conferindo centralidade às teorias econômicas da escolha racional, e incapazes de explicar por que questões como recursos disponíveis (financeiros ou de tempo) impactam diferentemente as jornadas femininas e masculinas no trabalho reprodutivo, e por que o trabalho doméstico permanece feminino, a despeito das mudanças vivenciadas pelas mulheres no mundo do trabalho ao longo dos últimos anos (Bianchi *et al.*, 2000). A incorporação de um novo paradigma explicativo para as desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho reprodutivo surge, então, a partir das críticas realizadas por teóricas feministas que argumentam que a alocação de tempo em trabalho doméstico é determinada por fatores que vão muito além do que apenas a disponibilidade de tempo e a escolha racional são capazes de explicar. A par das contribuições questionadoras das feministas, Coltrane destaca que um grande grupo de sociólogos insistiu em defender que fatores sociais e culturais deveriam ser incluídos nos modelos juntamente com as estruturas e oportunidades macroeconômicas, a economia familiar e as características do capital humano. Alguns economistas na década de 1990 começaram a questionar os princípios simplificadores do capital humano e da produção doméstica, e a ideia de que a oferta de trabalho pago e a demanda por trabalho doméstico não pago estão em esferas separadas. Sugeriram, por exemplo, que quando as mulheres fazem mais trabalho reprodutivo, seus salários se reduzem. Uma pequena parcela de economistas começou, então, a incorporar em



seus modelos fatores mais sociológicos relativos a gênero e preferências de trabalho (Coltrane, 2000).

Esta nova abordagem defende que a alocação de tempo em trabalho reprodutivo está relacionada a uma questão simbólica ligada às relações de gênero, e argumenta que não há um simples *trade-off* entre tempo gasto no mercado e tempo gasto em trabalho doméstico. A ideia por trás destes argumentos é que o trabalho doméstico não tem um significado neutro, mas que a sua realização por homens ou mulheres expressa relações de gênero existentes nos domicílios, construídas social e culturalmente.

As primeiras formulações de gênero apontavam que as ideologias de gênero começavam a se formar desde a infância, quando meninos e meninas são socializados e desenvolvem personalidades e preferências *gendradas*. As mais recentes formulações apontam que há uma combinação entre ideologias de gênero com as construções teóricas de *doing gender* ou do *display gender* (Bianchi *et al.*, 2000). Isso significa que gênero teria efeitos em vários níveis, estruturando identidades, normas, interações e instituições. Nesta perspectiva, gênero não afeta apenas indiretamente o trabalho doméstico, como apontado nas perspectivas anteriores, mas também o afeta diretamente, por meio das expectativas de gênero. Homens e mulheres socializados segundo papéis tradicionais de gênero tendem a dividir o trabalho doméstico de acordo com essa socialização, ou seja, em um modelo tradicional no qual cabe às mulheres a responsabilidade primária pelos cuidados e afazeres domésticos, e aos homens, a provisão. Cria-se, assim, um acordo tácito, segundo o qual o trabalho reprodutivo torna-se uma atividade feminina; um acordo tão naturalizado, que raramente se pensa a respeito ou se questiona. Natalier, (2003) destaca, inclusive, que mesmo na ausência de mulheres que estariam desempenhando o papel de esposas, os homens tendem a desempenhar papéis bastante tradicionais de gênero, não se sentindo responsáveis ou não se envolvendo de forma sistemática nas atividades domésticas, o que indica a força das ideologias de gênero na conformação das atitudes de um e de outro grupo. Segundo a autora, “homens se comportam como se fossem maridos mesmo na ausência de mulheres que poderiam atuar como esposas” (Natalier, 2003, p. 265, tradução nossa).

As noções de *gender display* ou *doing gender* foram incorporadas à literatura a partir dos estudos de Brines (1994) que questionam a validade irrestrita da teoria da dependência econômica. Para a autora, tanto a dependência econômica quanto a realização de trabalho doméstico carregam um enorme peso simbólico como marcadores de gênero, estando bastante

relacionados ao feminino quando alguém é dependente economicamente e/ou realiza trabalho não pago, e bastante associados ao masculino quando alguém ganha a maior parte da renda domiciliar e não realiza o trabalho reprodutivo.

A partir desta perspectiva, a alocação de tempo em trabalho doméstico não pago pode derivar não das relações de troca econômicas, mas de relações de gênero que regulam as expressões simbólicas de masculinidade e feminilidade. Em contraste com o modelo de dependência, este modelo não se baseia em uma visão neutra em relação a gênero, mas em uma visão segundo a qual as regras existem, em parte, para facilitar a própria reprodução dos valores e convenções de gênero. A divisão do trabalho doméstico, nesta visão, serve a um propósito duplo: “produzir gênero” e produzir bens e serviços consumíveis. Fazer ou não trabalho doméstico facilitaria aquilo que a autora chama de *gender display*, uma vez que o fato de uma mulher se engajar no trabalho reprodutivo, e de um homem não se engajar, são formas de exibir a natureza essencial da divisão destas tarefas. A ideia é que o comportamento dos indivíduos é afetado pelas expectativas dos próprios indivíduos, de seus parceiros e dos outros. As influências sociais podem provocar resultados, mesmo sem a existência de bônus ou ônus, tal como previsto na teoria da barganha. Segundo Bittman *et al.* (2003), para retirar sentido do mundo, os indivíduos se comportam de forma que possam se explicar (que possam fazer sentido) para os outros, e isso os leva a seguir as expectativas dos outros, inclusive no que diz respeito às expectativas de gênero. Se isso é verdade, então é a combinação da necessidade individual de fazer sentido para si e para os outros e a expectativa de cada um em relação ao comportamento dos outros que faz com que homens e mulheres se adequem aos padrões de comportamento. Fazer determinadas atividades domésticas, neste contexto, confere a oportunidade de mostrar para si e para os outros que se é um membro competente de uma categoria de sexo com capacidade e desejo de agir adequadamente nestes padrões (Coltrane, 2000).

Para Brines, em situações nas quais maridos e mulheres rompem as parcerias tradicionais de gênero (mulher cuidadora e homem provedor), também estaria rompida a ideia de *gender display*, e ambos encontrariam julgamentos sociais negativos sobre suas ações, bem como vivenciaríamos problemas em lidar com as auto e heteropercepções sobre feminilidade e masculinidade. Neste sentido, mulheres provedoras e homens dependentes, sob a lógica de *gender display*, estão mais dispostos a compensar este “desvio” adotando comportamentos tradicionais de gênero em outras arenas no casamento, e não necessariamente condizentes com a teoria da

dependência. Ao contrário, estes casais podem se reorientar para arranjos tradicionais no campo dos trabalhos domésticos como uma forma de reforçar os papéis de gênero para si, para os parceiros e para os outros.

Brines (1994) encontra, em sua pesquisa, que existem dois processos de gênero distintos ligando dependência econômica e trabalho doméstico. Para as mulheres, esta relação é linear e segue os princípios das trocas econômicas ou da teoria da dependência: quando a dependência econômica das mulheres diminui, o montante de trabalho doméstico que elas realizam também diminui. Um processo diferente, porém, acontece entre os maridos: homens economicamente dependentes de suas esposas fazem menos trabalho doméstico quanto mais dependentes forem. De fato, eles tendem a aumentar sua jornada em trabalho doméstico em resposta ao aumento da renda relativa das mulheres até o ponto em que ambos contribuam igualmente em termos de renda para o domicílio, tal como previsto pela teoria da barganha. No entanto, além desse ponto, os homens começam a reduzir seu trabalho doméstico. A autora encontra, então, uma relação curvilínea na qual os maridos nos extremos do *continuum* de dependência fazem a menor quantidade de trabalho doméstico, enquanto os maridos cujos ganhos sejam aproximadamente iguais aos das mulheres tendem a fazer a maior quantidade. A contribuição dos homens para o trabalho doméstico, portanto, não segue regras lógicas de trocas econômicas. A explicação para este fato é dada pela perspectiva de *gender display*, ou seja, quando as uniões divergem das relações tradicionais de gênero, as regras que definem o trabalho doméstico se alteram e este passa a ser a forma pela qual maridos e esposas podem compensar entre eles os “desvios sociais”. Segundo a autora, quanto maior o grau de “desvio”, maior a compensação de gênero e maior o nível de investimento em comportamentos tradicionais de gênero.

Greenstein (2000) reproduz o estudo de Brines, com algumas alterações metodológicas,<sup>10</sup> e chega a resultados que diferem em algum grau dos achados da autora, mas fortalecem a dimensão de gênero como determinante central do tempo em trabalho reprodutivo. Ao analisar os resultados de sua pesquisa em termos de valores absolutos de trabalho doméstico

---

<sup>10</sup> O autor: *i*) utiliza uma base de dados diferente: Brines trabalhou com os dados para os Estados Unidos do *Panel Study of Income Dynamics*, que trazem uma única pergunta sobre tempo em trabalho doméstico, enquanto Greenstein utilizou os dados da *National Survey of Families and Households* que incluem nove categorias de trabalho doméstico e medidas de ideologia de gênero; *ii*) adiciona variáveis de controle ao modelo; e *iii*) trabalha com medida relativa de trabalho doméstico (contribuição de cada parceiro para o total de trabalho doméstico) e não absoluta, com fez Brines (jornada em trabalho doméstico), pois análises relativas podem captar melhor aspectos de justiça distributiva ou equidade na divisão do trabalho reprodutivo.

(número de horas gastas por homens e mulheres casados), Greenstein chega a resultados que são consistentes com aqueles encontrados por Brines: a teoria da dependência se aplica às mulheres e a teoria do *gender display* aos homens. Já quando o autor toma como variável dependente uma medida relativa de trabalho doméstico, os achados são diferentes, indicando que as mulheres provedoras tendem a fazer mais trabalho doméstico que o previsto sob o modelo de dependência econômica, ou seja, ao aumentarem sua participação na renda, as mulheres também aumentam sua participação no trabalho doméstico, o que é precisamente o oposto do que prevê a teoria da dependência. Os homens, porém, quanto mais dependentes forem de suas esposas, menos contribuirão para o trabalho reprodutivo. Isso significa, portanto, que tanto homens quanto mulheres agem de forma a neutralizar um papel não normativo de provedor quando definem sua contribuição ao trabalho doméstico realizado no domicílio.

O autor defende que este comportamento está mais associado à ideia de uma neutralização de desvios de gênero do que propriamente de *gender display*. Como resultado dos seus papéis econômicos não normativos, mulheres provedoras e maridos dependentes ocupam identidades desviantes. Um mecanismo para neutralizar essa identidade desviante é adotar comportamentos exagerados no campo dos trabalhos domésticos que contradigam este “desvio de identidade”. Mulheres provedoras podem tentar compensar esse desvio fazendo mais trabalho não pago do que seria esperado pela perspectiva da dependência econômica, enquanto os homens dependentes fariam menos destas atividades.

Bittman *et al.* (2003) também encontram resultados semelhantes para a Austrália e para os Estados Unidos. De maneira geral, os resultados indicam que a perspectiva de recursos relativos é eficiente para explicar a alocação de tempo em trabalho doméstico, mas não suficiente, pois quando a renda feminina ultrapassa a masculina, parece haver uma compensação do desvio dos papéis tradicionais de gênero, e os homens reduzem sua contribuição ao trabalho doméstico. Os autores consideram que, neste momento, *gender trump money*, ou seja, que gênero triunfa – ou tem mais peso – sobre os recursos financeiros.

Para chegar a estes resultados, os autores analisam dados dos Estados Unidos e da Austrália e comparam os achados. Para o caso australiano, tem-se que, de fato, o tempo de trabalho reprodutivo das mulheres é minimizado quando elas contribuem com proporção igual à dos homens na renda familiar. Ainda que sejam controladas variáveis como jornada de trabalho no mercado, o tempo das mulheres em trabalho doméstico aumenta

seis horas semanais entre o ponto no qual elas contribuam com renda equivalente à dos maridos e o ponto no qual não contribuam com qualquer quantia. Este resultado é coerente, portanto, com a teoria dos recursos relativos. No entanto, entre o ponto em que as mulheres contribuem igualmente na renda e o ponto no qual são responsáveis por toda a renda aportada ao domicílio, pode-se perceber movimento contrário ao esperado pela teoria das trocas econômicas: as mulheres tendem a aumentar seu tempo de trabalho doméstico entre cinco a seis horas. A perspectiva de gênero passa, portanto, a ter maior valor explicativo que a da barganha. Quando se caminha em direção a uma maior dependência masculina, na qual os homens não estariam se adequando aos papéis convencionais de gênero, as mulheres passam a fazer mais trabalho doméstico e os homens, menos, como forma de neutralizarem esse “desvio de gênero”. Vale destacar que os autores encontraram que em apenas 14% dos casais australianos as mulheres ganhavam mais do que os homens, mas mesmo com a exclusão dos *outliers*, as curvas não se alteram.

Outro importante achado de Bittman *et al.* (2003), ainda para o caso australiano, é que a contribuição masculina para a renda domiciliar não influencia o tempo alocado pelos homens no trabalho reprodutivo, o que vai de encontro ao que prevê a teoria da barganha. Quando se compara esse resultado aos relacionados ao tempo em trabalho doméstico das mulheres, é possível perceber que, desde o ponto em que os homens contribuem com toda a renda domiciliar até o ponto em que contribuam com a mesma renda feminina, as mulheres podem usar da barganha para reduzir o seu tempo em trabalho reprodutivo, mas não para aumentar o dos homens. Segundo os autores, há, neste caso, menos resistência entre as mulheres a se tornarem menos “femininas” do que há para os homens assumirem atitudes tradicionalmente mais femininas. A teoria de gênero, portanto, impõe limites à teoria da barganha.

Em resumo, os autores concluem que existem evidências de efeitos da teoria da barganha nas duas sociedades, pelo menos enquanto a renda das mulheres não ultrapassa a renda dos homens. No entanto, gênero tem efeitos que ultrapassam a questão dos rendimentos: *i*) quem contribui com quanto no orçamento familiar tem, nas duas sociedades, pouco ou nenhum efeito na jornada de trabalho masculina; *ii*) enquanto as mulheres conseguem utilizar seu poder de barganha para reduzir seu próprio trabalho reprodutivo, elas não conseguem fazer o mesmo para aumentar o trabalho dos maridos; *iii*) mesmo quando homens e mulheres trabalham em tempo integral e possuem renda igual, existe um determinante

de gênero que faz com que as mulheres trabalhem mais tempo que os homens; e *iv*) gênero “triunfa” sobre os recursos financeiros quando as mulheres provêm mais renda que seus maridos. Nestes casos, na Austrália, os casais respondem com as mulheres fazendo mais trabalho doméstico e, nos Estados Unidos, pelo menos no topo da distribuição, com os homens fazendo menos destas atividades. Ambas as sociedades tentam neutralizar os desvios de gênero.

Tanto Brines, quanto Greenstein e Bittman *et al.*, porém, trabalham com casais já formados. Para incluir domicílios sem casais, South e Spitze (1994) realizam um teste empírico do *doing gender* ou do *gender display* e encontram que a diferença no tempo gasto em trabalho reprodutivo por homens e mulheres casados é maior que aquela existente entre homens e mulheres solteiros, concluindo, assim, que homens e mulheres evidenciam suas características de gênero (ou “do *gender*”) quando vivem juntos.

Gupta (1999b) *apud* Bittman *et al.* (2003), por sua vez, utilizando dados para os Estados Unidos, encontrou que ao se eliminar a ponta da cauda da distribuição dos recursos relativos dos maridos, a curvilinearidade desaparece. Se é verdade que os homens reduzem seu trabalho doméstico quando a renda das mulheres se torna maior, este resultado vem, exclusivamente, de um pequeno número de homens com menores rendas em relação às mulheres. Na maior parte da população em que os homens fazem mais trabalho doméstico a teoria das trocas econômicas se encaixa bem, ainda que os altos níveis de trabalho reprodutivo das mulheres sejam consistentes com efeitos de gênero.

Greenstein (1996) destaca que a ampla maioria dos pesquisadores que trabalha com a dimensão da ideologia de gênero tem desenvolvido seus estudos partindo da hipótese de que a divisão do trabalho doméstico tende a ser mais tradicional em casamentos ou em domicílios nos quais mulheres e homens possuem ideologias mais tradicionais de gênero. Em contraposição, casais com ideologias menos tradicionais tenderão a apresentar uma divisão do trabalho doméstico mais igualitária. De fato, os resultados encontrados – em especial naqueles estudos que consideram a proporção de trabalho doméstico realizado por homens e mulheres – apontam nesta direção e indicam que maridos com ideologia de gênero mais igualitárias tendem a gastar mais horas em trabalho reprodutivo e a responder por uma maior proporção do trabalho doméstico do domicílio, enquanto maridos mais tradicionais tendem a se comprometer menos com estas atividades (Blair e Lichter, 1991 *apud* Greenstein, 1996; Kamo, 1988 *apud* Greenstein, 1996, entre outros). De todo modo, o poder mas-

culino é evidente: mulheres tendem a ser mais afetadas pelas preferências dos homens do que o contrário (Ferree, 1991; Shelton; John, 1996).

A maioria destes pesquisadores, porém, não considera os efeitos interativos entre ideologias de maridos e mulheres. Buscando avançar nesta discussão, Greenstein (1996) desenvolve pesquisa partindo da ideia de que não é suficiente considerar as ideologias de gênero de homens e mulheres (ou maridos e esposas) de forma isolada, sendo essencial considerar a interação entre essas ideologias como forma de entender como a divisão sexual do trabalho doméstico se concretiza.

Para Greenstein, há uma interação entre ideologias de maridos e mulheres em termos dos efeitos conjuntos na contribuição dos homens ao trabalho doméstico. Assim, a contribuição dos homens ao trabalho não pago está relacionada à sua própria ideologia de gênero apenas quando forem casados com mulheres igualitaristas. Ou seja, homens conservadores ou igualitaristas tenderão a fazer pouco trabalho reprodutivo sempre que casados com mulheres que tenham ideologias mais tradicionais. Já quando casados com mulheres igualitaristas, os homens igualitaristas tenderão a compartilhar de forma mais equânime o trabalho doméstico não remunerado, ainda que maridos tradicionais, neste arranjo familiar, também tendam a se envolver pouco nestas atividades.

Isso significa, portanto, que a situação de maior igualdade na divisão do trabalho doméstico estaria na interação entre o menos tradicional dos maridos – em termos de ideologia de gênero – e a menos tradicional das mulheres. Como a contribuição masculina é pouco influenciada pela sua própria ideologia de gênero, os maridos nos dois extremos – os mais tradicionais e os menos tradicionais – farão mais ou menos a mesma (pouca) proporção de trabalho reprodutivo quando casados com mulheres tradicionais. Mesmo quando casados com mulheres relativamente igualitárias, maridos tradicionais fazem pouco trabalho doméstico. Em resumo, os maridos fazem, como regra, pouco trabalho reprodutivo, a não ser que eles e suas mulheres sejam relativamente não tradicionais em suas crenças sobre gênero e papéis no casamento.

### *Perspectiva de ciclos de vida*

Em geral, a literatura trabalha em torno das três perspectivas anteriormente apresentadas. As discussões teóricas conduzidas pelos autores na grande maioria dos textos se concentram na adequação ou não das teorias dos recursos relativos, da disponibilidade de tempo e das ideologias

de gênero. Ao realizar sua pesquisa sobre a produção acadêmica no campo, Coltrane (2000) sugere uma nova classificação dos estudos, que consideraria as três dimensões aqui apresentadas, mas incorporaria algumas novas. Entre estas, cabe destacar a ideia de determinantes relacionados aos ciclos de vida dos indivíduos.

Para o autor, esta nova abordagem trata do impacto no trabalho reprodutivo de fatores como idade, experiência no mundo do trabalho, arranjos familiares, transições familiares, casamento e recasamento, fertilidade, sexualidade, entre outros. Esta categoria traz um grande conjunto de hipóteses e não um corpo único teórico. Entre estas hipóteses, o autor destaca que: *i*) casamentos e filhos aumentam o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, mais do que dos homens (Bianchi *et al.*, 2000; Gupta, 1999; South; Spitze, 1994); *ii*) casais de mesmo sexo ou grupos de pessoas que co-habitam (e não casadas legalmente) tendem a dividir mais o trabalho reprodutivo do que casais heterossexuais, uma vez que espera-se que aqueles grupos estejam menos sujeitos às normas do casamento e persigam ideais de vida mais igualitários (Kurdek, 1993; Baxter, 2005; Natalier, 2003); *iii*) casamento e maternidade/paternidade tardios também levariam a uma divisão mais igualitária do trabalho reprodutivo, ainda que esta maior igualdade possa estar relacionada a alguns fatores de mediação, como o fato de que mulheres que casam mais tarde tendem a ter menos filhos e, conseqüentemente, menos trabalho de cuidados para ser realizado (Coltrane, 1990; Pittman; Blanchard, 1996); e que *iv*) a existência de filhos mais jovens tende a aumentar a demanda por trabalho doméstico (especialmente para as mulheres), mas a presença de filhos mais velhos aumenta a possibilidade de divisão do trabalho doméstico, especialmente se estes filhos forem meninas (Waite; Goldscheider, 1992 *apud* Coltrane, 2000).

É interessante notar que esta perspectiva considera que trabalhar de forma isolada com variáveis demográficas – como idade, sexo, estado civil etc. – traz uma séria de limitações à análise, uma vez que a idade biológica, por exemplo, só terá significado real quando analisada em conjunto com o sexo do indivíduo e seu estado civil, assim como o estado civil só é uma variável relevante para a análise quando conjugado à presença e número de filhos. Pessoas em uma mesma faixa etária, portanto, podem situar-se no mesmo ponto em termos biológicos, mas não necessariamente estarão no mesmo estágio do ciclo de vida (Zuzanek; Smale, 2002).

Zuzanek e Smale propõem, nesse sentido, que análises considerando ciclos de vida podem ser operacionalizadas a partir de uma combinação de



quatro fatores: idade, estado civil, presença de filhos e situação de emprego (Zuzanek; Smale, 2002). Estes representariam, para o autor, os quatro maiores papéis sociais ou biológicos da vida de um indivíduo e seriam analisados de forma separada para homens e mulheres. Em seu estudo de 2002, Zuzanek e Smale encontram, no que se refere à realização de tarefas domésticas, que homens solteiros, homens empregados e homens empregados com filhos gastam sistematicamente menos tempo em trabalho reprodutivo do que qualquer um dos grupos de mulheres em estágios diferenciados do ciclo de vida. É possível dizer, ainda, que o tempo e a responsabilização pelo trabalho doméstico e cuidado com crianças é fortemente afetado pela condição de emprego e pelo estado civil das mulheres. Já entre os homens, o impacto é bem menor. Ou seja, estado civil, presença de filhos e condição ocupacional são variáveis que contribuem para ampliar a desigualdade de gênero na alocação de tempo em trabalho reprodutivo.

Estudos mostram que a existência de crianças na família tende, de fato, a aumentar o tempo neste tipo de trabalho para homens e mulheres, ainda que os efeitos sejam bem mais intensos para elas do que para eles (Bianchi *et al.* 2000; Coltrane, 2000; Gupta, 1999; Brines, 1994). Outros estudos, porém, encontraram pouco ou nenhum efeito de filhos nas jornadas masculinas em trabalho reprodutivo (Gupta, 1999; Ross, 1987 *apud* Bianchi *et al.* 2000). Greenstein (1996) encontrou que o número de filhos está relacionado à proporção de trabalho reprodutivo assumido pelos homens de forma linear, porém negativa. Gupta (1999) por sua vez percebeu que, quando os filhos se tornam adolescentes, apenas os filhos homens continuam a provocar ampliação da jornada feminina em trabalho doméstico.

Mulheres mais jovens tendem a fazer menos trabalho doméstico e a dividi-lo de forma mais igualitária que mulheres mais velhas (Hersch; Stratton, 1997; Lippe & Siegers, 1994 *apud* Coltrane, 2000). Presser (1994) encontra que quanto maior a diferença de idade entre os casais, maior a desigualdade na alocação de tempo em trabalho reprodutivo. Gupta (1999) aponta que a presença de mulheres adultas no domicílio – sejam elas companheiras, mães ou irmãs – diminuiu o número de horas que os homens gastam em trabalho doméstico.

Coerentemente com a teoria de gênero, diversos estudos encontram que o casamento amplia muito mais a horas de trabalho doméstico das mulheres do que a dos homens que, inclusive, podem nem variar conforme o estado civil (Bianchi *et al.*, 2000; Coltrane, 2000). Considerando a

duração das uniões, Greenstein (1996) encontra que a contribuição masculina ao trabalho doméstico é inversamente proporcional à duração das uniões.

Um interessante estudo desenvolvido a partir desta perspectiva é o de Gupta (1999), que procurou analisar impactos de diferentes tipos de transição marital no tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado, ou seja, como a jornada neste tipo de trabalho é afetada pela formação ou dissolução de uniões.<sup>11</sup> Ainda que a autora tenha se preocupado em explicar estes impactos especialmente para os homens – uma vez que a literatura fala pouco sobre as causas das mudanças no comportamento dos homens no que se refere ao trabalho reprodutivo –, o estudo aponta para a importância da variável gênero em uma análise focada em questões de ciclo de vida.

Utilizando-se das perspectivas de ciclo de vida e do *doing gender*, a autora encontra que tanto homens quanto mulheres modificam seus comportamentos em relação ao trabalho doméstico quando entram ou saem de uniões em que moram juntos, o que está de acordo com a perspectiva de ciclo de vida. O sentido desta mudança, porém, é bastante diferenciado para cada um deles, tal como sugere a perspectiva de gênero: os homens reduzem substancialmente o tempo gasto em trabalho reprodutivo quando entram em uniões, e ampliam este tempo quando delas saem, enquanto as mulheres, ao contrário, aumentam a jornada em trabalho doméstico ao entrarem em uniões, e a reduzem ao saírem. Destaque-se que é o tempo gasto em atividades domésticas tipicamente femininas o componente mais sensível a estas transições, reafirmando a importância e validade das ideias de *doing gender*.

O estudo mostra ainda que entrar em uniões de coabitação (e não casamento formal) leva a mudanças no comportamento em relação ao tempo de trabalho doméstico que não são menos gênero-típicas do que aquelas percebidas em uniões formais de casamento. Em relação ao tempo gasto em trabalho não pago, portanto, a autora conclui que a formação de domicílios do tipo “casal heterossexual” – casados ou em coabitação – é mais vantajosa para os homens do que para as mulheres. Por fim, a autora sugere que não existem ganhos de escala no trabalho doméstico. Considerando-se todas as formas possíveis pelas quais homens e mulheres formam casais, nenhuma resulta em redução simultânea da jornada reprodutiva de ambos.

<sup>11</sup> A autora utiliza dados longitudinais oriundos de duas ondas da pesquisa *National Survey of Families and Households*, dos Estados Unidos, e concentra sua análise no tempo gasto em trabalho doméstico tipicamente feminino, por considerar que este tipo de atividade é especialmente importante quando se estuda a perspectiva do *doing gender*.

Ainda sobre diferentes tipos de união, Baxter (2005) compara casais que se casaram legalmente com aqueles que dividem o domicílio, sem uniões formais (em união estável, nos termos brasileiros). Os resultados indicam que a divisão do trabalho doméstico entre casais em união estável tende a ser menos tradicional do que a dos casais formalmente casados; e, pelo menos para as mulheres, estar em união estável representa uma responsabilidade menor em termos de jornada de trabalho doméstico do que estar em casamentos formais. Segundo a autora, existem evidências de que a perspectiva do *doing gender* é menos relevante para as uniões estáveis do que para os casamentos, ainda que continue sendo importante para ambos, dadas as significativas diferenças na realização e nas horas gastas em trabalho não pago entre homens e mulheres.

A perspectiva de ciclos de vida evidencia, mais uma vez, a importância da variável gênero na determinação das jornadas em trabalho doméstico não remunerado. É possível perceber pelas propostas de Coltrane e Zuzanek e Smale como esta é uma variável determinante e como os fatores demográficos impactam diferentemente homens e mulheres em função da intermediação provocada pelas convenções de gênero vigentes. Se é fato que ter filhos provoca um aumento na jornada de trabalho reprodutivo de homens e mulheres, o que a perspectiva do tempo disponível não consegue explicar é por que este aumento é maior para as mulheres do que para os homens. É preciso considerar que algo acontece dentro dos domicílios em relação aos cuidados com filhos que está além das possibilidades de explicação das teorias de escolha racional (Bianchi *et al.*, 2000). Ser casado, ter filhos, estar empregado, ser mais novo, estar em um relacionamento homoafetivo, certamente produzirão impactos sobre todos, mas a magnitude destes impactos será determinada especialmente pela condição de gênero dos indivíduos e pelas ideologias de gênero difundidas socialmente.

### 2.2.2 A importância da perspectiva de gênero

A literatura tem mostrado que existe suporte para todas as perspectivas anteriormente apresentadas: aumentos de renda tendem a resultar em redução do trabalho doméstico, maior jornada no mercado de trabalho tende a reduzir a jornada reprodutiva, mudanças de estágio em ciclos de vida afetam tanto homens, quanto mulheres. No entanto, um achado incontestável dos estudos desenvolvidos na área é que gênero tem maior peso explicativo na diferença de tempo alocado em trabalho doméstico que qualquer outro fator (Aassve *et al.*, 2014; Bianchi *et al.*, 2000; Bitt-

man *et al.*, 2003; Brines, 1994; Coltrane, 2000; Natalier, 2003; South; Spitze, 1994, entre outros).

Bittman *et al.* (2003) apontam que, em termos de grandes conclusões, os estudos sobre tempo em trabalho não pago têm evidenciado que as mulheres fazem mais trabalho doméstico e os homens fazem menos mesmo quando possuem jornadas similares no mercado de trabalho – evidenciando a insuficiência da teoria de disponibilidade de tempo para explicar as desigualdades – e que os ganhos relativos explicam apenas uma pequena parcela da desigualdade de tempo alocado em trabalho reprodutivo entre homens e mulheres. Coerentemente com a teoria de gênero, diversos estudos encontram que o casamento amplia muito mais as horas de trabalho doméstico das mulheres do que a dos homens que, inclusive, podem nem variar conforme o estado civil (Bianchi *et al.*, 2000; Coltrane, 2000). Considerando a duração das uniões, Greenstein (1996) encontra que a contribuição masculina ao trabalho doméstico é inversamente proporcional à duração das uniões. Chesters (2013), ao analisar o aumento de casais cujos membros são ambos provedores de renda encontrou que, apesar de ter-se verificado uma tendência geral de ampliação das jornadas masculinas e redução das femininas ao longo dos anos, ao se incluírem no modelo as quatro variáveis usualmente associadas aos principais determinantes do trabalho não pago (renda própria, renda relativa, tempo disponível e “atitudes de gênero”) a variável “atitudes de gênero” revelou-se como a única que produziu coeficientes estatisticamente significativos. Ou seja, no decorrer dos anos, o comportamento dos indivíduos com relação aos valores de gênero é muito mais determinante para a definição de jornadas de trabalho não pago do que a renda de cada um, a renda relativa ou o tempo disponível.

A importância de gênero também pode ser percebida pelo fato de que, sejam quais forem as variáveis independentes utilizadas nos modelos, a maioria parece afetar o trabalho doméstico das mulheres de forma muito mais significativa do que o dos homens. Estudos revisados por Bittman *et al.* (2000), que procuram predizer o tempo em trabalho doméstico para homens e mulheres separadamente, conseguem explicar uma proporção muito maior da variância para mulheres do que para homens, independentemente de que variáveis sejam adotadas no modelo. Quando os estudos encontram fatores que explicam o trabalho doméstico masculino, em geral estes não se adequam às teorias das trocas econômicas.

Por fim, vale destacar o estudo de Bianchi *et al.* (2000) que encontra, diferentemente de boa parte dos estudos aqui apresentados, que as pers-

pectivas de recursos relativos e disponibilidade de tempo têm maior peso na determinação da alocação de tempo em trabalho reprodutivo do que a perspectiva de gênero. Ao analisar os dados de casais estadunidenses os autores encontram que todas as perspectivas são importantes preditoras das desigualdades na jornada de trabalho doméstico. Contudo, os fatores associados à disponibilidade de tempo, em primeiro lugar, e aos recursos relativos, em segundo, são os mais importantes determinantes. Em relação à perspectiva da disponibilidade de tempo, tem-se que as horas gastas no mercado de trabalho e a presença de crianças são importantes determinantes do tempo em trabalho reprodutivo: a jornada feminina no mercado de trabalho afeta as horas de trabalho doméstico do casal, aumentando o tempo dos maridos, reduzindo o tempo das mulheres e, assim, reduzindo o *gap* de gênero; já a jornada dos homens no mercado reduz sua própria jornada em trabalho doméstico, tem pouco efeito na jornada das esposas e aumenta o *gap* de gênero. A existência de crianças de 0 a 11 anos no domicílio aumenta significativamente o tempo em trabalho reprodutivo para maridos e mulheres, mas triplica a jornada das esposas. A existência de filhas de 12 a 18 anos amplia significativamente o tempo de trabalho doméstico das esposas, mas não tem impacto sobre os maridos. A existência de filhos de 12 a 18 anos, por sua vez, aumenta o trabalho das mulheres mais do que quando existem meninas de mesma idade e cerca de três vezes mais do que aumenta para os maridos.

Analisando-se a perspectiva de recursos relativos, os autores encontram que, quanto maior a proporção da renda do casal que é recebida pela mulher, menos trabalho reprodutivo ela faz, mais o marido contribui e, assim, menor fica o *gap* de gênero. Por fim, incorporando-se a perspectiva de gênero tem-se que esposas com ideologias de gênero mais igualitárias fazem menos trabalho doméstico, reduzindo o *gap*, mas a sua ideologia não afeta as jornadas dos maridos. Já maridos com ideologias mais igualitárias não possuem jornadas de trabalho doméstico maiores, ainda que as mulheres casadas com estes homens façam menos trabalho reprodutivo do que as casadas com maridos de ideologia mais tradicional.

Ao concluir pela maior relevância das perspectivas relacionadas às trocas econômicas, os autores fazem uma importante ressalva, destacando que os resultados podem ser afetados pelo fato de que os indicadores disponíveis tendem a medir melhor as abordagens de recursos relativos e disponibilidade de tempo, enquanto a ideologia de gênero é mais difícil de ser mensurada. A jornada dos maridos responde menos ao tempo disponível e aos recursos relativos do que a jornada de mulheres. O tempo em

trabalho reprodutivo das mulheres, mais do que dos homens, continua a ser afetado pelas exigências da vida familiar. Ainda que de forma indireta, portanto, isso sugere que a perspectiva de gênero é importante para entender como os casais alocam seu tempo, e pode complementar as respostas alcançadas pelas teorias de troca econômica. É necessário, portanto, encontrar formas mais eficientes de medir suas influências.

### 3 – Conclusão

A produção sobre uso do tempo e trabalho reprodutivo tem crescido ao longo dos anos e se tornado cada vez mais complexa. No caso brasileiro, os estudos ainda podem ser considerados iniciais e bastante exploratórios. A inexistência de uma pesquisa específica, com periodicidade assegurada e cobertura nacional, que permita mensurar a forma como os indivíduos destinam seu tempo a diferentes atividades é, sem dúvida, uma das razões centrais para a pouca produção no país e para o pouco debate acadêmico e político sobre a questão. Hoje, o IBGE disponibiliza apenas três itens na PNAD, os quais permitem identificar de forma bastante agregada e estimada o tempo gasto pela população em trabalho no mercado, afazeres domésticos e deslocamento casa-trabalho. Perguntas fechadas tendem a reportar valores subestimados em relação ao tempo gasto em atividades rotineiras e naturalizadas, tal como é o caso do trabalho reprodutivo, especialmente para as mulheres. Nesse sentido, o fato de o país contar com apenas um item para medir trabalho doméstico não remunerado, apresentado sob o título de “afazeres domésticos” e que pode englobar questões diferentes, a depender da interpretação de cada entrevistado – entram, por exemplo, os cuidados com filhos, idosos, doentes? –, traz inúmeros problemas metodológicos e limitações às análises e conclusões a que se possa chegar. As comparações internacionais são também fortemente prejudicadas, ainda que seja importante reconhecer que a existência desta única pergunta tem mobilizado, em especial nos últimos anos, um número maior de pesquisadores, gestores e ativistas interessados no tema. Com isso, ampliam-se as pressões para que pesquisas mais detalhadas e aprofundadas possam ser desenvolvidas no país.

Já as pesquisas conduzidas em âmbito internacional têm possibilitado reflexões muito importantes para as discussões sobre desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalho reprodutivo. Em geral, estes estudos têm trabalhado a partir de pesquisas nacionais de uso do tempo conduzidas pelos países em formato de diários ou em formato de questio-

nários fechados, nos quais um rol bastante extenso de atividades tende a ser coberto entre os itens pesquisados. Muitas destas pesquisas têm sido conduzidas há décadas, possibilitando a construção de séries históricas e conferindo maior confiabilidade aos resultados, uma vez que estes já puderam ser submetidos à crítica de um amplo conjunto de estudiosos e especialistas na área.

Ainda que existam inúmeros limites aos resultados encontrados, os estudos produzidos ao longo dos últimos anos têm associado a desigualdade de tempo gasto em trabalho reprodutivo a um conjunto mais ou menos regular de variáveis. Estes estudos, tal como apontado ao longo desta revisão, podem ser categorizados em quatro grandes grupos, a depender do determinante percebido como central na definição das jornadas: *i*) recursos relativos: quem possui mais recursos (especialmente financeiros) possui maior poder para negociar a redução do seu tempo de trabalho doméstico ou a ampliação do tempo do(a) parceiro(a); *ii*) disponibilidade de tempo: quem possui mais tempo para se dedicar ao trabalho doméstico o fará, ou seja, jornadas no mercado de trabalho reduzem a probabilidade de realização de trabalho doméstico; *iii*) ciclos de vida: há que se considerar a posição do indivíduo em seu ciclo de vida para que se possa entender o que determina sua jornada em trabalho doméstico; variáveis analisadas de forma isolada – como estado civil, número de filhos ou idade – são incapazes de explicar de forma mais abrangente as decisões individuais; e *iv*) ideologias de gênero: a realização de trabalho reprodutivo tem a ver com a concretização de valores e convenções de gênero que associam a cada um dos sexos determinados comportamentos socialmente esperados. Esta perspectiva busca explicar por que sempre que se consideram outros determinantes persiste uma diferença significativa nas jornadas em trabalho reprodutivo de homens e mulheres.

Os estudos demonstram que existem evidências da validade de todas estas perspectivas. No entanto, pesquisadores têm conferido foco especial à importância de gênero na alocação de tempo em trabalho doméstico. Thompson e Walker (1989, p. 857) *apud* Coltrane (2000, p. 1212) rejeitam praticamente todos os outros determinantes, dizendo que “emprego feminino, disponibilidade de tempo, recursos relativos, ideologia e poder não conseguem explicar por que mulheres ainda fazem o grosso do trabalho doméstico”. Calasanti e Bailey (1991), na mesma linha, dizem que: “conferir mais foco à persistência das diferenças de gênero na divisão do trabalho doméstico do que a outros fatores que contribuem para uma pequena mudança pode ser mais proveitoso para entender e erradicar as

desigualdades”. Nesse sentido, a literatura mais atual sobre o tema tem apontado para a necessidade de se considerar esta dimensão para que se possa ser capaz de explicar, de forma completa, as desigualdades no tempo gasto em trabalho reprodutivo.

É importante destacar que a maior parte dos estudos desenvolvidos nos últimos anos tem trabalhado com a divisão do trabalho doméstico entre casais heterossexuais já formados, ignorando novos modelos familiares e a recorrência de uniões e dissoluções. Ademais, consideram como trabalho doméstico basicamente a realização de atividades relacionadas aos cuidados com o domicílio, não considerando na análise os cuidados com filhos e familiares que, certamente, demandam muito em tempo, especialmente das mulheres, por se associarem diretamente a uma ideia culturalmente difundida, limitante e essencializadora, da natureza feminina do cuidado.

Outro limite deste conjunto de pesquisas aqui apresentados – e também da literatura da área de modo geral – é que este encontra-se focado nos determinantes do trabalho reprodutivo em nível individual (renda, tempo, ideologia, idade etc). Alguns poucos estudos buscam avançar, incorporando determinantes de natureza mais ampla, a exemplo do que desenvolve Fuwa (2004) para a ideia de macrofatores. O objetivo do autor é identificar de que modo as desigualdades de gênero no nível macro (e, portanto, não as ideologias de gênero individuais) limitam os efeitos das características individuais – analisadas a partir das perspectivas de recursos relativos, disponibilidade de tempo e ideologias de gênero – na distribuição do trabalho doméstico entre os casais. Além de analisar as macrodesigualdades de gênero, mensuradas pelo índice *Gender Empowerment Measure* (GEM) das Nações Unidas, o autor considera, ainda, outros macrofatores potencialmente influenciadores da divisão do trabalho reprodutivo.<sup>12</sup>

Para realizar esta discussão, Fuwa parte da ideia de que existem duas formas pelas quais as desigualdades de gênero no nível macro podem influenciar a divisão de trabalho doméstico não remunerado entre os casais. Por um lado, em condições sociais de maior igualdade de gênero, os casais podem compartilhar mais igualmente as tarefas domésticas, a despeito de suas características individuais. Por outro, desigualdades de gênero mais

<sup>12</sup> São eles: desenvolvimento econômico dos países (operacionalizado pelo produto interno bruto), presença das mulheres na força de trabalho (proporção de mulheres entre os economicamente ativos), normas culturais e de gênero (mensuradas a partir da construção de uma média de ideologia de gênero – MGI) e regimes de bem-estar social (medidos a partir de cinco variáveis *dummy* para os tipos de regime considerados: social-democracia, conservador, liberal e socialista)



intensas no nível macro – ou seja, um contexto social menos favorável à igualdade entre homens e mulheres – podem modificar os efeitos esperados das características individuais.

Procurando testar os efeitos interativos dos fatores macrossociais nos fatores microssociais, Fuwa procura entender como as desigualdades amplas condicionam os efeitos das variáveis individuais. Os resultados encontrados pelo autor apontam que o efeito dos três fatores individuais (recursos, tempo e ideologias individuais de gênero) é mais forte para mulheres em países mais igualitários em relação a gênero, já que nestes países os efeitos das características individuais sofrem menos “descontos” pelas diferenças de gênero relacionadas aos poderes político e econômico do nível macro. Mulheres em países menos igualitários, por sua vez, se beneficiam menos de seus atributos individuais. Sugere-se, assim, que mudanças nos fatores individuais podem não ser suficientes para que se alcance uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico, se não houver, simultaneamente, redução das desigualdades políticas e econômicas de gênero no nível macro.

De acordo com o autor, estes resultados sugerem que incorporar teorias de interação entre fatores micro e macro oferecem *insights* importantes para a dinâmica das relações entre os casais e contribuem para refinar as análises sobre divisão do trabalho doméstico não remunerado.

Finalmente, cabe destacar que os estudos aqui revisados correspondem a uma parcela muito restrita em relação à produção da área. O recorte temporal coberto vai do início da década de 1990 a finais dos anos 2000, com ênfase em pesquisas publicadas em língua inglesa ou em português. Com isso, há uma predominância de análises conduzidas para os Estados Unidos e Austrália – países com tradição na temática. É necessário ainda reportar que só foram considerados artigos divulgados em periódicos, para o caso da literatura internacional, uma vez que a produção é bastante extensa neste campo.

## REFERÊNCIAS

- AASSVE, A.; FUOCHI, G.; MENCARINI, L. Desperate housework relative resources, time availability, economic dependency, and gender ideology across Europe. **Journal of Family Issues**, v. 35, n. 8, p. 1000-1022, 2014.
- AGUIAR, N. **Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, mimeo, 2001.
- \_\_\_\_\_. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, 2010.
- \_\_\_\_\_. Mudanças do uso do tempo na sociedade brasileira. **Política & Trabalho**, n. 34, p. 73-106, 2011.
- AGUIAR, N.; SUYAMA, E. **Questões metodológicas para o estudo das determinações do uso do tempo por homens e mulheres de distintos estratos sociais**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE TIEMPO, TIEMPO DE POLÍTICAS. Santiago do Chile: Cepal, 2011.
- ALLEN, S. M.; HAWKINS, A. J. Maternal Gatekeeping: mothers' beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work. **Journal of Marriage and the Family**, v. 61, n. 1, 1999.
- ÁVILA, M. B. **Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres**. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2004.
- BAXTER, J. To marry or not to marry marital status and the household division of labor. **Journal of Family Issues**, v. 26, n. 3, p. 300-321, 2005.
- BECKER, G. S. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BELLER, A. H. **The divisions of labor by gender a comment**. *Rationality and Society*, v. 5, n. 3, p. 398-407, 1993.
- BIANCHI, S. M. *et al.* Is anyone doing the housework? Trends in the labor. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 191-228, 2000. Gender Division of Household.
- BITTMAN, M. *et al.* When does gender trump money? Bargaining and time in household work. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 1, p.186-214, 2003.
- BITTMAN, M.; MATHESON, G. **All else confusion: what time use surveys show about changes in gender equity**. Social Policy Research Centre: University of NSW, 1996. (SPRC Discussion Paper n. 72).
- BLAIR, S. L.; LICHTER, D. T. Measuring the division of household labor gender segregation of housework among American couples. **Journal of Family Issues**, v. 12, n. 1, p. 91-113, 1991.
- BRINES, J. Economic dependency, gender, and the division of labor at home. **American Journal of Sociology**, v. 100, n. 3, p. 652-688, 1994.

- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.
- CALASANTI, T. M.; BAILEY, C. A. Gender inequality and the division of household labor in the United States and Sweden: a socialist-feminist approach. **Social Problems**, v. 38, n. 34, 1991.
- CAVALCANTI, L.; PAULO, M.; HANY, F. E. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009-2010. In: **FAZENDO GÊNERO 9**, Santa Catarina: UFSC, 2010.
- CHESTERS, J. Gender convergence in core housework hours assessing the relevance of earlier approaches for explaining current trends. **Journal of Sociology**, v. 49, n. 1, p. 78-96, 2013.
- COLTRANE, S. Birth timing and the division of labor in dual-earner families exploratory findings and suggestions for future research. **Journal of Family Issues**, v. 11, n. 2, p. 157-181, 1990.
- COLTRANE, S. **Family man: fatherhood, housework, and gender equity**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- COLTRANE, S. **Research on household labor: modeling and measuring the social embeddedness of routine family work**. *Journal of Marriage and Family*, v. 62, n. 4, p. 1208-1233, 2000.
- CUNNINGHAM, M. Influences of women's employment on the gendered division of household labor over the life course evidence from a 31-year panel study. **Journal of Family Issues**, v. 28, n. 3, p. 422-444, 2007.
- DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. *et al.* (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.
- FERREE, M. The gender division of labor in two-earner marriages dimensions of variability and change. **Journal of Family Issues**, v. 12, n. 2, p. 158-180, 1991.
- FONTOURA, N. *et al.* Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, 2010.
- FUWA, M. Macro-level gender inequality and the division of household labor in 22 countries. **American Sociological Review**, v. 69, n. 6, p. 751-767, 2004.
- GERSHUNY, J. **Change in the division of domestic work: micro-sociological evidence**. DIW Berlin: German Institute for Economic Research, 1995. (Discussion Papers of DIW Berlin n. 107).
- GERSHUNY, J.; GODWIN, M.; JONES, S. **The domestic labour revolution: a process of lagged adaptation. The social and political economy of the household**, p. 151-197, 1994.
- GIDDINGS, L. A. Political economy and the construction of gender: the example of housework within same-sex households. **Feminist Economics**, v. 4, n. 2, p. 97-106, 1998.
- GREENSTEIN, T. N. Husbands' participation in domestic labor: Interactive effects of wives' and husbands' gender ideologies. **Journal of Marriage and the Family**, p. 585-595, 1996.

- GREENSTEIN, T. N. Economic dependence, gender, and the division of labor in the home: a replication and extension. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 2, p. 322-335, 2000.
- GUPTA, S. **Gender display?** A reassessment of the relationship between men's economic dependence and their housework hours. *In*: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, Chicago, 1999.
- \_\_\_\_\_. The effects of transitions in marital status on men's performance of housework. **Journal of Marriage and the Family**, p. 700-711. 1999b.
- HAAS, L. **Equal parenthood and social policy: a study of parental leave in Sweden**. New York: SUNY Press. 1992.
- HAYS, S. **The cultural contradictions of motherhood**. New Haven, CT: Yale University Press, 1996.
- HERSCH, J.; STRATTON, L. S. Housework, fixed effects, and wages of married workers. **The Journal of Human Resources**, v. 32, n. 2, p. 285, 1997.
- HOCHSCHILD, A. R. **The second shift, with A. Machung**, New York: Avon Books, 1989.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa piloto de uso do tempo 2009: primeiros resultados**. *In*: 12º FÓRUM INTEGRADO DE PESQUISAS DOMICILIARES. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <<http://goo.gl/51hntz>>.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero**. Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 149). Disponível em: <<http://goo.gl/BRjwnj>>. Acesso em 23 jul. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em <<http://goo.gl/VT1B2R>>. Acesso em 04 de maio 2015.
- KAMO, Y. Determinants of household division of labor resources, power, and ideology. **Journal of Family Issues**, v. 9, n. 2, p. 177-200, 1988.
- KURDEK, L. A. The allocation of household labor in gay, lesbian, and heterosexual married couples. **Journal of Social Issues**, v. 49, n. 3, p. 127-139, 1993.
- LENNON, M. C.; ROSENFELD, S. Relative fairness and the division of housework: The importance of options. **American Journal of Sociology**, v.100, n. 2, p. 506-531, 1994.
- LIPPE, T.; SIEGERS, J. J. Division of household and paid labour between partners: effects of relative wage rates and social norms. **Kyklos**, v. 47, n. 1, p. 109-136, 1994.
- NATALIER, K. 'I'm not his wife' doing gender and doing housework in the absence of women. **Journal of Sociology**, v. 39, n. 3, p. 253-269, 2003.
- PITTMAN, J. F.; BLANCHARD, D. The effects of work history and timing of marriage on the division of household labor: a life-course perspective. **Journal of Marriage and the Family**, v. 58, n. 1, p. 78, 1996.

- PRESSER, H. B. Employment schedules among dual-earner spouses and the division of household labor by gender. **American Sociological Review**, p. 348–364, 1994.
- RAMOS, D. Pesquisas de uso do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A.; ABREU, M. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- ROSS, C. E. The division of labor at home. **Social Forces**, v. 65, n. 3, p. 816-833, 1987.
- SANCHEZ, L.; THOMSON, E. Becoming mothers and fathers parenthood, gender, and the division of labor. **Gender & Society**, v. 11, n. 6, p. 747–772, 1997.
- SHELTON, B. A. **Women, men, and time: Gender differences in paid work, housework, and leisure**. Westport: Greenwood Pub Group, 1992.
- SHELTON, B. A.; JOHN, D. The division of household labor. **Annual Review of Sociology**, p. 299-322, 1996.
- SOARES, C.; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007. (Texto para discussão da Diretoria de Pesquisas n. 21).
- SOUTH, S. J.; SPITZE, G. Housework in marital and nonmarital households. **American Sociological Review**, v. 59, n. 3, p. 327, 1994.
- SOUZA, A. **As 24 horas do dia de um carioca**. Rio de Janeiro, [s.n.]. 1973.
- SPAIN, D.; BIANCHI, S. M. **Balancing act: motherhood, marriage, and employment among American women**. New York: Russell Sage Foundation, 1996.
- THOMPSON, L.; WALKER, A. J. Gender in families: women and men in marriage, work, and parenthood. **Journal of Marriage and the Family**, v. 51, n. 4, p. 845, 1989.
- VANEVERY, J. Understanding gendered inequality: reconceptualizing housework. **Women's Studies International Forum**, v. 20, n. 3, p. 411-420, 1997.
- WAITE, L.; GOLDSCHIEDER, F. K. Work in the home: the productive context of family relationships. **The Changing American Family**, p. 267-299, 1992.
- ZUZANEK, J.; SMALE, B. J. Life-cycle and across-the-week allocation of time to daily activities. **Time Use Research in the Social Sciences**, p. 127-153, 2002.



# TEMPORALIDADES PLURAIS: DESIGUALDADES DE GÊNERO E CLASSE NOS USOS DO TEMPO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

*Nathalie Reis Itaboraí<sup>1</sup>*

## 1 – Introdução

O uso do tempo é uma dimensão importante das desigualdades de classe e gênero nas famílias brasileiras. As mulheres brasileiras tiveram um grande progresso no seu engajamento no mercado de trabalho nas últimas décadas, mas as desigualdades persistem nas relações de gênero dentro das famílias e entre famílias de diferentes classes. Apesar de as mulheres terem menos filhos hoje, o seu papel de cuidadoras mantém-se como uma importante causa de desigualdades, transmitidas geracionalmente pela socialização dos filhos na divisão sexual do trabalho.

A dimensão de classe é contemplada neste trabalho por permitir analisar a diversidade de situações e soluções requeridas para a conquista de maior igualdade de gênero na sociedade brasileira, que não pode prescindir do exame das distintas situações que tornam desiguais as temporalidades experimentadas por homens e mulheres conforme seus contextos sociais. Destaca-se, por exemplo, que, enquanto as mulheres das classes altas contratam empregadas domésticas e assim conciliam melhor sua vida pública e privada, as mulheres das classes baixas dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e ao cuidado de suas crianças, as quais têm menos acesso à educação nos primeiros anos de vida.

Os estudos de usos do tempo permitem investigar tais desigualdades. Após contextualizar o debate em torno das desigualdades de classe e gênero na revolução incompleta nas famílias, três ordens de questões são analisadas. A primeira é o tempo gasto por homens e mulheres adultos nos trabalhos doméstico e remunerado. A segunda é quem cuida das crianças pequenas e quantas têm acesso a creches e pré-escolas. A terceira é a socialização dos filhos quanto aos usos do tempo em trabalhos doméstico e remunerado. As fontes de dados utilizadas são as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) realizadas em 1996, 2006 e 2012 e

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

a Pesquisa sobre Padrão de Vida (PPV), realizada em 1996, nas regiões Nordeste e Sudeste, ambas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao final, são discutidos alguns possíveis encaminhamentos para avançar rumo a maior igualdade.

## 2 – Classes e gêneros na revolução incompleta e desigual nas famílias

Balanços sobre os avanços e limites nas conquistas das mulheres compõem um debate frequente, antigo e que não é inerentemente feminista. Stuart Mill, por exemplo, defendeu filosoficamente e politicamente os direitos femininos em seu clássico sobre a subordinação feminina (*The subjection of women*, 1869). Mill defendia uma sociedade liberal na qual as mulheres pudessem participar livremente em todos os níveis de ensino e em todas as ocupações. Na visão de Bernardo de Vasconcelos, que prefacia a edição portuguesa do livro de Mill, este retomou ideias do feminismo – em especial do clássico *A vindication of the rights of women*, de Mary Wollstonecraft, publicado em 1792 – para defender os direitos liberais femininos, mas deixou de considerar as necessidades de rearranjo da sociedade, visto que, vencidas as restrições de direitos de acesso e alterada a legislação matrimonial, as mulheres ainda se viam com o desafio de conciliar vida privada e pública.

Em suas considerações sobre as contribuições e os limites do legado de Mill, Tulloch destaca que, para ir além dos direitos liberais, mudanças estruturais mais profundas são necessárias de forma a alcançar maior igualdade de gênero.

Mill pensava que igualizar o acesso ao sufrágio, à propriedade, à educação, e a cargos públicos era suficiente, mas subestimou a necessidade também de poder econômico, bem como de uma revisão de papéis na família. Assim, facultar mais igualdade às mulheres fora da família não seria por si só suficiente, sem uma revisão das estruturas subjacentes – quer públicas, quer privadas – que reforçavam e perpetuavam essa mesma subjugação das mulheres que o seu ensaio denunciava (Tulloch, 1989, p. 65 *apud* De Vasconcelos, 2006, p. 27-28).

Bandeira antiga dos movimentos de mulheres, a divisão do trabalho doméstico persiste como uma das principais pendências nas expectativas de transformações para um grau maior de igualdade de gênero. Ao debater o contexto atual em que a revolução de gênero mantém-se desigual e mostra sinais de estagnação, England (2010) levanta hipóteses sobre os porquês de alguns aspectos terem mudado muito mais que outros. Nota



que as mulheres têm muito mais incentivos – econômicos e de prestígio – para atravessar as barreiras de gênero rumo a empregos e comportamentos masculinos, enquanto as atividades tipicamente femininas seguem desvalorizadas e os homens perdem dinheiro e sofrem desaprovação cultural se atravessam as fronteiras e assumem atividades femininas. Dessa forma, a mudança nas relações de gênero é uma estrada de mão única, em que apenas as mulheres mudam.

Apesar da tendência de que as mulheres crescentemente adquiram a qualificação educacional necessária e integrem ocupações antes dominadas por homens, England (2010) constata, entre os limites da revolução de gênero, a falência em tratar o cuidado de crianças como um bem público. As mudanças no sentido de de-segregação foram maiores nas atividades profissionais que nas pessoais, um exemplo é o fato de que os pais dão às filhas brinquedos tipicamente masculinos, mas não dão aos filhos bonecas. Portanto, também na vida privada, a de-segregação é uma estrada de mão única, na qual as mulheres experimentam comportamentos antes tipicamente masculinos, mas menos frequentemente ocorre o contrário.

Muitas análises realçam as oportunidades externas, especialmente de educação e trabalho, que concorrem com o tempo dedicado à vida familiar. Quando se abordam as mudanças na condição das mulheres, as conexões entre aspectos domésticos e não domésticos são usualmente enfatizadas, evidenciando o acúmulo e a interação entre vantagens e desvantagens em uma e outra dimensão.

As formas de definir – e restringir – o papel da mulher em uma dessas esferas organizam suas possibilidades de vida nas outras. Assim, a responsabilidade exclusiva pela gestão da vida doméstica corresponde, ao mesmo tempo, à vulnerabilidade na vida privada (em que os arranjos convencionais ou quase convencionais produzem desvantagens para as mulheres, que têm menos tempo e recursos para qualificar-se e investir em sua vida profissional, permanecendo dependentes ou obtendo rendimentos menores do que os dos homens) e na vida pública (em que as habilidades e afetos desenvolvidos pelo desempenho dos papéis domésticos serão desvalorizados e, em alguns casos, vistos como indesejáveis para uma atuação profissional satisfatória) (Biroli, 2013, p. 141-142).

Na concepção liberal de indivíduo, cada sujeito é pessoalmente responsável por suas escolhas, mas Biroli (2013) mostra que esta visão é problemática quando aplicada a dimensões da vida familiar, sobretudo quando há pessoas que necessitam de cuidados, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. A autora realça que, se esta é uma situação universal, visto

que todas as pessoas são dependentes em algum momento da vida, em geral é tratada como um desvio ou como problema privado.

Oliveira reivindica o tratamento público da questão do uso do tempo, pois “não se trata de uma negociação entre um homem e uma mulher dentro de casa, mas da articulação entre vida profissional e vida privada que a organização e o modo de funcionamento de uma sociedade permitem ou não” (2003, p. 20). A autora considera que a entrada no mercado de trabalho sem a renegociação da vida privada foi uma armadilha para as mulheres.<sup>2</sup> A verdadeira dificuldade, a seu ver, repousa na articulação entre vida pública e vida privada, o que exige considerar tanto o direito de homens e mulheres à independência econômica e realização no trabalho, quanto o espaço da afetividade e de cuidado de si e dos outros – em especial, em situações de dependência, como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Essa autora lembra ainda que vida familiar e vida profissional são ambas consumidoras de tempo e estão relacionadas: “O que as empresas consideram como ‘capital humano’ é um recurso aparentemente gratuito, que não fazem senão captar e canalizar. (...) Pais e educadores (...) participam dessa produção de capital humano, por intermédio da produção e da transmissão de valores” (Oliveira, 2003, p. 27).

O “nó” privado das desigualdades de gênero vem sendo identificado há muito nos usos do tempo e na divisão do trabalho doméstico. O debate sobre as razões da subordinação das mulheres passa pela exclusão, em diferentes faces da vida pública, ou, alternativamente, pela sua imersão excessiva no mundo da família e da vida privada, seja por causa da maternidade, seja pela dedicação ao trabalho doméstico. Bruschini (1994) lembra que a perspectiva com que o tema do trabalho era abordado foi mudando e a ênfase no papel libertador do trabalho produtivo sem considerar o trabalho reprodutivo é hoje rejeitada, avançando na visão da articulação entre produção e reprodução e das relações sociais entre os gêneros nas duas esferas. Para avançar na equidade de gênero no equilíbrio público-privado na esfera do trabalho, hoje realçam-se medidas não apenas para combater a segregação ocupacional e os diferenciais salariais, mas também para re-

---

<sup>2</sup> Esse ponto é esclarecido na seguinte passagem: “Definiu-se como igualitário um mundo em que as mulheres teriam ‘apenas’ que continuar a fazer o que sempre fizeram, adicionando às suas vidas afazeres até então reservados aos homens. Uma desvalorização ancestral do universo privado levou a sociedade a desconsiderar, assim, um dos pratos da balança. (...) A presença maciça das mulheres no mundo do trabalho foi para elas uma transgressão; para os homens, uma concessão. Quem transgride, alimenta a culpa. Quem concede, fica credor. Por isso as mulheres aceitaram essa concepção falha de igualdade que, na prática, transformou-se num cheque sem fundos” (Oliveira, 2003, p. 21).

duzir as desigualdades na vida familiar, visto que esta impacta de forma diferenciada nas oportunidades de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.

O uso do tempo é considerado uma dimensão importante do grau de autonomia experimentado pelas mulheres. Na definição de autonomia econômica empregada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), além da presença de renda, outro indicador empregado é o tempo total de trabalho, que inclui o trabalho remunerado e o não remunerado. Ainda que as mulheres trabalhem menos horas no mercado de trabalho, a baixa participação masculina nas tarefas domésticas aumenta o tempo total de trabalho das mulheres, como constatado em pesquisas de usos do tempo realizadas em doze países da América Latina (Cepal e SPM, 2010, p. 38). Nesta perspectiva, a base da desigualdade de gênero continua sendo a divisão sexual do trabalho: “as mulheres não alcançaram a igualdade nem a autonomia em grande medida porque não se quebrou o cimento básico dessa desigualdade, que é a divisão sexual do trabalho e a consequente naturalização do trabalho doméstico como responsabilidade feminina” (Montaño, 2010, p. 21, tradução nossa).

Tanto o tempo é uma medida de desigualdade social que os diferenciais de bem-estar resultantes da presença ou não de tempo livre levou à noção de privação de tempo que vem sendo usada para ampliar a compreensão da pobreza. O conceito de *pobreza de tempo*<sup>3</sup> vem sendo empregado para indagar sobre a “coerência ou insuficiência de tempo destinado a atividades como descanso, lazer, educação, cuidados com a saúde e a práticas desportivas” (Ribeiro e Taques, 2012, p. 114). Esses autores realçam que, quando a variável tempo é considerada, nota-se uma maior incidência de pobreza, a qual tende a ser ainda maior entre as mulheres. Ademais, um maior número de crianças ou a falta de infraestrutura (água encanada, transporte público etc.) causam pobreza de tempo, sendo as mulheres, sobretudo as casadas, as mais privadas de atividades de lazer e descanso.

Mensurar os tempos de trabalho remunerado e doméstico de homens e mulheres em diferentes condições sociais revela diversas faces das desigualdades sociais, em especial os limites que a desigualdade na vida priva-

<sup>3</sup> Como nota Damián (2003), a estratificação muda se considerada a pobreza de tempo, uma vez que duas famílias com a mesma renda podem ter uma grande diferença de recursos de tempo, conforme tenham, por exemplo, crianças ou outras pessoas dependentes para cuidar e conforme o número de adultos capazes de cuidar. Ou seja, a discutida “reprodução da pobreza” passa pela pobreza de tempo, tempo que é de cuidado pelos outros, afetando outras oportunidades individuais, sobretudo das mulheres, nas esferas da educação, trabalho e lazer.

da impõe à autonomia feminina e as desigualdades entre mulheres que faz com que a experiência de autonomia seja mais exequível para umas que para outras. Como recorda Biroli (2013, p. 187), há muitos exemplos.

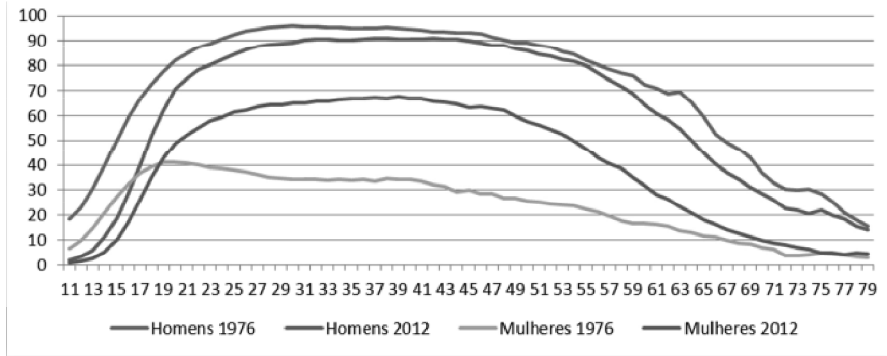
Um exemplo esclarecedor é o do sucesso e da riqueza de uma família na qual os adultos estão liberados para realizar suas carreiras bem pagas porque contam com o trabalho, mal remunerado, que outros lhes prestam (empregadas domésticas, babás etc.). Do mesmo modo, essa situação é exemplificada pelo sucesso de um profissional homem que pode buscar a realização de suas ambições porque foi liberado, pelo trabalho não remunerado de sua mulher, de uma série de compromissos e afazeres relacionados ao cuidado de si, das crianças, da casa.

### 3 – Mudanças parciais, desigualdades persistentes

Um fato digno de nota é que o engajamento profissional feminino ao longo da vida vem se tornando mais parecido com o masculino. Optou-se, apenas no gráfico 1, por recuar até 1976 para tornar mais evidente a transformação. Observa-se que o trabalho feminino em 1976 começava a cair depois dos vinte anos decrescendo cada vez mais, como indicação de abandono feminino do trabalho no período de formação de família. Já em 2012, o formato da curva de trabalho feminino se assemelha ao padrão masculino, embora as taxas de atividade das mulheres se mantenham mais baixas que a dos homens. Para os homens, a curva mantém-se estável tal qual a de 36 anos atrás.

Nota-se que os homens trabalharam um pouco menos em 2012 comparado a 1976, em especial nas idades mais jovens, o que reflete tanto o desemprego juvenil quanto o postergamento intencional da entrada no mercado de trabalho para aproveitar oportunidades de escolarização. A partir dos 60 anos há também redução do trabalho masculino, provável reflexo da ampliação do acesso à aposentadoria. Segundo Costa (1984, p. 9), a redução da participação nas faixas extremas das distribuição etária é historicamente típica do processo de desenvolvimento: “isso está ligado, numa extremidade, à maior duração da escolaridade, e, na outra, à maior abrangência dos esquemas de aposentadoria.”

**GRÁFICO 1**  
**Trabalhou ou tinha trabalho na semana de referência – por idade e sexo (1976 e 2012)<sup>4</sup> (Em %)**



**Fonte:** IBGE/PNAD 1976 e 2012.

Elaboração da autora.

O movimento das mulheres em direção ao trabalho remunerado é acompanhado em graus variáveis da rejeição da identidade de dona de casa ou, no mínimo, da crítica da dedicação exclusiva ao trabalho doméstico. O trabalho doméstico é certamente diferenciado por classe social em suas representações e no conjunto de tarefas realizadas. Numa pesquisa exploratória, Prandi (1981) comparou mulheres de classe baixa, de classe média e da burguesia, constatando a rejeição do papel de dona de casa entre as mulheres das classes médias em geral e da geração de 20 a 30 anos de idade da burguesia e do proletariado.<sup>5</sup> As mulheres de classe média rechaçam o papel de dona de casa à medida que desenvolveram o modelo de *profissional*, mas as soluções encaminhadas não passaram pela transformação das

<sup>4</sup> Em todos os gráficos que consideram desigualdades ao longo do curso da vida, empregou-se a técnica de médias móveis para modelar os dados.

<sup>5</sup> Na geração que tinha de 40 a 50 anos, em 1980, o estatuto de dona de casa apenas pareceu valorizado pelas mulheres de classe baixa, que realçam sua importância para o bom funcionamento da vida familiar, e pelas mulheres da burguesia que realçam sua dimensão gerencial e a importância da socialização dos filhos. O autor chega a fazer um paralelo entre as mulheres de 40 a 50 anos de classe baixa que aceitam mais o trabalho doméstico que é rotineiro e manual com aquele dos homens de sua classe e as da burguesia que o percebem como um trabalho gerencial como o de seus maridos. Entre as mulheres de 40 a 50 anos da classe média, a fronteira entre aceitação resignada e a rejeição é atravessada, o que é visível em lamentações que realçam que o trabalho de dona de casa seria um papel associado à subordinação feminina.

desigualdades de gênero na vida doméstica. “Na prática, a rejeição significaria, na melhor das hipóteses, não assumir o papel, transferindo-o para outra mulher, preferencialmente para a empregada doméstica” (Prandi, 1981, p. 114). Esse autor nota também que as mulheres de classe média e da burguesia com idade de 20 a 30 anos rejeitavam o trabalho doméstico pela impossibilidade de permitir à mulher sua realização pessoal, ou seja, o tempo livre que as permitiria dedicar-se ao trabalho e outras atividades de cultura e lazer. As mulheres da classe baixa da mesma faixa etária viam o trabalho doméstico como uma atividade sem importância social, mas o aceitavam com um conformismo fatalista, especialmente diante das dificuldades da etapa de formação de família. Esta geração expressava, não obstante, seu descontentamento e desejo de mudança: “‘a mulher tinha que trabalhar fora, como o homem, não sei explicar, mas só dona de casa não dá’; ‘ficar só em casa é ruim, é ruim depender dos outros’” (Prandi, 1981, p. 119). Ainda que gerações mais velhas expressem maior aceitação, porque são mais resignadas, o texto deixa entrever que o mal-estar diante da dedicação exclusiva ao papel de cuidar dos outros e da casa era generalizado nas gerações mais jovens.

Uma melhor compreensão da distribuição do trabalho doméstico nas famílias vem sendo possibilitada pelas pesquisas de usos do tempo (Ramos, 2011). Estas pesquisas permitem demonstrar que, a despeito das diferenças institucionais (sobretudo de serviços de cuidado) e culturais entre países, a desigualdade entre homens e mulheres – estas com uma carga total de trabalho (remunerado somado a doméstico não remunerado) sempre superior (Cepal e SPM, 2010) – é universal ainda que varie sua intensidade. Ademais, as pesquisas de usos do tempo servem de base para a contabilização do tempo de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidado) em termos de contribuição para o produto interno bruto (PIB) nacional nas chamadas contas satélites (Melo, Considera e Sabbato, 2007).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Calculando o valor do trabalho doméstico a partir do valor que seria pago caso este fosse contratado no mercado, Melo, Considera e Sabbato (2007) chegam a seguinte conta: “ (...) conclui-se que essas atividades valem cerca de 11,2% do PIB brasileiro e que corresponderam no ano de 2006 a R\$ 260,2 bilhões. Ou seja, o PIB nacional aumentaria nesse valor caso a sociedade contabilizasse essas tarefas ligadas à reprodução da vida. Além do mais, 82% desse trabalho ou, pelo ângulo monetário, daquele valor, cerca de R\$ 213 bilhões foram gerados pelas mulheres. É preciso esclarecer que se chegou a esse montante por que a economia brasileira paga baixíssimos salários, e o serviço doméstico remunerado é uma das atividades econômicas de piores salários na economia, o que vai refletir-se nessa medição” (p. 451-452).

Usualmente dois tipos de metodologia são empregados para o estudo de usos do tempo. A mais recomendada emprega diários em que as atividades são listadas ao longo de um ou mais dias.<sup>7</sup> Outra alternativa tem sido a inclusão de perguntas retrospectivas em pesquisas domiciliares. Essa última abordagem possui o inconveniente de medir melhor as atividades cuja duração é institucionalmente regulamentada como é o caso do trabalho remunerado, sendo, todavia, menos eficiente quando se trata de medir atividades fragmentadas como o trabalho doméstico. O tempo dedicado ao cuidado de crianças, idosos, enfermos ou pessoas com deficiência tende a ser ainda mais subestimado, inclusive na metodologia de diários, visto que costuma ser uma atividade secundária, concomitante a outra considerada principal, a qual muitas vezes acaba sendo a única a ser relatada. Folbre e Yoon (2008) mostram que a dificuldade de definir e mensurar o tempo de cuidado das crianças está ligada às próprias dificuldades de valorizar o tempo dedicado a esses cuidados.<sup>8</sup>

O IBGE vem coletando informações retrospectivas sobre os afazeres domésticos desde os anos 1990. Serão analisados aqui os dados disponíveis nas PNADs de 1996, 2006 e 2012.<sup>9</sup> A despeito do crescimento da

---

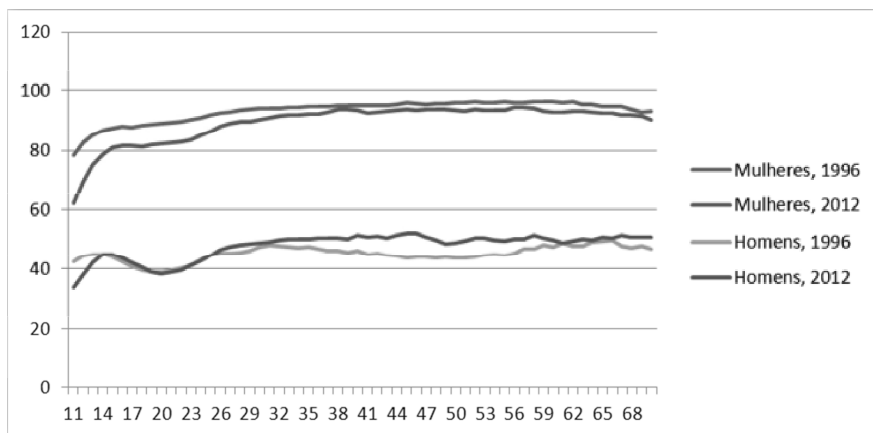
<sup>7</sup> O IBGE vem somando esforços para realização de pesquisa com diários, cujos procedimentos do projeto-piloto foram descritos em Cavalcanti, Paulo e Hany (2010).

<sup>8</sup> Folbre e Yoon (2008) lembram ainda que o número de filhos e a idade deles também afetam a quantidade de trabalho doméstico, incluindo atividades específicas, como preparar alimentos, medidas de higiene e recolher brinquedos. Há diversos esforços para captar formas mais passivas de cuidados, visto que não existem apenas atividades com as crianças, mas também atividades em benefício das crianças, como a participação em reuniões de escola. O tempo de supervisão costuma ser três vezes maior que o tempo de cuidado direto, considerando que as crianças desenvolvem atividades dentro e fora de casa e são cuidadas no tempo acordado e no tempo que passam dormindo – o que é particularmente importante no caso de crianças pequenas, que despertam com frequência e exigem cuidado durante o tempo de dormir.

<sup>9</sup> Em 2006 e 2012, o IBGE coletou dados sobre afazeres domésticos para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, perguntando “se habitualmente cuidavam, parcialmente ou integralmente, dos afazeres domésticos”, independentemente da sua condição de atividade e ocupação. Pesquisou-se também o número de horas que as pessoas habitualmente dedicavam por semana aos afazeres domésticos. Na PNAD 1996, perguntou-se apenas se a pessoa dedicava-se a afazeres domésticos. Embora seja preferível o termo trabalho doméstico para realçar que é um tipo de trabalho, o IBGE utiliza o termo afazeres domésticos como forma de diferenciar o trabalho doméstico não remunerado nas famílias do emprego doméstico. A definição de afazeres domésticos do manual de entrevista do IBGE inclui a seguinte lista de atividades realizadas no domicílio de residência: “a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de

participação das mulheres no mercado de trabalho ao longo de suas vidas – o que faz com que, como visto, sua curva assuma cada vez mais o formato de U invertido característico do trabalho masculino –, é inexpressiva a mudança na declaração masculina de dedicação aos afazeres domésticos ao longo da vida. Há ligeiras variações, como uma pequena redução da declaração feminina antes dos 30 anos e um pequeno aumento entre os homens em torno dos 40 anos. Essas pequenas mudanças, que podem se dever a oscilações amostrais, não alteram o padrão geral de expressiva desigualdade entre homens e mulheres na divisão do trabalho doméstico.

**GRÁFICO 2**  
Dedicação ao trabalho doméstico ao longo da vida por sexo (1996 e 2012) (Em %)



Fonte: IBGE/PNAD 1996 e 2012.

Elaboração da autora.

Quando se observam as horas em média dedicadas ao trabalho doméstico em 2006 e 2012 (gráfico 3) por sexo, nota-se que a participação masculina é menor na adolescência e juventude e depois se mantém estável em torno de 5 horas semanais, tendendo a crescer apenas na velhice. A dedicação feminina cresce continuamente até atingir médias superiores a 25 horas semanais, só declinando por volta dos 65 anos, idade na qual seus patamares ainda são mais de três vezes superiores ao masculino. Entre 2006 e 2012, as horas dedicadas pelos homens mantêm-se constantes,

---

filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência” (IBGE, 2007).



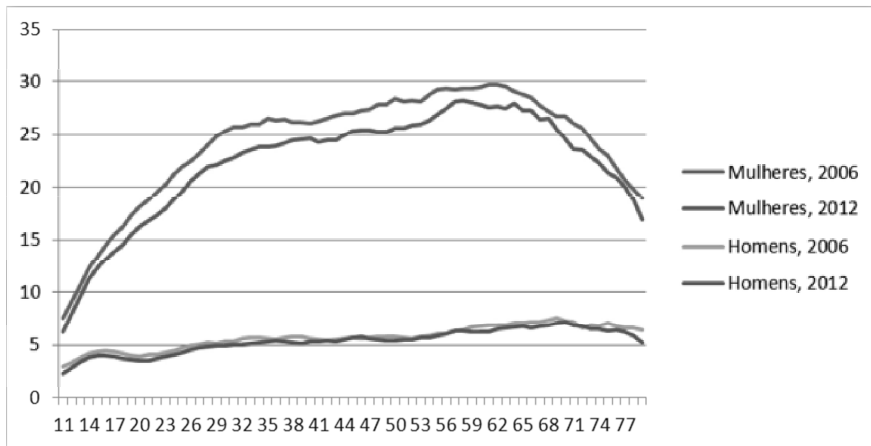
mas há uma oscilação de em média duas horas a menos na dedicação das mulheres.

Como realçam Bandeira e Preturlan (2013), existem dinâmicas relacionadas, como o aumento do trabalho remunerado às custas do doméstico, o que não necessariamente implica redução das tarefas e responsabilidades familiares femininas, mas muitas vezes em compressão do tempo pessoal das mulheres, gerando situações de tensão. Dedecca (2008) aponta indícios de sobrecarga nas últimas décadas com a flexibilização e o enfraquecimento da regulação pública quanto à fronteira entre trabalho e lazer e/ou vida familiar, antes garantida pela separação entre local de trabalho e moradia. As consequências desses processos são diferenciadas por gênero: como o trabalho para a reprodução social – ou seja, o trabalho doméstico e de cuidado – é preferencialmente de responsabilidades das mulheres, estas são mais penalizadas com a extensão da jornada total de trabalho.<sup>10</sup> Embora a situação varie conforme os ramos de atividade e sua regulação, os impactos na qualidade de vida das pessoas são visíveis na pressão exercida em detrimento do tempo livre e do trabalho para a reprodução social. Tendo em vista a subordinação do trabalho para a reprodução social ao trabalho e para a reprodução econômica, o autor alerta para o perigo de que “na ausência de regulação social, é muito provável que a complementaridade se transforme em maior subordinação, avançando sobre o tempo livre das pessoas e das famílias” e, nestas, ainda mais sobre as mulheres (Dedecca, 2008, p. 292).

---

<sup>10</sup> Historicamente as mulheres buscaram conciliações de forma privada, inclusive pela escolha profissional. A frequente opção pela carreira de magistério, por exemplo, tem racionalidade familiar, diante do “fato prosaico de que os horários e as férias das professoras coincidiam com os horários e as férias das escolas dos filhos” (Oliveira, 2003, p. 69).

**GRÁFICO 3**  
**Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e sexo**  
**(2006 e 2012)**



Fonte: IBGE/ PNAD 2006 e 2012.

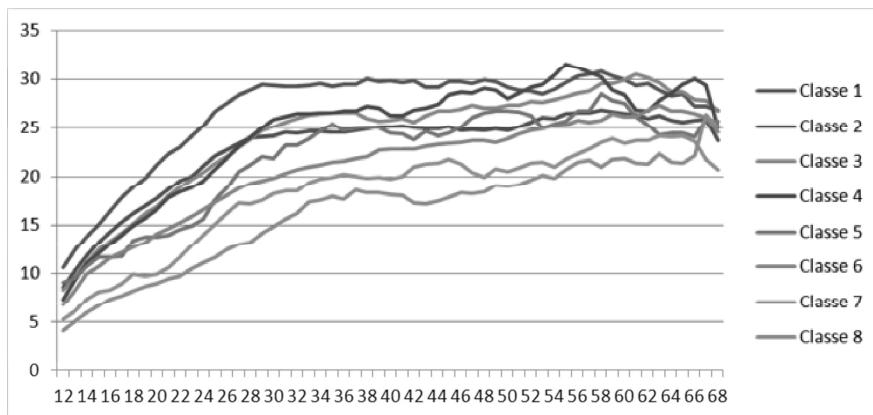
Elaboração da autora.

Ao analisar as desigualdades por classe<sup>11</sup> no uso do tempo, nota-se que a dedicação ao trabalho doméstico é extremamente diferenciada por classe entre as mulheres. Nota-se pelo gráfico 4 que a dedicação feminina ao trabalho doméstico tende a decrescer com a classe, sendo muito maior nas classes baixas, variando em mais de 10 horas entre mulheres das categorias extremas.

<sup>11</sup> As classes sociais familiares foram definidas a partir da ocupação mais alta entre os cônjuges – procedimento semelhante ao método da dominância proposto por Erikson (1984) –, a partir da agregação das categorias ocupacionais originalmente propostas por Silva (2003), resultando nos seguintes grupos (seguidos de sua respectiva porcentagem na população segundo a PNAD 1996): classe 1 – trabalhadores rurais (24,5%); classe 2 – trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos (24,2%); classe 3 – trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes (12,9%); classe 4 – trabalhadores na indústria moderna (5,3%); classe 5 – empresários por conta-própria (3,9%); classe 6 – ocupações não manuais: técnicas, artísticas, de rotina e supervisão (19,2%); classe 7 – proprietários e dirigentes (5,6%); e classe 8 – profissionais de nível superior (3,7%) (IBGE, 1996).

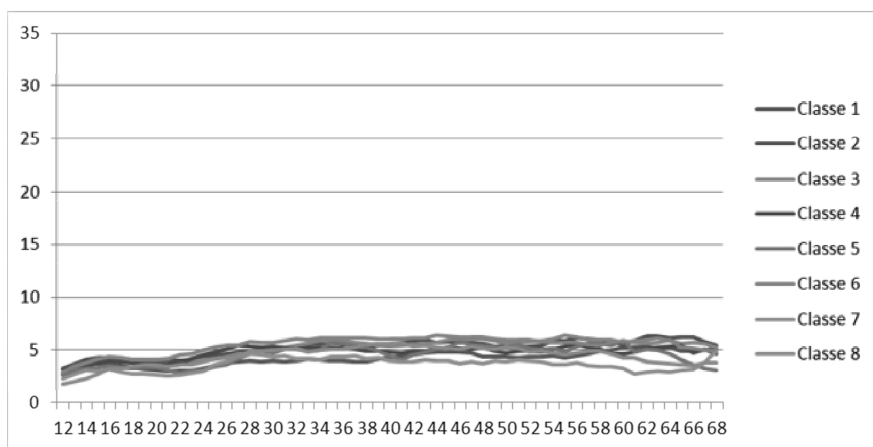
### GRÁFICO 4

#### Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar – mulheres (2012)



### GRÁFICO 5

#### Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar – homens (2012)

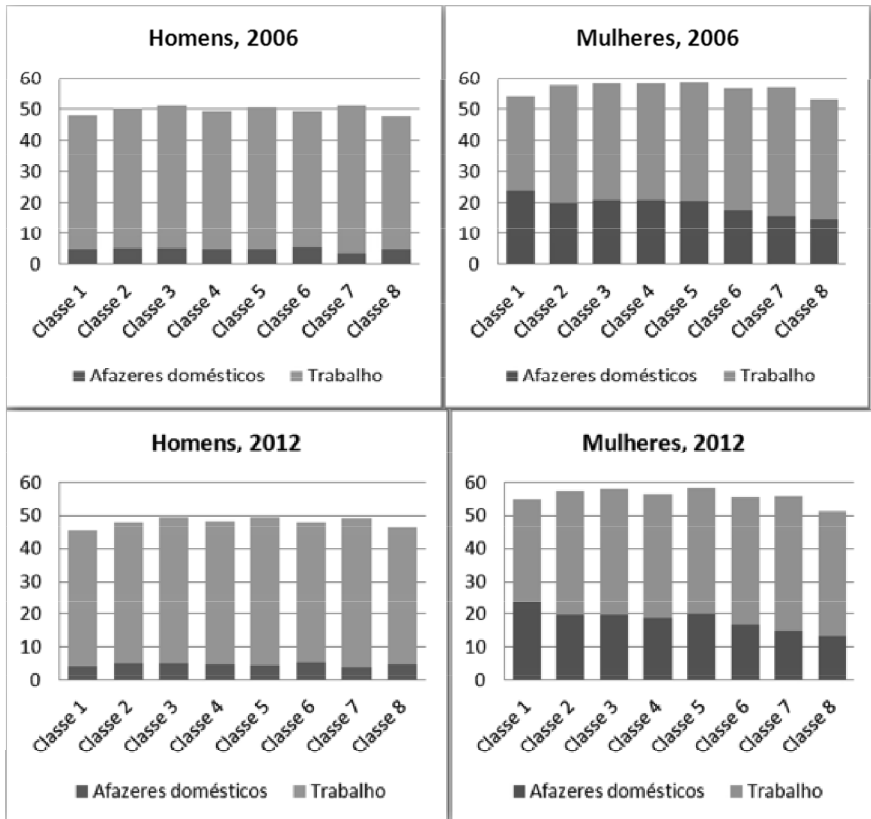


Nota-se, por sua vez, que a dedicação dos homens ao trabalho doméstico é praticamente monotônica ao longo da vida e pouco varia por classe (gráfico 5). Para as mulheres, o peso do trabalho doméstico varia ao longo da vida, certamente em conjunção com variações em sua trajetória familiar, sua dedicação ao trabalho remunerado e as possibilidades de repassar o trabalho doméstico. No que diz respeito ao trabalho doméstico, portanto, tudo se passa como se a condição de classe afetasse apenas as mulheres.

As distintas temporalidades que se tecem de forma desigual para homens e mulheres ao longo do ciclo de vida implicam cargas totais de trabalho também desiguais. Analisa-se a seguir a carga total de trabalho e sua composição por sexo e classe familiar para pessoas de 15 anos ou mais que trabalharam na semana de referência. Essa é uma medida do fenômeno da dupla jornada, permitindo aferir indiretamente o preço que as mulheres pagam pela conquista da participação no mercado de trabalho.

## GRÁFICO 6

### Horas dedicadas aos afazeres domésticos e ao trabalho no mercado por sexo e classe familiar (2006 e 2012)



Fonte: IBGE/PNAD 2006 e 2012.

Elaboração da autora.

Obs.: análise realizada com homens e mulheres de 15 anos e mais que trabalharam na semana de referência.

Uma vez que a análise considera a classe familiar, pode-se captar o trabalho não remunerado em empreendimento familiar (ainda comum nas classes 1 e 5, por exemplo), bem como o nível de renda que permite contratar empregado doméstico (por exemplo, mulher unida na classe 8, que é sua classe familiar, tem mais recursos para pagar uma empregada doméstica mesmo que trabalhe na classe 6).

Nota-se estabilidade entre 2006 e 2012, sendo o padrão basicamente o mesmo, ainda que se constate um pouco de redução do tempo de trabalho para todos, homens e mulheres de todas as classes. Quanto ao trabalho

doméstico, há menos diferenças entre homens que entre mulheres. A dedicação tende a ser um pouco maior nas classes mais escolarizadas – classes 6 e 8 –, mas os homens destas classes tendem a trabalhar menos horas no mercado de trabalho, o que resulta em cargas totais de trabalho menores. Entre as mulheres, a dedicação ao trabalho doméstico varia mais. Nota-se um menor tempo despendido com trabalho doméstico entre as mulheres das classes mais altas, tempo que é maior nas classes manuais com exceção das mulheres da classe 2 – que inclui as trabalhadoras em serviços domésticos e pessoais – que, no entanto, trabalham mais horas no mercado. Entre os homens, as variações são menores, oscilando entre 4 e 6 horas de dedicação semanal. O fato de que os homens dedicam mais horas que as mulheres ao trabalho remunerado não compensa a diferença de dedicação ao trabalho doméstico, resultando em desigualdade de gênero na carga total de trabalho que atinge quase 10 horas de diferença, montante que representa o que popularmente se chama de *dupla jornada feminina*.

Conclui-se, portanto, que a desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico por sexo é um desafio comum a todas as classes, havendo apenas pequenas diferenças como uma ligeira dedicação maior ao trabalho doméstico pelos homens das classes mais escolarizadas (classes 6 e 8). Os diferenciais de trabalho doméstico são, portanto, uma dimensão das relações familiares em que as desigualdades de gênero são muito mais expressivas que as de classe. Para o Brasil, segundo análise do Ipea (2012), entre 1995 e 2009, nota-se estabilidade na porcentagem de pessoas que realizam atividades domésticas, as mulheres sempre em torno de 90% e os homens oscilando entre 46% e 50%. Diferenças por cor ou região não são significativas – apenas homens da região Sul, cuja frequência é de 61% – e pequenas variações segundo características selecionadas não alteram o fato de que a diferença fundamental, mais forte e permanente, é entre homens e mulheres. Ou seja, a variável mais expressiva é sempre o sexo, ou seja, a divisão sexual do trabalho ainda atribui às mulheres a maior responsabilidade pelo trabalho necessário ao cotidiano doméstico (Ipea, 2012, p. 8).

Ainda que os homens dediquem mais tempo que as mulheres ao trabalho remunerado e despendam mais tempo no transporte de casa para o local de trabalho, o tempo total de trabalho das mulheres acaba sendo maior devido à desigual divisão sexual do trabalho nas famílias, considerada o núcleo duro das desigualdades de gênero. Segundo o Ipea (2012, p. 13), o uso do tempo “traduz um importante limite para a inserção das mulheres no mercado (...) se o dia tem 24 horas para todas as pessoas, torna-se muito difícil para as mulheres ampliarem a contento sua jornada

de trabalho remunerada se continuarem se dedicando ao trabalho não remunerado como hoje o fazem”.

Bruschini e Ricoldi (2012) observam que muito do trabalho doméstico masculino assume a tradicional forma de “ajuda”, o que mantém a ideia de que é uma responsabilidade principal das mulheres e periférica para os homens. A participação do homem nos afazeres domésticos é condicionada, segundo as autoras, pela sua jornada de trabalho remunerada. As autoras notam que os homens participam mais do trabalho doméstico quanto maior a escolaridade, enquanto as mulheres reduzem o trabalho doméstico quando mais escolarizadas, mas que para ambos a participação cai com a renda, o que provavelmente se deve à possibilidade de contratar diaristas ou empregadas domésticas.<sup>12</sup>

Sorj (2004) analisa as desigualdades na distribuição do trabalho doméstico por gênero a partir de dados da pesquisa sobre a mulher brasileira realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, e constatou que, embora 87% das mulheres concordem com a frase “Homens e mulheres deveriam dividir igualmente o trabalho doméstico”, as mulheres em relação marital dedicavam em média quarenta e oito horas e dezenove minutos por semana ao trabalho doméstico – inclui cuidados com a casa, filhos e com idosos e doentes – e seus parceiros, cinco horas e trinta e dois minutos. A autora destaca ainda que a participação masculina no trabalho doméstico é seletiva, priorizando tarefas que envolvem interação ou se dão no espaço público, restando às mulheres o trabalho manual, rotineiro e solitário.

No artigo *Gênero e a distância entre a intenção e o gesto*,<sup>13</sup> Araújo e Scalon (2006) discutem a relação entre valores, percepções e práticas, analisando o quanto o ideal de igualdade de gênero está presente na sociedade brasileira e o quanto ele se traduz ou não em práticas mais igualitárias de divisão do trabalho doméstico. A pesquisa mostra que o trânsito das

<sup>12</sup> Não obstante, Bruschi e Ricoldi (2012) consideram que estão ocorrendo mudanças importantes no comportamento masculino, favorecendo a articulação entre trabalho e família. Pelas entrevistas e pelos grupos focais, as autoras colheram depoimentos de homens que advogam mudanças na legislação de forma a aumentar a flexibilidade das jornadas de trabalho e a licença paternidade, reconhecendo ainda a importância de equipamentos como creches. Nota-se em tais depoimentos que a mudança masculina é muito devedora da valorização do papel paterno, ainda que alguns reconheçam a importância do trabalho remunerado das esposas e busquem na dedicação aos afazeres domésticos uma forma de equilibrar a nova divisão de tarefas.

<sup>13</sup> O artigo analisa resultados da pesquisa *Gênero, trabalho e família* que integrou o International Social Survey Programme (ISSP), que coletou dados em novembro de 2003 de uma amostra nacional de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, ouvindo homens e mulheres sobre a conciliação entre vida familiar e trabalho.

mulheres do doméstico para o público não vem sendo acompanhado pelo movimento masculino no sentido inverso. O modelo tradicional do homem provedor e da mulher dona de casa é só parcialmente questionado: a despeito das aspirações de melhor divisão do trabalho doméstico e do cuidado infantil, expressa por homens e sobretudo por mulheres, o trabalho feminino ainda é percebido como auxiliar.<sup>14</sup>

Os dados analisados por Araújo e Scalón (2006) mostram que a divisão do trabalho doméstico permanece amplamente desigual. Numa lista que incluía diversas tarefas como lavar e passar roupa, limpeza da casa, cozinhar e o cuidado de familiares doentes, os homens respondiam por mais de 50% das atividades apenas no caso de pequenos consertos domésticos. Quanto ao cuidado de crianças, as autoras constatarem que os filhos menores de 10 anos quando não estão na escola recebem cuidados fundamentalmente da mãe e em segundo lugar dos avós, sendo o cuidado público residual. Ao analisar os dados de uma série de tarefas de cuidados de crianças – vestir e dar banho, dar comida, acompanhar as atividades escolares, levar ao médico etc. – nota-se que a participação masculina é não só limitada, mas também seletiva. “Em praticamente todas as atividades, 70% ou mais de mulheres respondem que são elas próprias que fazem as atividades listadas, ao passo que imputam ao cônjuge uma participação inexpressiva. A única exceção é em relação a atividade de brincar com as crianças, em que a participação masculina se eleva um pouco (...)” (2006, p. 62).

A consideração da justiça ou injustiça na divisão do trabalho doméstico, outro tema abordado na pesquisa, revela o peso da tradição cultural que atribui às mulheres tais tarefas, ajudando a entender a lentidão das mudanças neste domínio.

(...) embora reconheçam trabalhar muito mais, não predomina entre as mulheres um sentido de injustiça, o que revela ainda uma forte naturalização sobre suas responsabilidades domésticas. Quanto aos homens, embora reconheçam fazer muito menos e a proporção dos que reportam fazer “menos que o justo” seja bem maior do que entre as mulheres, o que indica algum olhar crítico, o fato é que o sentido que predomina entre eles é de justiça, o que também parece revelar a permanência de um

---

<sup>14</sup> “As respostas sugerem a seguinte leitura: sobretudo entre os homens, permanece como percepção uma necessidade pragmática relacionada com a escassez orçamentária e uma ideia de trabalho que é aceita, mas com a conotação de ‘auxiliar’, embora de fato não o seja. Essa percepção acompanha o aceite do trabalho feminino, mas este não necessariamente significa alterar as representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres na condução da vida cotidiana” (Araújo e Scalón, 2006, p. 49-50).



ideal de provedor no qual as atividades domésticas entram como ajuda e auxílio e não como dado constitutivo da reprodução de sua vida (Araújo e Scalon, 2006, p. 62).

Ainda que parte das resistências masculinas a um maior engajamento na esfera privada possa ser atribuída às expectativas sociais de que os homens dediquem-se mais ao trabalho remunerado, tenham menor licença quando do nascimento de um filho e menores possibilidades de obter flexibilidade ou equipamentos sociais para atender suas responsabilidades familiares – como é o caso da obrigatoriedade de creches para mães trabalhadoras, mas não para os pais –, outra grande parte se deve a uma inércia de um equilíbrio confortável a eles, mas cada vez mais desconfortável a elas. Como sugere Sorj (2004, p. 108) em relação a não mudança na divisão do trabalho doméstico: “talvez o que esteja em jogo, em uma versão da sociologia da ação racional, seja o fato de que os homens não têm nenhum interesse em mudar sua posição na esfera doméstica, pois, simplesmente, não teriam nada a ganhar”.

Bianchi *et al.* (2000) identificam três perspectivas de análise das desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico. A perspectiva do tempo disponível considera que o trabalho doméstico é alocado de acordo com a disponibilidade de pessoas e o volume de trabalho a ser feito, estando fortemente relacionado ao tempo gasto no trabalho remunerado e à composição da família. A perspectiva dos recursos relativos aposta no poder relativo dos cônjuges, considerando que maior educação e renda podem ser convertidas em menor dedicação ao trabalho doméstico. Nesse sentido, a dependência econômica das mulheres no casamento seria a causa de sua maior dedicação ao trabalho doméstico, enquanto os ganhos de autonomia feminina as habilitariam a melhor barganhar a divisão do trabalho doméstico.<sup>15</sup> A crítica feminista e a perspectiva de gênero, por sua vez, realçam que as relações de gênero nos domicílios resultam de ideologias que atribuem papéis de gênero diferenciados – aprendidos desde cedo no processo de socialização – ainda hoje cristalizados.

Bianchi *et al.* (2000) lembram que mudanças na composição da população podem afetar a distribuição do trabalho doméstico. Mulheres mais escolarizadas e que trabalham tendem a dedicar menos horas ao trabalho doméstico, enquanto homens mais escolarizados tendem a dedicar mais

<sup>15</sup> Essa hipótese contém certa circularidade: porque tem menos autonomia a mulher dedica-se mais ao trabalho doméstico, o que a faz ter menos chances no trabalho. Outra visão da perspectiva de recursos relativos é a teoria microeconômica de Gary Becker, para quem a especialização dos cônjuges seria uma forma de maximizar a eficiência. A visão deste autor vem sendo bastante criticada por ignorar as relações de poder nas famílias.

horas. Neste sentido, aumentos na escolaridade da população e na frequência de trabalho feminino tendem a ajudar a reduzir os diferenciais por gênero na dedicação ao trabalho doméstico. Mudanças na família, como adiamento ou declínio dos casamentos – visto que mulheres casadas dedicam-se mais a afazeres domésticos que as solteiras – ou menor número de filhos – os quais estão associados a uma maior carga de trabalho doméstico –, tendem a reduzir a carga de trabalhos domésticos, os quais podem ser também externalizados, pela oferta pública ou compra no mercado. Além disso, muitos serviços domésticos podem ser comprados no mercado.

Ainda que o ideário igualitário quanto à divisão do trabalho doméstico tenha sido um dos pontos pelos quais as classes médias foram consideradas pioneiras nas mudanças nas famílias, esta promessa não se realizou, pois esta continua a ser uma dimensão na qual as desigualdades de gênero seguem mais expressivas que as desigualdades entre mulheres. England e Farkas (1986) realçam que, ainda que a perspectiva de barganha de poder leve a supor que as mulheres das classes altas teriam melhores condições de negociar a divisão do trabalho doméstico, pela maior frequência de trabalho feminino e renda própria, este não é um resultado necessário. O que se observa é que nos estratos superiores existe uma maior capacidade de externalizar, pela compra no mercado, as tarefas domésticas e de cuidado, o que poupa as horas que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico e as permite um engajamento maior no mercado de trabalho.

Ao observar a divisão do trabalho doméstico na geração dos filhos, como tratado a seguir, constata-se não apenas a manutenção das desigualdades de gênero, mas também que os filhos dos estratos superiores são mais poupados da dedicação ao trabalho doméstico, o que também favorece a manutenção das desigualdades de classe, pois podem investir mais tempo em atividades que favoreçam sua futura inserção ocupacional.

#### 4 – A socialização dos filhos e filhas na divisão do trabalho doméstico

Os filhos e as filhas são socializados na divisão desigual do trabalho doméstico tanto pela observação de que há uma maior dedicação das mulheres a estas tarefas, quando por sua própria inserção na divisão do trabalho doméstico. A definição de trabalho doméstico abrangia originalmente o trabalho de cuidado.<sup>16</sup> Os trabalhos domésticos e de cuidado vêm sendo

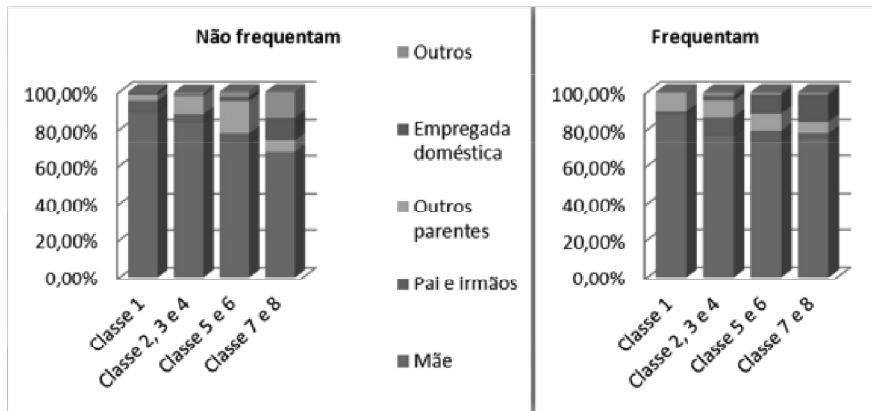
<sup>16</sup> “O trabalho doméstico envolve um conjunto de atividades que se realizam em dois níveis: no primeiro, são executadas, cotidianamente, todas aquelas tarefas que permitem ao trabalhador descansar e renovar suas forças para o trabalho produtivo do outro dia. Nesse grupo, incluem-se o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a lavagem e o conserto de roupas, além da compra de todos os bens necessários aos membros da

diferenciados atualmente, em especial devido à emergência de um campo de estudos do cuidado – frequentemente referido em inglês, como *care* – que abrange não apenas os cuidados familiares, mas também aqueles exercidos na esfera pública, de maneira profissional.

Na ausência de pesquisas detalhadas sobre demanda e oferta de cuidado infantil no Brasil, a Pesquisa sobre Padrão de Vida conteve uma pergunta sobre quem cuida das crianças que oferece algumas evidências a respeito. O fato mais evidente no gráfico 7 é a majoritária responsabilidade materna pelos cuidados na primeira infância, peso que tende a decrescer conforme melhora a condição de classe, o que também significa maior flexibilidade nos arranjos de cuidado infantil, incluindo a presença de empregada doméstica e outros tipos não familiares de cuidado, enquanto nas classes mais baixas as alternativas ao cuidado materno são menores e em geral ficam restritas às soluções familiares.

### GRÁFICO 7

**Quem cuida dos filhos de 0 a 6 anos de idade por classe social familiar, conforme as crianças frequentem ou não estabelecimentos de ensino (1996) (Em %)**



Fonte: IBGE/ PPV 1996.

Elaboração da autora.

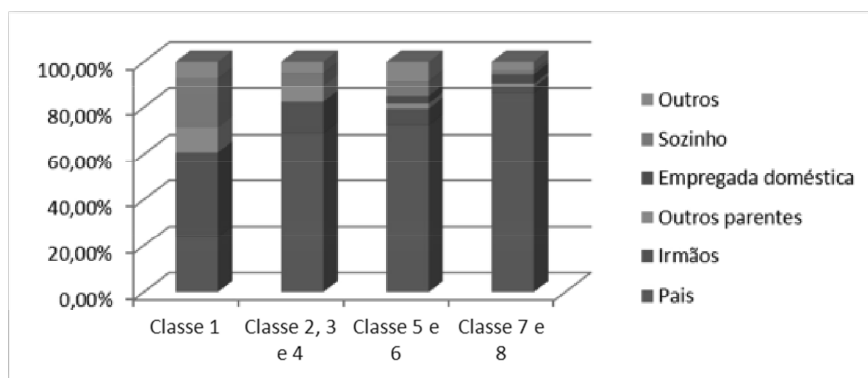
Obs.: consideraram-se separadamente os filhos que frequentam e os que não frequentam estabelecimento de ensino, o que está também relacionado à variação de idade, pois os menores vão menos à escola.

---

família. No segundo nível, situam-se atividades implicadas na formação de uma nova geração de trabalhadores para a sociedade, envolvendo a gravidez, o parto, a guarda, proteção e socialização de crianças” (Bruschini e Rosemberg, 1982, p. 9).

Os irmãos também tendem a assumir responsabilidades, como levar na escola, o que acontece de forma mais intensa, como se vê no gráfico 8, nas classes mais baixas. Considerando os filhos de 0 a 6 anos que vão a estabelecimento de ensino, nota-se que 37% das crianças da classe 1 e 13% das crianças das classes baixas urbanas (2, 3 e 4) vão para a escola acompanhadas de irmãos. Nos estratos superiores, é mais frequente que pais levem a escola, porcentagem que chega a 86% nas classes 7 e 8.

**GRÁFICO 8**  
**Quem leva as crianças de 0 a 6 anos de idade ao estabelecimento de ensino por classe social familiar (1996) (Em %)**



**Fonte:** IBGE/ PPV 1996.

Elaboração da autora.

Obs.: para filhos que frequentam a escola.

Neves (1982) mostra que os filhos das classes baixas são considerados independentes mais cedo e podem assumir responsabilidades pelos irmãos e pela casa, se as dificuldades financeiras levarem à necessidade de substituir a mãe.<sup>17</sup> Outras alternativas de cuidados nas camadas populares brasileiras incluem mulheres que cuidam de várias crianças em suas casas, em espécies de creches domiciliares informais, partilhando com elas suas

<sup>17</sup> “Os filhos são considerados independentes quando já foram socializados a comerem sozinhos, a se locomoverem e saberem se juntar ao grupo de irmãos ou crianças vizinhas para brincarem no quintal. A independência das crianças em relação aos cuidados diretos da mãe pode ser antecipada quando as famílias enfrentam mais intensas dificuldades financeiras ou a ausência do esposo. Nesse caso, a idade (geralmente 7 anos) e a ‘esperteza’ (responsabilidade) do filho mais velho são tomadas como parâmetro para substituir a mãe no cuidado com os irmãos” (Neves, 1982, p. 13-14).

limitadas estruturas domiciliares, além de parentes ou amigos que cuidam, e creches organizadas pela comunidade (Fernandes, 2013).

Se nos estratos superiores a possibilidade de contratação de emprego doméstico permite a delegação das tarefas domésticas e de cuidado infantil, em boa parte da população experimenta-se sobrecarga de tarefas e soluções informais para o cuidado de crianças a partir da rede de solidariedade composta entre parentes, amigos e vizinhos, o que levou Hirata e Kergoat (2008, p. 276) a descrição deste modelo em termos de “acúmulo de tarefas e a prática de ‘se virar’”.

Nota-se que o acesso à educação infantil tende a ser progressivamente melhor conforme melhora a renda das famílias e seu contexto socioeconômico, deixando evidente a importância de políticas públicas direcionadas à educação e ao cuidado infantil. Conforme Rosemberg e Artes (2012), na educação infantil, a maior discriminação no acesso é por idade, visto que este é sempre pior para crianças menores de 3 anos.<sup>18</sup> As autoras notam que não apenas as crianças de até 3 anos têm menos acesso, mas também é diferenciada a frequência dentro deste grupo, pelos dados do Censo 2010, “as crianças de 2 e 3 anos representam 81,5% do grupo etário de 0 a 3 anos que frequentam creche ou pré-escola” (p. 42).

As desigualdades por classe no acesso à educação infantil são visíveis nas duas faixas etárias usualmente analisadas. Como se observa no gráfico 9, a cobertura segue muito baixa, a despeito da progressiva melhora no acesso entre 1996 e 2012. Se a porcentagem de acesso à creche ou escola infantil pelos filhos de 0 a 3 anos dos estratos manuais mais que dobrou entre 1996 e 2012, mesmo na última data os patamares continuam muito baixos, em torno de 20% nas classes 2, 3 e 4, e apenas 11% na classe 1. O crescimento foi proporcionalmente menor nos estratos não manuais, o que não impediu que os diferenciais entre as classes crescessem: se em 1996 a vantagem no acesso à educação infantil da classe 8 comparada à classe 1 era de 19,3 pontos (22,1 contra 2,8%) em 2012 passou para 26,7 pontos (37,6 contra 10,9%).

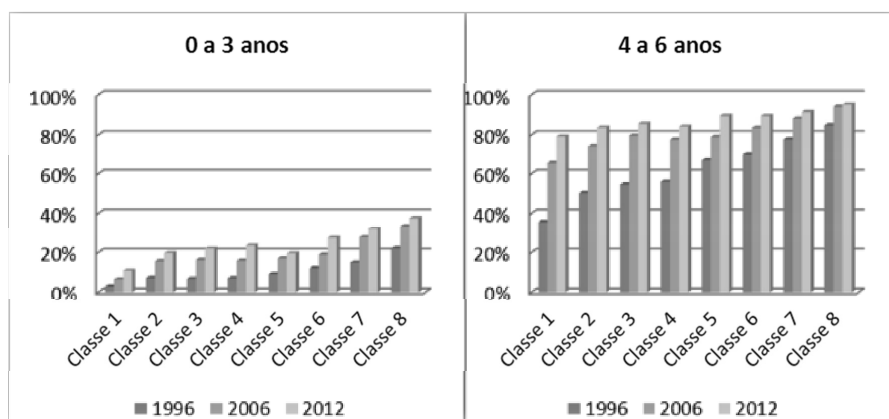
A porcentagem de crianças de 4 a 6 anos que têm acesso à educação infantil é maior, crescendo muito mais nas classes mais baixas no período considerado, o que reduz as desigualdades de acesso em mais de 30 pontos percentuais (p.p.) no período de 1996 a 2012, passando de 49 p.p. para 29 p.p. de diferença entre 1996 e 2006, alcançando 16 p.p. em 2012. Se em 1996, apenas um terço dos filhos de 4 a 6 anos dos trabalhadores ru-

<sup>18</sup> Como mostra Hein (2005), em várias partes do mundo a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos em creches é bem menor que a de crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas, o que em parte deve-se a concepções sobre infância e cuidado infantil.

rais (classe 1) tinham acesso a pré-escola, em 2006, o valor salta para 65% e em 2012 para 79%. No outro extremo (classe 8), partindo de patamares mais altos, o salto é menor – passa-se de 85% em 1996 para 95% em 2012, chegando próximo da universalidade.

### GRÁFICO 9

Frequência à escola ou creche dos filhos de 0 a 6 anos por faixas de idade e classe familiar – Brasil (1996, 2006 e 2012) (Em %)

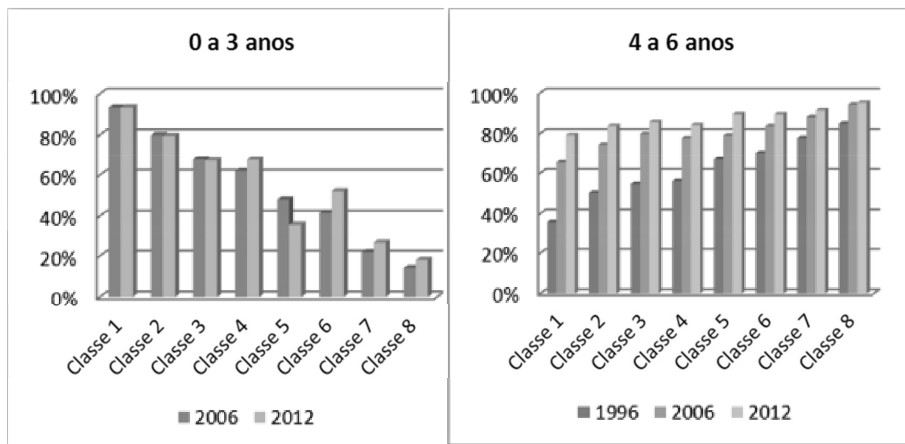


Fonte: IBGE/PNAD 1996, 2006 e 2012.  
Elaboração da autora.

Em ambos os grupos etários, a presença da educação infantil pública é maior nas classes mais baixas e decresce progressivamente quando se observam as classes mais altas (gráfico 10). Se, como antes demonstrado, entre 0 a 3 anos o acesso é bastante pequeno, o que torna de pouco significado a presença da educação pública, cabe realçar que em 2006 e 2012 (não há esse dado para 1996), a presença da educação infantil pública para o grupo de 4 a 6 anos é expressiva nas classes baixas, atendendo mais de três quartos entre as crianças que têm acesso à educação infantil, e atende inclusive boa parte dos estratos médios e altos, representando, em 2012, entre os que têm acesso, 65,1% das vagas para os filhos da classe 5, 60,2% na classe 6, 38,6% na classe 7 e 26,5% das vagas na classe 8.

## GRÁFICO 10

Frequência dos filhos de 0 a 6 anos à educação infantil na rede pública, entre os que frequentam, por faixas de idade e classe familiar – Brasil (2006 e 2012) (Em %)



Fonte: IBGE/PNAD 2006 e 2012.

Elaboração da autora.

Não obstante a oferta ainda limitada, a expansão da educação infantil no Brasil expressa uma mudança de concepção em relação à responsabilidade pelo cuidado das crianças, antes restrito às famílias, e hoje cada vez mais percebido como devendo ser uma responsabilidade socialmente compartilhada. Conforme Rosemberg (2007), a mobilização pela oferta de vagas em creches e pré-escolas de qualidade para crianças de 0 a 6 anos, como um direito à educação das crianças e um direito dos pais ao trabalho extradoméstico, é uma causa recente na sociedade brasileira.

Até os anos 1970, o consensual na sociedade brasileira era que a educação e o cuidado da criança pequena constituíam preocupações da vida privada das famílias, especialmente das mães. Poucos e esparsos eram os sinais de que educar e cuidar de crianças pequenas era uma tarefa de toda a sociedade. “Quem pariu Mateus que o embale”, era o ditado da época. Transformações demográficas, econômicas e culturais impulsionaram esta que é a mais recente revolução da família e do sistema educacional brasileiros. Até a década de 1970, o consenso era que apenas crianças necessitadas, órfãs, abandonadas, enfim, filhas de famílias e mães problemáticas, deveriam ser educadas e cuidadas em instituições coletivas (Rosemberg, 2007, p. 1).

Cabe prioritariamente aos municípios ofertar vagas em creches e pré-escolas, sendo o governo federal corresponsável pela educação infantil. Segundo Gomes (2009, p. 105), além de uma história marcada pela fragmentação dos programas para crianças de 0 a 6 anos, há o problema da educação infantil estar a cargo do “elo mais fraco da corrente federativa. Se a gestão é descentralizada e os serviços estão mais perto do cidadão, por outro lado, é no município que se encontram as maiores dificuldades de ordem técnica, orçamentação e gestão”. Flores e Mello (2012) mostram que não houve investimentos federais em educação infantil no período de 1995 a 2006, situação que muda em 2006 com a incorporação da educação infantil ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).<sup>19</sup> Ademais, a União vem apoiando a construção e reforma de creches e escolas infantis desde a criação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) em 2007, que disponibiliza recursos para construção de unidades, compra de mobiliário e instalações, além de possibilidade de assessoria pedagógica do Ministério da Educação (MEC).<sup>20</sup>

Reduzindo a carga de trabalho doméstico das mães e oferecendo um espaço em que as crianças possam ser socializadas desde cedo com modelos mais igualitários de gênero, a educação infantil pode favorecer mudanças na realidade de que filhas e filhos desde muito cedo começam a participar da divisão sexual do trabalho nas famílias. Num contexto em que a participação de crianças no mercado de trabalho tende a declinar (Barros e Mendonça, 2010) –mas ainda é relativamente comum entre trabalhadores rurais e pequenos proprietários urbanos (classes 1 e 5) – os afazeres domésticos é que são a ocupação mais frequente entre meninos e meninas, manifestando desde cedo a desigualdade de gênero, uma vez que em todas as classes é mais frequente entre as meninas. Se, de um lado, destaca-se a socialização precoce para a divisão desigual por gênero do trabalho doméstico, nota-se também que a dedicação ao trabalho doméstico tende a se reduzir à medida que se observam condições de classe mais elevadas, deixando claro que o modelo idealizado de infância integralmente dedicada ao estudo e ao brincar não está disponível a todos.

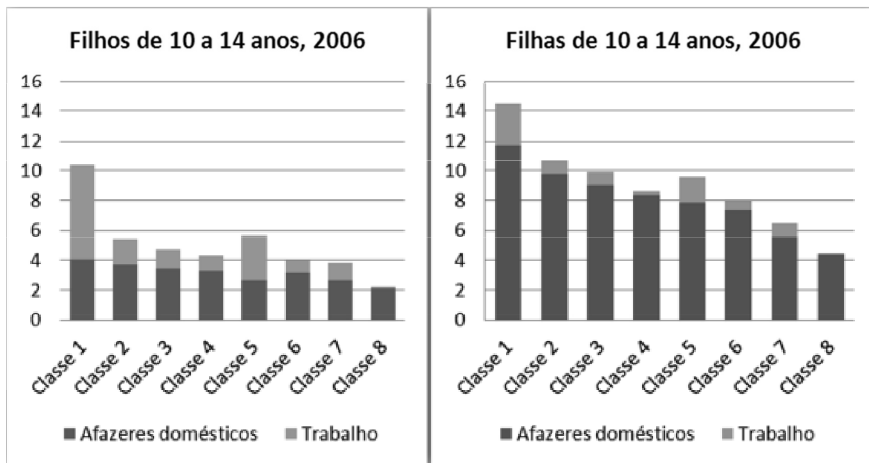
<sup>19</sup> A educação infantil não fazia parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) que vigorou entre 1996 e 2006.

<sup>20</sup> Diferentemente de outras políticas, como Brasil Alfabetizado, o ProInfância não tem por critério o número de matrículas, mas sim a condição populacional, educacional e social dos municípios. Na dimensão de vulnerabilidade social, entram critérios familiares, como a porcentagem de mulheres chefes de família. Entre 2007 e 2010, 2003 unidades haviam sido contratadas para construção, com variações por estados. Mais informações disponíveis em: <<https://i3gov.planejamento.gov.br/dadosgov/>>.



Observando-se, em 2006 e 2012 (gráfico 11), os usos do tempo de filhas e filhos de 10 a 14 anos, nota-se a diferenciação quanto ao direcionamento do tempo feminino para as atividades domésticas e o tempo dos meninos mais frequentemente para o trabalho. Ambos tendem a reduzir o tempo dedicado ao mercado de trabalho, mas experimentam desigualdades pronunciadas quanto a sua participação no trabalho doméstico.

**GRÁFICO 11**  
**Horas dedicadas por semana ao trabalho e aos afazeres doméstico por classe e sexo dos filhos de 10 a 14 anos (2006 e 2012)**



Fonte: IBGE/PNAD 2006 e 2012.  
 Elaboração da autora.

Ainda que exista um engajamento maior no mercado de trabalho entre os filhos do que entre as filhas, o tempo total de trabalho dos filhos acaba sendo menor que o das filhas, uma vez que estas são muito mais solicitadas para o trabalho doméstico. O tempo total despendido em trabalho e afazeres domésticos é progressivamente maior conforme se observam as classes mais baixas. A exceção é a classe 5, dos pequenos proprietários, em que o trabalho, provavelmente familiar, dos filhos é mais comum que nas classes 2 a 4. O tempo dedicado a estas atividades expressa também a disponibilidade diferenciada de tempo de estudo entre as classes e entre meninos e meninas.

A relativa naturalização da divisão sexual do trabalho doméstico é constatada na pesquisa de Whitaker (2002) que observa, nas falas das crianças analisadas por meio de redações escolares que descreviam o cotidiano familiar, que as diferenças no lazer de meninos e meninas e de pais e mães são, ao mesmo tempo, denunciadas e ocultadas em visões de que meninos e homens vão à pescaria ou assistem TV, enquanto mães e as meninas “gostam” de costurar e de cuidar dos irmãos menores ou dos animais. Considerando as possibilidades de resignação feminina, mas também que parte das atividades domésticas femininas pode ser vista como prazerosa, a autora realça que a socialização de gênero inclui ambiguidades.

Esta redação impressiona pela descrição de todas as tarefas que a menina e a mãe faziam aos domingos arrumando casa, limpando quintal, fogão, geladeira! A menina descreveu, ainda, com muita alegria, um domingo em que a casa se encheu de parentes. Feliz por brincar com os primos, ela não reclama, ao contar como o pai ordena que pegue o guaraná que estava na geladeira: “Vai logo, menina, não demora”. E a casa cheia de meninos! Na hora de arrumar a “bagunça”, as meninas são recrutadas. A menina descreveu a cena com muita graça: “Meus primos e meus irmãos falaram – vem logo ‘hein’ para nós acabarmos de brincar. Minha mãe e minha tia falaram *Vocês vão limpar a cozinha*”.

As meninas estavam em geral muito conscientes da necessidade que as mães têm de descansar. Era um padrão recorrente no conjunto das redações das meninas. Mas nunca propunham que os meninos ajudassem. Mostravam-se então ansiosas por aliviar a carga da mãe sem lamentarem a própria carga decorrente (Whitaker, 2002, p. 18-19, grifos da autora).

Não obstante, Whitaker observa mudanças no campo no sentido de que as aspirações dos pais sinalizam uma igual valorização da escolarização de meninos e meninas. Nota também que, apesar de experimentarem mais lazer que suas irmãs, os meninos são mais vulneráveis a serem recrutados

para o trabalho remunerado precocemente. Desta forma, pode-se concluir que, paradoxalmente, a socialização diferenciada por gênero pode favorecer a permanência e o sucesso feminino na escola, possibilitando uma via educacional de ascensão. Isto coaduna com a observação de England (2010) de que as meninas de classes baixas têm mais incentivo para estudar e ascender a empregos não manuais do que para disputar vagas em trabalhos manuais mais qualificados e melhor remunerados que são dominados pelos homens.

O fato de que as mulheres seguem sendo penalizadas no seu uso do tempo e que esta dimensão se transmite intergeracionalmente inclui um ônus e um bônus. O bônus é que o trabalho doméstico é mais compatível com a escolarização e o fato de as mulheres poderem seguir mais tempo estudando as deixa cada vez mais em vantagem comparadas aos homens que ainda são chamados a trabalhar mais cedo. O ônus é que esta atribuição desigual de tarefas domésticas reproduz as desigualdades na vida privada. Surge, portanto, o paradoxo de que as mulheres continuariam a ser mais escolarizadas que os homens no mercado de trabalho, mas em piores condições, entre outras razões pelas desigualdades experimentadas na vida privada. No limite, parte das mulheres restringiria ao máximo sua fecundidade para poder ascender profissionalmente, enquanto outra parte teria suas oportunidades afetadas pela carga de responsabilidades domésticas e de cuidado.

Trata-se a seguir dos desafios para que os trabalhos doméstico e de cuidado sejam considerados como questões públicas, a demandar regulação e serviços coletivos, que possam ajudar a solucionar tais impasses.

## 5 – A construção de alternativas para a mudança

Quando comparada à significativa expansão da participação feminina na força de trabalho, a persistente desigualdade de gênero na divisão do trabalho doméstico surpreende, ainda mais porque segue sendo transmitida geracionalmente, como mostra a socialização desigual das filhas e dos filhos no trabalho doméstico, sobretudo nas classes mais baixas. Soluções vêm sendo pensadas e propostas em diferentes esferas, pelas pesquisas acadêmicas, de movimentos de mulheres que reivindicam mais equipamentos sociais de apoio ao trabalho reprodutivo, tema evidenciado na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), de agências multilaterais, como a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e de ações de órgãos nacionais de promoção de assistência social,

de educação e particularmente de políticas para mulheres (Bandeira e Preturlan, 2013).

O debate sobre o trabalho doméstico como questão pública incluiu variadas soluções, tais como sua oferta pública ou subsídios para equipamentos domésticos. Não existe consenso sobre o quanto inovações tecnológicas podem favorecer a economia de esforço e tempo e a flexibilização dos papéis de gênero. Lefaucheur (1995) realça que a emergência da alimentação infantil permitiu dissociar gestação e nutrição, além de alargar o círculo de pessoas que podem participar dos cuidados das crianças, diferentemente da exigência da presença contínua da mãe (ou de uma ama de leite) quando o lactente se alimentava preferencialmente do leite humano.<sup>21</sup> Novas tecnologias transformaram também os atos de cozinhar, limpar a casa e as roupas. Ardaillon (1997) constatou nos anos 1990 o emprego do esquema freezer-microondas na saída das mulheres de classe média para o mercado de trabalho. Ademais, o crescimento das indústrias e dos serviços tornou possível a externalização de um grande número de tarefas, como confecção de vestuário e preparação total (restaurantes, por exemplo) ou parcial (conservas, produtos semipreparados, congelados etc.) de refeições. Este novo regime tanto libera mais as mulheres para o trabalho, quanto exige segunda renda para adquirir tais equipamentos.

Se o acesso à água encanada e a bens como geladeira, freezer e máquina de lavar<sup>22</sup> afeta a intensidade de trabalho doméstico, representam também mais uma dimensão de desigualdades sociais, visto que o acesso a tais tecnologias é desigual. Siliprandi (2004) observou que, mantida a desigualdade de gênero, homens e mulheres rurais dedicam-se mais ao trabalho doméstico que seus pares urbanos, em parte devido à tecnologização menor do campo e à menor presença de serviços públicos básicos, ainda que se registre o aumento do acesso à água e luz, necessárias para que as famílias venham a possuir equipamentos que reduzem a intensidade do trabalho doméstico, na área rural nas últimas décadas.

<sup>21</sup> A emergência do leite infantil industrializado foi importante também pois, no passado, o leite de outros mamíferos (vaca, cabra etc.) nem sempre era uma alternativa segura, especialmente nos primeiros meses de vida.

<sup>22</sup> Damián (2003, p. 140) propôs um Índice de Intensidade de Trabalho Doméstico em que a posse destes bens é um aspecto observado. Outra dimensão deste índice é a disponibilidade de serviços de cuidados de crianças, para o qual se mostrou que o acesso desigual e a baixa cobertura de creches e escolas infantis, exigindo melhorias no cuidado infantil público. Demonstrou-se também a majoritária responsabilidade materna pelos cuidados na primeira infância, peso que tende a decrescer conforme melhora a condição de classe.

Não há consenso, todavia, se avanços tecnológicos e aparelhos eletrodomésticos reduzem o tempo dedicado a trabalho doméstico, ainda que diminuam o esforço físico envolvido, pois as concepções sobre limpeza e higiene mudam ao longo do tempo. Comas D'Argemir (1995) considera que, à proporção que os homens assumem mais tarefas domésticas, estas tendem a fazer mais uso de tecnologias. Prado (1979, p. 132) realçou que novos equipamentos domésticos tendem a ser usados pelas mulheres, não mudando a divisão do trabalho. A seu ver, existe uma preferência por eletrodomésticos de capacidade familiar e não por soluções coletivas, o que não coloca em questão a divisão das tarefas familiares.

Para transformar a desigual divisão sexual do trabalho deve-se aliar incentivos a mudanças na vida privada e construção de alternativas públicas de serviços domésticos e de cuidado. Um exemplo é o caso do Uruguai (Rico, 2012) que está investindo num sistema nacional de cuidados e também fomentando mudanças na vida privada pelas campanhas que conscientizam sobre a questão das desigualdades de gênero no trabalho doméstico e de cuidado. Outros países têm equacionado essas questões por meio de medidas variadas de políticas de cuidado, investimentos em educação infantil, maiores e mais flexíveis licenças maternidade e paternidade (Araújo, Picanço e Scalon, 2007). Ações afirmativas no espaço de trabalho também são consideradas importantes para criar uma situação favorável ao equilíbrio entre trabalho e vida privada (Puig e Acereda, 2007).

Considerando as mudanças nas relações familiares, o que inclui o fato de que as mulheres postergam a união e têm menos filhos e mais tarde, o que contribui para a redução da razão de dependência e da carga de trabalho doméstico, reduções maiores só poderão vir de duas formas: pela redistribuição do trabalho doméstico entre outros membros da família, o que exige mudança nas relações de gênero e geracionais; ou pela externalização de tarefas domésticas e de cuidado por meio do mercado ou de serviços públicos.

Políticas de cuidado podem contribuir para evitar o agravamento das desigualdades de gênero nas famílias e das desigualdades de classe entre famílias, favorecendo a atenção precoce às crianças e a outros dependentes e a inserção profissional das mulheres. Deve-se notar que as necessárias mudanças nas desigualdades de gênero na vida privada esbarram em dificuldades, visto que intervir nas famílias para alterar a desigual divisão do trabalho doméstico seria uma tarefa difícil (Jelín, 2010). Ademais, não resolveria todo o problema, pois parte das mulheres são chefes de famílias monoparentais e outras tantas estão em arranjos em

que não existe um cônjuge com quem negociar uma melhor divisão do trabalho doméstico.

OIT e PNUD (2009, p. 5) mostraram que na América Latina as mulheres seguem penalizadas com carreiras interrompidas, salários mais baixos e empregos de pior qualidade, visto que em geral cabe a elas a compatibilização do trabalho com as tarefas do lar. A convenção 156 da OIT reconhece explicitamente que “os problemas de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares são aspectos de questões mais amplas relativas à família e à sociedade que devem ser levados em conta nas políticas nacionais”. A proposta de flexibilidade no trabalho para pessoas com filhos dependentes ou outros membros da família direta com necessidade de cuidado e sustento abrange medidas como licença parental – posterior à licença maternidade, a ser usufruída pelo pai ou pela mãe – e licença em caso de enfermidade, além de fomentar a oferta de serviços de cuidado em consonância com pesquisas que identifiquem necessidades e preferências da população.

A OIT e o PNUD demonstraram, no entanto, que a noção de trabalhadores com responsabilidades familiares não está presente na legislação na América Latina, sendo a proteção da maternidade, pelas licenças por ocasião do nascimento dos filhos, a única medida de efeitos conciliatórios presente. O debate internacional sobre trabalho e responsabilidades familiares vem crescendo diante dos inúmeros custos sociais da ausência de mecanismos que facilitem a conciliação entre trabalho e família. Hein (2005) mostra, com exemplos de diferentes partes do mundo, as consequências negativas de diversas soluções de cuidados familiares subótimas, como o cuidado por avós, que pode implicar que a criança deixe de viver com os pais; o cuidado por irmãs mais velhas, as quais têm seu próprio futuro sacrificado para cuidar de irmãos menores; incluindo os vários riscos de levar o filho para o trabalho ou deixá-los sozinhos em casa. Outros custos da não adoção de medidas que favoreçam a conciliação trabalho-família são a subutilização da educação e qualificação femininas – ainda mais grave se se considerar que o desempenho escolar feminino vem superando o masculino – e o fato de que não trabalhar ou o fazer de forma precária aumenta a vulnerabilidade econômica das mulheres e suas famílias, cujos arranjos estão crescentemente diversificados, o que inclui a maior porcentagem de mulheres chefes de famílias monoparentais. Do ponto de vista das desigualdades sociais, a não disponibilidade de cuidado público de qualidade aumenta as desvantagens das classes baixas. Há ainda os custos para a saúde das pessoas – em especial das mulheres – diante da sobrecarga de tarefas.

Diante deste contexto, aos três pilares clássicos do bem-estar social – que são a saúde, a educação e a seguridade social – acrescenta-se hoje um quarto, que é o cuidado, ou seja, o direito a receber atenção em situações de dependência (Cepal e SPM, 2010). Assim como a ideia de uma *mão invisível* do mercado obstrui a percepção dos mecanismos de discriminação social e das desigualdades estruturadas que se perpetuam além da dinâmica da oferta e procura, Folbre (2001) realçou que um *coração invisível* está na base da suposição de que os serviços de cuidado serão ofertados naturalmente como *dádivas*, encobrindo as seculares desigualdades de gênero que regem esta oferta. Estes problemas acenam para a persistência de dimensões estruturais das desigualdades de gênero, que não podem ser solucionadas apenas de forma privada ou pelas decisões das mulheres, para as quais ainda se mostram atuais os dilemas há muito enunciados nos estudos de gênero: “Mesmo que maiores oportunidades profissionais possam ter conferido às mulheres maior independência, isto geralmente é alcançado a grandes custos: tanto a dupla jornada de trabalho doméstico e extradoméstico, ou a privação da maternidade” (Stolcke, 1980, p. 103). Urge, portanto, discutir alternativas para desfamiliarizar e desmercantilizar parte das tarefas privadas, bem como reconhecer seu valor (Melo, Considera e Sabbato, 2007).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 21, n. 62, p. 45-66, out. 2006.
- ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). **Novas conciliações e antigas tensões?** Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007.
- ARDAILLON, D. **O salário da liberdade:** profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença. São Paulo: Annablume, 1997.
- BANDEIRA, L.; PRETURLAN, R. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *In*: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR TIME USE RESEARCH, 35, 2013, Rio de Janeiro. **Resumos...** 2013.
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Trabalho infantil no Brasil:** rumo à erradicação. Brasília: IPEA, 2010. (Textos para discussão, n. 1506).
- BIANCHI, S. *et al.* Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 191-228, Sept. 2000.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, v. 2, n. 2, 1994.
- BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 2012.
- BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. A mulher e o trabalho. *In*: BRUSCHINI, M. C. A.; ROSEMBERG, F. (Org.) **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAVALCANTI, L. G. de A.; PAULO, M. A.; HANY, F. E. A pesquisa-piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Tiempo total de trabajo (remunerado y no remunerado):** recopilación experiencias encuestas de uso del tiempo en los países. Santiago: División de Asuntos de Género, 2010a.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; SPM – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *In*: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *¿Qué Estado para qué igualdad?* Brasília, 13 a 16 de julio de 2010.
- COMAS D'ARGEMIR, D. **Trabajo, género, cultura:** la construcción de desigualdades entre hombres y mujeres. Barcelona: Icaria, 1995.



- COSTA, L. B. **Participação da mulher no mercado de trabalho**. São Paulo: Ipea, 1984.
- DAMIÁN, A. La pobreza de tiempo: una revisión metodológica. **Estudios Demográficos y Urbanos**, n. 52, p. 127-162, 2003.
- D'ARGEMIR, D. C. **Trabajo, género, cultura**: la construcción de desigualdades entre hombres y mujeres. Barcelona: Icaria, 1995.
- DEDECCA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. *In*: COSTA, A. DE O. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ENGLAND, P. The gender revolution: uneven and stalled. **Gender & Society**, v. 24, n. 2, p. 149-166, Apr. 2010.
- ENGLAND, P.; FARKAS, G. **Households, employment, and gender**: a social, economic and demographic view. New York: Aldine Transaction, 1986.
- ERIKSON, R. Social class of men, women and families. **Sociology**, v. 18, n. 4, p. 500-514 1984.
- FERNANDES, C. Apego e jeitos de cuidar. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Alast, 2013.
- FLORES, M. L. R.; DE MELLO, D. T. **Ampliação do acesso à educação infantil via Pro-infância**: análises de uma política pública em colaboração. *In*: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2012, Zaragoza, 2012.
- FOLBRE, N.; YOON, J. El cuidado de los niños: lo aprendido mediante encuestas sobre el uso del tiempo en algunos países de habla inglesa. *In*: OPS – ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **La economía invisible y las desigualdades de género**: la importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado. Washington: OPS, 2008, p. 205-228.
- FOLBRE, N. **The invisible heart**: economics and family values. New York: The New Press, 2001.
- GOMES, C. A. A educação infantil no fôco cruzado das relações inter e intragovernamentais. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política de educação infantil no Brasil**: relatório de avaliação. Brasília: MEC; SEB; Unesco, 2009. p. 99-120.
- HEIN, C. **Reconciling work and family responsibilities**: practical ideas from global experience. Geneva: International Labour Office, 2005.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. *In*: COSTA, A. DE O. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2007. Notas técnicas.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa**: persistentes desigualdades de gênero. Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados Ipea, n. 149).

- JELÍN, E. **Pan y afectos**: la transformación de las familias. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- LEFAUCHER, N. Maternidade, família, estado. *In*: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto; São Paulo: Afrontamento; Ebradil, 1995, v. 5.
- MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, ano 16, v. 3, n. 31, p. 435-454, dez. 2007.
- MILL, J. S. **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Almedina, 2006. p. 7-31.
- MONTAÑO, S. El cuidado en acción. *In*: MONTAÑO, S.; CALDERÓN, C. (Coord.). **El cuidado en acción**: entre el derecho y el trabajo. Santiago de Chile: Cepal, 2010. p. 13-68.
- NEVES, D. P. **Nesse terreiro, galo não canta**. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 6, 1982, Friburgo.
- OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO; PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Trabajo y familia**: hasta nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social. Santiago: OIT; PNUD, 2009.
- OLIVEIRA, R. D. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- PRADO, D. **Esposa, a mais antiga profissão**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRANDI, J. R. A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos. **Revista de Antropologia**, v. 24, p. 109-121, 1981.
- PUIG, A. L.; ACEREDA, A. (Coord.). **Entre la familia y el trabajo**: realidades y soluciones para la sociedad actual. Madrid: Narcea, 2007.
- RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *In*: BONETTI, A.; ABREU, M. A. **Faces das desigualdades de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- RIBEIRO, L. L.; TAQUES, F. H. Pobreza: da insuficiência de renda à privação de tempo. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano 14, n. 25, p. 108-120, jun. 2012.
- RICO, M. N. (Coord.). **El desafío de un sistema nacional de cuidados para Uruguay**. Santiago de Chile: Cepal, 2012. (Seminarios y Conferencias, 66).
- ROSEMBERG, F. **Para uma outra educação infantil paulistana pós FUNDEB**. *In*: ENCONTRO EDUCAÇÃO PARA UMA OUTRA SÃO PAULO, 1, 2007, São Paulo.
- ROSEMBERG, F.; ARTES, A. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. *In*: BARBOSA, M. C. S. *et al.* (Org.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 13-69.
- SILIPRANDI, E. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. *In*: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; DE OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

- SILVA, N. DO V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. *In*: SILVA, N. DO V.; HASENBALG, C. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In*: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; DE OLIVEIRA, S. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SORJ, B.; FONTES, A. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. *In*: HIRATA, H.; GUIMARAES, N. A. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- STOLCKE, V. **Mulheres e trabalho**. Estudos Cebrap, n. 26, 1980.
- TULLOCH, G. Mill and sexual equality. Brighton: Harvester, 1989 apud VASCONCELOS, Bernardo de Prefácio: (des)igualdades em The subjection of Women de John Stuart Mill. *In*:
- VASCONCELOS, B. de. Prefácio: (des)igualdades em The subjection of Women de John Stuart Mill. *In* : MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Almedina, 2006. p. 7-31.
- WHITAKER, D. C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Cadernos Cedec**, ano XXII, n. 56, abr. 2002.



# ESTIMATIVA DO VALOR ECONÔMICO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO: UMA APLICAÇÃO PARA O PERU<sup>1</sup>

*Jackeline Velazco*<sup>2</sup>  
*Julia Velazco*<sup>3</sup>

## 1 – Introdução

O relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento mundial de 2012 oferece uma mensagem direta: a igualdade de gênero é importante para o desenvolvimento. Numa perspectiva econômica, a igualdade de gênero pode aumentar a produtividade, melhorar os resultados de desenvolvimento para a próxima geração e tornar as instituições mais representativas. Cabe reconhecer que o desenvolvimento permitiu superar algumas disparidades de gênero – matrícula escolar, expectativa de vida e participação na força de trabalho. No entanto, outras disparidades persistem. Uma delas, estreitamente relacionada ao tema deste capítulo, faz alusão ao acesso desigual às oportunidades econômicas, expressando-se, ainda, entre outras circunstâncias, no fato de as mulheres terem maior probabilidade de trabalhar em tarefas domésticas não remuneradas do que os homens. Ou seja, observa-se uma persistência das diferenças de gênero no que tange ao uso do tempo (Banco Mundial, 2011).

Essa realidade está presente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Uma revisão de trinta estudos sobre o uso do tempo, realizada em ambos os grupos de países, mostra que, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado laboral, estas ainda dedicam mais tempo às tarefas domésticas e ao cuidado de crianças do que os homens. Além disto, em todos os países, os homens ainda dedicam mais tempo ao mercado de trabalho (ONU Mulheres e OIT, 2012). Esta realidade já havia sido identificada no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 1995. Uma de suas conclusões apontou que

---

<sup>1</sup> Este documento é uma versão resumida da consultoria realizada pelas autoras por iniciativa do Movimento Manuela Ramos.

<sup>2</sup> Doutora em economia, professora associada do Departamento de Economia da PUCP.

<sup>3</sup> Economista com estudos de mestrado no Instituto Tecnológico Superior Los Andes de Estudios Sociales (Ilades), Georgetown University, Washington. Atualmente, desempenha o cargo de chefe de Planejamento e Avaliação do Fundo Nacional de Capacitação Laboral e Promoção do Emprego do Peru.

existe uma significativa diferença de gênero entre a produção registrada no Sistema de Contas Nacionais (SCN)<sup>4</sup> e a produção não contabilizada; as mulheres contribuem com 50% a 70% nesta segunda produção.

A análise do uso do tempo, no Peru, pode ser realizada por meio da Pesquisa Nacional sobre Uso do Tempo (*Encuesta Nacional de Uso del Tiempo* – Enut, 2010), que tem dentre seus objetivos conhecer a distribuição do tempo entre homens e mulheres, assim como as atividades que praticam. Segundo o Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social (Mimdes), os resultados da Enut demonstram a magnitude das brechas de gênero, no tocante à distribuição do tempo, entre trabalho remunerado e não remunerado, tornando visível, desta forma, o trabalho da mulher e sua contribuição à economia nacional. Espera-se que a realidade que emergir desta análise forneça informação relevante para a melhoria das políticas públicas com perspectiva de gênero. Em especial, as políticas relativas à economia do cuidado e o acesso a elementos de proteção social, para quaisquer trabalhadores que participem ativamente de atividades não remuneradas (Freyre Valladolid e López Mendoza, 2011).

A Enut evidenciou diferenças intragênero por localização do domicílio, ou seja, mulheres da zona rural dedicam às atividades domésticas não remuneradas mais tempo do que as mulheres da zona urbana. Esta diferença pode ser explicada pelo acesso a serviços públicos domiciliares, através da rede de água potável, escoamento sanitário e eletricidade. A isto cabe somar a posse de aparelhos eletrodomésticos no lar, como meios que facilitam a atividade doméstica, ao reduzirem tempo e esforço. Ao longo de seu ciclo de vida, mulheres dedicam um número maior de horas ao trabalho não remunerado (TNR) na faixa etária de 30 a 49 anos, o que afeta o tempo destinado à realização de atividades remuneradas.

No tocante às condições ocupacionais, a Enut de 2010 mostra que as mulheres que realizam uma atividade remunerada no mercado laboral não reduzem, de forma substancial, o tempo dedicado às atividades domésticas não remuneradas. A análise por quintis de renda evidencia que, em níveis de renda inferiores, a alocação do tempo das mulheres às atividades domésticas não remuneradas é maior. O pertencimento a alguma etnia – Quéchuas, Aimará ou Ashaninka – interfere na distribuição do TNR.

---

<sup>4</sup> O Sistema de Contas Nacionais é um esquema de organização das informações estatísticas sobre aspectos macroeconômicos: produção, consumo, poupança, investimentos, transações financeiras e relações econômicas com o exterior, elaborados sob a forma de registro contábil. São contas completamente articuladas entre si, constituindo, deste modo, um sistema fechado. No entanto, em razão do seu modelo e do tipo de informação agregada que registram, é possível apresentá-las de forma isolada (Inegi, 2003).

Determinou-se o pertencimento a alguma etnia pelo idioma com o qual se aprendeu a falar. Os resultados indicam que as mulheres quéchuas, aimarás e ashaninkas dedicam mais tempo às atividades domésticas não remuneradas do que as mulheres de fala espanhola. O domicílio rural e o pertencimento a alguma etnia são, claramente, fatores de inequidade e exclusão social, incidindo diretamente em maior carga para o TNR.

Considerando o diagnóstico prévio, o objetivo deste trabalho é estimar o valor econômico do TNR e sua contribuição ao produto interno bruto (PIB). É importante esclarecer que não existe, atualmente, qualquer consenso metodológico sobre a valoração do TNR. A literatura sobre o tema identifica dois grandes enfoques: o método do produto e o do insumo. O primeiro, compatível com o SCN, avalia a produção doméstica em termos de valor de mercado dos produtos. No segundo enfoque, os serviços não remunerados do lar são valorados em função da quantidade de tempo dedicado à sua prestação, com “preço” ou “salário” atribuído à atividade. Existem vários métodos para determinar essa equivalência. Os utilizados neste trabalho correspondem aos métodos do generalista, do especialista e do salário médio. Embora sejam citadas, entre as vantagens destes enfoques, a simplicidade e a facilidade de implementação – assim como a menor necessidade de informações e sua adequação aos casos onde não há mercados de serviços domésticos –, existem desvantagens metodológicas. Dentre elas, destacam-se a de não ser compatível com a metodologia do SCN; não refletir a produtividade do lar; e exigir que se escolha entre várias taxas de salário e salários médios (Instraw, 1995).

As informações relativas à distribuição do tempo são oriundas da Enut de 2010 e as informações relativas a salários resultam da Pesquisa Nacional de Domicílios 2010 – *Encuesta Nacional de Hogares* (Enaho) –; com base em ambas as fontes de informação, estimou-se a contribuição do TNR à economia – de forma mais concreta, sua participação no que diz respeito ao PIB de 2010. Considerando as limitações supracitadas, optou-se pela análise de diferentes cenários na valoração do tempo. As estimativas demonstram que o valor do TNR oscila entre 15% e 30% do PIB peruano em 2010. Cabe ressaltar que esta foi a primeira estimativa realizada para estimar a contribuição do TNR em âmbito nacional. Os valores encontrados no estudo mantêm relação com resultados posteriormente apresentados por Pedrero (2013) e Beltrán e Lavado (2013). Demonstram os resultados que a contribuição do TNR não é uma contribuição insignificante ou marginal; neste sentido, o desafio é transformar esta visibilidade em ações e intervenções de política pública, bem como em mecanismos de proteção social que aumentem o bem-estar dos setores

da população ativamente envolvidos nessas atividades – em maioria, mulheres. Adicionalmente, é necessário seguir pesquisando sobre os melhores enfoques metodológicos para estimar o TNR, que se ajustem às particularidades do mercado de trabalho peruano.

Este capítulo constitui-se de sete seções. Na próxima, desenvolvem-se os marcos conceitual e metodológico para medir e valorar o TNR. Na terceira seção, apresenta-se uma breve revisão da literatura empírica sobre o tema. Na quarta seção, descrevem-se as características das fontes de informação utilizadas nas estimativas. Na quinta seção, é realizada uma análise descritiva da Enut de 2010 referente à participação da família no TNR e no mercado de trabalho. Na sexta seção, são apresentados os resultados das estimativas, enquanto a sétima seção fornece as conclusões.

## 2 – Marco conceitual e metodológico para medir e valorar o trabalho não remunerado

### *2.1 Definição e importância econômica do trabalho não remunerado*

O trabalho não remunerado foi objeto de uma atenção crescente a partir dos anos 1960 e 1970, quando adentrou a agenda de pesquisa da economia<sup>5</sup> e da sociologia. Por muito tempo, os economistas tinham equiparado o trabalho ao emprego remunerado. Agindo assim, deixava-se de lado todo o trabalho que não entrava na esfera mercantil. Três décadas depois, o crescente interesse pelo tema do trabalho não remunerado se deve à constante preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) em discutir, quando de sucessivas cúpulas internacionais, o tema “como medir e valorar o TNR”. Embora, no início, o tema tenha sido percebido como uma questão de carga dupla para as mulheres – por serem, em massa, as principais protagonistas do trabalho doméstico –, logo prevaleceu outro paradigma, que entende o TNR como um problema de injusta distribui-

<sup>5</sup> No âmbito da economia, reconhece-se a contribuição de Becker (1965), quando estuda, no marco dos modelos neoclássicos, a alocação do tempo do lar entre trabalho assalariado, produção doméstica e descanso. É proposta uma função de produção do lar, que representa a produção de bens graças à combinação de mercadorias e tempo. Apesar do interesse pela esfera doméstica, foram limitadas as tentativas de valorar as atividades de produção ou reprodução dentro do lar. Uma revisão dos temas relacionados ao TNR, com ênfase no uso do tempo, gênero e pobreza, pode ser encontrada em Antonopoulos e Hirway (2010). Uma proposta analítica e metodológica sobre a relação entre pobreza de rendimento e alocação do tempo ao TNR é desenvolvida por Zacharias, Antonopoulos e Masterson (2012).



ção ou alocação do trabalho entre homens e mulheres. Ao se constatar essa realidade, surge uma agenda de intervenção pública destinada a promover a igualdade na divisão das responsabilidades familiares entre homens e mulheres, assim como a proporcionar uma melhor infraestrutura de serviços públicos ou sociais (Budlender, 2004).

De modo geral, uma atividade do lar é definida como produtiva caso seja possível delegá-la a uma terceira pessoa, ou proporcione um serviço que possa ser intercambiado, como a preparação de alimentos, a limpeza e a gestão do lar, assim como cuidados com membros da família e apoio a outros lares. Para ser mais preciso, trata-se do “tempo destinado aos afazeres domésticos e dos cuidados envidados pelos membros do lar para produzir serviços destinados ao consumo do lar, sem obter pagamento ou remuneração, e que estejam fora do escopo da produção da contabilidade nacional. Inclui-se a ajuda a outros lares e o trabalho voluntário” (Inegi, 2012, p. 5).

Em relação ao TNR, Durán (2012, p. 30, tradução nossa) comenta:

Assim como o remunerado, o trabalho não remunerado é heterogêneo em sua composição interna: sob este rótulo, classificam-se desde trabalhos pesados e penosos nos lares, que carecem de infraestruturas mínimas (água potável, luz, rede sanitária e de canalização), até trabalhos de gestão patrimonial e representação social, realizados nos lares das classes abastadas. Como já foi mencionado, o trabalho não remunerado é uma terra ignota, um continente invisível, pouco explorado até agora, sem cujo concurso não se podem entender as sociedades tradicionais, nem as modernas.<sup>6</sup>

É importante especificar e enfatizar a estreita relação entre o TNR, a economia doméstica e a economia de um país. O TNR permite gerar bens e serviços, aumentando a oferta e a disponibilidade destes na sociedade, fato que repercute diretamente nos níveis de consumo e de atendimento às necessidades e ao bem-estar dos membros do lar e da sociedade em geral (Inegi, 2012).

---

<sup>6</sup> No original: “Igual que el remunerado, el trabajo no remunerado es heterogéneo en su composición interna: bajo esta rúbrica se clasifican desde los trabajos duros y penosos de los lares que carecen de las infraestructuras mínimas (agua potable, energía, red sanitaria y de alcantarillado) hasta los trabajos de gestión patrimonial y representación social que se realizan en los lares de las clases acomodadas. Como ya se ha señalado el trabajo no remunerado es una terra ignota, un continente invisible que hasta ahora se ha explorado poco pero sin cuyo concurso no pueden entenderse las sociedades tradicionales ni, tampoco, las modernas”.

## 2.2 *As contas-satélites e o trabalho não remunerado*

O TNR é considerado por meio das contas-satélites. Para isto, estendem-se os limites tanto da produção, nas contas reais, como da produção do setor lares. Esta perspectiva metodológica é resultado das recomendações da IV Conferência Internacional sobre a Mulher (Beijing 1995), em matéria de informações, e dos consensos de Quito e de Brasília, que solicitaram uma ampliação do conhecimento sobre os trabalhos remunerado e não remunerado de mulheres e homens para tornar visíveis, dessa forma, suas contribuições para a economia. Trata-se de uma medição que acrescenta à produção dos lares – reconhecida pelo Sistema de Contas Nacionais – o valor da produção dos serviços não remunerados domésticos, o que implica a ampliação da fronteira de produção estabelecida pelo SCN em 1993.

Um instrumento fundamental para a realização de estudos sobre o TNR são as informações relativas ao uso do tempo (UT).<sup>7</sup> Embora não exista uma padronização ou homologação, como ocorre com o SCN, importantes avanços vêm sendo realizados para atingir esse objetivo. Entre os antecedentes mais importantes, no que tange aos seguimentos dados a compromissos e recomendações internacionais, encontra-se a Plataforma de Beijing (1995), que formalizou o compromisso de desenvolver uma classificação internacional de atividades. Isso continuou em 1997, quando foram realizadas pesquisas sobre o UT em vinte países da Comunidade Europeia e na Austrália. Nesse mesmo ano, a Comissão Estatística das Nações Unidas solicitou à Divisão de Estatística que preparasse uma classificação de atividades relativa ao uso do tempo, publicada em 2005 como Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas sobre Uso do Tempo (Icatus).<sup>8</sup>

A XVIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, de 2008, aprovou a Resolução sobre a medição do tempo de trabalho, na qual as atividades produtivas domésticas são reconhecidas como trabalho não remunerado – fora do SCN, mas dentro da fronteira geral da produção. Adicionalmente, recomenda-se medir todo o trabalho realizado nos países para a elaboração de políticas trabalhistas e de conciliação entre a atividade econômica e a vida familiar. Por fim, recomenda-se a preparação de um manual técnico para apresentar as melhores práticas de medição

<sup>7</sup> Para uma discussão detalhada sobre as principais metodologias, quantitativas e qualitativas, disponíveis para coletar dados sobre o uso do tempo nos domicílios, assim como sobre as vantagens e as limitações dos enfoques, ver In straw (1995). Por outro lado, Luxton (1997) oferece uma visão crítica.

<sup>8</sup> Para uma adaptação da Icatus à realidade mexicana, ver Saavedra e De Santiago (2007).

do tempo de trabalho (Gómez, 2010). No âmbito internacional, cita-se o caso do México, por ter elaborado uma série de contas-satélites, que incluem o trabalho não remunerado, o turismo, as instituições sem fins lucrativos, o setor da saúde, os custos totais do esgotamento e degradação ambiental, além de gastos de proteção ambiental (Figueroa, 2012).

No caso peruano, existe uma legislação (Lei nº 29.700/2014) que obriga a produzir informações sobre o uso do tempo para valorar o trabalho não remunerado, com ênfase no trabalho doméstico não remunerado, e também a elaborar as contas-satélites do TNR.

### *2.3 Métodos para medir e valorar o trabalho não remunerado*

É importante mencionar, como pontuado por Pedrero (2004, p. 437), que não existe “atualmente um consenso metodológico para valorar o trabalho doméstico não remunerado que é realizado dentro dos lares”. A valoração do TNR é feita, geralmente, segundo dois enfoques: o produto (*output*) e o insumo (*input*). Este último, focado na valoração do tempo dedicado às atividades domésticas, utiliza vários critérios para valorar o tempo, considerando o insumo de produção mais importante. Entre os métodos a serem considerados, temos o salário médio, o custo de generalista, o custo de especialista e o custo de oportunidade (Budlender, 2004).

Este estudo vale-se dos três primeiros métodos que correspondem ao enfoque do insumo. Ou seja, os serviços não remunerados domésticos são valorados em função da quantidade de tempo dedicado à sua prestação, com um “preço” ou “salário” atribuído à atividade. Com isto, obtém-se uma expressão monetária da produção de serviços não registrada na contabilidade nacional. Prefere-se o tempo, uma vez que é o principal insumo na produção doméstica e é utilizado como *proxy* para o valor agregado – sendo, além disto, o enfoque mais utilizado. Cabe considerar que a estimativa do valor agregado requer a contabilidade de impostos e subsídios à produção, assim como o consumo de bens intermediários e bens duráveis (Vásconez, 2008).

Com base nas informações de trabalho proporcionadas pelas pesquisas sobre o uso do tempo, é realizada uma transformação em equivalente monetário. Para determinar esta equivalência, há várias opções (Chadeau, 1992; Goldschmidt-Clermont, 1993; Budlender e Brathaug, 2008), entre as quais se destacam os seguintes.

- Método do salário médio

Este enfoque calcula o salário médio da economia, que é utilizado para imputar a cada hora de trabalho doméstico. Em alguns casos, a média salarial é calculada separadamente para homens e mulheres, sendo aplicada para valorar o trabalho de cada grupo. Este procedimento, ao dividir o salário por sexo, reduz o valor estimado total do trabalho não remunerado, em razão de terem as mulheres, geralmente, uma maior presença que os homens nesse tipo de trabalho e de o salário médio das mulheres ser, de costume, inferior ao salário médio dos homens. Em sociedades onde há importantes diferenças de renda conforme o gênero, a aplicação deste método não faz senão transferir o padrão desigual de salários, que predomina no mercado de trabalho, à valoração do trabalho doméstico.

Em alguns casos, como nas estimativas dos Estados Unidos, vale-se do chamado “limite inferior”, que consiste em valorar o tempo por meio do salário mínimo. Enquanto o limite superior abarca o salário médio do país. A equação (1) representa este método.

$$VD = \sum_i T_i * \bar{W} \quad (1)$$

- Em que  $VD$  é o valor do trabalho doméstico;  $T_i$  representa o tempo anual alocado ao trabalho doméstico pela pessoa  $i$ ; e  $\bar{W}$  é a taxa salarial média da economia.
- Método do custo de generalista

Este método valora o trabalho doméstico, adotando como referência o custo no qual se incorreria caso fosse contratado um serviço para a realização das tarefas domésticas em tempo integral. A metodologia do custo de generalista é bastante simples: é aplicado às horas de trabalho o custo médio do salário de mercado para trabalhos similares aos avaliados. Neste caso, tratar-se-ia do salário da trabalhadora doméstica remunerada e da pessoa que se dedica a cuidar de crianças (criadas, babás).

A grande desvantagem é que se trata de um trabalho mal remunerado e pouco valorizado *per se* – justamente em função de questões de gênero. Além disto, também não estão incluídas todas as tarefas, como as de gestão e organização do lar. Por outro lado, a limitação intrínseca desse modelo de valoração reside no fato de não considerar a totalidade das tarefas domésticas, tais como a tomada de decisões ou o planejamento de tarefas, limitando-se às tarefas de execução (Vásconez, 2008). Pedrero (2010) conclui, no âmbito do caso mexicano, que é mais acertado utilizar esse método em países desenvolvidos, onde o trabalho doméstico remunerado ocupa posição média. No entanto, em países com grandes divisões socioeconômicas, desigualdades de renda acentuadas e mercado

de trabalho repressivo, o trabalho doméstico remunerado ocupa uma posição precária e se caracteriza por um acesso limitado à seguridade social, aos sistemas de pensão, a contratos formais, entre outros. A equação (2) resume esse enfoque.

$$VD = \sum T_i * W \quad (2)$$

Em que  $VD$  é o valor do trabalho doméstico;  $T_i$  representa o tempo anual alocado ao trabalho doméstico pela pessoa  $i$ ; e  $W$  é a taxa salarial de uma pessoa especializada em atividades domésticas.

- Método do custo de especialista

Este método se concentra mais na atividade do que na pessoa que realiza a atividade. Para cada atividade, utiliza-se o salário pago a um trabalhador cuja função é equivalente ao trabalho não remunerado. O método consiste em utilizar salários em conformidade com atividades que tenham alguma referência no mercado, por exemplo, enfermeiras, cozinheiras, pessoas que realizam limpeza, manutenção etc. Evidentemente, requerem-se informações precisas e detalhadas sobre as remunerações por atividade; para tal, costumam ser utilizadas as informações salariais das pesquisas de emprego.

Bruyn-Hundt (1996) critica esse enfoque, em razão de a produtividade de um especialista ser maior do que a de um não especialista. Esta situação levaria a uma sobre-estimação do valor da produção doméstica. A equação (3) sintetiza esse método.

$$VD = \sum_j \sum_i (T_{ij} * W_i) \quad (3)$$

Em que  $VD$  é o valor do trabalho doméstico;  $T_{ij}$  representa o tempo anual alocado à atividade produtiva  $i$  pela pessoa  $j$ ; e  $W_i$  é a taxa salarial de um trabalhador especialista da atividade  $i$  (ou seu substituto mais próximo) no mercado.

### 3 – Estudos prévios sobre o trabalho doméstico não remunerado

Nesta seção, apresentar-se-ão resultados de estudos sobre o uso do tempo nas atividades domésticas e estimativas de sua valoração tanto no Peru como no contexto internacional. Em primeiro lugar, é importante esclarecer que, para as contas-satélites do lar, a In straw (1995) recomenda a inclusão das seguintes atividades produtivas: *i*) manutenção do lar, o que inclui todas as atividades domésticas e aquelas relacionadas ao cuidado de pessoas; *ii*) desenvolvimento pessoal ou atividades educativas; e *iii*)

voluntariado. São excluídas atividades de manutenção pessoal e atividades de recreação pessoal.

Até meados da década de 1990, alguns países – incluindo o Canadá, a Áustria, a Nova Zelândia, a Alemanha, a Finlândia e os Estados Unidos – já tinham desenvolvido estimativas sobre o trabalho doméstico não remunerado. Nestes casos, contemplam somente a manutenção do lar e não incluem desenvolvimento pessoal e voluntariado. Além disto, os estudos valeram-se de informações sobre o uso e a alocação do tempo.<sup>9</sup> As estimativas realizadas demonstram que o valor do trabalho doméstico é muito sensível ao método de medição. Independentemente do enfoque utilizado, a produção doméstica representa uma parte significativa do PIB da economia. As estimativas oscilam entre 50% e 70% do PIB. O Pnud (1995), por exemplo, estimou que o trabalho doméstico não remunerado representa 72% do PIB na Austrália, 53% na Alemanha e 45% na Finlândia. Uma característica que emerge das estimativas é a diferença significativa de gênero entre a produção registrada nos SCNs e a produção não contabilizada, para a qual as mulheres contribuem com 50% a 70%.

O Relatório do Desenvolvimento Humano dedicado ao tema da valoração do trabalho feminino (Pnud, 1995), após avaliar experiências de 31 países, tanto industrializados como aqueles em desenvolvimento, conclui que as mulheres trabalham mais horas do que os homens. Do total de horas de trabalho dos homens em países industrializados, cerca de dois terços são alocados a atividades remuneradas e registradas no SCN, correspondendo o outro terço ao trabalho não remunerado, que não é registrado no SCN. No caso das mulheres, encontra-se o cenário oposto nessa distribuição do tempo.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, estima-se que mais de 75% do trabalho masculino fica concentrado nas atividades remuneradas do SCN, enquanto as mulheres, em sua grande maioria – em média, 66% para essa amostragem de países –, dedicam seu tempo ao trabalho não remunerado e não registrado no SCN.

A esse respeito, mostra-se pertinente a conclusão de Antonopoulos (2008, p. 5, tradução nossa), quando diz:

Ao redor do mundo, mulheres ainda estão sobrerrepresentadas entre os trabalhadores mal remunerados e desprotegidos. Apesar de sua contribui-

<sup>9</sup> A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OECD (1995) fornece um inventário dos países que, até meados de 1990, já tinham realizado pesquisas sobre o tempo, assim como das metodologias de valoração do TNR utilizadas. Entre esses países, destacam-se Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega e Suécia.

ção para a economia, os retornos da educação são inferiores para mulheres; persistem diferenças salariais entre gêneros; a segmentação do mercado e a segregação ocupacional agravam ainda mais as desigualdades. Por último, mas não menos importante, persistem, também, disparidades de gênero na divisão do trabalho, entre trabalho remunerado e não remunerado, com os homens usando mais de seu tempo de trabalho em empregos remunerados, e mulheres realizando a maior parte do trabalho não remunerado. (...) Dados de pesquisas sobre o uso do tempo revelam que este é o caso nos hemisférios Norte e Sul, tanto entre mulheres que participam no mercado de trabalho como entre as que são “inativas”.<sup>10</sup>

Na seção anterior, foram apresentados métodos para estimar o valor do TNR. Fraumeni (2008) recopila e compara as contas de produção doméstica dos lares de Estados Unidos, Canadá e México, usando os métodos do custo de oportunidade,<sup>11</sup> produção, custo de especialista e custo de generalista. Apresenta ainda estimativa da contribuição do TNR ao PIB. A análise realizada evidencia grandes diferenças, segundo as metodologias empregadas. O método do custo de oportunidade fornece a valoração mais alta, e por meio da qual a produção doméstica, enquanto porcentagem do PIB, mostra-se maior. Ocorre situação oposta com a utilização do método do generalista, ajustado ao salário mínimo. A explicação para as causas dessas divergências, sugere a autora, exige uma análise detalhada da natureza da produção doméstica nos diferentes países, do tempo dedicado a esta atividade e das valorações aplicadas, exigindo ainda identificar os distintos momentos (anos) em que são formuladas as contas de produção doméstica do lar.

---

<sup>10</sup> No original: “*Women are still overrepresented among the underpaid and unprotected workers around the world. Despite their contribution to the economy, returns to education are lower for women; gender-based wage differentials persist; market segmentation and occupational segregation further exacerbate inequalities. Last but not least, gender disparities in the division of labour between paid and unpaid work also persist, with men spending more of their work time in remunerative employment and women performing most of the unpaid work. (...) Time Use Survey data reveal this to be the case in the North and in the Global South, and among women that participate in the labour market and those that are “inactive”.*”

<sup>11</sup> Esse método utiliza o conceito de custo de oportunidade, entendido como os benefícios ou rendimentos que alguém deixa de receber por escolher determinada opção para o uso de seu tempo. No contexto do TNR, a pessoa perde um rendimento que teria recebido com trabalho remunerado, caso não realizasse o trabalho doméstico não remunerado. Neste caso, utiliza-se o salário de mercado como valor do custo de oportunidade. O salário a ser atribuído a cada pessoa será diferente e dependerá das condições do mercado de trabalho, do sexo, da idade e dos níveis de educação e qualificação atingidos.

Budlender e Brathaug (2008) fazem uma comparação dos resultados da valoração do TNR na África do Sul e na Noruega. A comparação indica que a África do Sul apresenta uma variação maior das estimativas em relação à Noruega. O método do custo de oportunidade fornece estimativas muito próximas para ambos os países. Os valores do método do generalista são menores na África do Sul. No caso da Noruega, o salário usado corresponde ao de criada substituta remunerada, situação que não existe na África do Sul, o que pode explicar o fato de a estimativa relativa da Noruega ser maior. O estudo de casos evidencia, em geral, que as diferenças entre os valores dos distintos enfoques metodológicos podem ser maiores em contextos onde as desigualdades de salário e rendimentos são mais pronunciadas. Este é, precisamente, o cenário que caracteriza a África do Sul.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (2010) recopila os estudos realizados na América Latina para medir a carga total de trabalho – remunerado e não remunerado – de homens e mulheres. Os países contemplados são Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Nicarágua, Brasil, México, Colômbia, Equador e Uruguai. Os resultados indicam, para todos os países, que o tempo total de trabalho é maior para mulheres do que para homens e que as mulheres dedicam a maior parte de seu tempo ao trabalho não remunerado.

No tocante às principais características das pesquisas e às modalidades de uso do tempo aplicadas em alguns países da América Latina – Nicarágua, Guatemala, Bolívia, México, Equador e Peru –, observam-se diferenças nas faixas etárias da população objeto da pesquisa no período de referência e na bateria de perguntas elaboradas para medir a utilização do tempo. No entanto, independentemente das diferenças metodológicas dos instrumentos aplicados, o Ministério de Trabalho e Promoção do Emprego – MTPE (Peru, 2008) assinala que os principais resultados comparilhados por esses países indicam o seguinte:

- os homens participam menos e destinam menos tempo às atividades domésticas consideradas;
- as atividades domésticas afiguram-se segmentadas entre homens e mulheres, prevalecendo estereótipos de gênero;
- as atividades relacionadas a cuidados demandam mais tempo para mulheres e homens; no entanto, a participação e o tempo de dedicação é maior entre as mulheres;
- a jornada laboral das mulheres é inferior à dos homens, em razão da necessidade daquelas de assumirem responsabilidades domésticas e familiares;



- a condição de trabalhadoras remuneradas das mulheres não as isenta de destinar um tempo considerável aos afazeres domésticos. Qualquer que seja a duração da jornada laboral, elas dedicam mais tempo do que os homens a essas atividades;
- os afazeres relativos ao cuidado de crianças, doentes e idosos aumentam a participação e o tempo investido pelas mulheres nas atividades domésticas. O tempo que as mulheres destinam às atividades domésticas aumenta quando há crianças em idade pré-escolar no lar, enquanto o dos homens tende a não variar, tendência que se verifica em todos os países;
- o tempo de dedicação dos indivíduos e sua participação nas atividades domésticas diminui quando há alguém para desenvolvê-las. Em todos os países, verifica-se que a presença de um membro do lar dedicado aos afazeres domésticos reduz o tempo de dedicação – em particular, nestas atividades – do resto das mulheres que vivem no lar, situação que não é observada entre os homens;
- o tempo que as mulheres destinam às atividades domésticas diminui quando há pessoas acima de 75 anos, enquanto o dos homens tende a permanecer constante; e
- as mulheres em idade ativa não buscam trabalho remunerado principalmente por falta de tempo.

No tocante à contribuição do TNR para a economia nacional, a tabela I resume algumas estimativas latino-americanas. Independentemente do método de estimação, observa-se a importância do trabalho doméstico não remunerado como porcentagem do PIB dos países estudados, ficando a sua participação na faixa de 22,57% a 34%.

**TABELA 1**  
**Exemplos de valoração econômica das pesquisas sobre o uso do tempo na América Latina**

País e responsáveis pela pesquisa e pelo estudo	PIB (%)	Preço considerado
Peru – Região Metropolitana (RM) de Lima MTPE – 2008 Programa de Estatísticas e Estudos Trabalhistas	PIB da RM de Lima: <sup>1</sup> 23,3	Mediana do rendimento por hora (incluindo custos trabalhistas) em ocupações equivalentes, identificadas no Código Nacional de Ocupações.
Chile Sernam – 2008 (pesquisa EUT especial)	Somente região metropolitana urbana: 26	Remuneração mensal média de duas categorias de ocupação (trabalhador não qualificado, trabalhador de serviços pessoais e proteção).
México Inegi – 2002 Maria Eugenia Gómez Luna	Valor agregado dos serviços não remunerados do lar: 23,7	Preço equivalente ao salário, por hora, de um trabalho realizado em atividade equivalente.
México Inegi – 2009 Mercedes Pedrero	No âmbito nacional: 22,57	Preço equivalente ao salário, por hora, de um trabalho realizado em atividade equivalente.
Guatemala Cepal – 2000 Sarah Gammage	No âmbito nacional: 34	O custo de reposição é estimado pelo custo de uma trabalhadora doméstica e o custo de serviço é calculado com dados de 2004, utilizando a desagregação de dois dígitos da classificação CIUO.
Nicarágua Inec – 1998	No âmbito nacional: 23	Salário médio da ocupação agrícola no âmbito rural e de serviços pessoais no âmbito urbano.

**Fonte:** Cepal, Divisão de Assuntos de Gênero, Vivian Milosavljevic. MTPE – Pesquisa sobre Lares Especializada em Níveis de Emprego, 2008.

**Nota:** <sup>1</sup> Inclui a Província de Lima e a Província Constitucional de Callao.

Elaboração: MTPE – Programa de Estatísticas e Estudos Trabalhistas (*Programa de Estadísticas y Estudios Laborales – PEEL*).

No caso peruano, o MTPE apresenta os resultados do Módulo de Uso do Tempo aplicado na Pesquisa de Domicílios Especializada em Níveis de Emprego entre agosto e outubro de 2008 na RM de Lima. As atividades consideradas como trabalho doméstico não remunerado foram as seguintes: *i*) cuidado de crianças; *ii*) cuidado de adultos, doentes ou deficientes; *iii*) preparação de alimentos; *iv*) limpeza do lar; *v*) lavagem, passagem e cuidado das roupas de vestir; *vi*) realização de compras, pagamentos de serviços e trâmites; *vii*) conserto e manutenção da habitação; *viii*) cuidado de animais e mascotes; e *ix*) outras atividades domésticas. Para estimar a contribuição das atividades domésticas não remuneradas para a economia, utilizou-se a mediana do rendimento por hora das ocupações equivalentes no mercado, obtidas do Código Nacional de Ocupações. A estimativa revelou que as atividades domésticas não remuneradas representam 23,3% do PIB na RM de Lima. O estudo também indica que as atividades domésticas afiguram-se segmentadas entre homens e mulheres, prevalecendo estereótipos de gênero: os homens participam menos e investem menos tempo no conjunto das atividades domésticas consideradas. As mulheres, embora se integrem cada vez mais ao mercado de trabalho, continuam assumindo a maior parte do trabalho doméstico ou não remunerado, em particular nas fases do ciclo familiar que supõem a presença de crianças pequenas no lar. A jornada laboral das mulheres é inferior à dos homens, em razão da necessidade de assumir as responsabilidades domésticas e familiares. A condição de trabalhadoras não as isenta de destinar um tempo considerável aos afazeres domésticos. Qualquer que seja a duração da jornada laboral, elas dedicam muito mais tempo do que os homens a essas atividades.

Pedrero (2013) estimou a contribuição do TNR para o Peru com base na Enut de 2010. Valendo-se do método do especialista, avalia que a contribuição do TNR eleva-se a 26,65% do PIB. Beltrán e Lavado (2013) utilizam quatro métodos para estimar a contribuição do TNR para o PIB com base na Enut de 2010. Segundo o método do custo de oportunidade, avaliam que a contribuição é de 29,64%, desde que se atribua às pessoas ativas no mercado do trabalho seu próprio salário e se considere, para pessoas não ativas, o salário estimado pela equação de Mincer. No entanto, ao atribuir-se às pessoas o salário estimado pela equação de Mincer, a contribuição do TNR eleva-se a 25,61%. Segundo o método do custo de reposição generalizado, que valora o TNR por meio do salário de um trabalhador do lar, a contribuição do TNR fica em 15,01%. Por fim, segundo o método do custo de reposição híbrido, a contribuição do TNR é de 24,32%. Esse método considera que as atividades que podem ser rea-

lizadas por um trabalhador doméstico são valoradas mediante seu salário médio por hora, caso contrário, considera-se o salário de mercado de um trabalhador especializado.

#### 4 – Fontes de informação utilizadas para medir e valorar o TNR no Peru

Para medir o TNR, foram utilizadas duas fontes de informação, a Enut de 2010 e a Enaho de 2010. Na sequência, apresentam-se as principais características metodológicas de ambos os instrumentos. A partir da Enut, obteve-se o tempo que os membros do domicílio alocam ao TNR; e da Enaho, o salário de mercado atribuído às diferentes atividades não remuneradas.

##### *4.1 A pesquisa nacional sobre o Uso do Tempo (Enut) de 2010*

Apresentam-se a seguir as principais características da Enut.

- Objetivos gerais da Enut: a Enut tem como objetivos conhecer a carga global de trabalho, considerando os diferentes tipos de trabalho existentes, e determinar as características tanto dos homens como das mulheres no que diz respeito à distribuição e ao uso do tempo nas tarefas e/ou atividades do cotidiano necessárias ao desenvolvimento pessoal, familiar e social.
- Abrangência geográfica e temporal da Enut: foi realizada, em âmbito nacional, de 15 de novembro a 20 de dezembro de 2010.
- Abrangência temática: os principais temas pesquisados são as características da habitação, do domicílio e de seus membros, o uso do tempo pelos moradores do domicílio e o emprego e a renda.
- Sobre a amostragem: a população foi formada por pessoas de 12 anos ou mais domiciliadas em habitações particulares da zona urbana e da zona rural do país. O quadro amostral deu-se por áreas e por lista. O marco de áreas baseia-se em informações estatísticas e na cartografia do Censo Populacional e Habitacional de 2007. O marco de lista baseia-se no pré-Censo de 2007 e no Censo Populacional e Habitacional de 2005. A amostragem foi probabilística e bietápica. O tamanho da amostragem foi de 4.580 habitações particulares.

Correção na declaração de horas: ao analisar a Enut, identificou-se a existência de um problema na declaração de horas. A pesquisa dá conta de pessoas que declaram menos horas do que as existentes na semana, ou seja, menos de cento e sessenta e oito horas, causando uma subdeclaração de horas. A pesquisa dá conta também de pessoas que declaram mais de cento

e sessenta e oito horas por semana, ou seja, há uma sobredeclaração de horas. Diante desta situação, foi realizado um ajuste na declaração de horas. Em primeiro lugar, foram identificadas as atividades consideradas bem declaradas, para as quais não há necessidade de realizar qualquer ajuste. São estas as horas dedicadas ao sono, ao trabalho remunerado e à assistência de aulas em instituições educacionais.

O fator de ajuste aplicado aos casos de sub e sobredeclaração é o seguinte:

$$\text{ajuste} = \frac{168 - \text{horas em atividades consideradas bem declaradas}}{\text{horas declaradas em todas as atividades} - \text{horas em atividades consideradas bem declaradas}}$$

Este fator foi utilizado para todas as atividades, salvo para as atividades consideradas bem declaradas mencionadas acima.

## 4.2 A Enaho

Apresentam-se a seguir as principais características da Enaho.

- Objetivo: produzir indicadores que permitam conhecer a evolução da pobreza, do bem-estar e das condições de vida dos domicílios.
- Abrangência geográfica e temporal: é realizada de forma contínua e em âmbito nacional.
- Abrangência temática: os temas pesquisados são as características da habitação, do domicílio e de seus membros; o emprego; as condições de saúde, educação, renda e gastos dos moradores do domicílio; entre outros.
- Sobre a amostragem: o quadro amostral para a seleção da amostragem é constituído pelas informações estatísticas oriundas dos censos populacionais e habitacionais. A amostragem é do tipo probabilístico, por áreas, estratificada, multietápica e independente em cada campo de estudo. O tamanho anual da amostragem de 2010 é de 22.640 domicílios.

## 5 – A participação da família no TNR e no mercado de trabalho no Peru

A tabela 2 apresenta a alocação média de tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e à carga total de trabalho, total e por sexo. Avalia-se que as mulheres têm uma carga total de trabalho – tempo dedicado ao mercado de trabalho e ao trabalho doméstico – superior à dos

homens: trabalham, em média, nove horas a mais do que os homens. A mulher participa mais das tarefas não remuneradas e menos do mercado de trabalho em relação aos homens: 24% do trabalho total dos homens destinam-se ao trabalho não remunerado, enquanto a porcentagem no caso das mulheres é de 51%. Encontram-se brechas por local de residência: 21% e 31% do trabalho total dos homens destinam-se ao trabalho não remunerado nas zonas urbana e rural, respectivamente; no entanto, a participação da mulher é de 48% e 60% nas zonas urbana e rural, respectivamente.

A tabela 2 mostra também que para as mulheres há uma relação inversa entre o nível de educação e a participação no trabalho não remunerado; e direta no que tange à sua participação no mercado de trabalho.

Os gráficos 1 e 2 mostram a participação em diferentes atividades não remuneradas, por sexo. Constatam-se que as mulheres participam mais do que os homens nas atividades não remuneradas, exceto na atividade de conserto, construção e manutenção da habitação, que apresenta uma clara presença masculina. As atividades mais demandantes de tempo estão relacionadas ao cuidado de familiares doentes e/ou idosos dependentes; ao cuidado de crianças; e às atividades culinárias, as quais mostram uma acentuada diferença por gênero, que reproduz os estereótipos socialmente estabelecidos para atividades femininas e masculinas. Estes resultados realçam a necessidade de fortalecer as políticas públicas relativas ao cuidado de crianças e idosos, como condição necessária para que as mulheres disponham de tempo para realizar outras atividades, relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal, formativo e/ou laboral.

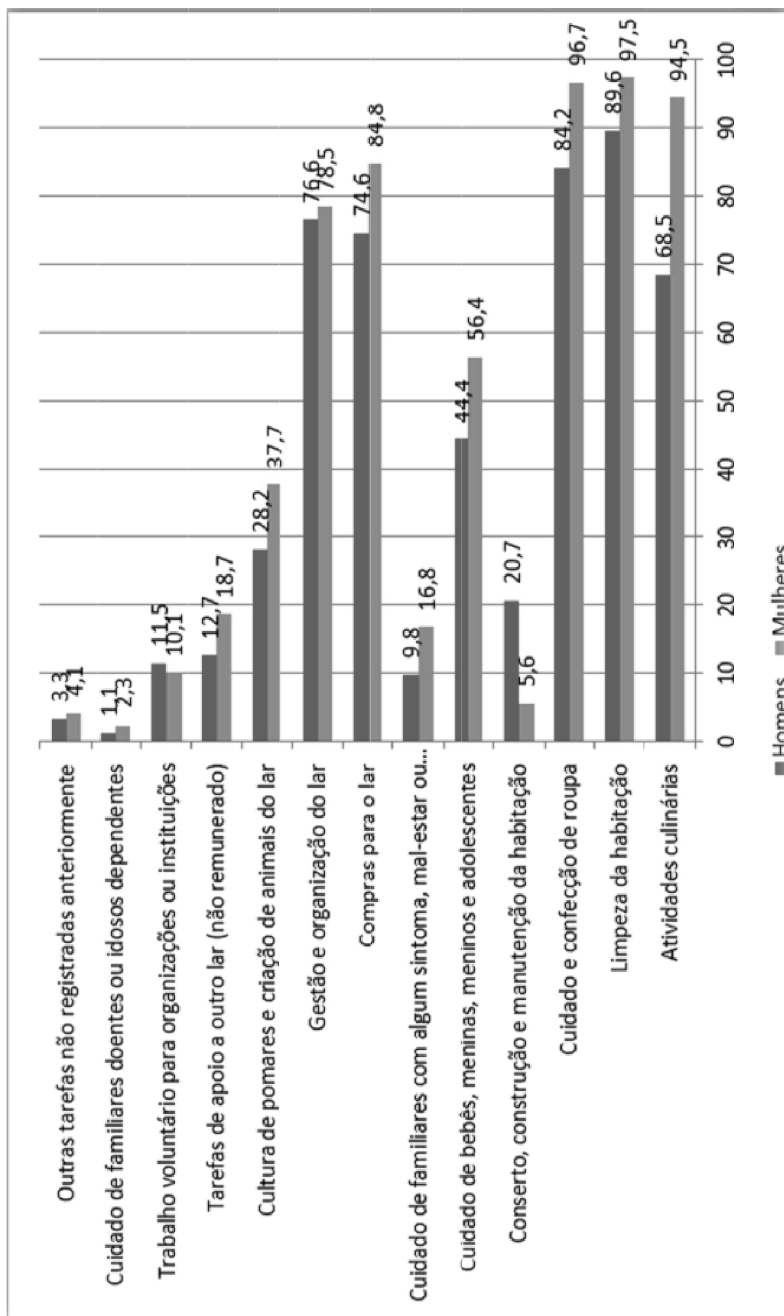
**TABELA 2**  
**Alocação média do tempo dedicado ao trabalho remunerado, não remunerado e carga total de trabalho, total e por sexo – Peru (2010)**

	Tempo total de trabalho			Feminino			Masculino		
	Remunerado	Não remunerado	Carga total de trabalho	Remunerado	Não remunerado	Carga total de trabalho	Remunerado	Não remunerado	Carga total de trabalho
Total Peru	48h26	29h13	77h39	39h40	41h03	80h43	53h57	17h22	71h19
Regiões									
RM de Lima	53h12	26h01	79h13	44h58	37h19	82h17	58h49	14h50	73h39
Resto da Costa	46h52	28h18	75h10	37h28	40h50	78h18	52h51	15h45	68h36
Serra	45h21	32h29	77h50	36h13	43h34	79h47	51h05	20h53	71h58
Floresta	46h13	30h55	77h08	36h47	44h43	81h30	50h34	18h13	68h47
<b>Área de residência</b>									
Rural	43h36	35h33	79h09	32h17	48h40	80h57	48h58	22h53	71h41
Urbana	49h46	27h11	76h57	41h15	38h40	79h55	55h35	15h33	71h08
Nível de educação									
Até o primário	45h33	35h57	81h30	37h03	47h19	84h22	52h05	20h20	72h25
Secundário	50h03	27h07	77h10	39h52	39h26	79h18	55h14	16h27	71h41
Superior não universitário	49h51	26h47	76h38	42h38	37h28	80h06	55h00	16h51	71h51
Superior universitário	47h23	21h44	69h07	41h23	29h40	71h03	51h32	15h10	66h42
Sexo do chefe do lar									
Homem	49h18	29h11	78h29	38h35	42h51	81h26	54h15	17h47	72h02
Mulher	45h25	29h17	74h42	41h34	36h38	78h12	51h58	14h57	66h55

**Fonte:** Enut de 2010.

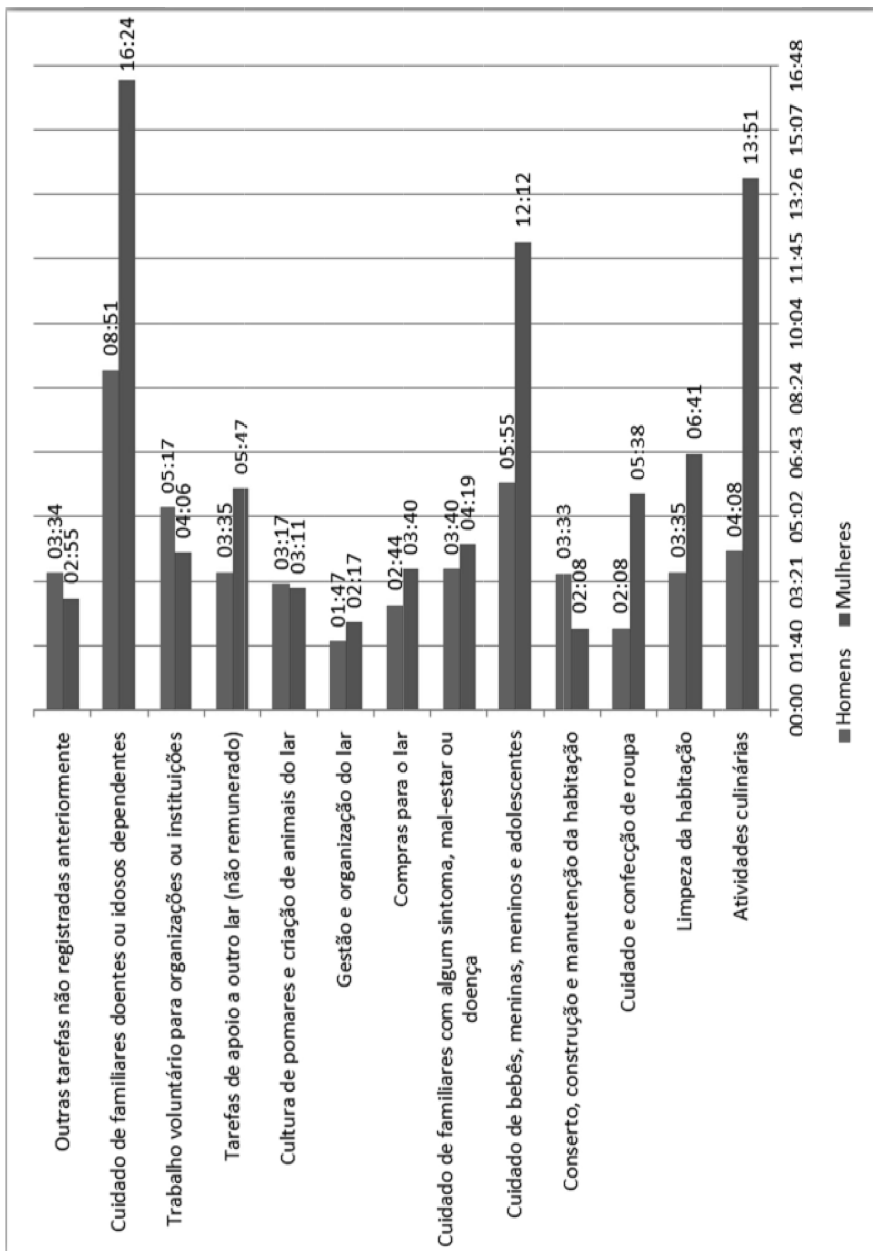
Elaboração das autoras.

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de participação da população com 12 anos ou mais de idade nas atividades não remuneradas, por sexo- Peru (2010) (Em %)**





**GRÁFICO 2**  
**Média de horas semanais dedicadas às atividades não remuneradas pela população com idade de 12 anos ou mais, por sexo – Peru (2010)**



## 6 – Valoração do TNR e sua contribuição para o PIB peruano

Esta seção apresenta a valoração do TNR e sua contribuição para o PIB. Da seção 2, resulta que o enfoque do produto é mais difícil de ser implementado devido à enorme demanda de informações para estimar o valor acrescentado pela produção doméstica. Esta situação leva a considerar os enfoques do insumo como os mais frequentes e populares para estimativas do valor econômico do TNR. Este relatório apresenta os resultados dos métodos do generalista, do especialista e do salário médio. Para este fim, a variável-chave, além da quantificação das horas trabalhadas nas diferentes atividades que constituem o trabalho doméstico, é o salário que será utilizado para imputar à variável horas de trabalho.

Para cada método, decidiu-se por considerar três cenários em relação ao salário de referência. Num deles, o salário corresponde, separadamente, aos salários recebidos por homens e mulheres. O segundo caso leva em conta o salário do homem, a ser atribuído ao tempo de trabalho das mulheres. Um terceiro cenário assume, ainda, o salário médio por área geográfica. O peso relativo do valor do TNR quanto ao PIB (VTNR/PIB) do primeiro e do segundo caso nos ajudará a conhecer a alteração da razão devida ao distinto padrão salarial presente no mercado de trabalho. De certa forma, este exercício é uma aproximação da quantificação da brecha salarial entre gêneros.

A realização dessas diferentes opções e cenários de estimação nos permitirá estimar as faixas mínimas e máximas da contribuição do TNR para a economia nacional.

### *6.1 Procedimento geral para a estimação da contribuição do trabalho não remunerado para o PIB nacional*

Listam-se a seguir os passos realizados para efetuar a estimativa.

- Da base de dados da Enut de 2010, foram selecionadas as atividades não remuneradas realizadas pelos membros do domicílio com mais de 12 anos de idade. Estas atividades podem ser divididas em dois grupos: domésticas e não domésticas (quadro 1).

## QUADRO 1

### Atividades contempladas para a estimação do trabalho não remunerado

Tipo de atividade	Atividades
Doméstica	Atividades culinárias
	Limpeza da habitação
	Cuidado e confecção de roupas
	Conserto, construção e manutenção da habitação
	Cuidado de bebês, meninas, meninos e adolescentes
	Cuidado de membros do lar que apresentaram algum sintoma, mal-estar ou doença
	Compras para o lar
	Gestão e organização do lar
	Cuidado de membros do lar com dificuldades físicas, mentais ou doenças permanentes, ou de idade avançada, totalmente dependentes
	Cultura de pomares e criação de animais do lar (não é atividade econômica)
Não doméstica	Tarefas de apoio a outro lar (trabalho não remunerado)
	Trabalho voluntário para organizações ou instituições
	Outras tarefas não registradas anteriormente

Fonte: Enut de 2010.

- Obteve-se a frequência das pessoas que responderam se realizam tais atividades durante a semana. Para cada pessoa que declarou realizar cada uma das atividades consideradas, obteve-se o total de horas trabalhadas por semana. Cabe esclarecer que a pesquisa indagou sobre as horas semanais em dois períodos, de segunda a sexta-feira e de sábado a domingo.
- Posteriormente, somou-se o número de horas trabalhadas por semana de todas as pessoas que trabalharam em dada atividade.
- Para obter as remunerações, por hora, de cada atividade – e para cada um dos três métodos de estimação –, foi utilizada a Enaho de 2010. O detalhamento deste procedimento é apresentado na próxima seção. Para poder reconstituir a heterogeneidade geográfica, levaram-se em conta, na realização desses cálculos, as zonas consideradas níveis

de inferência da Enaho (RM de Lima, costa urbana restante, costa rural restante, serra urbana, serra rural, floresta urbana, floresta rural) e o sexo das pessoas. Com este procedimento de cálculo, buscou-se identificar os diferenciais de rendimento por área geográfica e sexo.

- Foi criada uma variável na base de dados da Enut, onde foi inserido, para cada pessoa, o rendimento por hora da atividade obtido junto à Enaho. Em razão de a Enaho apresentar maior desagregação nos níveis de inferência do que a Enut, foi criada previamente, portanto, uma variável na Enut, que identifica cada indivíduo segundo os níveis de inferência da Enaho.
- Em seguida, multiplicou-se o rendimento por hora da atividade em questão pelo número total de horas trabalhadas por semana para todas as pessoas que realizaram tal atividade, segundo área geográfica da Enut e sexo.
- Foram somados todos os resultados por área geográfica da Enut e sexo, obtendo-se o rendimento bruto por semana para cada atividade em âmbito nacional.
- Para obter o total de horas trabalhadas por ano, o resultado anterior foi multiplicado por 52.
- Junto ao Instituto Nacional de Estatística e Informática (Inei), foi obtido o PIB nominal, a preços de mercado do Peru, para o ano de 2010.
- Por fim, foi calculada a proporção que o valor do trabalho não remunerado representa em relação ao PIB nominal do ano de 2010.

## ***6.2 Procedimento para obter os rendimentos por hora para cada método de estimação***

Especifica-se a seguir o procedimento para obter os rendimentos por hora, para cada método, com base na Enaho de 2010.

### 6.2.1 Método do generalista

A Enaho declara ocupações de três dígitos, conforme *Catálogo Nacional de Ocupações* (CNO) do Inei. No caso deste método, a ocupação do especialista de três dígitos é a do denominado “pessoal doméstico” (código 941). Cabe indicar que o cenário ideal teria sido obter informações sobre rendimentos, de seis dígitos, em que se podem identificar ocupações

como as de babá, cozinheira doméstica, pessoal de limpeza nos lares, governanta/mordomo, em lares etc.

Para o código da ocupação identificada, foi criada a variável rendimento por hora, obtida pela divisão do rendimento mensal pela jornada laboral mensal. Por fim, foi calculada a mediana do rendimento diário para cada um dos níveis de inferência da Enaho, e por sexo.

### 6.2.2 Método do especialista

Foram identificados os códigos das ocupações similares/equivalentes no mercado. O anexo apresenta a seleção realizada, que resultou da revisão das diferentes tarefas identificadas pela Enut, para cada atividade. No entanto, as limitações encontradas foram as dificuldades para encontrar ocupações similares no mercado, além do alto valor agregado das ocupações pesquisadas na Enaho (três dígitos).

Para cada código de ocupação identificado, foi criada a variável rendimento por hora, obtida pela divisão do rendimento mensal pela jornada laboral mensal. Por fim, foi calculada a mediana do rendimento diário para cada um dos níveis inferência da Enaho, e por sexo.

### 6.2.3 Método do salário médio (rendimento de toda a economia)

Considerou-se a mediana do rendimento por hora de toda a população economicamente ativa (PEA) ocupada, por nível de inferência, segundo a Enaho, e por sexo.

Na tabela 3, estão resumidas as estimativas da contribuição econômica do TNR para o PIB. Há uma distinção entre o conjunto de atividades que formam o trabalho doméstico e o trabalho total não remunerado. Os três métodos implementados consideram três alternativas de salário. A primeira opção considera o salário obtido por gênero. A segunda opção valora o trabalho das mulheres por meio do salário dos homens. A terceira opção, por fim, calcula o salário médio de homens e mulheres.

## *6.3 Limitações metodológicas da Enut e da Enaho para a valoração do TNR*

A Enut de 2010 apresenta uma série de limitações metodológicas. A primeira está relacionada ao tamanho da amostragem da pesquisa, que entrevistou pouco menos de 5 mil domicílios em âmbito nacional. Este

tamanho amostral é baixo e pode ter impacto na qualidade das estimativas realizadas, especialmente considerando que há diferenças regionais importantes na dotação de ativos públicos e privados para os lares, que incidem no tempo destinado ao trabalho não remunerado. A segunda limitação diz respeito à data de aplicação da Enut, que foi realizada entre 15 de novembro e 20 de dezembro de 2010. Ou seja, algumas pesquisas foram aplicadas em data próxima ao Natal, o que pode ter enviesado a participação dos membros do lar nos afazeres domésticos, em especial a dos homens. A Enut apresenta problemas de consistência no cálculo do número de horas por semana, tendo algumas pessoas declarado mais de cento e sessenta e oito horas por semana – restrição natural do tempo semanal. Por fim, é necessário abordar, na Enut, a sazonalidade das atividades de mercado desenvolvidas por muitos lares do país, especialmente aqueles das zonas rurais. Essa sazonalidade nos ciclos de produção pode afetar as decisões sobre a utilização do tempo pelos membros do lar.

Para atribuir o salário de mercado, foi utilizada a Enaho, o que acarretou algumas limitações metodológicas importantes: o Codificador Nacional de Ocupações corresponde ao ano de 1995, ou seja, está desfasado e declara – no caso da Enaho – ocupações de três dígitos, o que implica um nível alto de agregação, não necessariamente compatível com as atividades declaradas na Enut. Outra limitação da Enaho reside na ausência de inferência no âmbito das ocupações, razão pela qual é difícil encontrar estimativas confiáveis sobre os salários das ocupações. Por fim, a Enaho não permite captar as diferenças regionais dos mercados de trabalho. Este é um ponto importante, considerando-se que existem diferenças de produtividade dos mercados de trabalho em âmbito regional, o que explica as diferenças salariais.

**TABELA 3**  
**Resumo das estimativas sobre a contribuição do trabalho não remunerado como porcentagem do PIB: método do generalista, especialista e salário médio – Peru (Em %)**

Atividades	Método generalista			Método especialista			Método do salário médio		
	Salário de cada gênero	Salário dos homens	Salário médio de ambos os gêneros	Salário de cada gênero	Salário dos homens	Salário médio de ambos os gêneros	Salário de cada gênero	Salário dos homens	Salário médio de ambos os gêneros
Atividades domésticas não remuneradas	15,6	17,0	14,9	23,8	29,4	24,2	18,3	23,5	20,5
Total de atividades não remuneradas (domésticas e não domésticas)	16,4	17,9	15,6	24,8	30,6	25,2	19,3	24,7	21,6

**Fonte:** Inci (2010); Enut de 2010; Enah de 2010; Contas Nacionais (2010).  
 Elaboração das autoras.

## 7 – Conclusões

O objetivo deste estudo foi estimar o valor econômico do TNR e sua contribuição para o PIB. A Enut de 2010 foi uma fonte de informação-chave para aplicar três métodos que formam parte do enfoque do insumo: generalista, especialista e do salário médio.

Os resultados apresentados evidenciam que a contribuição do TNR para a economia é muito sensível ao método empregado. As diferenças dever-se-iam às distintas estruturas de salário consideradas, entre as quais o trabalho do generalista (salário do trabalho doméstico) obtém claramente a menor contribuição para o PIB, sendo esta maior no método do especialista. Por outro lado, o método do salário médio fornece os valores intermediários. Estes resultados levam a considerar que as condições do mercado de trabalho são chave para entender os resultados discutidos. Não por acaso, a maior precariedade do mercado de serviços domésticos explica o fato de a retribuição por hora de trabalho ser a menor ao ser comparada com o salário do especialista ou a média nacional.

O estudo dos três casos, no contexto de cada método, nos leva a concluir que, ao ser utilizado o salário recebido pelos homens para determinar a hora de trabalho das mulheres, são obtidas as maiores contribuições do TNR para o PIB: atinge 17,9% com o método do generalista; 30,6% com o método do especialista; e 24,7% com o do salário médio. Se forem comparados às estimativas que levam em conta os salários por sexo, a diferença, em pontos percentuais (p.p.), pode ser atribuída à brecha salarial entre homens e mulheres.

As estimativas mantêm relação com as já conhecidas para a América Latina, que se situam, em média, na faixa de 20% a 30%. A partir desses resultados, confirma-se que a contribuição do TNR para a economia é importante, e o grande desafio é transformar a visibilidade ensejada pelas estimativas em ações e intervenções de política pública, bem como em mecanismos de proteção social que aumentem o bem-estar dos setores da população ativamente envolvidos nessas atividades.

Em conformidade com a literatura internacional, são encontradas diferenças sexuais nas divisões do trabalho não remunerado e do trabalho remunerado. As mulheres trabalham mais nas atividades não remuneradas e menos no mercado de trabalho em relação aos homens. Há brechas também em relação à área de residência; assim, as mulheres rurais participam mais das tarefas não remuneradas e menos no mercado de trabalho em comparação às mulheres urbanas. Por fim, a análise do uso do tempo



fornece insumos para a proposição de políticas públicas relacionadas à economia dos cuidados, à igualdade de gênero e à proteção social. Dentre essas, políticas que promovam a participação das mulheres no mercado de trabalho; medidas para conciliar o trabalho remunerado com a vida familiar; e acesso à seguridade social para mulheres que realizam TNR. Além disso, num país como o Peru – onde a transição demográfica significa um aumento da participação da população adulta –, é crucial elaborar políticas que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar dos membros do domicílio que se dedicam ao cuidado de idosos, crianças pequenas, pessoas deficientes e doentes crônicos.

## REFERÊNCIAS

- ANTONOPOULOS, R. **The unpaid care work-paid work connection**. New York: The Levy Economics Institute, 2008. (Working Paper, n. 541).
- ANTONOPOULOS, R.; HIRWAY, I. **Unpaid work and the economy**. Gender, time use and poverty in developing countries. New York: Palgrave y Macmillan, 2010.
- BECKER, G. S. A Theory of the allocation of time. **Economic Journal**, v. 75, p. 493-517, 1965.
- BELTRÁN, A.; LAVADO, P. **Medición del valor agregado del hogar**: nuevos enfoques para el caso peruano. Lima: Universidad del Pacífico, 2013.
- BM – BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2012**. Panorama geral, igualdade de gênero e desenvolvimento. Washington: Banco Mundial, 2011.
- BRUYN-HUNDT, M. **The economics of unpaid work**. Amsterdam: Thesis Publishers, 1996.
- BUDLENDER, D. **Why we should care about unpaid work?** Harare: Unifem, 2004.
- BUDLENDER, D.; BRATHAUG, A. Cómo valorar el trabajo no remunerado. *In*: OPS – ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **La economía invisible y las desigualdades de género**. La importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado. Washington: OPS, 2008. Disponible em: <<http://goo.gl/nlnNbT>>.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Tiempo total de trabajo**: recopilación experiencias encuestas uso del tiempo en los países. Santiago: 2010.
- CHADEAU, A. What is households non-market production worth? **OECD Economic Studies**, Paris, n. 18, 1992.
- DURÁN, M. **El trabajo no remunerado en la economía global**. Bilbao: BBVA, 2012.
- FIGUEROA, R. Cuentas satélite, un enfoque funcional de la contabilidad nacional: la experiencia de México. **Estadística Española**, v. 20, p. 263-286, 2012.
- FREYRE VALLADOLID, M.; LÓPEZ MENDOZA, E. **Brechas de género en la distribución del tiempo**. Lima: Mimdes, 2011. Disponible em: <<http://goo.gl/BRUh4b>>.
- FRAUMENI, B. **Cuentas de producción domésticas de los hogares para Canadá, México y Estados Unidos**: aspectos metodológicos, resultados y recomendaciones. Washington: OPS, 2008.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. Monetary valuation of non-market productive time methodological considerations. **Review of Income and Wealth**, n. 4, p. 419-433, Dec. 1993. (Series 39). Disponible em: <<http://goo.gl/uTBboZ>>.
- GÓMEZ, M. E. L. **Cuenta satélite de producción y consumo de los servicios no remunerados de los hogares**. *In*: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICAS DE GÉNERO, 9. Aguascalientes: Inegi, 2010.

- INEGI – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA. **Historia del Sistema de Cuentas Nacionales de México [1938-2000]**. México: Inegi, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Sistema de Cuentas Nacionales de México: cuenta satélite del trabajo no remunerado de los hogares de México 2006-2010**. México: Inegi, 2012.
- INSTRAW – INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Measurement and valuation of unpaid contribution: accounting through time and output**. Santo Domingo: Instraw, 1995.
- LUXTON, M. The UN, women, and household labour: measuring and valuing unpaid work. *Women's Studies International Forum*, v. 20, n. 3, p. 431-439, 1997.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Household production in OECD countries: data sources and measurement methods**. Paris: OECD, 1995.
- ONU MULHERES; OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Decent work and women's economic empowerment: good policy and practice**. New York: UN-Women, 2012.
- PEDRERO, M. **Género, trabajo doméstico y extradoméstico en México: una estimación del valor económico del trabajo doméstico**. *Estudios Demográficos y Urbanos*, n. 56, p. 413-446, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Valor económico del trabajo doméstico en México**. Aportaciones de mujeres y hombres, 2009. México: Instituto Nacional de Mujeres, 2010.
- \_\_\_\_\_. **La experiencia mexicana con la cuenta satélite de las cuentas nacionales: valor del trabajo doméstico y del trabajo voluntario**. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE TRABAJO NO REMUNERADO Y CUENTAS NACIONALES. Lima: oct. 2013.
- PERU. Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo. Uso del tiempo e inequidades de género en el trabajo remunerado y doméstico en Lima Metropolitana. **Boletín de Economía Laboral**, Lima, n. 40, ago. 2008.
- PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. La revolución hacia la igualdad en la condición de los sexos. Informe sobre Desarrollo Humano 1995. México: Editorial Harla S.A. de C.V., 1995. Disponible em: <<http://goo.gl/HMYMoJ>>.
- SAAVEDRA, N.; DE SANTIAGO, R. **La clasificación de actividades sobre uso del tiempo**. México: Unifem; Inegi, 2007.
- VÁSCONEZ, A. R. **Valoración del trabajo doméstico no remunerado en Ecuador: una aproximación inicial**. Quito: Consejo Nacional de las Mujeres, 2008. Mimeografiado.
- ZACHARIAS, A.; ANTONOPOULOS, R.; MASTERSON, T. **Why time deficits matter: executive summary**. New York: UNDP; Levy Institute, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GARAVITO, C. **Balance y agenda de la investigación económica sobre género en el sector urbano peruano**. Lima: Cies, 1997.

VELAZCO, J. **Mujer y economía rural: ¿Qué es lo que sabemos?** Huancayo: Sepia, 1997. (Mimeografiado).

VELAZCO, J. **Las actividades rurales no agrarias en la Sierra Norte del Perú**. San Miguel: Editora PUCP, 1998.

## ANEXO

### QUADRO 1

#### Método do especialista: ocupações do mercado consideradas similares

Atividades	Ocupações do mercado (de 3 dígitos)
C: Atividades culinárias	Código 522: cozinheiros qualificados
D: Limpeza da habitação	Código 942: Limpadores de escritórios, hotéis e outros estabelecimentos. Código 945: Pessoal de serviços não classificados sob outros títulos (1).
E: Cuidado e confecção de roupas	Código 771: Alfaiates e costureiros. Código 942: Limpadores de escritórios, hotéis e outros estabelecimentos (2). Código 772: Peleteiros, cosedores, bordadeiras e trabalhadores similares.
F: Conserto, construção e manutenção da habitação	Código 785: Encanadores, soldadores, funileiros, caldeiros e montadores. Código 783: Eletricista, técnico de eletrônica e outros. Código 861: Pedreiros.
G: Cuidado de bebês, meninas, meninos e adolescentes	Código 531: Pessoal de enfermaria não classificado em outro lugar. Código 244: Professores de educação inicial ou pré-escolar.
H: Cuidado de membros do lar que apresentaram algum sintoma, mal-estar ou doença	Código: 531: Pessoal de enfermaria não classificado em outro lugar (3).
I: Compras para o lar	Código 945: Pessoal de serviços não classificados sob outros títulos (4).

<sup>1</sup> Uma das tarefas desta atividade é “realizar trabalhos de jardinagem”. A ocupação de jardineiro (código 945020) poderia ser seu equivalente no mercado. Para mais detalhes sobre as tarefas realizadas em cada atividade da Enut, consultar o anexo.

<sup>2</sup> Algumas das tarefas da atividade incluem a lavagem e a passagem de roupas. A ocupação de lavadeiro manual (código 941004) poderia ser seu equivalente no mercado.

<sup>3</sup> Refere-se à ocupação de ajudante de Enfermagem (código 531005).

<sup>4</sup> Refere-se à ocupação de despachante (código 945043).

J: Gestão e organização do lar	Código 521: chefes e administradores, mordomos e afins (exceto lares particulares).
N: Cuidado de membros do lar com dificuldades físicas, mentais ou doenças permanentes, ou de idade avançada, totalmente dependentes	Código: 531: Pessoal de enfermagem não classificado em outro lugar.
M: Cultura de pomares e criação de animais do lar (não é atividade econômica)	Código 349: Técnicos de assistência veterinária.
N: Tarefas de apoio a outro lar (trabalho não remunerado)	Em razão das tarefas desta atividade serem similares às mencionadas para as atividades anteriores (exceto a M), serão considerados todos os códigos de ocupação supracitados.
O: Trabalho voluntário para organizações ou instituições	Em razão de não haver, no mercado, ocupação equivalente, optou-se por seguir o mesmo procedimento da atividade N.
Q: Outras tarefas não registradas anteriormente	Em razão de não haver, no mercado, ocupação equivalente, optou-se por seguir o mesmo procedimento da atividade N.

Fonte: Catálogo Nacional de Ocupações (CNO).

# DEZ ANOS DE MENSURAÇÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS NO BRASIL

*Hildete Pereira de Melo*<sup>1</sup>  
*Cláudio Monteiro Considera*<sup>2</sup>  
*Alberto Di Sabbato*<sup>3</sup>

## 1 – Introdução

As mulheres vivem no mundo atual uma espécie de esquizofrenia e sentindo-se culpadas, uma vez que o trabalho que realizam no interior de suas casas, cuidando dos filhos e maridos, por “amor” à sua família, conflita com o desejo de também terem uma vida profissional e sucesso na carreira escolhida, para além da maternidade.

O tempo despendido pelas mulheres no seio das famílias para cuidar da reprodução da vida permite fazer um contraponto ao significado econômico que tem este tempo de trabalho. Este poderia ser utilizado por elas para gerar renda e, desta forma, elevar os rendimentos familiares ou simplesmente ampliar sua autonomia econômica. Elas podem escolher ficar em casa cuidando de todos ou contratar outra pessoa para realizar estas tarefas que socialmente lhe cabem – isto custará “caro”. Qual o custo do pagamento de cozinheira, babá e faxineira? Seguramente muitas mulheres ainda não se deram conta de que tiveram de fazer “escolhas” ao optarem pelo casamento e por ter filhos, em oposição à possibilidade de não se casarem e serem financeiramente independentes. Outras reconhecem perfeitamente as escolhas feitas e temem qualquer ruptura com o marido e confronto com a pobreza que as ameaça no caso de separação. O reconhecimento social que o casamento e a maternidade conferem às mulheres não implica que estas questões não sejam uma realidade, embora elas não tenham feito um cálculo detalhado da importância do trabalho que realizam para cuidar da sua família (Araujo e Scalon, 2005; Vandelac, 1985; Duran, 1983; 2010).

---

<sup>1</sup> Doutora em economia. Professora associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi assessora especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em 2012 e 2013..

<sup>2</sup> Doutor em economia. Professor associado da UFF.

<sup>3</sup> Doutor em desenvolvimento agrícola. Professor associado da Faculdade de Economia da UFF.

Ester Boserup (1970), no seu trabalho pioneiro, definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho. Esta autora destacou como o cálculo do produto nacional ignora a produção dos serviços de subsistência das famílias – atividades realizadas principalmente pelas mulheres – e como estas atividades que contribuem para o bem-estar socioeconômico são subestimadas, ou a elas não se dá a devida importância. As críticas feitas pelas feministas no final dos anos 1970 ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção.

Esse enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

O estudo de Ann Oakley (1974), ao explicitar a relação do trabalho do homem com o trabalho produtor de mercadorias e o da mulher com a casa, conclui que o termo *dona de casa* não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não remunerado. Esta conclusão divulgada pelas feministas coloca mais lenha na fogueira da rebelião das mulheres ao não aceitar mais os velhos estereótipos do papel feminino e ao desmascarar o trabalho não pago – o trabalho reprodutivo.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre essa temática, propondo uma valorização monetária para esse trabalho realizado no interior dos domicílios e que silenciosamente permite que a vida continue, enquanto as pessoas que o executam permanecem na sombra. Esta proposta de valorização desnuda, conforme o entendimento dos autores, a desigualdade existente nas relações de gênero e a subalternidade do papel feminino na sociedade.

Nas últimas décadas, diversos estudos foram realizados com a proposta de valorização dos trabalhos realizados no interior das famílias e não pagos. Vandellac (1985), ao fazer um levantamento do trabalho doméstico não pago – trabalho reprodutivo –, estimou que, na década de 1920, nos Estados Unidos, o valor do trabalho doméstico seria equivalente a 25% a 31% da renda nacional americana. Esta estimativa baseava-se num cálculo simples: multiplica-se o número de donas de casa em tempo integral pelo salário médio dos empregados domésticos e obtém-se um terço da renda nacional do país equivalente ao trabalho não pago das mulheres com a reprodução da vida. Clark (1971) também assinala que os estatísticos noruegueses e dinamarqueses tentavam, desde o século XIX, introduzir na contabilidade nacional uma estimativa monetária do trabalho doméstico não pago.



De fato, desde os séculos XVIII e XIX são propostas metodologias para medição do produto nacional (Petty, Quesnais), mas só nos anos 1940, sob a influência de Keynes, estes conceitos foram ampliados e modificados nas suas concepções básicas. No século XVIII, este conceito de produção era restrito à atividade agrícola; com a Revolução Industrial incorporou-se o conjunto da produção dos bens materiais mercantis e, em seguida, as atividades de comércio e de transportes, para, no século XX, serem incluídas as atividades que combinavam produção não mercantil, como a educação e a saúde não mercantis, fornecidas pela administração pública.

A partir dos anos 1970, a emergência do movimento feminista no mundo ocidental faz replicar esse tema na agenda internacional. Dois fatores contribuíram para estes estudos: de um lado, as mudanças no campo feminino, com as transformações na reprodução doméstica e a denúncia da exploração das donas de casa que apresentavam desafios para economia; por outro, o desenvolvimento da microeconomia, com *New Home Economics*, de Gary Becker – Prêmio Nobel de Economia em 1992 –, que possibilitou a construção de uma justificativa teórica para estas avaliações ao incorporar as aplicações teóricas das teorias neoclássicas aos estudos sobre a família. Becker afirmou que a função econômica doméstica é uma atividade de produção de utilidade; que o tempo é um recurso econômico; e que sua alocação ótima contribui para o bem-estar. Para ele, a mãe como agente “econômico” tem seu comportamento analisado a partir da ideia de otimização, isto é, da ideia do agente econômico otimizador. Tal conceito está baseado no pressuposto da concorrência intercapitalista como um processo de seleção que impele os agentes (empresas) a tentarem maximizar o lucro. Tratando-se de consumidores, estes são individualistas e utilitaristas, e as mulheres no exercício da maternidade comportam-se como tal (Becker, 1980).

Esse pano de fundo suscita a discussão sobre o trabalho doméstico não pago/trabalho reprodutivo e o surgimento de estudos e avaliações sobre esta temática: em 1982, um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que havia pelo menos 75 avaliações monetárias realizadas para contabilizar o trabalho doméstico não pago em diversos países (Goldschmidt-Clermont, 1982). E neste quadro teórico inscrevem-se inúmeros trabalhos, seguindo os mesmos postulados da economia neoclássica, que, embora tenha excluído o trabalho doméstico da contabilidade nacional, a partir do prestígio intelectual de Becker, incorporou, nas últimas décadas, às suas análises esta temática.

Não há unanimidade sobre isso: muitos economistas consideram esse trabalho “não pago” realizado no interior dos domicílios como não “pro-

utivo”, porque não gera valor, e este é e deve ser excluído das contas nacionais, isto é, da medição do produto nacional. Para o pensamento feminista, o interesse é resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes/atores, e não exclusivamente como indivíduos beneficiados no interior homogêneo dos núcleos familiares ou invisíveis no interior da população.

Na última década, esse debate foi enriquecido pela discussão em torno do trabalho pago/produtivo e do não pago/reprodutivo que se desenvolveu na América Latina e no Caribe a partir, sobretudo, dos trabalhos elaborados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU). Este debate foi impulsionado pelo texto *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir* (Cepal, 2010), que propunha a igualdade como um princípio e identificava a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, bem como o uso diferenciado do tempo como fundamento da subordinação econômica, social e política das mulheres. Como a maioria dos estudos econômicos sobre mercado de trabalho está focada no trabalho para o mercado, impõe-se o estudo sobre o trabalho não remunerado. Para isto é necessário desenvolver conceitos, metodologias e instrumentos de medição específicos que permitam estabelecer sua relação com o trabalho produtivo/pago e as atividades do cotidiano. Aguirre e Ferrari (2014), num *Texto para Discussão* da Divisão de Gênero da Cepal, fazem um levantamento sobre as experiências dos diversos países da região em desenvolver pesquisas sobre o uso do tempo e a legitimidade que estas pesquisas adquiriram na maioria dos países, bem como o uso que a sociedade civil e os poderes públicos têm feito dos seus resultados para elaborar e implementar políticas públicas. Este estudo relata experiências de pesquisas sobre uso do tempo em dezessete países da região.

O Brasil criou em 2008 um Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT)<sup>4</sup> com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais no país, o qual é coordenado pela SPM. Uma de suas atribuições é promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo. Assim, a partir das discussões no âmbito do comitê, gerou-se uma pesquisa piloto sobre o uso do tempo, aplicada no modelo de diário, em 2009, no âmbito da Pesquisa

<sup>4</sup> A partir da Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008, e tem como membros permanentes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ipea, e como membros convidados a OIT e a ONU Mulheres.

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, e apresentada em meados de 2013 à sociedade brasileira (IBGE, 2013).

Toda essa efervescência no âmbito acadêmico e nas equipes governamentais de alguns países sobre trabalho pago/produtivo e não pago/reprodutivo permite afirmar que a perspectiva de gênero possibilita uma avaliação mais rica sobre a quantidade e a qualidade das mudanças que as mulheres vivenciaram nas últimas décadas como consequência das transformações acontecidas em todas as atividades econômicas. Esse reconhecimento implica reavaliar a metodologia de cálculo da contabilidade nacional, que desconsidera o trabalho doméstico, e desta forma não reconhece sua enorme importância para o bem-estar da sociedade.

## 2 – O que medem as contas nacionais

O Sistema de Contas Nacionais (SCN) segue basicamente as recomendações da ONU, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão das Comunidades Europeias, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial, explicitadas no *Manual das contas nacionais – System of national accounts* (SNA) 1993 (UN, 1993; IBGE, 1997; 2007).<sup>5</sup> Estas recomendações são no sentido de que se adote um conceito amplo de produção. Em trabalho anterior, estes autores argumentaram que os serviços domésticos não remunerados realizados no ambiente familiar deveriam ser valorados e computados no produto interno bruto (PIB) do país, de forma que fossem valorizados pela sociedade (Melo, Considera e Di Sabbato, 2007).

Naquele trabalho, propôs-se uma metodologia para o cálculo do valor dos afazeres domésticos/trabalho reprodutivo no período 2001-2005, metodologia esta que se propõe repetir aqui para medir a década de 2001-2011, a partir da disponibilidade das informações elaboradas pelo IBGE através da Pnad.

Cabe lembrar ainda que em 1995 o relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU (UNDP, 1995),<sup>6</sup> nas suas

<sup>5</sup> IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil: 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997  
IBGE. Sistema de Contas Nacionais: Brasil: 2004-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

<sup>6</sup> Segundo Walker e Gauger (1973), em 1973, a Associação Americana de Economia Doméstica realizou uma demanda à Comissão Econômica Interparlamentar do Congresso dos Estados Unidos de valoração dos serviços domésticos. Estes mesmos autores relatam que, em 1973, os economistas Tobin e Nordhaus propuseram uma medida de bem-estar intitulada de *measure of economic welfare* (MEW), rebatizada por Paul Samuelson de *net economic welfare* (NEW), ambas incluindo um valor atribuído às tarefas domésticas executadas pelas donas de casa e ao trabalho “produtivo” efetuado pelos maridos na moradia.

recomendações, explicitou a necessidade de incorporar a contribuição para a renda nacional do trabalho não remunerado/trabalho reprodutivo e realizado majoritariamente por mulheres num sistema de contas satélites, como uma forma de dar *visibilidade a estas tarefas, ocultas no recôndito dos lares*.<sup>7</sup> Desde então, surgiram alguns estudos sobre o tempo como forma de subsidiar a tomada de decisões políticas e a gestão dos recursos humanos na sociedade. Os métodos são variados e dependem das escolhas feitas pelos autores. Em sua maioria, estes trabalhos estão inscritos nos marcos da teoria neoclássica.<sup>8</sup>

No rastro dessas inquietações, as pesquisas de uso do tempo têm possibilitado a perspectiva de elaboração de contas satélites do trabalho não remunerado realizado no interior dos domicílios em âmbito nacional. Em 2005 a Comunidade de Madri faz um estudo – *Informe Final sobre la Cuenta Satélite de Hogares de la Comunidad de Madrid* – com a proposição de práticas contábeis para mensurar o trabalho reprodutivo – não pago – realizado pelas pessoas para o conjunto da Espanha com o objetivo de assinalar um valor econômico – em termos da hora média trabalhada para o mercado, com alguns cenários alternativos – agregado com o trabalho não pago produzido nos domicílios. Os métodos para valorar esta produção recorrem a unidades de medidas tradicionais de *input* e *output*. Para a contabilidade nacional convencional, utilizam-se os preços de mercado como referência básica para valorar a produção (CM, 2006).

A despeito desses progressos em termos de propostas e possibilidades metodológicas, esses estudos ainda são embrionários e não respondem às demandas do movimento de mulheres.<sup>9</sup> Por exemplo, entre as economistas feministas não há uma completa aceitação dessa medição no cálculo do PIB e da renda nacional à semelhança do trabalho produtivo (Carrasco, 2012). Fernandez (2008) argumenta que, pela metodologia atualmente vigente, os verdadeiros índices de produção são grosseiramente subestimados e que o paradigma econômico vigente não capta aquilo que não for quantificável. Não obstante, mesmo reconhecendo estas críticas, optou-se por fazer esta proposição de valorar o trabalho reprodutivo a partir das

<sup>7</sup> Note-se que não há empecilhos técnicos para a questão, e, como exemplo, pode-se citar o caso da cidade de Buenos Aires, que, em 2003, aprovou uma lei para promover uma pesquisa sistemática para quantificar o aporte econômico realizado por suas donas de casa (CNM, 2006).

<sup>8</sup> O *site* da International Association for Time Use Research (Iatur) pode ser revisitado sobre estes trabalhos: <<http://www.iatur.org/>>.

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Duran (2000), Aguiar (2001), Aguirre, García Sainz e Carrasco (2005), Dedecca (2004; 2005), Soares (2008) e Guryan, Hurst e Kearney (2008).

estatísticas de medição do tempo gasto pelas pessoas com a realização de afazeres domésticos/trabalho reprodutivo disponibilizados pela Pnad desde 2001.

Essa pesquisa investiga o número de horas despendido pela população na execução de afazeres domésticos/trabalho reprodutivo: arrumar/limpar a moradia, cozinhar os alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar/dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; e cuidar de filhos ou menores do domicílio. Assim, a introdução da “medição das horas utilizadas para execução destas tarefas” no corpo do questionário da Pnad tornou possível realizar uma estimação do valor econômico do trabalho realizado, no interior do domicílio, pelos membros da família para o conjunto do Brasil.

### 3 – A conta dos afazeres domésticos

A Pnad investiga, desde 2001, o número de horas despendido na execução de afazeres domésticos por Unidade da Federação, classificando-o por sexo e faixa etária. A mesma pesquisa investiga também o tipo de atividade econômica, o número de horas trabalhadas e a respectiva remuneração das pessoas ocupadas na produção, quer elas tenham carteira assinada, quer não; quer sejam empregados, quer sejam empregadores. De fato, para várias atividades econômicas, esta é a única informação a respeito da produção, e graças a ela é possível imputar nas contas nacionais valores adicionados de várias atividades que não são registrados pelas estatísticas econômicas do país ou mesmo por registros administrativos.

Assim, a partir das informações da Pnad, as contas nacionais do Brasil podem medir também a produção dos trabalhadores domésticos remunerados. O que se propõe aqui é sua utilização para mensurar também os afazeres domésticos executados por membros das famílias não remunerados. Para isso, utilizou-se a remuneração média dos serviços domésticos remunerados, por estado e por hora, e multiplicou-se pelo número de horas de afazeres domésticos, por estado, sexo e faixa etária.<sup>10</sup>

Em Melo, Considera e Di Sabbato (2007), concluiu-se que os resultados, independentemente do método utilizado para a estimativa, são semelhantes e que o método 1, em que se opta por considerar o rendimento médio auferido pelos trabalhadores domésticos registrados na Pnad no

<sup>10</sup> Supõe-se aqui que não importa a faixa etária, pois todos são capazes de realizar eficientemente os serviços domésticos a que se atribuem.

mês de setembro como sendo o rendimento médio do ano, seria o mais adequado.

Cabe aqui, finalmente, discutir uma questão que foi, com relativa frequência, mencionada em diversas discussões sobre este tema. Por que atribuir ao afazer doméstico realizado pelos membros da unidade familiar o valor recebido por uma pessoa contratada – empregada doméstica – quando semelhante serviço é prestado por pessoas com qualificações superiores às da maior parte do universo das empregadas domésticas? A resposta inicial para isso é simples: caso um(a) engenheiro(a), ou economista, ou qualquer outro(a) graduado(a), com mestrado ou doutorado, ou ainda qualquer outro(a) profissional, oferecesse seus préstimos ao mercado de serviços domésticos, ele/ela seria pago(a) pelo valor de mercado atribuído aos prestadores desse serviço. Sua remuneração não seria semelhante àquela da sua profissão, ao contrário, seria equivalente à de uma empregada doméstica, que é o serviço que de fato irá realizar.

Para tratar dessa questão de maneira mais detalhada, entretanto, é conveniente separar os afazeres domésticos em dois grupos:

- o dos afazeres domésticos eventuais, ou seja, tanto homens como mulheres exercem suas profissões no mercado de trabalho e realizam em casa afazeres após o expediente do trabalhador doméstico remunerado. Sobre estes não deve pairar dúvida: devem ser valorados pelo valor do trabalho doméstico remunerado; e
- o dos afazeres domésticos permanentemente exercidos unicamente pelos residentes, que teriam optado (por uma infinidade de razões) por ser, por profissão, donas de casa.<sup>11</sup> Nesse caso, poderia caber a discussão de que mulheres com formações universitárias poderiam estar no mercado de trabalho auferindo rendas maiores do que a de empregadas domésticas. A hipótese que se está adotando, neste trabalho, para atribuir a esses afazeres o mesmo valor daquele realizado pelas empregadas domésticas é que essas mulheres, se pudessem trabalhar em suas profissões, em sua maioria, lá estariam. Ou seja, essas pessoas não estão no mercado de trabalho de suas profissões porque ou não conseguem tal emprego, ou a remuneração que conseguiriam obter não seria suficiente para pagar a uma empregada doméstica para as substituírem.

---

<sup>11</sup> Aqui se coloca no feminino, pois isso raramente no Brasil é uma opção socialmente possível para os homens.

## 4 – Resultados

A tabela 1 traz os resultados das estimativas realizadas pelos dois métodos. Considerando-se os resultados do método 1 (que parece o mais adequado), os afazeres domésticos, durante os dez anos aqui referidos, foram valorados em média em 11,4% do PIB. Considerando-se o PIB de 2012 (R\$ 4.402.573), isto representaria R\$ 501,9 milhões. Em dez anos, este valor seria de R\$ 5,019 milhões. Tendo em vista que o número de horas trabalhadas pelas mulheres em afazeres domésticos é de 2,5 vezes a dos homens e que o número de mulheres empenhadas em afazeres domésticos é duas vezes o número de homens, o PIB gerado pelas mulheres durante dez anos é cinco vezes maior do que aquele gerado pelos homens e equivale a 83,5% dos dez anos de PIB, que monetariamente seria de R\$ 4.189.155, um valor quase igual ao PIB de 2012. As mulheres, em dez anos, em seus lares, produziram uma quantidade de serviços para nossa sociedade equivalente ao PIB brasileiro anual. E isto, ao não ser valorado, não tem valor reconhecido, é ignorado pela sociedade brasileira, relegado à inexistência.

**TABELA 1**  
**Renda anual com afazeres domésticos e percentual sobre o PIB –**  
**Brasil (2001-2009 e 2011)**

Métodos	2001		2002		2003		2004		2005	
	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB
Método 1	148.663	11,4	170.238	11,5	200.283	11,8	204.791	10,5	235.850	11,0
Método 2	131.692	10,1	153.215	10,4	177.174	10,4	184.191	9,5	207.591	9,7
PIB	1.302.136		1.477.822		1.699.948		1.941.498		2.146.239	
Métodos	2006		2007		2008		2009		2011	
	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB	Renda anual	PIB
Método 1	269.642	11,4	319.966	12,0	297.857	9,8	370.869	11,6	554.567	13,4
Método 2	240.011	10,1	289.523	10,9	271.080	8,9	337.529	10,6	511.125	12,3
PIB	2.369.484		2.661.344		3.081.864		3.185.125		4.143.013	

Fonte: IBGE (vários anos) – Pnads 2001-2009; IBGE (2011).

- Obs.: 1. A renda anual está calculada em milhões de reais correntes do ano respectivo.  
2. Método 1 – renda semanal com afazeres domésticos (Pnad) multiplicada por 52 semanas.  
3. Método 2 – renda semanal com afazeres domésticos (Pnad) dividida pelo salário mínimo de setembro e multiplicada pela soma dos salários mínimos do ano respectivo.

O exame da dinâmica dessa atividade possibilita entender melhor os movimentos acima:

- pela tabela 2, verifica-se que o número de horas dedicado a afazeres domésticos se reduz, de 2001 até 2008, tanto para os homens (-11%) como para as mulheres (-18%); de 2008 em diante, este número volta a crescer, até 2011, tanto para os homens (12%) como para as mulheres (10%);

**TABELA 2**  
**Horas semanais por pessoa com afazeres domésticos – Brasil (2001-2011)**

Ano	Número de		Variação anual	
	horas semanais		das horas semanais	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001	10,97	29,00	-	-
2002	10,62	27,20	0,9689	0,9378
2003	10,70	26,57	1,0070	0,9769
2004	10,56	25,54	0,9866	0,9612
2005	9,85	25,26	0,9332	0,9891
2006	10,00	24,82	1,0148	0,9824
2007	10,27	25,63	1,0273	1,0327
2008	9,71	23,94	0,9457	0,9342
2009	10,16	25,12	1,0459	1,0494
2011	10,86	26,34	1,0695	1,0487

**Fonte:** Pnad/ IBGE.

Elaboração dos autores.

- na tabela 3, constata-se que o valor do serviço doméstico remunerado é, ano a ano, superior ao salário mínimo tanto para homens (em média 82%) como para mulheres (em média 63%) durante todo o período; com isso, o rendimento médio do serviço doméstico remunerado realizado pelos homens no período, em relação ao salário mínimo, é 11% superior ao das mulheres;
- ainda na tabela 3, verifica-se que o valor do serviço doméstico remunerado em relação ao salário mínimo decresce quase continuamente, de 2001 até 2006, de 2,02 para 1,58, no caso dos homens; e de 1,73 para 1,53, no caso das mulheres. A partir de 2006, volta a crescer quase continuamente: 2,04 para os homens e 1,93 para as mulheres;



**TABELA 3**  
**Renda por pessoa/hora no serviço doméstico remunerado e salário mínimo –**  
**Brasil (2001-2011) (Em R\$)**

ANO	Renda por pessoa/hora		Salário mínimo mensal	Salário mínimo por hora	A/B		Variação anual	
					A/B		A/B	
	A		B				t/t-1	
	Homem	Mulher	(Setembro)	(Setembro)	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001	1,66	1,42	180,00	0,82	2,03	1,73	-	-
2002	1,72	1,55	200,00	0,91	1,89	1,70	-6,91	-1,58
2003	2,35	1,83	240,00	1,09	2,15	1,68	13,71	-1,39
2004	2,07	1,90	260,00	1,18	1,75	1,60	-18,66	-4,48
2005	2,19	2,13	300,00	1,36	1,60	1,56	-8,35	-2,71
2006	2,52	2,43	350,00	1,59	1,58	1,53	-1,20	-2,27
2007	3,17	2,78	380,00	1,73	1,84	1,61	15,95	5,58
2008	3,13	2,80	415,00	1,89	1,66	1,49	-9,74	-7,69
2009	3,44	3,19	465,00	2,11	1,63	1,51	-1,72	1,57
2011	5,06	4,75	545,00	2,48	2,04	1,92	25,30	27,08

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração dos autores.

- a tabela 4 mostra que o número de homens ocupados é em média, durante o período, 38% superior ao de mulheres. Entretanto, esse número decresce de 46%, em 2001, para 36%, em 2006, e nessa faixa se estabelece até o ano de 2011. Nessa mesma tabela, constata-se que o número de mulheres em idade ativa ocupada com afazeres domésticos é duas vezes superior ao de homens, tendo recuado de 2,3 (2001) para 1,9 (2007), voltando a crescer para 2,1 em 2011;
- ainda na tabela 4, constata-se que a afluência dos homens para o mercado de trabalho é maior do que a das mulheres: o percentual de homens trabalhando ou buscando trabalho, em relação à população em idade ativa (PIA), é em média de 72,6%, enquanto que o das mulheres é de 51,4%; entretanto, enquanto esse número se mantém razoavelmente estável no período para os homens, cresce continuamente no caso das mulheres. Contudo, esses valores caem abruptamente em 2011 para 70,8% e 50,1%. Com isso, a tendência crescente da participação da mulher em relação à do homem no mercado de trabalho, que vinha crescendo continuamente (alcançando 73% em 2009), cai para um valor semelhante ao de 2004 (71%);

**TABELA 4**  
**PEA<sup>1</sup>, PO<sup>2</sup>, PIA com afazeres domésticos – Brasil (2001-2011)**

<b>Homem</b>				
Ano	PEA	PO	PIA	
			com afazeres	PO/PIA com afazeres (%)
2001	48.390.475	44.747.449	28.268.056	158,30
2002	49.524.477	45.877.459	30.249.956	151,66
2003	50.326.732	46.401.003	31.594.053	146,87
2004	52.832.703	49.241.975	32.935.695	149,51
2005	54.290.827	50.436.228	37.738.071	133,65
2006	54.910.000	51.400.000	38.707.674	132,79
2007	55.754.000	52.363.000	38.342.059	136,57
2008	56.118.000	53.193.000	35.101.245	151,54
2009	56.709.000	53.196.000	38.608.500	137,78
2011	56.850.000	54.078.000	36.651.887	147,54
<b>Mulher</b>				
Ano	PEA	PO	PIA	
			com afazeres	PO/PIA com afazeres (%)
2001	34.852.764	30.710.723	63.796.585	48,14
2002	36.531.168	32.302.163	65.308.821	49,46
2003	37.460.928	32.849.624	66.144.899	49,66
2004	40.027.425	35.354.319	69.419.453	50,93
2005	41.741.144	36.653.748	71.513.152	51,25
2006	42.618.000	37.918.000	72.997.203	51,94
2007	43.092.000	38.423.000	72.135.742	53,26
2008	43.382.000	39.202.000	71.674.029	54,69
2009	44.401.000	39.493.000	74.370.505	53,10
2011	43.373.000	39.415.000	75.354.669	52,31

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração dos autores.

Notas: <sup>1</sup>População economicamente ativa.

<sup>2</sup> População ocupada.

- o que as observações acima parecem sugerir é que o crescimento dos rendimentos dos trabalhadores domésticos, no rastro da valorização do salário mínimo, que se processava desde 1995 e se acentuou após 2005, conjugado com a crise econômica a partir de 2008, teve como resultado o desestímulo das mulheres para buscarem ocupações remuneradas. Com o aumento do seu custo de oportunidade, torna-se inevitável o retorno das mulheres aos afazeres domésticos;
- com os movimentos acima apontados, observa-se que em 2008 o percentual dos afazeres domésticos no PIB caiu devido à confluência de dois fatores: a redução do número de horas dedicadas a afazeres domésticos tanto por parte dos homens como por parte das mulheres; e a queda nominal do valor das remunerações dos serviços domésticos, no caso dos homens, e o seu parco crescimento – cresceu abaixo do deflator do PIB –, no caso das mulheres; e
- o crescimento do percentual dos afazeres domésticos no PIB após 2008 decorreu do crescimento do valor nominal das remunerações dos serviços domésticos dos homens (62%) e das mulheres (70%) e do aumento das horas dedicadas aos afazeres domésticos para ambos os sexos – em média, de 11%.

## 5 – Conclusões

Este capítulo apresenta uma proposta de mensuração do trabalho reprodutivo – não pago – realizado no interior dos lares, sobretudo pelas mulheres, que possibilita complementar as visões tradicionais da economia sobre a produção da vida material e humana. Acredita-se que o resultado deste exercício é do maior interesse público, porque conclui que o valor do produto interno bruto não incluído na contabilidade nacional é mais de 12% do que o que se inclui. Dito de outro modo, a sociedade brasileira é 12% mais rica do que até agora se reconhecia e, agregando-se este valor ao longo da década, o Brasil produziu outro PIB, secreto, que não se conhecia, mas que corresponde à reprodução da vida no país. Este PIB velado ou o “*PIB da vassoura*”, como o apelidou o colunista Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, quando se referiu a estas tarefas que não geram renda monetária e que a sociedade ignora.

Esse exercício desnuda uma dimensão direta da desigualdade que recai sobre as mulheres, praticamente as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos, membros familiares com alguma dependência. A naturalização do trabalho reprodutivo como sendo necessariamente feminino fica

também evidente. Porque este trabalho é socialmente reconhecido como uma “obrigação” das mulheres, como explicitam as informações da Pnad ao longo da década. O número de horas realizadas pelas mulheres na execução dos afazeres domésticos é de 2,5 vezes superior à dos homens. Há um número de mulheres empenhadas nestas tarefas que é duas vezes o número de homens.

O valor adicionado pelas mulheres com essas tarefas – o PIB gerado pelas mulheres com a reprodução da vida –, ao longo desses dez anos, produziu um valor cinco vezes maior do que aquele valor gerado pelos homens na execução das mesmas tarefas. Isto é, as mulheres são responsáveis por 83,5% desse PIB “velado” da década de 2001-2011, contabilizado pela valoração dos afazeres domésticos. Não há empecilhos técnicos para a valoração do trabalho reprodutivo – não pago, sua valorização é uma decisão política, portanto, depende da força política dos segmentos sociais interessados na construção de um futuro igualitário entre os sexos e que tenham como meta promover o “fim” da divisão sexual do trabalho, raiz do mal-estar feminino.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. **Revista Gênero**, v. 1, n. 2, 2001.
- AGUIRRE, R.; GARCÍA SAINZ, C.; CARRASCO, C. **El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago de Chile: Cepal, 2005. (Serie Mujer y Desarrollo, n.65). Disponível em: <<http://goo.gl/iM2s88>>.
- AGUIRRE, R.; FERRARI, F. **Las encuestas sobre o uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe: caminos recorridos y desafíos hacia el futuro**. Santiago: Cepal, 2014. (Serie Asuntos de Género, n. 122). Disponível em: <<http://goo.gl/NMXWWC>>.
- ARAUJO, C.; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BECKER, G. A Theory of the allocation of time. *In*: AMSDEN, A. H. (Ed.). **The economics of women and work**. New York: Penguin Books, 1980.
- BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. Nova York: Saint Martin's Press, 1970.
- CARRASCO, C. **Estatísticas sob suspeita** – proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo: SOF, 2012.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir**. *In*: CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 11., 2010, Brasília. Brasília: Cepal, 2010.
- CLARK, C. Le travail ménager et le produit national. **Futuribles**, Paris, v. 6, n. 6, juin, 1971.
- CNM – CONSEJO NACIONAL DE LA MUJER. **Decir mujer es decir trabajo: metodologías para la medición del uso del tiempo con perspectiva de género**. Buenos Aires: CNM, 2006.
- CM – COMUNIDAD DE MADRID. **Consejería de empleo y mujer – dirección general de la mujer**. 2 ed. Madrid: CM, 2006.
- DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. *In*: COSTA, A. A. *et al.* **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.
- \_\_\_\_\_. Sobre tempos e gênero na sociedade brasileira. *In*: DEDECCA, C. S. **Trabalho e gênero no Brasil: formas, tempo e contribuições socioeconômicas**. Brasília: Unifem, 2005. Mimeografado.
- DURÁN, M. A. **A dona de casa: crítica política da economia doméstica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- \_\_\_\_\_. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 18, p. 56-69, 2000.

- \_\_\_\_\_. **O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?** Brasília: SPM, 2010.
- FERNANDEZ, B. P. M. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a economia feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, maio/ago. 2008.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. **Unpaid work in the household: a review of economic evaluation methods.** Genebra: ILO, 1982.
- GURYAN, J.; HURST, E.; KEARNEY, M. S. Parental education and parental time with children. *Journal of Economic Perspectives*, v. 22, n. 3, p. 23-46, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE vários anos.
- MELO, H. P.; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam, *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007.
- SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 16., 2008, Caxambu, Minas Gerais. *Anais...* Caxambu: Abep, 2008.
- VANDELAC, L. L'économie domestique à la sauce marchande ou les évaluations monétaires du travail domestique. *In: VANDELAC, L. et al. Du travail et de l'amour – les dessous de la production domestique.* Montréal: Editions Saint-Martin, 1985.
- UN – UNITED NATIONS *et al.* **The production account.** *In: UN – UNITED NATIONS. System of accounts 1993.* Nova York: UN, 1993.
- UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report 1995.** New York: Oxford University Press, 1995.

# ESTRATIFICAÇÃO RESIDENCIAL, VALORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E USO DO TEMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DO CASO DO BRASIL<sup>1</sup>

*Neuma Aguiar<sup>2</sup>*  
*Arnaldo Mont'Alvão<sup>3</sup>*

## 1 – Introdução

Este trabalho apresenta a construção de uma escala de estratificação residencial como instrumento de interesse para o estudo das desigualdades em vigor no interior de uma sociedade, possibilitando estimar a posição social de residentes em um mesmo domicílio, numa população determinada. A principal contribuição da metodologia nele exibida consiste em atribuir uma posição social aos moradores que não auferem rendimentos, embora possam contribuir ativamente, com trabalho *diário*, para o seu sustento, em lugar de considerar apenas aqueles membros do agrupamento familiar que geram renda. Nosso objetivo foi construir uma medida que permitisse observar o efeito das disparidades sociais no uso do tempo pelos membros dos grupos domésticos na população estudada, incluindo, entre outras dimensões, o tempo por eles dedicado ao trabalho domiciliar não remunerado.

A análise da relação entre estratificação residencial e o tempo devotado, por homens e mulheres, às atividades domésticas despertou nosso interesse na observação de empreendimentos semelhantes, que procuravam atribuir um valor econômico ao trabalho doméstico não remunerado, com auxílio das pesquisas de uso do tempo. Constatamos, com esse procedimento, que a escala de estratificação residencial possibilita a valoração do trabalho doméstico. Ao contemplar a economia doméstica, enquanto disciplina, desvendamos alguns de seus pressupostos, derivados das desigualdades sociais existentes na valoração das atividades não pagas, tais como a escolha da ocupação de referência, os bens domiciliares envolvidos na produção doméstica, além de características do país estudado (tamanho da população rural, da população pobre, etc.).

---

<sup>1</sup> Agradecimentos pela colaboração a: Archibald, O. Haller, Maria Teresa Gonzaga Alves, José Francisco Soares e Silvia Maria Figueiredo de Aguiar.

<sup>2</sup> Professora emérita na Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao lado de um levantamento das vantagens e limitações de outras escalas de estratificação social para o estudo das atividades rotineiras, inclusive aquelas que não auferem rendimentos, procurou-se observar as contribuições mais clássicas da Sociologia ao estudo da estratificação residencial.

Apresentados os procedimentos para elaborar e validar a escala construída, buscamos, a partir dela, delinear os estratos e ressaltar como diferentes grupamentos de homens e mulheres realizam atividades domésticas na vida cotidiana.

## 2 – Vantagens e limitações das escalas de estratificação social para a atribuição de valor às ocupações como um todo

Tomando como início a hipótese de que as principais estratégias de mensuração da posição social, a partir dos ofícios exercidos, inibem a atribuição de valor às atividades não geradoras de renda, observamos que, na pesquisa sociológica, tal dificuldade emerge no momento em que as atividades economicamente rentáveis tornam-se estratificadas pela aplicação de medidas que levam em consideração apenas os valores médios de renda e educação das ocupações da população estudada, ponderados pela idade (Duncan, 1961, p. 109-138; Blau, Duncan e Tyree, 1994, p. 204). No passado, avaliava-se a posição dos ofícios no sistema de estratificação social a partir de estimativas sobre seu prestígio, fornecidas pela população estudada, recurso também utilizado no Brasil (Hutchinson e Castaldi, 1960, p. 19-51). Entendemos que as medidas de prestígio podem constituir um excelente recurso para estimar a posição social do trabalho das mulheres, inclusive o não remunerado, pois avaliações da importância ou do grau de deferência consignado a determinadas atividades são independentes do rendimento que auferem (Aguiar, 1980, p. 224-238). Todavia, os estudos sobre prestígio social são limitados, porque apenas um número restrito de atividades pode ser apresentado para avaliação em um *survey*.

Por outro lado, as pesquisas que introduziram níveis médios de educação e de rendimentos das atividades, ponderados por idade, em seus protocolos de investigação, além da capacidade de prever o prestígio ocupacional, oferecem a vantagem de atribuir uma cifra numérica a um conjunto muito mais amplo de atividades que as medidas de reputação, para alcançar resultados empíricos mais abrangentes que o obtido com as medidas de estima social (Featherman e Hauser, 1994, p. 219-220), exceção feita aos ofícios excluídos do mercado de trabalho. Para o conjunto de *surveys* que conduzimos em Belo Horizonte, inclusive sobre o uso do tempo, empregou-se



uma escala não publicada, semelhante à de Duncan, calculada por Nelson do Valle Silva (1988) para o Brasil da década de 1980 e posteriormente atualizada para as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) dos anos 1990. Os cálculos foram gentilmente cedidos por este autor para introdução em nossa base de dados. Alternativamente, no banco da pesquisa, empregou-se um índice internacional (Isei), elaborado por Ganzeboom, De Graaf e Treinman (1992), calculado com fundamento na relação de atividades com remuneração, desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em várias ondas sucessivas. Utilizando esses recursos, cada ocupação passou a ser graduada por uma escala que resume a posição social de seu detentor. Quanto às atividades sem receita econômica, por receberem um 0 (zero) no quesito “rendimentos do trabalho”, não foi possível granjear-lhes um valor. Encontramos, ainda, outros complicadores para o emprego de uma escala de estratificação ocupacional. As que existiam, até ali, tinham sido produzidas com dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar. A ampliação da listagem de ocupações, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras mudanças, diversificou ainda mais a relação nacional dos ofícios, elevando seu registro em um dígito. Assim, os recursos de mensuração das disparidades sociais, anteriormente empregados, viram-se defasados, criando outros desafios, o que demandou novos cálculos sobre a posição social das ocupações para a atualização da escala. As medidas de estratificação social são essenciais para a análise da sociedade brasileira – detentora de alto índice de desigualdade. Acrescentamos-lhe mais um complicador: a ocupação da dona de casa como atividade principal tem diminuído (Aguiar, Neves e Fernandes, 2007, p. 167-169). Mensurar o valor dessa redução torna-se difícil, se deixarmos esse trabalho de fora dos indicadores que podem aferir sua importância social. Ao incluirmos escalas avaliando as disparidades quanto ao uso do tempo indaga-se: como atribuir valor às atividades sem rendimentos? Como verificar as mudanças de uma condição familiar com alta proporção de donas de casa, para outra em que a maioria das mulheres casadas passa a trabalhar fora? Estes fatos conduzem à busca de novos indicadores, como a Escala de Estratificação Residencial (EER).

A valoração do trabalho doméstico é uma questão presente na ordem do dia dos estudos de uso do tempo, que buscam estimar sua contribuição ao Produto Interno Bruto elaborando contas satélite, que levam em conta a participação do trabalho doméstico não remunerado – perspectiva construída a partir das conferências mundiais de mulheres. Duncan Ironmonger e Faye Soporimas (2009), que fazem esse cálculo com relação à Austrália, conferem a Harvey e Mukhopadhyay (1996) a

inovação de atribuir um valor à produção doméstica com base nas pesquisas de uso do tempo.

Com o olhar de sociólogos, faremos um breve percurso por essa estratégia de valoração do trabalho doméstico não remunerado, à procura de um procedimento similar em outra disciplina, em busca de respostas a um problema comum: o que nos seria possível apreender sobre a valoração das atividades sem renda, ao examinarmos as contribuições do campo da economia doméstica? Que perguntas lhes dirigir a partir de uma perspectiva da estratificação social? Existiriam pressupostos subjacentes de desigualdades sociais nas estratégias de valoração do trabalho não pago, pela economia doméstica?

Com a busca por um campo de conhecimento distinto do nosso, não visamos realizar uma exegese de todas as inovações nesse domínio, mas efetuar um levantamento daquelas que incluem dimensões estratificadas subjacentes às medidas de valoração. Tais supostos interferem nas buscas de adoção de estratégias de mensuração semelhantes para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Observamos, assim, a construção, nesse domínio, de uma bateria de indicadores que condicionam a produção de bens por atividades não remuneradas, realizadas nos domicílios.

### 3 – Valoração do trabalho não mercantil pela produção doméstica

Nas apreciações da Economia Doméstica, como aproximação inicial e de forma simplificada, citamos dois pontos de vista principais: *i*) o que enfoca insumos para essa produção (*inputs*); e *ii*) o que destaca seu produto final (*outputs*). Sua aplicabilidade aos países em desenvolvimento também foi discutida por Kulshreshtha e Singh (1999; p. 3-5); e por Velazco e Velazco (2013b, p. 21-26). Um primeiro aspecto, observado por esses autores, consiste em contabilizar os bens e serviços elaborados em casa, o consumo de capital que essa atividade efetua e o valor dos insumos intermediários envolvidos nessa confecção, assim como os impostos a ela consignáveis. Um segundo aspecto se concentra na pontuação dos bens e serviços produzidos no contexto doméstico, análogos àqueles adquiríveis no mercado. Em seguida, atribui-se um valor aos objetos confeccionados em casa, equiparável aos que são produzidos para o mercado.

Os estudos do primeiro tipo geralmente se baseiam nas pesquisas de uso do tempo, de modo a calcular a quantidade de trabalho envolvida na produção não remunerada e, então, atribuir-lhe uma estimativa de custo com base em um trabalho equivalente, efetuado no mercado. Há discus-

sões na literatura acerca do padrão salarial de referência definido para essa valoração (Velazco e Velazco, 2013b, p. 23-26). Para alguns, a medida deve ser a de um salário mínimo no país estudado; para outros, o salário de uma/um empregada/o doméstica/o (generalista ou especialista); outros, ainda, pleiteiam considerar atividades que nem sempre estão presentes nos países em desenvolvimento, como o da substituta da dona de casa, enquanto atividade paga pelo seguro social, alocada à administração do lar, em casos de incapacitação da titular (Goldschmit-Clermont, 1993, p. 427-429). O exemplo alerta sobre a existência de diferenças internacionais entre as especialidades presentes no mercado e as atividades das donas de casa.

Outros enfoques propõem que a forma mais adequada de efetuar esse cálculo consistiria em considerar os custos e oportunidades (Kulshreshtha e Singh, 1999) existentes para a realização das atividades domiciliares não remuneradas, com base no salário que o trabalhador ou trabalhadora obtém regularmente com a venda de sua força de trabalho, levando-se em conta o tempo empregado para o exercício das tarefas domésticas. Os resultados diferenciais obtidos pelo uso de padrões diversos foram compilados por Velazco e Velazco (2013b, p. 30-31).

Há disparidades entre os pressupostos de cada um desses enfoques relacionados ao campo da estratificação social, seja ao tomar como base *i*) o salário mínimo nacional; *ii*) o salário de empregada doméstica como salário mínimo profissional; *iii*) ou o salário médio de ocupações diversas que utilizam tempo no desempenho de tarefas do lar. A título de exemplo, com o intuito de ilustrar o procedimento, o valor monetário do trabalho de um dentista, que também desempenha atividades domésticas, é considerado como sendo superior ao de uma balconista, que desenvolve o mesmo tipo de trabalho no contexto residencial. Velazco e Velazco (2013b, p. 30-31) apontam que a perspectiva de custo e oportunidade pode alçar os valores do trabalho não remunerado a patamares muito mais elevados do que o que toma o emprego doméstico como base de referência. Documentado com dados do Canadá e dos Estados Unidos, esse estudo demonstra que, a estratégia empregada para mensurar o valor do trabalho doméstico, tomando-se a atividade de mercado, como parâmetro de equivalência ao trabalho não remunerado, encontra resultados imensamente variáveis. Louisella Goldschmidt-Clérmont (1993, p. 422) avalia esse enfoque como sendo mais apropriado à classe média alta dos países desenvolvidos e, reconhecendo as dificuldades da comparação internacional derivada do ponto de vista dos custos e oportunidades, recomenda que esse critério não seja empregado nessa modalidade de estudos.

Sendo assim, embora esse enfoque se aproxime mais das preocupações dos estudos de estratificação social, apresenta dificuldades em estabelecer uma estimativa padronizada para o preço médio do trabalho avaliado. Essa perspectiva parece se associar à divisão desigual do trabalho doméstico em países como o Brasil, onde as mulheres recebem remunerações menores que a dos homens para trabalhos equivalentes, havendo ainda, quando ambos trabalham fora, diferenças salariais, geralmente superiores para os maridos.

Kulshreshtha e Singh (1999, p. 9) apontam também para as dificuldades de estabelecer comparações entre o valor consignado ao trabalho doméstico dos países desenvolvidos e o dos países em desenvolvimento, já que nestes há uma ampla proporção de trabalho não remunerado (para além do trabalho doméstico), o que se verifica, com frequência, quando há uma vasta parcela da população instalada no campo. A solução apontada por eles, ao destacarem os obstáculos à comparabilidade entre os dois âmbitos sociais, consiste em efetuar cálculos distintos para cada um dos contextos: urbano e rural. Nos países em desenvolvimento, onde o volume de trabalho não remunerado disponível é extenso, decisões sobre o valor de referência a ser empregado para o cálculo de suas contribuições ao produto interno bruto (PIB) podem se tornar muito complexas, o que resulta em problemas de comparabilidade com o PIB doméstico de outras nações. O volume de trabalho não pago pode representar estimativas muito elevadas do PIB satélite, levando a debates sobre o valor assim obtido. A discussão contém suposições que atribuímos às desigualdades sociais, no que diz respeito às diferenças internas presentes em países com grande população pobre, muito diferenciada da região urbana mais rica e desenvolvida.

Ironmonger (1996) dedicou-se à conceituação e mensuração do PIB satélite de várias nações complexas, tais como a Austrália. A economia doméstica é por ele definida como o conjunto das atividades efetuadas por grupos domiciliares, para produzir bens e serviços, em uma determinada área geográfica, empregando capital doméstico e trabalho não pago para uso próprio ou de seus familiares. Isto inclui a produção de alimentos, a lavagem de roupa e utensílios, a limpeza da casa, o cuidado com crianças, a realização de compras, de reparos, transporte, manutenção da casa, hospedagem, jardinagem, entre outras tarefas não remuneradas.<sup>4</sup>

Vale a pena situar a proposta de Ironmonger dentro de um contexto teórico mais amplo. Sua estratégia remete aos antigos esforços da teoria marxista, como aquele efetuado por Claude Meillassoux (1979), para pos-

<sup>4</sup> Ver também Louisella Goldschmidt-Clermont (1993, p. 421).

tular um modo de produção doméstico. Também a literatura marxista e feminista promoveu debates sobre o estatuto teórico do trabalho não pago em relação à produção capitalista nos anos 1970 e 1980, cujo ponto de partida se deve ao trabalho de Dalla e James (1972), que reivindicavam um salário para as atividades domésticas, chamando atenção, por exemplo, para a economia gerada com o produto do trabalho não pago, em lugar do consumo fora de casa, com refeições adquiridas em restaurantes ou outros estabelecimentos comerciais. Essa demanda salarial geraria intensa discussão no âmbito do feminismo marxista (Seccombe, 1975; Coulson, Magas e Wainright, 1975; Molyneux 1979; Miles, 1983), concluindo-se que o trabalho doméstico gera valor, embora não gere mais valia (fato não representado apenas pela reprodução da força de trabalho, mas pela produção efetuada pelas mulheres, em casa, sem remuneração). Ironmonger, contudo, não observa a economia doméstica como uma instância separada e independente da economia capitalista, conforme pressupõem as velhas teorizações sobre o modo de produção doméstico (Meillasoux, 1979). De fato, adverte Ironmonger, a elaboração de bens em casa demanda um capital próprio. Essa produção está, portanto, interligada ao sistema capitalista. Na sua perspectiva, da mesma forma que na economia de mercado tem-se em consideração *i*) a quantidade de capital investido nos meios de produção; e *ii*) o montante de trabalho alocado na transformação da matéria prima em produto final, para fins analíticos, é possível considerar a transformação doméstica de insumos convertidos em bens para o autoconsumo. Daí a importância das pesquisas de uso do tempo, que possibilitam criar inovações nesse campo de conhecimento, ao admitir a quantificação do tempo de trabalho não pago empregado na transformação dos bens realizados em domicílio. O valor da produção em casa é fruto do tempo de trabalho empregado na produção dos bens elaborados em tal contexto, adicionado ao valor do investimento utilizado nessa transformação.

Ironmonger e Sopournas (2009, p. 14) consideram bens de capital para a produção doméstica, seja o domicílio (seu valor de aquisição ou de aluguel), seja o automóvel, os móveis e utensílios (como geladeira, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa), seja a matéria prima utilizada e o tempo de trabalho ao qual se imputa um valor para calcular a sua contribuição ao PIB.

Para aferição dessas outras atividades, no que se refere à inclusão nas contas satélite do PIB, foram criadas seis categorias especiais, relacionadas a acomodações, alimentos, limpeza de roupas, cuidados com crianças, transportes, atividades voluntárias e educação. Essa conceituação implica

a reconsideração das contas nacionais. Os autores avaliam que a economia doméstica da Austrália contribui com cerca de um terço a mais para o PIB que a economia de mercado. Já os cálculos realizados para o Brasil por Melo, Considera e Di Sabato (2005, p. 21) encontraram acréscimos ao PIB da ordem de 12,76%, com base em dados das PNADs – que efetuam perguntas sobre o tempo dedicado aos “afazeres domésticos”. Esses dados são mais específicos que aqueles que levantam o trabalho não pago por meio de diários.

Ironmonger e Sopournas (2009) não consideram apenas a duração dos afazeres domésticos, incluindo em suas estimativas: o tempo gasto na direção de um transporte (como, por exemplo, para as compras de supermercado), com o trabalho voluntário, o tempo dedicado à educação (como a supervisão dos deveres de casa das crianças), além daquilo que denominam de capital doméstico. A lista é, portanto, mais ampla que as levantadas pelas PNADs. Importante notar, para os estudos de estratificação residencial, que os bens enumerados como componentes do capital doméstico poderiam integrar uma escala de estratificação residencial.

Encontramos, portanto, duas pontes entre os estudos que buscam valorar o trabalho não remunerado no campo da economia doméstica e o da estratificação social, em sociologia. A primeira diz respeito às atividades de mercado que são associadas, pelos estudiosos, ao trabalho doméstico (tema que, como visto anteriormente, tem gerado muitas controvérsias). A segunda ponte diz respeito aos bens de capital que entram no cálculo do PIB doméstico, parte que interessa mais a este trabalho, podendo ser utilizados para estratificar os domicílios. Como queríamos observar se haveria diferenças, no uso do tempo, entre homens e mulheres que ocupam diferentes posições sociais, não incluímos dados sobre o tempo de trabalho não remunerado em nossa escala de estratificação residencial, como fizeram Ironmonger e Sopournas (2009) quando buscaram estimar um valor em seu cálculo do PIB doméstico. No nosso caso, o tempo devotado às atividades domésticas compreende a nossa variável dependente (ver tabela 1, mais adiante) e observamos sua correlação com um conjunto de bens presentes nos domicílios, conformando uma escala.

#### 4 – O aporte empírico do campo da estratificação social: bens domiciliares como indicadores da desigualdade social

Os primeiros estudos de estratificação social utilizaram componentes residenciais como elementos de diferenciação dos grupos domésticos que

nelas residiam. William Sewell (1940) realizou um levantamento de todas essas estratégias para a construção de uma escala padronizada, posteriormente empregada por ele próprio e por seus seguidores em vários estudos empíricos, como em Oklahoma, nos Estados Unidos, e também num município do interior de Minas Gerais, no Brasil – Saraiva (1969), Haller e Saraiva (1972) e Haller e Haller (2009).

Em seu trabalho, Sewell (1940) delibera que, para indicar o *status* socioeconômico de indivíduos e famílias no contexto rural, é importante observar a posse de bens materiais (habitação, equipamento e componentes da residência), de bens culturais e a participação em atividades comunitárias. A casa, a propriedade e seus equipamentos<sup>5</sup> são enumerados perfazendo um total de 66 itens. A lista compreende ainda a presença de empregados domésticos e características da educação, cultura e de participação voluntária em clubes, igrejas, cooperativas e em atividades recreativas da esposa e do marido, atingindo um total de 123 categorias. A relação abrange, além disso, informações acerca do número de respondentes à questão sobre a posse do bem, a porcentagem de respondentes, o número de pessoas de posse do item e o seu percentual. Em seguida, o autor observa o grau de correlação entre as respostas obtidas e o grau de consistência interna entre elas. Dividindo a população em quartis, analisa, então, a porcentagem de ocorrência dos itens pelo conjunto da população, além de avaliar a capacidade de cada um deles para diferenciar entre os quartis. O procedimento resulta na eliminação de 82 elementos, restando 36 componentes, ponderados e padronizados para compor uma escala (Sewell, 1940, p. 42). A medida é então validada com base em sua capacidade de diferenciar entre proprietários, arrendatários, hóspedes e trabalhadores, e seu grau de confiabilidade verificado através de três métodos diversos, de modo a satisfazer os padrões usuais das escalas de estratificação social. Consideramos ser o método de Sewell um precursor do adotado neste trabalho.

Uma versão desse conjunto, com 24 itens, foi adaptada por Hélio Saraiva (Saraiva, 1969; Haller e Saraiva, 1972) para uma região rural do Brasil, sendo validada como medida de estratificação por Haller e

---

5 Que incluem: gramado, jardim com flores, tipo de construção da casa, aquecimento central, água encanada, iluminação, banheiro dentro de casa, esgoto, sala de jantar separada dos outros cômodos, sala de visitas separada dos outros cômodos, cozinha separada dos outros cômodos, número de janelas, número de cômodos pelo total de membros da família, qualidade das paredes, presença de cortinas, armários, tapetes, cadeiras de balanço, relógios, quadros, calendário, sofá, estante, rádio, máquina de lavar, refrigerador, tipo de chão da cozinha, tamanho da cozinha, ferro de passar, aspirador, máquina de costura, mesa e cadeiras da sala de jantar, livros, assinatura de jornal, revistas, automóvel.

Haller (2009). Suas metodologias, ao incorporar os trabalhos prestados à residência em conjunto com o capital doméstico nela presente, seguem a estratégia de Sewell. Os serviços considerados incluem a presença de cozinheira, lavadeira e passadeira, implicitamente atribuindo *status* mais baixo àquelas que não os podem contratar. As medidas incorporam, ainda, três itens de uso próprio e apresentação social (possuir terno, relógio e o tipo de calçado usado na entrevista). Os demais componentes abarcam características da construção da residência,<sup>6</sup> processados segundo o método de Sewell, observando sua capacidade de diferenciar a população. Haller e Haller (2009) concluem que essas medidas estão altamente associadas com quatro componentes do sistema de mensuração das desigualdades, em suas dimensões econômica, social, política e educacional, tendo sido constatada sua relevância para a teoria da estratificação social que ambos os autores privilegiam.

Escalas para mensurar o *status* social foram primeiramente disseminadas com base em estudos do prestígio das ocupações. Tais mensurações foram subsequentemente generalizadas a partir do nível educacional e da renda gerada por essas atividades, possibilitando abarcar um número bem mais amplo que as medidas de sua reputação, que recobrem um número limitado de casos. Essa estratégia, contudo, limitou-se à estimativa de *status* dos trabalhos com rendimentos, deixando sem posição social própria as donas de casa e os estudantes, entre outras funções sem proventos. A proposta de uma escala de estratificação residencial supre a possibilidade de atribuir um *status* a todo e qualquer corresidente de um grupo doméstico ao qual se atribui uma posição na escala de estratificação residencial (EER). O domicílio e seus equipamentos recebem contribuições diversas de seus moradores, para adquiri-los, alugá-los e mantê-los, podendo resumir a posição social de seus residentes.

## 5 – Fonte de dados

São utilizados os dados da pesquisa *Múltiplas temporalidades de referência: pesquisa de uso do tempo por amostragem domiciliar*, realizada em 2001, no município de Belo Horizonte, a partir de uma amostra probabilística de 371 domicílios. Cada membro destes, acima de oito anos de idade, preencheu um diário de uso do tempo para um dia da semana (num total

<sup>6</sup> Que incluem: chão; paredes; teto; telhado; origem da água; origem da água de beber; tipo de esgoto; número de cômodos; existência de varanda; presença de banheiro; tipo de iluminação; número de cadeiras; rádio; máquina de costura; meio de transporte utilizado.



de 1.124 diários) e outro, para um dia de final de semana (num total de 1.133 diários), sendo que 7,5% deles foram especialmente desenhados para a população de baixa escolaridade.

Além das informações sobre o cotidiano de seus membros, obteve-se, para cada residência, dados acerca de suas características socioeconômicas e demográficas, assim como sobre a estrutura domiciliar e a posse de bens duráveis, a partir dos quais foi construída uma escala que diferencia a população estudada.

## 6 – A escala de estratificação residencial

A partir de informações fornecidas pela população amostrada, pode-se avaliar uma lista extensa de possíveis componentes da escala de *status*. Para identificar os itens que melhor contribuiriam para a sua construção, empregou-se a teoria da resposta ao item (TRI) – para a pesquisa de Belo Horizonte, e para a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 2009, conduzida pelo IBGE, utilizada para validar a EER. A TRI permite identificar a dimensão latente da estratificação social presente na amostra estudada (Baker, 2001), possibilitando diferenciá-la em estratos, mesmo quando os indicadores mais frequentemente usados na literatura sobre o tema, como renda individual ou rendimentos da ocupação, encontram-se ausentes (Soares, 2005). A TRI vem sendo extensamente utilizada, há várias décadas, em pesquisas no campo educacional, e seu emprego em outras áreas de investigação, como argumentam Alves e Soares (2009), pode ajudar a superar obstáculos que envolvam a construção de indicadores socioeconômicos. Esses dois autores também apontam para a importância de se averiguar o grau de associação entre os componentes da escala. A TRI possibilita incorporar dados sobre um item determinado, mesmo que estejam incompletos e contenham lacunas informativas.

Utilizou-se o modelo de Samejima (1969), apropriado para itens com respostas graduadas ou ordinais, que possibilita abarcar componentes com mais de duas categorias. Desse modo, a capacidade de distinção de cada item na amostra pode ser avaliada, o que permitiu incluir, na escala, apenas aqueles que mais diferenciaram a população estudada.

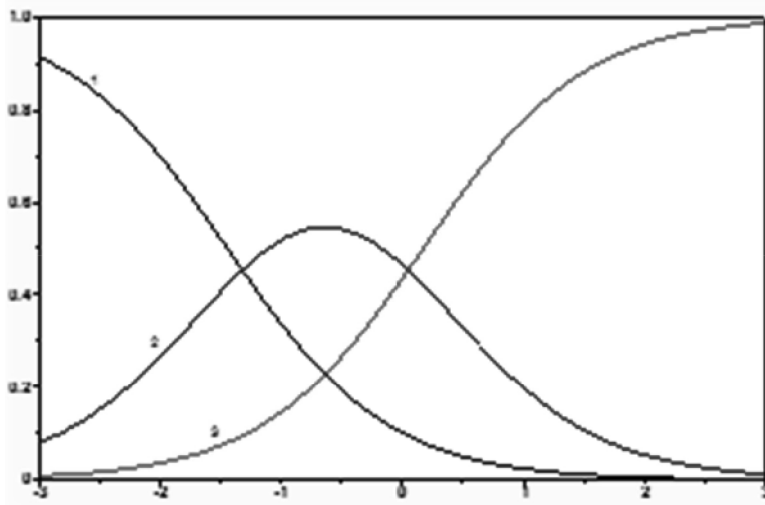
Com os recursos da TRI verificou-se que, entre todos os itens avaliados, aqueles com melhor poder de discriminação eram: máquina de lavar roupas, máquina de lavar louças, aparelho de micro-ondas, aspirador de pó, refrigerador, automóvel, telefone fixo, televisão em cores, computador, número de banheiros, aparelho de vídeo cassete/DVD, qualidade do

piso e número de cômodos *per capita*, que foram, então, mantidos para a construção da escala residencial. Observe-se a necessidade de revisões periódicas do instrumento, já que alguns desses bens podem dar lugar a novos produtos. Itens, como a propriedade do domicílio, o tipo de coleta de lixo utilizada, a existência de telefone celular, o tipo de casa, seu estado de manutenção e a sua localização foram descartados por diferenciarem pouco a população estudada. Um exemplo sobre o pequeno poder de diferenciação da propriedade domiciliar pode ser relacionado ao entendimento da pergunta efetuada para avaliar esta condição: residentes em zonas de invasão podem responder que são proprietários de seus domicílios, o mesmo ocorrendo com os adquirentes de imóveis e com os donos de residências abastadas, quando todos se descrevem dessa mesma maneira.

O poder de diferenciação dos itens é facilmente visualizado nos gráficos abaixo, que apresentam a curva característica de cada elemento. Selecionamos alguns do conjunto apurado, para ilustrar a decisão que tomamos de incluí-los ou não na escala (Aguiar e Mont'Alvão, 2011, p. 27-51). O gráfico 1 mostra esse poder para a posse de máquina de lavar roupas, por exemplo. Pelo gráfico, a ausência de máquina de lavar roupas é indicada pela curva 1, enquanto a posse de tanquinho é observada pela curva 2 e a posse de uma máquina completa é descrita pela curva 3. Note-se que à medida que aumenta a escala de *status* (eixo horizontal), aumenta também a probabilidade de posse de uma máquina de lavar, comprovando que este é um bom elemento para a composição da nossa escala.

### GRÁFICO 1

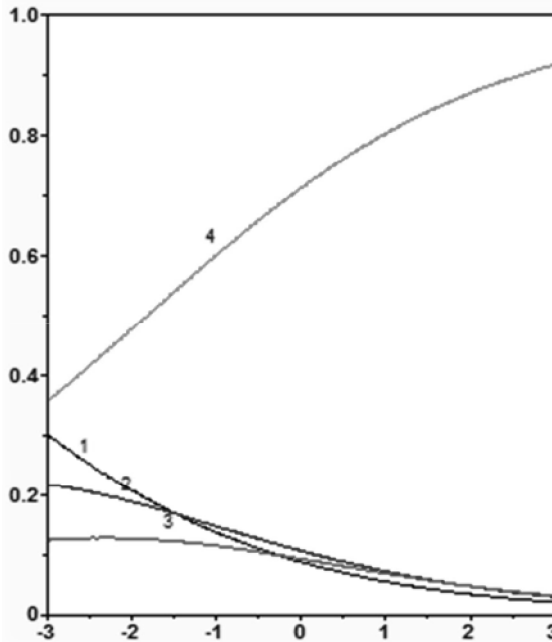
#### Distribuição do poder de diferenciação do item “máquina de lavar” na escala de status residencial



Fonte: Pesquisa de usos do tempo e do programa XCalibre.  
Elaboração dos autores.

Os itens dotados de pouca variabilidade junto à população se prestam pouco à construção da escala, sendo então excluídos. Seu fraco poder de diferenciação também é facilmente visualizado no mesmo tipo de gráfico, como ilustra o gráfico 2 para “propriedade do domicílio”. Como pode ser observado, três das quatro categorias não apresentam diferenças entre si à medida que a escala aumenta, indicando que diferenças internas nesta variável não contribuem muito para a diferenciação dos domicílios.

**GRÁFICO 2**  
**Distribuição do poder de diferenciação do item “propriedade do domicílio” na escala de status residencial**



**Fonte:** Pesquisa de usos do tempo e do programa XCalibre.  
 Elaboração dos autores.

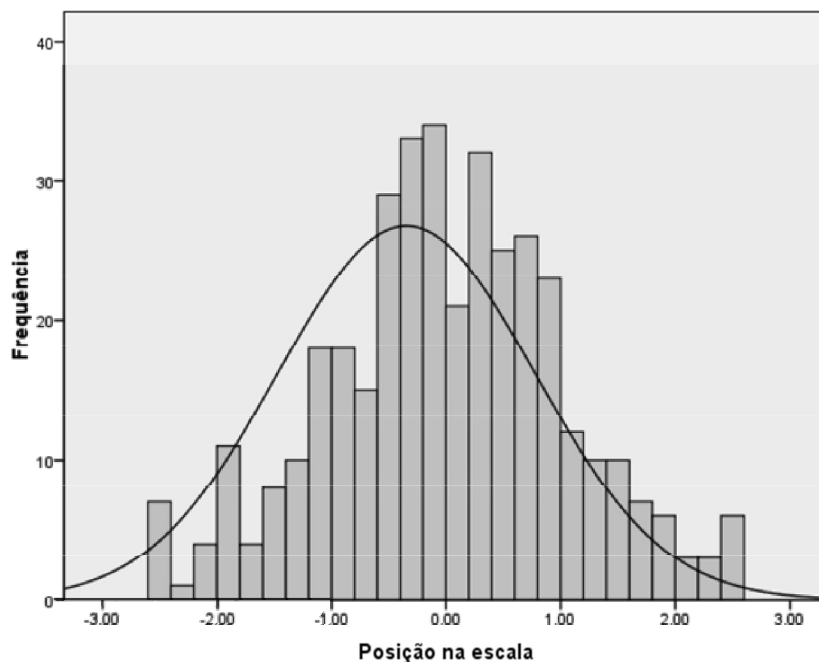
O indicador de posse de uma geladeira permite a identificação daqueles que possuem um nível de *status* muito baixo e o que indica a posse de um ou mais carros aqueles com *status* mais elevado. A matriz de correlação obtida com esses dados, para averiguar o grau de associação entre os componentes da escala, varia de -3 até +3, tendo sido transformada matematicamente para expressar apenas valores positivos.

A maioria dos itens mantidos para a escala final se encaixa principalmente naquilo que Ironmonger e Sopournas (2009, p. 14) denominaram de capital do domicílio. Embora um computador possa ser utilizado para realizar trabalho remunerado em casa, ele pode também ser usado para administração da residência. O mesmo pode ser dito sobre a posse de um telefone fixo e de outros equipamentos.

A distribuição da escala, em sua forma padronizada (média 0 e desvio-padrão 1), pode ser visualizada no histograma a seguir (gráfico 3), indicando que perfaz uma curva aproximadamente normal.

### GRÁFICO 3

#### Distribuição da escala de status residencial em sua forma padronizada



Para confirmar a robustez do instrumento, uma escala com os mesmos itens foi construída com dados de aproximadamente 56 mil domicílios entrevistados pela Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008-2009, coletada pelo IBGE. A correlação entre as duas escalas foi de 0,983 ( $p < 0,001$ ). Além disso, estimamos também, com os dados da pesquisa de uso do tempo de Belo Horizonte, que a correlação entre a escala de estratificação residencial e a escala de *status* socioeconômico, produzida por Silva (1988), para o mercado de trabalho brasileiro, é de 0,496 ( $p < 0,001$ ) e a obtida em conformidade com o International Socioeconomic Index (Isei) (Ganzeboom, De Graaf e Treiman, 1992) é de 0,534 ( $p < 0,001$ ). Esses coeficientes, de magnitude moderada a alta, indicam que a escala varia significativamente na mesma direção de outras já consolidadas, e é um bom indicador de *status* socioeconômico.

## 7 – Estratificação residencial e trabalho doméstico não remunerado

A tabela 1 traz informações sobre tempo médio de dedicação aos cuidados com a casa e a família, por sexo e *status* residencial (quartis), durante os dias de semana e fim de semana.

**TABELA 1**  
**Tempo médio dedicado ao trabalho doméstico,**  
**por sexo e *status* residencial**

Grupos de análise	Dia de semana	Fim de semana
Sexo		
Homens	115	151
Mulheres	274	267
<i>Status</i> residencial		
Quartil 1 (base da escala)	298	272
Quartil 2 (meio-inferior)	254	247
Quartil 3 (meio-superior)	273	248
Quartil 4 (topo da escala)	148	224
<i>Correlation</i>	-0.07*	-0.01*
Sexo x <i>Status</i> residencial		
Homens		
Quartil 1	79	54
Quartil 2	209	156
Quartil 3	125	180
Quartil 4	38	181
<i>Correlation</i>	-0.16*	0.05*
Mulheres		
Quartil 1	313	286
Quartil 2	262	262
Quartil 3	301	260
Quartil 4	182	238
<i>Correlation</i>	-0.05*	-0.05*
* $p < 0,01$		

Fonte: Pesquisa de usos do tempo.  
Elaboração dos autores.

Nela se observa que as mulheres despendem mais que o dobro do tempo gasto por homens com os cuidados com a casa e a família durante os dias de semana, e quase o dobro num dia de final de semana. Elas reduzem o tempo de atividades domésticas aos domingos, enquanto os homens, no mesmo período, elevam esse tempo.

Há pouco efeito do *status* residencial sobre o desempenho das atividades domésticas; as correlações são pequenas e negativas: -0,07 durante a semana e -0,01 no fim de semana ( $p < 0,01$ ). Isto quer dizer que, independentemente da posição dessas atividades EER a divisão sexual do trabalho é acentuada em todas as camadas sociais. Outra observação permite constatar que as distinções mensuradas implicam em diferenças no tempo dedicado ao trabalho doméstico. Em média, quanto mais alto o *status*, menor o tempo dedicado a esses cuidados, tanto num dia de semana quanto no final de semana.

Para entender melhor essas diferenças, associamos *status* residencial e gênero, verificando que, enquanto a correlação negativa é válida para mulheres, tanto na semana quanto no fim de semana, isto é, quanto menor o *status* residencial maior a quantidade de tempo devotada ao trabalho doméstico, para os homens, há dois padrões diferentes. Em dias de semana, a correlação também é negativa. No entanto, ela é quadrática, aumentando à medida que atinge o ponto médio da distribuição, e diminuindo a partir daí. Nos fins de semana, por outro lado, a correlação é positiva, de forma que quanto maior o *status* residencial, maior o tempo gasto em trabalhos domésticos. À proporção em que a sua posição social se eleva, os homens colaboram um pouco mais com as tarefas domésticas nos finais de semana, mantendo-se a divisão sexual do trabalho. As variações deixam entrever possibilidades de mudança.

Podemos associar esse padrão diferencial de desempenho das atividades domésticas a uma análise recentemente efetuada por Monique Meron (2014) para o caso da França, quando ela classifica as mudanças no exercício do trabalho não remunerado como apresentando pelo menos dois ciclos: *i*) mudança estrutural; e *ii*) mudança comportamental, na divisão sexual do trabalho.<sup>7</sup> Associa-se o que elas denominam de mudança estrutural ao mesmo tipo de processo identificado para um período de 28 anos (entre 1973 e 2001), em relação ao caso do Brasil (Aguiar, 2011, p. 82-85), quando o trabalho doméstico de homens e mulheres se reduziu, o que se atribui à redução do tamanho das unidades domésticas: com o controle da fecundidade, as mulheres passaram a ter menos filhos e assim o tamanho das famílias diminuiu e, por consequência, a duração das ati-

<sup>7</sup> Ver também Champagne, Pailhé e Solaz (2014), para um período de 25 anos na França.

vidades domésticas e dos cuidados com as crianças também ficou menor. Já o segundo fenômeno, apontado por Champagne, Pailhé e Solaz (2014) e por Meron (2014), é pouco perceptível na sociedade brasileira, pois as autoras se referem à introdução de uma série de equipamentos domésticos para o conjunto da sociedade francesa que diminuíram o montante das tarefas domésticas e possibilitaram o seu emprego pelos homens. Ou seja, o estilo de vida se transformou. Podemos, todavia, usar algumas pistas sobre o tema, levantadas pela tabela 1: possivelmente os homens dos estratos mais elevados quando permanecem mais tempo em casa, particularmente nos finais de semana, aumentem a sua participação nas atividades domésticas, fazendo uso de equipamentos mais sofisticados nesse processo. As mulheres fazem o movimento inverso, reduzindo o tempo de trabalho doméstico nos finais de semana, embora o volume de tempo que alocam a essas atividades ainda seja superior ao dos homens. Há outros fatores que modificam ligeiramente a divisão sexual do trabalho, como o acesso ao trabalho remunerado fora de casa, e a contratação de emprego doméstico Aguiar e Suyama (2011). Além disso, organismos internacionais, como a Cepal, têm oferecido sugestões para o encaminhamento de políticas nacionais de cuidados que aumentem o uso de equipamentos coletivos – como creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes populares – possibilitando reduzir os encargos domésticos. Mais uma decorrência dessas políticas é a de identificar situações críticas em países da região, que possibilitem o acesso direto das donas de casa às políticas previdenciárias (Montaño e Calderón, 2010). As políticas de cuidados reduzem o tempo de trabalho não pago, embora as relações de poder na esfera doméstica, que impactam a divisão sexual do trabalho, tenham permanecido (Miles, 1983, p. 197-209), demandando novas conquistas.

## 8 – Conclusão

A escala de estratificação residencial (EER), que desenvolvemos neste texto, faz parte de uma tendência mais geral, presente em várias áreas das ciências sociais, que consiste em possibilitar a valoração das atividades não remuneradas, enquanto permite o estudo das desigualdades sociais e a observação da divisão sexual do trabalho, por estrato social. Ao analisarmos os pressupostos da economia doméstica, incorporados em iniciativas semelhantes à nossa, descobrimos que essa valoração do trabalho não mercantil passa pela enumeração de bens empregados na produção doméstica, tais como a própria moradia onde os produtos são transformados



em alimentos e os aparelhos domésticos que lhe dão suporte (geladeira, máquina de lavar, entre outros equipamentos como o automóvel, usado para compras e transporte de familiares, e o computador, como parte do gerenciamento doméstico). Alguns desses bens encontram-se disseminados entre todas as camadas sociais, mas há outros cuja sofisticação permite um acesso mais restrito, alcançável apenas por uma pequena parcela da sociedade, identificando disparidades que precisam ser consideradas na valoração do trabalho doméstico, ocasionadoras de dificuldades na comparação entre países. Nesse ponto, demonstramos que o acesso a esses bens diferencia a população em estratos. Em seguimento a essa linha de raciocínio, identificamos uma lista de itens, com base em uma antiga tradição sociológica, e configuramos a escala (EER), validando-a ao buscar correlacioná-la com outras medidas de estratificação social e com o auxílio da edição de 2009 da Pesquisa de Orçamento Familiar, conduzida periodicamente pelo IBGE.

A EER permite a valoração da ocupação de “dona de casa”, apesar de essa atividade não granjear rendimentos. Em lugar de incorporarmos o tempo de trabalho não remunerado ao valor dos insumos para a produção doméstica, tomamos o tempo de trabalho não pago como nossa variável dependente. Além de constataremos a presença da divisão sexual do trabalho em todos os estratos sociais, registramos, ainda, que quanto mais baixo o estrato residencial maior o tempo devotado ao trabalho doméstico. O acesso a implementos, portanto, encurta as atividades não remuneradas, enquanto diferencia a população.

Os resultados também possibilitam observar que, na medida em que estão mais disponíveis em casa, nos finais de semana, os homens dos estratos mais altos elevam o tempo de dedicação aos afazeres domésticos. Ao lado da identificação realizada em outro texto (Aguiar, 2011, p. 82-85), que fatores demográficos promovem a redução das atividades domésticas, podemos associar esse acréscimo do tempo de participação em atividades domiciliares, por parte dos homens dos estratos mais altos, à mesma tendência retratada por Meron (2014) e por Champagne, Pailhé e Solaz (2014), para o conjunto da sociedade francesa, como uma mudança de natureza comportamental representada pela disseminação do uso de utensílios que encurtam o tempo dedicado a esse tipo de trabalho.

Apresentamos, neste texto, a EER, que conjugada ao tempo devotado às atividades não remuneradas permite aferir a divisão sexual do trabalho pela posição social da população estudada. Algumas contribuições que vêm associando o processo da valoração do trabalho doméstico não

remunerado ao produto interno bruto também fazem uso de um conjunto de variáveis referentes ao domicílio, suas acomodações e equipamentos empregados na produção doméstica, assim como indicadores sobre o tempo de trabalho não remunerado, para calcular seus aportes às contas nacionais. Trabalhar com essa escala permite tornar o trabalho doméstico visível no campo da sociologia e, além disso, observar que a valoração do trabalho não remunerado é uma tarefa pertinente a vários ramos das ciências sociais e não apenas ao campo da economia doméstica, constituindo um desafio também para a sociologia. Nossa passagem por essas áreas do conhecimento sobre o cotidiano, tão próximas e tão difíceis de serem co-tejadas, nos permite, ademais, identificar que este é um campo ainda em construção, o que resulta em dificuldades de comparação com dados internacionais, embora se possa observar que a perspectiva comparada permite indicar mudanças demográficas e de estilo de vida impactantes na divisão sexual do trabalho no que diz respeito ao exercício das atividades não remuneradas no âmbito doméstico.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. **Tempo de transformação no nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Revista Política & Trabalho**, ano XXVIII, n. 34, p.73-106, abr. 2011.
- AGUIAR, N.; NEVES, J. A.; FERNANDES, D. Mobilidade social feminina. *In*: AGUIAR, N. (Org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, p.165-180, 2007.
- AGUIAR, N.; MONT'ALVÃO, A. **Estratificação social**: fundamentos teóricos e operacionalização. Brasília: CNPQ, 2011. (Relatório de Pesquisa).
- AGUIAR, N.; SUYAMA, E. **Questões metodológicas para o estudo das determinações do uso do tempo por homens e mulheres de distintos estratos sociais**. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: POLÍTICAS DE TIEMPO Y EL TIEMPO DE LAS POLÍTICAS, 46., Santiago, 2011. Santiago, CEPAL, nov. 2011.
- ALVES, M. T. G; SOARES, J. F. Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 1-30, 2009.
- BAKER, F. B. **The basics of Item Response Theory**. Washington: Eric Clearing House on Assessment and Evaluation, 2001.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D.; TYREE, A. Measuring the status of occupations. *In*: GRUSKY, D. B. (Org.). **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview Press, 1994. p. 204-208.
- CHAMPAGNE, C.; PAILHÉ, A.; SOLAZ, A. **25 ans de participation des homes et des femmes au travail domestique**: quels facteurs d'Évolutions? Paris: Ined, 2014. p. 1-36 (Documents de Travail 203)
- COULSON, M.; MAGAS B.; WAINWRIGHT, H. The housewife and her labour under capitalism – a critique. **New Left Review**, n. 89, p. 59-71, Jan. – Feb. 1975.
- DALLA, M. R. C.; JAMES, S. **The power of women and the subversion of the community**. Bristol: Falling Wall Press, 1972.
- DUNCAN, O. D. A socioeconomic index for all occupations. *In*: REISS JUNIOR, A. J.; *et al.* (Orgs.). **Occupations and social status**. New York: Free Press of Glencoe, 1961. p. 109-138.
- FEATHERMAN, D. L.; HAUSER, R. M. Prestige or socioeconomic scales in the study of occupational achievement? *In*: GRUSKY, D. (Org.). **Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective**. Boulder: Westview Press, 1994, p. 219-220.
- GANZEBOOM, H. B. G.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socioeconomic index of occupational status. **Social Science Research**, v. 21, n. 1, p.1-56, 1992.

- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. Economic measurement of non-market household activities: is it useful and feasible? **International Labour Review**, v. 129, n. 3, 1990.
- \_\_\_\_\_. Monetary valuation of non-market productive time: methodological considerations. **Review of Income and Wealth**, v. 39, n. 4, p. 419-433, Dec. 1993.
- HALLER, W. J.; HALLER, A. O. Household socioeconomic status scales: theoretic anomalies? **Population Review**, v. 48, n. 2, p. 66-78, 2009.
- HALLER, W. J.; SARAIVA, H. U. Status measurement and the variable discrimination hypothesis. **Rural Sociology**, v. 37, p.325-351, 1972.
- HARVEY, A.; MUKHOPADHYAY, A. **The role of time-use studies in measuring household outputs**. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR RESEARCH ON INCOME AND WEALTH, 24., Lillehammer, Norway. Lillehammer: Aug, 1996.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as specification error. **Econometrica**, v. 47, n. 1, p. 153-161, 1979.
- HUTCHINSON, B.; CASTALDI, C. A hierarquia de prestígio das ocupações. In: HUTCHINSON, B. (Org.). **Mobilidade e Trabalho: um estudo na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Inep, 1960.
- IRONMONGER, D. Counting outputs, capital inputs and caring labor: estimating gross household product. **Feminist Economics**, 2 (3), p. 37-64, 1996.
- IRONMONGER, D.; SOPOURNAS, F. **Using time use episode data to estimate household production outputs**. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR TIME USE RESEARCH, 31., 2009, Lüneburg. Lüneburg, IATUR PAPER, 2009.
- KULSHRESHTHA, A. C.; SINGH, G. **Valuation of non-market household production**. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON TIME USE STUDIES, 1999, Ahmedabad, India. Ahmedabad: Dec. 1999.
- MEILLASSOUX, C. **Femmes, Greniers et Capitaux**. Paris: Maspéro, 1979.
- MELO, H. P.; CONSIDERA, C.; DI SABATO, A. **Os afazeres domésticos contam**. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense - Escola de Economia, set. 2005. (Textos para discussão n. 177).
- MERON, M. Travail rémunéré, travail domestique: évolution de la répartition sexuée en France et réflexions sur les changements de concepts au fil du temps. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO, CUIDADOS E POLÍTICAS SOCIAIS: BRASIL-FRANÇA EM DEBATE, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ago. 2014.
- MILES, A. Economism and feminism: hidden in the household. A comment on the domestic labour debate. **Studies in Political Economy**, n. 11, p. 197-209, 1983.
- MOLYNEUX, M. Beyond the domestic labour debate. **New Left Review**, n. 116, p. 3-27, Jul. - Aug. 1979.
- MONTAÑO, S.; CALDERÓN, M. C. **El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo**. Chile: Cepal, 2010.

- SAMEJIMA, F. Estimation of latent ability using a response pattern of graded scores. **Psychometric Monograph**, n. 17. Richmond: The Psychometric Society, 1969.
- SARAIVA, H. **The variable discrimination hypothesis and the measurement of socio-economic status in an isolated Brazilian region**. 1969. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade do Wisconsin, Madison, 1969.
- SECCOMBE, W. The housewife and her labor under capitalism. **New Left Review**, n. 83, p. 3-24, Jan. - Feb. 1975.
- SEWELL, W. H. The construction and standardization of a scale to measure the socio-economic status of Oklahoma farm families. **Agricultural College Technical Bulletin**, n. 9, p. 1-88, Apr. 1940.
- SILVA, N. V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988. (Mimeografado)
- SOARES, T. M. Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores socio-econômicos. **Pesquisa Operacional**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2005.
- VELAZCO, J.; VELAZCO, J. **Economic value of unpaid domestic work in Peru: an approach from the 2010**. CONFERENCE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR TIME USE RESEARCH, 35., 2013a, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IATUR, 2013.
- \_\_\_\_\_. Estimación del valor económico del trabajo no remunerado: una aplicación para Perú. *In*: Ramos, M. (Org.). **El Uso del Tiempo de las Mujeres: trabajo gratuito de las personas y datos de la encuesta nacional de uso del tiempo dos estudios y dos reflexiones**. Lima: Economistas Sin Fronteras, 2013b.



# A POBREZA DE RENDA E TEMPO EM BUENOS BIRES, ARGENTINA: UM EXERCÍCIO DE MEDIÇÃO DA POBREZA PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS <sup>1</sup>

Copyright UNDP © 2014

All rights reserved

Manufactured in Panamá

*Valeria Esquivel*<sup>2</sup>

## 1 – Introdução

A pesquisa “Sobre a importância dos *deficit* de tempo: Implicações para a medição da pobreza”, desenvolvida pelo *Levy Economics Institute of Bard College*, com o apoio do Centro Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para a América Latina e o Caribe, através do Fundo Espanha-Pnud, apresentou a medida de Pobreza de Renda e Tempo *LLMTIP* (sigla em inglês) como alternativa à forma padrão de medir a pobreza, aplicada a três países latino-americanos: Chile, Argentina e México (Zacharias, Antonopulos e Masterson, 2012). Essa medida bidimensional responde à necessidade de integrar a dimensão de “tempo” na medição oficial da pobreza, e como variável chave para uma classificação mais precisa da pobreza dos lares e das pessoas e orientadora de políticas integrais de redução da pobreza. Através dessa medida, reconhece-se que o bem-estar econômico dos lares e das pessoas não depende apenas do trabalho remunerado, como também do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, majoritariamente realizado pelas mulheres.

No intuito de aprofundar as descobertas da pesquisa e a análise relativa à aplicação de sua metodologia ao caso argentino – em particular, à cidade de Buenos Aires –, apresenta-se este estudo de orientação de políticas, que ressalta a importância de considerarem-se as inter-relações entre

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado em espanhol, sob o título “*La Pobreza de Ingreso y Tiempo en Buenos Aires, Argentina. Un ejercicio de medición de la pobreza para el diseño de políticas públicas*”, Área de Prática de Gênero, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): Panamá. ISBN: 978-9962-688-27-3. Disponível em: <<http://goo.gl/Wwunoc>>. No momento da publicação, a autora era pesquisadora docente da Universidade Nacional de General Sarmiento - CONICET.

<sup>2</sup> Coordenadora de pesquisa em Gênero e Desenvolvimento no Instituto de Pesquisa do Desenvolvimento Social das Nações (UNRISD).

o funcionamento do mercado de trabalho, a estrutura demográfica dos domicílios e as políticas sociais, sob o enfoque de gênero.

Esta aplicação da análise da pobreza de tempo e renda se baseia na Pesquisa de Uso de Tempo (EUT) da cidade de Buenos Aires, de 2005.<sup>3</sup> Embora a cidade de Buenos Aires seja a maior e mais rica do país – e a pobreza de renda tenha, nela, uma menor incidência –, a sua escolha está relacionada à disponibilidade de informações ensejada pela Pesquisa de Uso de Tempo da cidade, já que não havia, no momento, estudos de alcance nacional.<sup>4</sup> As particularidades temporais e geográficas mencionadas não invalidam a medição. Pelo contrário, a microssimulação de “pleno emprego” apresentada por este estudo demonstra a validade metodológica e conceitual da medida LIMTIP para anos posteriores e territórios geográficos mais amplos, assim como a importância, atualmente, de sua aplicação quando da elaboração e implementação de políticas de redução efetiva da pobreza.

De fato, as implicações políticas são bem claras: a medição da pobreza de renda e tempo indica que é necessário incorporar os pobres “invisíveis” na elaboração de políticas públicas, ou seja, as pessoas e lares com rendimentos superiores à linha oficial de pobreza, mas não suficientemente altos para que adquiram substitutos no mercado para seus *deficit* de tempo. A incapacidade, para uma significativa proporção das famílias, de sair da pobreza – como resultado de uma situação de “pleno emprego” –, por padecerem de maiores *deficit* de tempo, demonstra, também, que a produção de empregos, apesar de ser uma forma eficaz de sair da pobreza, não é uma condição suficiente. As políticas de emprego, portanto, devem ser acompanhadas por outras medidas, que permitam avançar rumo à expansão do emprego decente, incluindo salários dignos, regulação da duração da semana laboral padrão e adoção de outras medidas de proteção social e conciliação entre as vidas laboral e familiar, tais como a prestação

<sup>3</sup> As estimativas de pobreza de tempo e renda utilizam as informações fornecidas pela Pesquisa de Uso do Tempo da Cidade de Buenos Aires (EUT), de 2005, que coletou informações sobre um membro do domicílio selecionado aleatoriamente, com idade entre 15 e 74 anos. Disponível em: <<http://goo.gl/t4vtZw>>. Neste projeto, a EUT foi expandida a todos os membros do domicílio e a todos os domicílios da Pesquisa Anual de Domicílios (EAH) de 2005 (salvo favelas e cortiços), por meio de técnicas estatísticas de *matching*. Para uma explicação detalhada da metodologia utilizada, ver Masterson (2011).

<sup>4</sup> Em 2014, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) apresentou os resultados preliminares da Pesquisa sobre Trabalho Não remunerado e Uso do Tempo (ETNRUT), que foi implementada como módulo da Pesquisa Anual de Domicílios Urbanos (Eahu), durante o terceiro trimestre de 2013. A ETNRUT coletou informações relativas à participação e ao tempo alocado às tarefas domésticas, ao cuidado de membros do lar e ao trabalho voluntário, por pessoas de dezoito anos ou mais.



de serviços de cuidado infantil, que possibilitem reduzir os *deficit* de tempo de que padecem alguns segmentos da população e que os torna mais vulneráveis à pobreza.

## 2 – A medição da pobreza de renda e tempo LIMTIP

Desde que a Plataforma de Ação de Pequim instou os países a realizar pesquisas de uso do tempo para medir “quantitativamente o valor do trabalho não remunerado não incluído nas contas nacionais, por exemplo, o cuidado dos familiares dependentes e a preparação de alimentos”, a realização dessas pesquisas avançou ininterruptamente nos países em desenvolvimento. Em nossa região, um número considerável de países coletou informações sobre o uso do tempo, com metodologias e alcances variados. Pode-se dizer que México e Uruguai apresentam os avanços mais sólidos neste âmbito, uma vez que já realizaram sua terceira pesquisa de uso do tempo. Mas não são os únicos: Bolívia, Brasil, Costa Rica (na grande área metropolitana), Colômbia, Chile (na grande Santiago), Equador, Panamá, Peru e Venezuela realizaram pesquisas de uso do tempo em períodos recentes (Esquivel *et al.*, 2008). A Argentina também produziu avanços, seguindo a metodologia do diário de atividades nas cidades de Buenos Aires, no ano de 2005, (Esquivel, 2009) e Rosário, no ano de 2010 (Ganem, Giustinaini e Peinado, 2012). Em todos os casos, essas pesquisas mostram que as mulheres realizam mais trabalho doméstico e de cuidados que os homens – em particular, as mães de filhas e filhos pequenos e as mães ocupadas –; e que mulheres e homens de domicílios pobres em renda realizam mais trabalho doméstico e de cuidados que aqueles que provêm de domicílios que não são pobres.

A Plataforma de Ação de Pequim associou, de forma bem clara, a visibilidade, a medição e a valoração do trabalho doméstico e de cuidados à sua incorporação nas contas nacionais –comparáveis ao produto interno bruto (PIB) –, mediante contas-satélites. Isto implica reconhecer que o trabalho doméstico e de cuidados “expande” a renda nacional e, portanto, o bem-estar.

O nível analítico “macro” tem correlato no âmbito micro. O consumo dos lares é superior aos seus gastos com bens e serviços, já que o trabalho não remunerado que neles é realizado, doméstico e de cuidados, expande as possibilidades de consumo de seus membros. A valoração dos “serviços” oferecidos pelo trabalho doméstico e de cuidados complementa a renda monetária, oferecendo, ainda, uma medição “ampliada” do bem-estar. O fato de o trabalho doméstico e de cuidados ser maior em segmentos com menores níveis monetários de renda abona a ideia de que existe um certo grau de

substituição entre o trabalho doméstico e de cuidados e a renda monetária (já que existem, de fato, alguns substitutos de mercado ao primeiro). Como resultado disto, a incipiente literatura que analisa a distribuição da renda ampliada considera que o valor do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado exerce um papel nivelador, uma vez que pode, em certas circunstâncias, compensar o desequilíbrio de rendimentos monetários.

No entanto, embora a “renda estendida” seja maior que a renda monetária, isto não significa que seja *suficiente*. Para medir sua suficiência, é necessária uma medição independente das necessidades dos lares. Na ausência dessa medição independente, é impossível definir a “pobreza de tempo”.

Na literatura, existem várias propostas de medição da pobreza de tempo – em certos casos, como pobreza de tempo “de lazer”; em outros, como pobreza de tempo “discricionário”, ou realmente “livre” (Goodin *et al.*, 2008). Nessas propostas, o tempo de lazer ou discricionário é um “consumo” *per se* e sua ausência, portanto, uma dimensão de privação, que pode ser incorporada a medidas de pobreza multidimensionais (Bardasi e Wodon, 2010). Em certa literatura, reconhece-se que a pobreza de tempo não é independente da de rendimentos, mas são estimados complicados *trade-offs* entre uma e outra (Merz e Rathjen, 2009).

Existe, também, uma visão mais simples e, talvez, mais afim com o tratamento “macro” do qual falamos anteriormente. No cálculo das medidas de pobreza (absoluta) normalmente utilizado por nossos países, o trabalho doméstico e de cuidados carece de visibilidade, mas está presente. Viver com o valor da cesta básica *requer* um mínimo de trabalho doméstico e de cuidados (preparar comidas, cuidado de crianças e outros dependentes, limpeza etc.). A medição de pobreza de tempo e renda LIMTIP considera esse trabalho invisível como o ponto de partida para se estabelecer um patamar de requisitos mínimos em termos de tempo.<sup>5</sup> Neste caso, o tempo é a métrica utilizada para medir o trabalho doméstico e de cuidados, *necessário* para viver com os rendimentos da linha de pobreza, e não um consumo *per se*.

Se nas medições de pobreza absoluta a aferição de requisitos de renda não implica que o lar (ou as pessoas) estejam, *de fato*, consumindo a cesta básica – e sim, tão somente, que têm rendimentos para adquiri-la –, o estabelecimento de um requisito de tempo implica em determinar se as pessoas (e, portanto, os lares onde vivem) *poderiam* realizar o trabalho doméstico e de cuidados necessário para viver com a cesta básica (dada a estrutura dos lares, o tempo de trabalho remunerado e a distribuição intra-lar do trabalho doméstico e de cuidados), e não que o estejam, de fato, realizando. Se elas

<sup>5</sup> Para uma apresentação formal, ver Zacharias (2011).

“não têm tempo”, então, têm *deficit* que as tornam pobres de tempo. Se a renda do lar é suficiente para compensar o *valor* desses *deficit de tempo*, serão, então, pobres de tempo, mas não de renda “ajustada”. No entanto, caso a renda não seja suficiente para arcar com substitutos a esses *deficit* de tempo, então, as pessoas e os lares onde moram serão pobres de tempo e renda.

A medição de pobreza de renda e tempo LIMTIP não faz senão corrigir as medições de pobreza absoluta, às quais estamos acostumados, para torná-las mais fiéis às suas premissas. Para tal, “ajusta” a linha de pobreza, do mesmo modo que o valor do trabalho doméstico e de cuidados “ajusta” o PIB (já que, de fato, se utiliza o mesmo “preço”, sem dúvida baixo: o salário-hora das trabalhadoras domésticas).

Há duas exceções notáveis, especialmente bem-vindas – caso nos preocupem, além das diferenças de renda, as diferenças de gênero e a desigual divisão sexual do trabalho.

A primeira está associada à premissa, presente em medições usuais de pobreza de renda, de que a distribuição do consumo, dentro do lar, é “justa” (em conformidade com as necessidades) e de que um lar pobre é assim porque não consegue cobrir, *em conjunto*, um nível mínimo de consumo. Na medição LIMTIP, ao contrário, nenhuma premissa é adotada, considerando-se tão somente a distribuição do trabalho doméstico e de cuidados *observada* no lar. Os *deficit* de tempo são calculados em âmbito *individual*, e não em conjunto, o que implica não haver “compensação” entre os membros do lar: se uma mulher tem *deficit* e outro membro do lar tem um “*superavit*” de tempo, tanto a mulher como o lar serão considerados *pobres de tempo*, em razão do valor de seu *deficit*. Embora este último postulado seja forte, não adotá-lo implicaria em apagar uma diferença de gênero crucial, que nos é *conhecida*, além do mais. É verdade que poderiam argumentar que a medição LIMTIP combina dois modos bem diferentes de medir a pobreza – a renda no âmbito do lar e o tempo em âmbito individual. No entanto, isto não é feito por se estar de acordo com a forma como se mede a pobreza pelos rendimentos, e sim por não dispormos, ainda, de uma medição mais apropriada para o consumo de bens e serviços remunerados dentro dos lares.

A segunda exceção está relacionada à incorporação das necessidades de cuidado trazidas ao lar pela presença de crianças e adolescentes. Na medição da pobreza de renda, a necessidade de renda é menor para meninos e meninas que para um “adulto equivalente”, dado que suas necessidades são menores em termos de alimentação. Pelo contrário, as necessidades de cuidado que meninos, meninas e adolescentes impõem aos adultos do lar são *maiores*, e não menores que as de um adulto autônomo. A incorpora-

ção dessas necessidades no trabalho doméstico e de cuidados dá visibilidade à situação mais vulnerável dos lares com maior número de dependentes e coloca a situação de pobreza em relação direta com a falta de acesso a serviços públicos de cuidado.

Em resumo, a medição de pobreza *LIMTIP* permite conjugar, como nenhuma outra até hoje, duas resoluções da Plataforma de Ação de Pequim – que, não por acaso, aparecem na continuidade uma da outra: “tornar transparente a distribuição desigual do trabalho remunerado e não remunerado entre mulheres e homens” e “aperfeiçoar os conceitos e métodos de coleta de dados sobre a aferição da pobreza entre homens e mulheres”.

### 3 – A pobreza de tempo e renda *LIMTIP* na cidade de Buenos Aires<sup>6</sup>

O bom desempenho econômico argentino na primeira década deste século nos é bem conhecido. Depois de atravessar sua recessão mais profunda durante o período 1998-2002 – um triste recorde para um país historicamente propenso às crises –, a recuperação subsequente foi sólida e altamente dinâmica, dando lugar a mudanças estruturais, numa economia que tinha amargado severamente a experiência neoliberal dos anos 1990. No fim de 2005, o PIB já tinha alcançado novamente o nível anterior à crise; mas, embora tivessem melhorado substancialmente, os indicadores sociais e laborais ainda permaneciam preocupantes: o desemprego superava os 10%, a pobreza (das pessoas) alcançava 38% da população, e a renda real começava a se recuperar lentamente, depois de ter caído em mais de 30%.

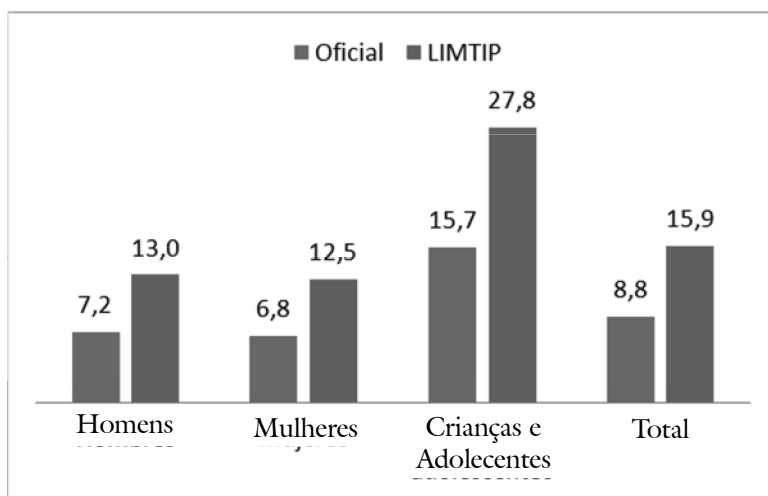
Nesse contexto, a cidade de Buenos Aires apresentava uma incidência relativamente baixa de pobreza oficial, em relação ao conjunto do país: 6,2% dos lares e 8,8% das pessoas eram pobres em 2005.<sup>7</sup> No entanto, a incorporação dos *deficit de tempo* na medição da pobreza mostra que seu efeito é substancial: os lares pobres dobram, praticamente, sua proporção, atingindo 11,1%, e as pessoas pobres alcançam 15,9% da população. A incidência da pobreza por renda *LIMTIP* é ainda mais alta entre meninos, meninas e adolescentes, já que atinge 27,8% dos mesmos – enquanto, em termos oficiais, atinge 15,6%. As diferenças entre as taxas não são irrelevantes, mostrando que os níveis de bem-estar de uma significativa proporção daqueles que estariam acima da linha de pobreza oficial não conferem, caso se tome em consideração o tempo de trabalho doméstico e de cuidados ne-

<sup>6</sup> Esse texto resume as descobertas apresentadas em Antonopulos *et al.*, (2014).

<sup>7</sup> Essas cifras “oficiais” diferem daquelas publicadas com base na EAH (8% dos lares e 11,5% das pessoas), em razão de excluírem as pensões e cortiços, que não fizeram parte do levantamento da EUT. Ver Esquivel (2009; 2010).

cessário para viver com essa renda, da qual essas famílias não dispõem. Do mesmo modo, não dispõem, tampouco, dos rendimentos necessários para adquirir substitutos de mercado a esses serviços não remunerados. Aqueles que engrossam as fileiras da pobreza são pobres “invisíveis” nas cifras oficiais, ficando, também, fora do alcance das políticas públicas.

**GRÁFICO 1**  
**Incidência da pobreza de renda, oficial e LIMTIP, para as pessoas**



**Fonte:** EAH e EUT.  
Elaboração da autora.

As cargas de trabalho doméstico e de cuidados que crianças e adolescentes impõem aos seus lares são muito elevadas, explicando a situação de vulnerabilidade à pobreza de renda LIMTIP dos lares com presença de menores. A tabela 1, que apresenta a pobreza de renda, oficial e LIMTIP, por tipo de lar, evidencia esses efeitos.

Os domicílios familiares são mais vulneráveis à pobreza de ingresso LIMTIP do que a totalidade dos domicílios (13,9%), e, quando há menores no lar, a pobreza salta para 22,6%; ou seja, afeta mais de um quinto dos domicílios com crianças e adolescentes. A situação é particularmente urgente no caso dos domicílios monoparentais com chefe mulher e presença de menores, já que 27% dos mesmos são pobres. Mas é notório que esta situação não tem explicação na elevadíssima taxa de pobreza de tempo entre

domicílios pobres de renda (63%), tendo em vista a pobreza de tempo nos domicílios monoparentais não pobres (72%), e sim, numa insuficiência nos rendimentos, possivelmente devida ao desemprego e ao subemprego.

Pelo contrário, em todos os demais tipos de domicílios familiares, a pobreza de tempo nos domicílios pobres é sempre mais alta que nos não pobres. Observando-se um mesmo nível de pobreza de tempo, os domicílios situam-se de um ou outro lado da pobreza de renda LIMTIP, de acordo com seus rendimentos – ou seja, de acordo com a possibilidade que tiverem de substituir esses *deficit* de tempo comprando substitutos de mercado. Quanto maior a incidência da pobreza de tempo, maiores as probabilidades de se cair na pobreza de renda. O caso dos domicílios nucleares típicos – casais com crianças e adolescentes – evidencia esse efeito de forma patente: 82% desses são pobres de tempo; mas, entre os pobres, a pobreza de tempo atinge 89%. Esta elevada incidência da pobreza de tempo explica os 11,1 pontos percentuais de “pobreza invisível” nesses domicílios; mas indica, também, que a grande maioria dos lares pobres “oficiais” sofre carências ainda maiores que as reconhecidas oficialmente.

**TABELA 1**

**Incidência da pobreza de renda, oficial e LIMTIP, e incidência da pobreza de tempo nos domicílios, por tipo de domicílio, segundo estrutura e presença de crianças e adolescentes**

	Pobreza de renda		Pobreza de tempo		
	Oficial	LIMTIP	Pobres LIMTIP	Não pobres LIMTIP	Todos
Domicílios	6,2	11,1	70	49	52
<i>Domicílios não familiares</i>	2,2	2,3	5	17	17
Domicílios familiares	7,5	13,9	74	61	63
Casais	6,9	13,2	79	63	65
Monoparental com chefe mulher	9,7	16,2	59	58	59
Domicílios familiares com crianças e/ou adolescentes	11,6	22,6	81	76	77
Casais	9,7	20,8	89	80	82
Monoparental com chefe mulher	17,2	27,0	63	72	69

**Fonte:** EAH e EUT.  
Elaboração da autora.

Obs.: Os lares não familiares são lares unipessoais ou lares onde não existe parentesco entre seus membros.

Os dados da tabela 2, para pessoas, evidenciam uma situação similar para o caso de crianças e adolescentes. Em razão da pobreza de tempo derivar da situação de seus domicílios (não calculamos a pobreza de tempo de meninos, meninas e adolescentes em âmbito individual), 80% das crianças e adolescentes vivem em domicílios pobres de tempo, ou seja, onde pelo menos um membro adulto apresenta *deficit*.

**TABELA 2**  
**Incidência da pobreza de renda, oficial e LIMTIP, e incidência da pobreza de tempo nas pessoas, segundo condição de ocupação**

	Pobreza de renda		Pobreza de tempo					
	Oficial	LIMTIP	Pobres LIMTIP			Não pobres LIMTIP		
			Ocupados	Não ocupados	Todos	Ocupados	Não ocupados	Todos
Homens (Contribuição)	7,2	13,0	58 (39)	5 (2)	41 (41)	35 (28)	4 (1)	29 (29)
Mulheres (Contribuição)	6,8	12,5	62 (31)	16 (8)	39 (39)	45 (28)	9 (4)	31 (31)
Crianças e adolescentes	15,7	27,8	-	-	84	-	-	80

Fonte: EAH e EUT.

Elaboração da autora.

Obs.: a “contribuição” mostra os pontos percentuais da pobreza, desagregados por ocupados e não ocupados. Esta contribuição é medida pelo peso proporcional de ocupados e não ocupados. Por exemplo, as mulheres pobres se dividem, pela metade, entre ocupadas e não ocupadas, e por isso, contribuem com 50% de sua pobreza de tempo (31 de 62; 8 de 16) para a pobreza de tempo total das mulheres pobres.

A tabela 2 dá conta, também, da situação de pobreza de tempo individual dos homens e das mulheres, de acordo com sua condição de pobreza por renda e sua situação quanto à ocupação. Nos domicílios pobres, os homens apresentam uma taxa de pobreza de tempo levemente superior à das mulheres, cerca de 40%. No entanto, o mais notável é que essa taxa supera em 10 pontos percentuais a de mulheres e homens não pobres. Mas entre os não pobres, os homens são menos pobres de tempo que as mulheres, em razão da importantíssima queda na incidência de pobreza de tempo entre os homens ocupados. A pobreza de tempo das mulheres

ocupadas é muito elevada, tanto entre as pobres (62%) como entre as não pobres (45%). Se a pobreza de tempo total das mulheres assemelha-se à dos homens, é devido ao menor peso proporcional das ocupadas entre elas. Por outro lado, nos domicílios pobres de renda LIMTIP, 16% das mulheres não ocupadas são pobres de tempo: elas têm cargas de cuidado tão pesadas – seja pela presença de dependentes, seja pela desigualdade na distribuição, por gênero, destas cargas nos lares – que apresentam *deficit* de tempo ainda que não se dediquem, também, ao trabalho remunerado. No caso dessas mulheres, o excesso de trabalho não remunerado, a ausência de ocupação e a pobreza de renda convergem para colocá-las numa situação especialmente vulnerável.

A situação de ocupação torna mulheres e homens ocupados mais vulneráveis à pobreza de tempo, mas não os torna necessariamente pobres de renda. A pobreza de tempo e renda depende, entre os ocupados, dos rendimentos gerados pela própria ocupação, e pelos empregos e rendimentos dos demais membros do domicílio. Essa tensão entre tipos de pobreza se reflete na tabela 3, que mostra a incidência da pobreza de tempo e renda, de acordo com o arranjo provisional dos domicílios.

Uma primeira constatação é a incidência diferencial da pobreza de renda entre domicílios com ocupados e com desocupados, produto do desemprego: a pobreza “oficial” entre os últimos é o dobro da pobreza entre os primeiros. No entanto, a diferença se apequena de forma substancial quando comparamos a incidência da pobreza LIMTIP entre eles: a pobreza dos domicílios com desocupados aumenta em cerca de 3 pontos percentuais, enquanto a dos domicílios com ocupados cresce em 5 pontos percentuais. Isto se deve à incidência da pobreza de tempo, que se eleva, em média, a 60% nos domicílios pobres com ocupados, enquanto a dos domicílios pobres com desocupados é somente de 33%.



**TABELA 3**  
**Incidência da pobreza de renda, oficial e LIMTIP, e incidência da pobreza de tempo em domicílios, por tipo de domicílio, segundo condição de ocupação de chefes e cônjuges e presença de meninos, meninas e adolescentes**

	Pobreza de renda		Pobreza de tempo		Todos
	Oficial	LIMTIP	Pobres LIMTIP	Não pobres LIMTIP	
Domicílios	6,2	11,1	70	49	52
Domicílios com ocupados	5,2	10,5	82	57	60
Chefe ocupado/a, cônjuge ocupado/a	2,7	9,0	95	80	82
Chefe ocupado/a, cônjuge desocupado/a	11,1	18,0	80	51	56
Chefe ocupado sem cônjuge	4,0	7,4	69	41	43
Chefe desocupado, cônjuge ocupado/a	12,6	22,5	83	51	58
Domicílios com desocupados	10,3	13,1	33	18	20
Domicílios com ocupados com crianças e adolescentes	8,5	17,1	87	79	81
Domicílios com ocupados com crianças de idade inferior a 6 anos	9,9	21,8	95	80	83
Domicílios com desocupados com crianças e adolescentes	14,4	21,3	50	53	52

Fonte: EAH e EUT.

Elaboração da autora.

Obs.: Chamamos de *domicílios com ocupados* aqueles onde o/a chefe e/ou seu cônjuge estão ocupados; os *domicílios com desocupados* são aqueles onde nem o/a chefe, nem seu cônjuge (quando está presente) estão ocupados; nestes, outros membros do lar podem estar ocupados.

Entre os domicílios com ocupados, 82% dos domicílios com duplo provedor (chefe ocupado/a, cônjuge ocupado/a) são pobres de tempo. A presença desses *deficit* explica o porquê da pobreza de renda LIMTIP atingir 9%. Ainda mais notável é o aumento da pobreza de renda LIMTIP entre os domicílios com modelos de provisão tradicionais (chefe ocupado/a,

cônjuge não ocupado/a), cuja pobreza passa de 11,1% a 18%. Nestes domicílios, a presença de um membro “disponível” para a realização do trabalho necessário, doméstico e de cuidados, não logra eliminar os *deficit* de tempo, seja porque quem está ocupado/a trabalha muitas horas para gerar a renda do lar, seja porque quem não está ocupado/a tem cargas de cuidado elevadas, ou ambos. A combinação de ambos os efeitos é evidenciada com clareza nos domicílios com ocupados com crianças de idade inferior a seis anos: mais de um quinto destes domicílios são pobres de renda LIMTIP (21,8%), e quase todos eles (95%) são pobres de tempo, pois pelo menos um membro do domicílio o é. Estes resultados enfatizam que a vulnerabilidade à pobreza desses lares não está relacionada ao desemprego, e sim, às necessidades de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, e à impossibilidade de gerar rendimentos suficientes para compensá-lo, ainda que se conte com geradores de renda ocupados no domicílio.

De fato, os baixos rendimentos dos ocupados, que se associam a longas jornadas remuneradas, parecem se combinar com as cargas de cuidado do lar, para resultar em significativos níveis de pobreza de renda LIMTIP. A tabela 4 mostra o efeito da categoria ocupacional na incidência da pobreza, oficial e LIMTIP, *entre os ocupados pobres*, e é coerente com o que sabemos a respeito dos rendimentos das diversas categorias. Em todas as categorias ocupacionais, a pobreza LIMTIP é aproximadamente o dobro da pobreza oficial. No entanto, em termos de níveis, a incidência da pobreza LIMTIP é mais alta entre assalariados sem registro em carteira, para os quais atinge 20%. Embora a incidência da pobreza LIMTIP seja levemente maior entre os assalariados sem carteira assinada de sexo masculino (21%) que entre as mulheres em situação idêntica (20%), as mulheres assalariadas sem carteira assinada superam-nos em números absolutos, em razão de sua maior inserção nessa categoria ocupacional. De fato, mais de um terço das mulheres ocupadas pobres são assalariadas sem registro em carteira de trabalho. Entre os homens ocupados pobres, pelo contrário, os assalariados com carteira têm mais peso.

**TABELA 4**  
**Números e incidência da pobreza oficial e LIMTIP entre as/os ocupadas/os, por categoria ocupacional e sexo**

	Pobres oficial		Pobres LIMTIP	
	Número (em milhares)	Taxa de pobreza	Número (em milhares)	Taxa de pobreza
<i>Conta própria</i>	17	5	39	12
Homens	11	5	23	11
Mulheres	6	5	16	12
Assalariados com carteira	20	3	56	7
Homens	13	3	33	8
Mulheres	7	2	22	6
Assalariados sem carteira	25	11	46	20
Homens	11	12	20	21
Mulheres	13	10	26	20
Totalidade dos ocupados pobres	62	5	142	11
Homens	35	5	77	11
Mulheres	27	4	65	10

Fonte: EAH e EUT.  
Elaboração da autora.

Outra forma de analisar o mesmo fenômeno consiste em abordá-lo sob o prisma da distribuição dos rendimentos da ocupação principal das/os ocupadas/os pobres, como apresentado na tabela 5.

**TABELA 5**  
**Distribuição dos adultos pobres ocupados (de 18 a 74 anos) por**  
**quintil de renda da ocupação principal**

Ocupados pobres 1		Quintis de renda da ocupação principal					Total
		2	3	4	5		
Todos	Oficial	66	23	10	1	0	100
	LIMTIP	46	28	21	4	0	100
Homens	Oficial	53	31	15	1	0	100
	LIMTIP	35	32	26	7	0	100
Mulheres	Oficial	83	13	4	0	0	100
	LIMTIP	60	24	15	1	0	100

Fonte: EAH e EUT.  
 Elaboração da autora.

O aumento da pobreza por renda resultante da tomada em consideração dos *deficit* de tempo implica que aqueles que engrossam as fileiras da pobreza – os pobres invisíveis – provêm de frações mais elevadas da distribuição de rendimentos pessoais e domiciliares, como mostra o perfil da distribuição de ocupados LIMTIP, no qual a proporção de ocupados pobres com rendimentos do terceiro quintil (“rendimentos médios”) é o dobro da proporção de ocupados pobres oficiais, no mesmo quintil. Até mesmo quando este fenômeno é evidente entre homens e mulheres, nota-se que a distribuição das ocupadas pobres inclina-se mais para o quintil mais baixo que no caso dos homens. Em outras palavras, as ocupadas pobres o são não só por incorrerem em *deficit* de tempo, como também em razão da dificuldade, para elas, de compensá-los, uma vez que os rendimentos que geram pertencem ao quintil mais baixo dos rendimentos da ocupação.

Até aqui, fica claro que a incorporação dos *deficit* de tempo torna mais complexos tanto as razões pelas quais as pessoas e os lares são pobres como o perfil da pobreza. A carência de rendimentos que resulta do desemprego – a mais tradicional das razões para encontrar-se numa condição de vulnerabilidade – se associa aos rendimentos positivos, embora baixos; a muitas horas de trabalho remunerado; a cargas pesadas de cuidado e a uma distribuição desigual, por gênero, das mesmas, tornando-se empobrecedora em termos de tempo. A pobreza de renda afigura-se, assim, um fenômeno de natureza múltipla.

Neste contexto, qual é o impacto da expansão do emprego para a pobreza, em sintonia com o que ocorreu nos anos posteriores a 2005? Para responder a esta pergunta, foi realizado um exercício de simulação que replica uma situação de “pleno emprego”,<sup>8</sup> em que são atribuídas ocupações de 25 horas ou mais, com seus respectivos rendimentos, a todos os indivíduos entre 18 e 74 anos<sup>9</sup> com condições de ter alguma ocupação.<sup>10</sup>

A tabela 6 mostra que o impacto da expansão do emprego é determinante em se tratando da redução da pobreza oficial, levando-a praticamente a desaparecer: após a simulação, a pobreza oficial atingiria 1,4% dos domicílios e 2,1% das pessoas, ou seja, seria reduzida a menos de um quarto de seus valores observados. No entanto, a pobreza que incorpora os *deficit* de tempo diminui, mas não desaparece: a pobreza de renda LIMTIP com “pleno emprego”, ou seja, ampliando as ocupações e os rendimentos observados às pessoas com condições de ter alguma ocupação atinge 6,5% dos domicílios e 10% das pessoas. Nessa configuração, quase 20% dos meninos, meninas e adolescentes são pobres.

---

<sup>8</sup> *Stricto sensu*, próximo ao pleno emprego, tanto a estrutura da ocupação como a dos rendimentos do trabalho é diferente da simples “expansão” de determinada conjuntura do mercado de trabalho à população total.

<sup>9</sup> Como nos exercícios de microssimulação usuais, atribuiu-se aqui uma ocupação e rendimentos às adultas e aos adultos desocupados ou subocupados, por meio de um procedimento de atribuição que associa cada indivíduo ao/a trabalhador/a ocupado/a em tempo integral (25 horas semanais ou mais) mais parecido (estatisticamente), em termos de características demográficas, educação, posição no lar, etc. Mas, contrariamente a outros exercícios que não incorporam informações sobre o uso do tempo, as microssimulações implicaram, também, numa estimativa do grau de redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado realizado dentro dos lares, atribuindo responsabilidades de cuidado simuladas, em função daquelas observadas entre indivíduos similares, em lares onde todos os membros adultos encontravam-se plenamente ocupados. O exercício de microssimulação é, portanto, uma aproximação dos efeitos das horas ocupadas nos rendimentos e nas cargas de cuidado, no intuito de avaliar o surgimento de *deficit* de tempo e seu impacto na pobreza de renda e tempo.

<sup>10</sup> Ou seja, pessoas sem deficiências, aposentados, estudantes etc.

**TABELA 6**  
**Incidência da pobreza de renda, oficial e LIMTIP, observada e simulada, domicílios e pessoas**

	Observado				Simulado			
	Pobreza de renda		Pobreza de tempo		Pobreza de renda		Pobreza de tempo	
	Oficial	LIMTIP	Pobres LIMTIP	Não pobres LIMTIP	Oficial	LIMTIP	Pobres LIMTIP	Não pobres LIMTIP
Lares	6,2	11,1	70	49	1,4	6,5	94	61
Pessoas	8,8	15,9	-	-	2,1	9,8	-	-
Homens	7,2	13,0	41	29	1,5	7,4	52	35
Mulheres	6,8	12,5	39	31	1,4	7,2	72	45
Crianças e adolescentes	15,7	27,8	84	80	4,7	19,4	97	92

Fonte: EAH e EUT.  
 Elaboração da autora.

Mais uma vez, essa situação resulta da complexidade do fenômeno da pobreza de renda e tempo – em nosso entendimento, a pobreza de renda *corretamente medida* –, assim como das limitações da política de criação de emprego “pura”, ou seja, sem melhoras nos rendimentos, nem na qualidade das ocupações, para erradicar dita pobreza.

Praticamente a metade dos domicílios pobres LIMTIP não saíram da pobreza após a simulação. Entre as razões para tal, figuram uma maior presença de mulheres – em particular, jovens ou de idades intermediárias e de baixo nível educacional – entre os adultos com condições de ter alguma ocupação e uma menor presença de homens – em particular, instruídos e não jovens –, em comparação com os domicílios que saíram da pobreza. Disso, resultou que os rendimentos do trabalho gerados são sistematicamente inferiores nos domicílios que se mantiveram pobres, uma vez que as credenciais educacionais menores, a pouca experiência laboral e as diferenças salariais de gênero tiveram maior impacto neles.

No entanto, para além desses resultados do mercado de trabalho, é óbvio que o maior número de horas dedicadas ao trabalho remunerado deixa as pessoas e os domicílios mais vulneráveis à pobreza de tempo. De fato, a incidência da pobreza de tempo no total de lares passa de 52% a 64%, e de

70% a 94% nos domicílios pobres LIMTIP. É óbvio que, nestes domicílios, os novos rendimentos gerados *não logram compensar os novos deficit de tempo*, resultantes das importantes horas dedicadas ao trabalho remunerado. Dois fatores explicariam esse efeito “empobrecedor” do novo emprego: a magnitude dos *deficit* de tempo gerados, por um lado, e os baixos rendimentos do trabalho, por outro, que impossibilitam a contratação de substitutos ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Esses dois fatores parecem estar mais presentes entre as mulheres e entre os homens, respectivamente. Os homens apresentam uma taxa de pobreza LIMTIP levemente superior à das mulheres, mas a taxa de pobreza dos homens pobres é somente 10 pontos percentuais maior que na situação observada. Neste sentido, não só são menos numerosos os homens em novas ocupações que as mulheres, como também a redistribuição de responsabilidades dentro dos lares é escassa. Pelo contrário, a situação de pleno emprego faz quase duplicar a pobreza de tempo entre as mulheres pobres (passa de 39% a 72%). É notável que praticamente todos os meninos, meninas e adolescentes pobres LIMTIP vivam em domicílios pobres de tempo e que a taxa de pobreza de tempo entre seus pares em domicílios não pobres LIMTIP seja de 92%. O emprego dos adultos pode, ou não, transformar-se em pobreza de renda; mas transforma-se, sem dúvida, em menos tempo disponível para o cuidado de crianças e adolescentes. Não se pode esperar, portanto, que mulheres e homens (mas, sobretudo, mulheres) se incorporem ao mercado de trabalho e gerem rendimentos que, embora pareçam “suficientes”, no que tange à compra da cesta básica, subentendida na linha oficial de pobreza, são insuficientes para manter seu bem-estar ou o de seus filhos e filhas pequenas.

#### 4 – As diferentes dimensões da privação revelada pela pobreza de tempo e renda LIMTIP, desde uma perspectiva de gênero

Os resultados apresentados até aqui mostram que os *deficit* de tempo enfrentados pelos domicílios e pelas pessoas, para atender às suas necessidades de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, afiguram-se *empobrecedores* para uma fração substancial dos mesmos e que esses efeitos empobrecedores não são distribuídos de forma uniforme entre os lares e as pessoas. De fato, certos lares, mais que outros – e as mulheres, homens, meninos e meninas que vivem neles –, são mais vulneráveis à pobreza de tempo e renda, dependendo dos arranjos provisionais vigentes, da composição familiar e da presença de meninos e meninas pequenos, por um lado; assim como da inserção laboral e dos rendimentos de homens e mulheres, e do grau em que uns e outros assumem as responsabilidades de cuidado, por outro.

Os resultados sugerem, também, que a geração de emprego é uma forma eficaz de sair da pobreza, para uma importante proporção da população com baixos rendimentos; mas torna-se insuficiente devido à multiplicidade de vulnerabilidades à pobreza que a ocupação não soluciona – em particular, os baixos rendimentos laborais, as muitas horas de trabalho remunerado e as altas cargas de cuidado.

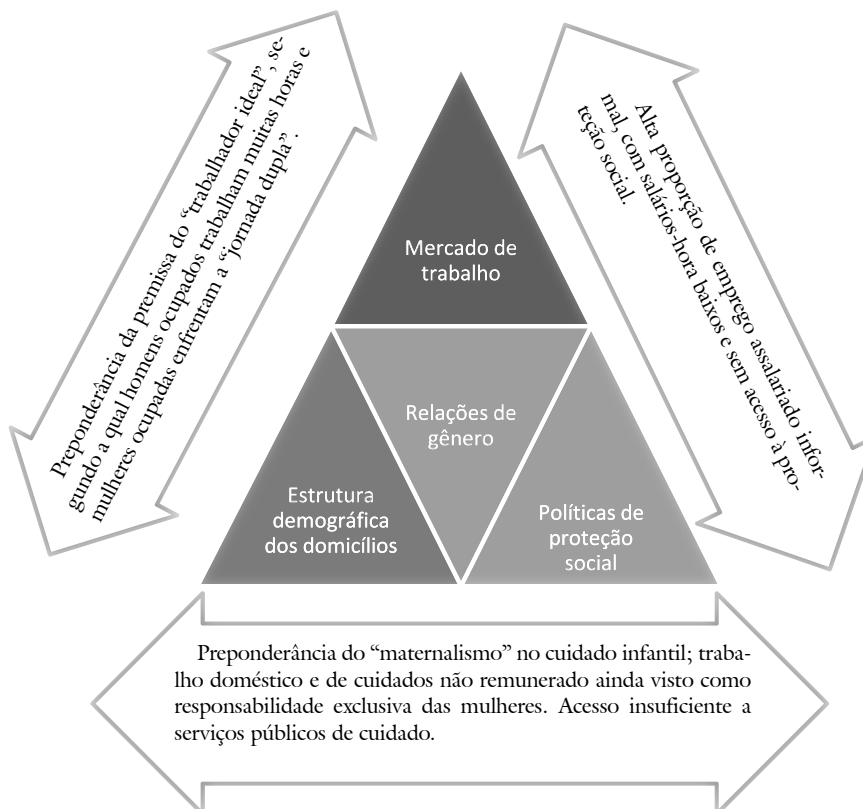
Ao tornar mais complexa a medição da pobreza, a fim de incorporar os *deficit* de tempo, a medida da pobreza de tempo e renda LIMTIP enfatiza a necessidade de atentar-se para três dimensões da privação, interconectadas e *diferenciadas por gênero: a inserção no mercado de trabalho, as estruturas demográficas e a proteção social* (ou seja, as políticas sociais e o fornecimento de serviços de cuidados), cujos efeitos, combinados, determinam a situação de pobreza de renda. A figura 1 resume essas dimensões.

Tradicionalmente, a situação do mercado de trabalho aparece como a de maior relevância para determinar a incidência da pobreza de renda, devido aos efeitos empobrecedores do desemprego – até mesmo quando a evolução positiva deste último indicador, na segunda metade da década de 2000, deslocou a atenção para a qualidade do emprego gerado. Uma leitura de gênero do funcionamento do mercado de trabalho nos permite dar visibilidade aos efeitos empobrecedores das diferenças salariais por gênero, além de identificar a persistência da premissa do “trabalhador ideal” – segundo a qual os/as trabalhadores/as deveriam se comportar como se não tivessem cargas de cuidado –, o que torna invisíveis as cargas de cuidado e as naturaliza, como específicas, às mulheres.

Assim como a inserção laboral dos membros do domicílio, as cargas demográficas (presença de menores dependentes) constituem uma dimensão bastante tradicional da vulnerabilidade à pobreza. No entanto, um resultado óbvio da medição da pobreza de tempo e renda LIMTIP é que a pobreza de rendimentos vê-se claramente subestimada ao excluirmos do cálculo da linha de pobreza as necessidades de cuidado não atendidas. Para além do modo como os *deficit* de tempo empobrecedores são abordados pelas políticas públicas – seja mediante o incremento dos rendimentos laborais ou programas de transferência que permitam compensá-los, seja mediante oferta pública de serviços de cuidado que permitam mitigá-los –, a verdade é que essa abordagem é imprescindível, e que a medição de pobreza de tempo e renda LIMTIP permitiria estabelecer, com precisão, o impacto diferencial dessas políticas nos níveis de pobreza. A pobreza oficial, pelo contrário, só coletaria, no melhor dos casos, os impactos positivos das mesmas.



**FIGURA 1**  
**As dimensões interconectadas da privação, sob enfoque de gênero**



#### ***4.1 O funcionamento do mercado de trabalho***

Já mostramos que, quando se consideram os *deficit* de tempo, os domicílios com ocupados tornam-se particularmente vulneráveis à pobreza de renda, e mais parecidos com os domicílios que padecem de desemprego. A tabela 2 mostrou, também, que uma elevada proporção das pessoas pobres de tempo e renda encontram-se ocupadas: quase 70% dos homens e 50% das mulheres. Para ambos, estar ocupado não é suficiente para sair da pobreza. E mais, para uma proporção não inferior desses ocupados – em particular, para os homens –, ser assalariado com carteira ou ter rendi-

mentos laborais “médios” mostra-se insuficiente, em razão, possivelmente, das muitas horas de trabalho necessárias para gerá-los. *Estes resultados indicam a necessidade de regulação da jornada laboral, assim como da melhoria do valor das horas trabalhadas, mediante a expansão do emprego formal.*

Para as mulheres, pelo contrário, a pobreza de renda e tempo parece ser um problema de rendimentos baixos e de inserções laborais precárias, que se somam às suas cargas de cuidado. Como revelado pela simulação da situação de “pleno emprego”, as mulheres estão mais propensas à obtenção de empregos informais de baixa remuneração, o que as impede de escapar da pobreza, inclusive quando se encontram ocupadas. A relevância da agenda de trabalho decente é evidente e exige pouca ênfase, nesse contexto. No entanto, embora a via para sair da pobreza seja o emprego, devem ser abordados os *deficit* de tempo nos quais as mulheres incorrem, ampliando-se a prestação de serviços de cuidado. O fato de que 72% das mulheres pobres são pobres de tempo, como resultado da simulação “de pleno emprego”, enfatiza o papel empobrecedor das responsabilidades de cuidado, uma vez que estas são distribuídas de forma desigual entre homens e mulheres.

Em outras palavras, ainda que os domicílios pobres precisem de rendimentos adicionais para sair da pobreza, o emprego das mulheres “não paga” isso, dadas as ocupações e os rendimentos que obteriam e a impossibilidade de redistribuir suas cargas de cuidado. De fato, a estrutura do mercado de trabalho reforça o modelo “homem provedor/mulher cuidadora”. Para que as políticas de crescimento inclusivo beneficiem às mulheres, é necessário que elas possam dedicar mais tempo ao trabalho remunerado, sem incorrer em *deficit* de tempo. *As medidas de conciliação família-trabalho, incluindo a redução das horas de trabalho remunerado dos homens, não são somente importantes per se; são, também, uma parte substancial da redução da pobreza.*

#### *4. 2 A estrutura demográfica dos lares*

Os resultados apresentados anteriormente mostram que o tamanho e a composição dos lares, em termos de presença de crianças, têm enorme influência nas necessidades de tempo para o trabalho doméstico e de cuidados, e que essas necessidades podem dar lugar a situações de pobreza. No entanto, para a medição da pobreza oficial, esse dado é irrelevante. Num enfoque de gênero, a atenção talvez se concentre nos lares monoparentais chefiados por mulheres, que são, justamente, os que apresentam as taxas mais altas de pobreza. Porém, os domicílios com duplo provedor e

os domicílios com ocupados e com crianças pequenas são os que apresentam o maior *aumento* da incidência da pobreza, quando são levados em consideração os *deficit* de tempo. Este resultado reflete bem o modo como a estrutura demográfica do lar e o funcionamento do mercado de trabalho se associam para tornar esses domicílios mais vulneráveis à pobreza de renda. A situação das crianças e dos/as adolescentes é particularmente alarmante: 80% vivem em domicílios pobres de tempo, enquanto 28% vivem em domicílios pobres de renda.

O fato de que uma grande maioria das crianças e dos/as adolescentes que vivem em domicílios pobres (84%) vivam, também, em domicílios com *deficit* de tempo – e que esta proporção tenha saltado a 95% com o “pleno emprego” –, enfatiza que o aumento das horas de trabalho remunerado de seus pais (em particular, de suas mães) não é uma opção real para que esses domicílios possam escapar da pobreza de renda. Pelo menos, não enquanto as mães forem as principais cuidadoras de crianças pequenas; continuarem sendo penalizadas em seus salários, com inserção laboral precária; e acedendo de forma limitada aos serviços públicos de cuidado.

Os dados apresentados comprovam, de fato, a existência de *uma tensão entre o objetivo central de crescimento com inclusão social e as estruturas demográficas, tensão essa que pode ser abordada graças a uma combinação de serviços de cuidado, regulação da duração da jornada laboral e salários-hora mais altos.*

### 4.3 Políticas de proteção social

O cálculo de pobreza LIMTIP mostra que as políticas sociais não atingem os pobres “invisíveis” – os não pobres da medição oficial que, no entanto, se revelam pobres dados os seus *deficit* de tempo –, pois estes ficam fora do radar das estatísticas oficiais: de acordo com as cifras oficiais de pobreza, os rendimentos dessas famílias cobrem suas necessidades de consumo, embora não cubram, na realidade, os custos de substituição para suas necessidades não atendidas de trabalho doméstico e de cuidados. Além disso, a metodologia LIMTIP mostra que as transferências de renda – tanto a que existia no momento da medição, o *Programa Famílias*, como as que vieram depois – são insuficientes para compensar a magnitude das privações dos lares e pessoas pobres, dados seus *deficit* de tempo.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Os programas de transferência de renda pertencem, de fato, à “lógica da proteção social”, mas não financiam a prestação de cuidados, até mesmo quando as suas condições estão vinculadas a um controle relativo aos cuidados (educação, saúde). Para maior desenvolvimento, ver Valeria Esquivel (2011).

*Posto que as políticas públicas buscam ajudar as famílias no atendimento de suas necessidades de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a disponibilidade e o acesso aos serviços estatais de cuidado (saúde e educação, em particular, durante a primeira infância), incluindo novas instalações e extensão de horários, afigura-se como a medida mais pertinente.* De fato, quando há crianças pequenas no lar, e em idade escolar, o acesso aos serviços de cuidado afeta a capacidade das mulheres de se inserirem no mercado de trabalho. Sem esses serviços, e dada a pouca variabilidade na distribuição da carga de cuidados entre mulheres e homens dentro dos lares, as mulheres terminam “trocando” uma forma de pobreza (insuficiência de rendimentos laborais) por outra (pobreza de renda “induzida” por *deficit* de tempo). Em outras palavras, a prestação pública de serviços de cuidado constitui uma transferência em espécie, que evita que as cargas de cuidado se transformem em pobreza de tempo e renda.

É claro que esses efeitos, relativos aos resultados do funcionamento do mercado de trabalho, não se dão apenas “do lado da oferta”, já que, ainda que houvesse disponibilidade de serviços de cuidado, é de se duvidar que as mulheres pobres (com pouca qualificação) se inserissem nele, caso seus salários continuassem sendo muito baixos. Voltemos, pois, ao nosso ponto de partida, ou seja, à centralidade do funcionamento do mercado de trabalho no que tange à melhora das condições de vida da população.

Em resumo, o cálculo da pobreza de tempo e renda LIMTIP revela as *interconexões* entre o funcionamento do mercado de trabalho, a estrutura demográfica dos lares e as políticas sociais, abordadas sob enfoque de gênero, *num quadro integral e coerente*. Para além do ano de realização da EUT/EAH, cujas informações foram apresentadas aqui, o quadro analítico LIMTIP oferece um olhar diferente e relevante – mas também, *vigente* – a respeito dos atuais debates sobre as políticas de emprego e de proteção social, e ajuda a identificar distintos grupos populacionais que sofrem, em diferente medida, privações de renda e *deficit* de tempo – o que, por sua vez, exige iniciativas políticas “sob medida”, inclusive numa situação próxima ao pleno emprego.

## REFERÊNCIAS

- ANTONOPULOS, R. *et al.* **Measuring poverty in the case of Buenos Aires: why time deficits matter.** New York: Levy Economics Institute; PNUD, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/nOKydw>>.
- BARDASI, E.; WODON, Q. Working long hours and having no choice: time poverty in guinea. **Feminist Economics**, v. 16, n. 3, 2010.
- ESQUIVEL, V. **Uso del tiempo en la Ciudad de Buenos Aires.** Los Polvorines: Universidade Nacional General Sarmiento, 2009. (Coleção Libros de la Universidad n. 33).
- \_\_\_\_\_. Lessons from the Buenos Aires time use survey: a methodological assessment. *In*: Antonopoulos, R.; Hirway, I. (Eds.). **Unpaid Work and the Economy: Gender, Time Use and Poverty.** New York: Palgrave Mcmillan, 2010.
- \_\_\_\_\_. **La economía del cuidado en América Latina:** poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. Panamá: PNUD; Centro Regional para a América Latina, 2011. (Série Atando cabos/Deshaciendo nudos).
- ESQUIVEL, V. *et al.* Explorations: time-use surveys in the south. **Feminist Economics**, v. 14, n. 3, July. 2008.
- GANEM, J.; GIUSTINAINI, P; PEINADO, G. **Los usos del tiempo en la Ciudad de Rosario:** análisis económico y social. Rosário: ONU MULHERES; UNV; Universidade Nacional de Rosário, 2012.
- GOODIN, R. *et al.* **Discretionary time:** a new measure of freedom. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- GAMMAGE, S. Time pressed and time poor: unpaid household work in Guatemala. **Feminist Economics**, v. 16, n. 3, July. 2011.
- MASTERSON, T. **Quality of match for statistical matches used in the development of the Levy Institute measure of time and income poverty for Argentina, Chile, and Mexico.** New York: Levy Economics Institute of Bard College, Oct. 2011. (Working Paper n. 692).
- MERZ, J.; RATHJEN, T. **Time and income poverty:** an interdependent multidimensional poverty approach with German time use diary data. Berlin: DIW, 2009. (SOE papers on Multidisciplinary Panel Data Research n. 215).
- ZACHARIAS, A. **The measurement of time and income poverty.** New York: Levy Economics Institute of Bard College, Oct. 2011. (Working Paper n. 690).
- ZACHARIAS, A; ANTONOPULOS, R.; MASTERSON, T. **Why time deficits matter:** implications for the measurement of poverty. New York: PNUD; Levy Economics Institute of Bard College, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/AWtNqw>>.



# PATERNIDADE RESPONSÁVEL NA NORUEGA: QUEM SÃO OS “NOVOS” PAIS?<sup>1</sup>

*Ragni Hege Kitterød<sup>2</sup>*  
*Marit Rønsen<sup>3</sup>*

## 1 – Introdução

Na Noruega, várias políticas de conciliação trabalho-família foram implementadas nas últimas décadas, visando encorajar o envolvimento dos homens no trabalho doméstico e no cuidado infantil, e facilitar a participação das mulheres no mercado de trabalho. Trata-se de um objetivo importante, que tanto homens como mulheres possam conjugar o trabalho remunerado com suas obrigações familiares; e as pesquisas de uso do tempo norueguesas revelam transformações significativas no padrão de uso do tempo, tanto de pais como de mães, desde o início da década de 1970. Pais realizam, em média, mais trabalho doméstico e cuidado infantil que antes, despendendo, ainda, menos tempo no mercado de trabalho, enquanto alterações opostas foram observadas entre as mães. Assim, os padrões de uso do tempo de pais e mães convergiram nas últimas décadas, embora ainda existam disparidades de gênero significativas (Kitterød e Rønsen, 2013).

Neste texto, investigamos se o aumento observado no tempo médio que os pais alocam ao trabalho familiar não remunerado reflete a adoção de novas práticas de paternidade pelo conjunto de pais, ou se resulta de um crescimento entre grupos específicos de “pioneiros”. Seriam, por exemplo, principalmente os pais com alto nível de educação que despendem mais tempo com trabalho doméstico que antes? Seriam os pais mais velhos, que têm carreiras consolidadas no mercado de trabalho? Ou seriam, talvez, os pais mais jovens, que mudaram em maior medida?

Já está amplamente documentado que o uso do tempo das pessoas pode ser afetado por fatores contextuais, como políticas de conciliação trabalho-família e normas relativas aos papéis apropriados para homens e

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão revisada de um artigo publicado em norueguês, no periódico Statistics Norway's Økonomiske analyser (Levantamento Econômico), em 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/iNhx8>>.

<sup>2</sup> Pesquisadora sênior do Instituto de Pesquisa Social, em Oslo, Noruega

<sup>3</sup> Pesquisadora sênior da Unidade de Pesquisa Social e Demográfica do Departamento de Pesquisas, do Instituto Nacional de Estatística (Statistics Norway).

mulheres.<sup>4</sup> Uma alta participação das mulheres na força de trabalho, por exemplo, assim como políticas que estimulam práticas de paternidade responsável, podem impactar a totalidade dos homens, independentemente do emprego de suas parceiras ou do fato de elas próprias terem sido afetadas pelas políticas em questão, ou não. Isto pode sugerir que a maioria dos pais dedica, atualmente, mais tempo às obrigações familiares na Noruega.

Para examinar a transformação dos padrões de participação no trabalho familiar entre diferentes grupos de pais, usamos cinco pesquisas de uso do tempo norueguesas, de 1971, 1980, 1990, 2000 e 2010. Estas pesquisas, nas quais os entrevistados registraram suas atividades em um diário, no decorrer de um ou mais dias, são consideradas a melhor fonte de dados no que tange à alocação do tempo das pessoas, em especial, para o trabalho não remunerado (Robinson e Godbey, 1997). Examinamos possíveis transformações no tempo despendido em trabalho familiar não remunerado entre os pais casados e/ou que vivem com suas parceiras, com pelo menos um filho de idade inferior a quinze anos no domicílio. Na última década, pais de crianças com idades entre zero e seis anos aumentaram seu trabalho doméstico em medida muito maior que pais com filhos mais velhos. Empreendemos, portanto, algumas análises adicionais sobre as mudanças ocorridas entre pais com filhos de idade entre zero e seis anos, nos anos 2000.

## 2 – Políticas de conciliação trabalho-família na Noruega

As políticas norueguesas de conciliação trabalho-família fomentam um modelo familiar simétrico, no qual homens e mulheres participam, de forma igualitária, tanto do trabalho remunerado como do não remunerado, embora também se contemple a possibilidade de escolha dos pais e a flexibilidade. Os principais instrumentos políticos de encorajamento a uma divisão mais igualitária do trabalho remunerado e não remunerado, em casais, têm sido: o direito à licença remunerada para pais trabalhadores e o acesso a creches subsidiadas.

Historicamente, há uma grande demanda, não atendida, por creches formais na Noruega – em particular, para as crianças mais jovens –, e, se comparada aos outros países nórdicos, a Noruega acumula atrasos nesse âmbito. Todavia, a cobertura melhorou de maneira notável, particularmente nos anos 2000. Depois de um acordo político em 2003, que resultou num ambicioso plano visando à intensificação do cuidado infantil

<sup>4</sup> Por exemplo: Cooke e Baxter (2010); Gornick e Mayers (2008); Hook (2006; 2010); e Smith e Williams (2007).



mediante subsídios públicos, a Noruega vem testemunhando um enorme crescimento do número de atendimentos em creches. Desde 2009, assegurou-se a todas as crianças que completaram um ano de idade até o fim de agosto do ano de inscrição uma vaga em creches subsidiadas. Após uma reforma dos preços máximos em 2003, o preço de uma vaga numa creche também foi substancialmente reduzido. Existe na Noruega, atualmente, amplo reconhecimento de que creches são boas instituições pedagógicas, que oferecem amplas oportunidades para o desenvolvimento e a socialização. Em 1970, apenas cerca de 5% das crianças em idade pré-escolar frequentavam creches ou jardins de infância, na Noruega. Em 1980, 19% da faixa de um a cinco anos de idade frequentavam serviços públicos de cuidado infantil; e em 1990, 2000 e 2010, as respectivas estimativas foram de 36%, 62% e 89%. Nos anos 2000, o crescimento foi particularmente acentuado entre as mais jovens, com apenas 37% das crianças de um a dois anos de idade matriculadas em creches, em 2000; comparados a 79%, em 2010.

O direito à licença remunerada para ambos os pais envolvidos no nascimento da criança existe, na Noruega, desde 1977. Contudo, o período de licença era relativamente curto naquela época e pais raramente pediam algum tipo de licença, a não ser por alguns poucos dias de folga em razão do nascimento da criança. A licença foi consideravelmente estendida nos anos 1980 e 1990, chegando a 42 semanas de remuneração integral ou 52 semanas com 80% dos vencimentos, em 1993. Em conjunto com a extensão de 1993, introduziu-se a chamada “cota paterna”; isto significa que quatro semanas passaram a ser concedidas ao pai, sendo perdidas caso ele não as utilize. Todas as extensões de licença posteriores foram destinadas aos pais e, em 2010, reservavam-se dez semanas do total de 56/46 semanas (80% ou 100% dos vencimentos) para os pais. A cota paterna serve para aumentar o envolvimento dos homens com o trabalho familiar não remunerado, tanto durante o período de licença como posteriormente, e, também, para facilitar o retorno das mães ao trabalho remunerado após a licença-maternidade (NOU, 2008, p. 6). Na esteira da licença parental, pai e mãe também têm direito, cada um, a um ano de licença não remunerada.

Em 1998, um benefício de bolsa-para-cuidado-infantil foi introduzido. Sua implementação agradou mais aos defensores da escolha parental e da flexibilidade, sendo vista por muitos como um recuo na luta pela igualdade de gênero (Ellingsæter, 2007). O programa previa um benefício em dinheiro, não tributável, para pais de crianças de um a dois anos de idade que não faziam uso de creches e serviços de cuidado infantil financiados pelo Estado, e crianças atendidas em tempo parcial recebiam um benefício

reduzido. O objetivo da reforma era permitir que os pais pudessem passar mais tempo com seus filhos; dar-lhes maior flexibilidade em suas escolhas, tanto profissionais como relativas ao cuidado das crianças; e alocar transferências de renda de forma mais igualitária, entre usuários e não usuários dos serviços de creche subsidiados (Proposição parlamentar n. 53. 1997-1998). Contudo, não se exigia que os próprios pais tomassem conta de seus filhos para receberem o benefício. A grande maioria dos pais de crianças elegíveis valeu-se, de fato, do benefício; mas a alta proporção de beneficiários estava associada à baixa cobertura de serviços públicos de cuidado infantil no fim dos anos 1990. Essa taxa de utilização diminuiu em paralelo com uma melhora na cobertura de serviços de cuidado infantil; e, em 2010, o recebimento do benefício pelos pais deu-se apenas para 22% das crianças com um a dois anos de idade (Egge-Hoveid, 2012).

Segundo a Pesquisa Norueguesa de Emprego, a taxa de emprego entre os homens é, atualmente, apenas um pouco mais alta que entre as mulheres. Na faixa etária de 25 a 54 anos, 87% dos homens e 82% das mulheres encontravam-se empregados em 2010. Contudo, os homens trabalham, em média, mais horas remuneradas que as mulheres. Enquanto cerca de um terço das mulheres trabalha em tempo parcial, e poucas trabalham mais que a jornada de trabalho normal, os homens raramente trabalham em tempo parcial<sup>5</sup> e uma proporção significativa faz hora extra, embora isto tenha se tornado menos comum nas últimas décadas (Kitterød e Kjeldstad, 2006). No entanto, independentemente da duração de seus expedientes, atualmente espera-se que os pais se envolvam ativamente com seus filhos, cada vez mais; e que participem diariamente do trabalho doméstico rotineiro.

### 3 – Dados e definições

Nas pesquisas norueguesas de uso do tempo, calcula-se o uso do tempo das pessoas fazendo com que uma amostra de indivíduos mantenha um diário por dois dias consecutivos. A amostragem total é distribuída uniformemente ao longo do ano, para que todos os dias sejam igualitariamente representados. Em 2010, os diários apresentavam intervalos de tempo de dez minutos; pedia-se aos entrevistados que preenchessem cada lacuna de tempo, indicando a principal atividade realizada; uma eventual atividade simultânea; e se estavam, naquele intervalo de tempo, sozinhos ou acompanhados. Em seguida, as atividades eram codificadas de acordo com uma detalhada lista de códigos. Nossas

<sup>5</sup> O trabalho em tempo parcial, entre homens, é principalmente observado entre estudantes e homens prestes a se aposentar, integral ou parcialmente (Kjeldstad e Nymoen, 2004).

variáveis dependentes – a saber: o tempo despendido nas diversas formas de trabalho doméstico – são extraídas do diário de horas da pesquisa. Apenas informações sobre as atividades principais são utilizadas.

Antes da fase de preenchimento do diário, foram realizadas entrevistas para mapear dados demográficos e socioeconômicos a respeito dos participantes. Algumas informações – por exemplo, sobre o nível de educação do entrevistado e de seu cônjuge – foram obtidas a partir dos registros oficiais da Noruega. Essas entrevistas e os dados cadastrais oficiais são usados para construir nossas variáveis independentes.

A Statistics Norway já realizou cinco pesquisas de uso do tempo, a primeira tendo sido realizada em 1971 e a mais recente em 2010. Embora as pesquisas difiram em alguma medida no tocante ao tamanho das amostras, às taxas de resposta, ao número de códigos de atividade, etc., a comparabilidade é razoavelmente boa – ao menos, quando se trata de analisar as grandes categorias de atividades, como é o caso no presente trabalho. Um panorama com algumas características das cinco pesquisas é apresentado na tabela 1 do apêndice. Por exemplo, as taxas de resposta foram de 58%, 65%, 64%, 50% e 48% nas cinco pesquisas, respectivamente; e os pesos amostrais foram calculados nas últimas duas pesquisas, mas não nas três primeiras. Uma documentação detalhada das cinco pesquisas pode ser encontrada em Statistics Norway (1975, 1983 e 1992), Rønning (2002) e Holmøy, Lillegård e Löfgren (2012).

### *3.1 Amostra de análise*

De cada uma das cinco pesquisas, extraímos uma subamostra de homens casados ou que vivem com suas parceiras, com pelo menos um filho/a de zero a catorze anos de idade morando no mesmo domicílio. Além disto, fazemos algumas análises adicionais a respeito de uma subamostra de pais casados ou que vivem com suas parceiras, com pelo menos um filho/a de zero a seis anos de idade, baseando-nos nas duas últimas pesquisas (2000 e 2010).

### *3.2 Variáveis dependentes*

Nossa variável dependente é o tempo total alocado ao trabalho doméstico, que engloba atividades como *i*) trabalho doméstico rotineiro; *ii*) cuidado ativo (para crianças e, também, adultos que demandam cuidados); *iii*) compra de bens e serviços (principalmente compras de mercado); *iv*) tra-

balho de manutenção (principalmente consertos, trabalhos de construção e jardinagem); *v*) viagens relacionadas ao trabalho doméstico; e *vi*) outros tipos de trabalho doméstico, como a gestão da rotina diária etc. Todas estas são tarefas não remuneradas, relativas à gestão e manutenção do lar. Além do tempo total alocado ao trabalho doméstico, nos debruçamos também sobre as subcategorias *tarefas domésticas rotineiras* – incluindo preparação e cozimento de alimentos, lavagem de louça, limpeza da casa, lavagem e reparo de roupas, além do *cuidado infantil direto*, que engloba os intervalos de tempo onde o cuidado infantil é a tarefa principal. Tarefas como cuidar e vestir crianças, colocá-las para dormir, levar e trazê-las de suas variadas atividades, ajudá-las com trabalho escolar, ler para elas, brincar e conversar com elas etc. estão incluídas. Também apreciamos o tempo despendido com *outros tipos de trabalho doméstico*, que inclui todas as subcategorias restantes, como a compra de bens e serviços, trabalhos de manutenção, viagens relacionadas ao trabalho doméstico, gestão da rotina diária etc.

A unidade de análise é o dia. Como cada participante manteve um diário por dois dias, o número de dias é o dobro do número de entrevistados. Em cada pesquisa, um pequeno número de participantes só forneceu informações a respeito de um único dia. Na fase de entrevista, é claro, há espaço para apenas uma observação por entrevistado. Apresentamos os hábitos de alocação do tempo das pessoas sob a forma de um número médio de minutos despendidos, por dia, em atividades específicas. A média cobre todos os dias do ano, incluindo dias da semana, fins de semana e feriados.

### 3.3 *Variáveis independentes*

Algumas informações básicas foram diferentemente extraídas das cinco pesquisas; a pesquisa de 1970, em particular, carece de algumas informações que gostaríamos de utilizar em nossas análises. Conduzimos, portanto, dois conjuntos de análises. No primeiro deles, usamos as cinco pesquisas de uso do tempo e incluímos um número levemente menor de variáveis independentes, em comparação ao segundo conjunto de análises, exclusivamente baseado nas duas últimas pesquisas. Além do mais, algumas variáveis possuem menos categorias no primeiro que no segundo conjunto de análises.

Utilizamos as seguintes variáveis:

- a idade do filho mais jovem do domicílio;
- o número de filhos com idade inferior a quinze anos no domicílio;

- o nível de educação do pai;
- o nível de educação da mãe (somente no segundo conjunto de análises);
- a idade do pai;
- dia da semana (segunda a sexta *versus* sábado e domingo).

### 3.4 Estratégia de análise

Recorremos à análise multivariada (mínimos quadrados ordinários – MQO) para investigar se certos grupos de pais realizam mais trabalho doméstico que outros.<sup>6</sup> Ao desenvolver análises idênticas para as cinco pesquisas, investigamos se o efeito de cada uma das variáveis independentes varia entre as pesquisas. Se for observada, por exemplo, uma relação positiva mais forte entre o tempo alocado ao trabalho doméstico e a idade do pai, em pesquisas recentes na comparação com as anteriores, isto pode sugerir que pais mais velhos aumentaram o tempo alocado ao trabalho doméstico em maior proporção que os mais jovens. No intuito de investigar se as mudanças no efeito das variáveis independentes são estatisticamente relevantes, incluímos um termo de interação entre o ano da pesquisa e as variáveis independentes, num arquivo de dados agrupados. As estimativas de cada ano isolado são comparadas às estimativas de 2010.

#### 4 – Resultados das análises para o conjunto de pais 1970-2010

Estatísticas descritivas sobre o tempo despendido por pais em diversos tipos de trabalho doméstico são apresentadas na tabela 2 do apêndice. Em 2010, pais com filhos de zero a catorze anos de idade despenderam, na média total, três horas e 48 minutos por dia em trabalhos domésticos.

<sup>6</sup> Em razão dos dados de uso do tempo conterem, não raro, uma grande quantidade de observações nulas, pesquisadores costumam recorrer às regressões Tobit (por exemplo, Anxo *et al.*, 2011). No entanto, muitos especialistas em pesquisa de uso do tempo recomendam a utilização de mínimos quadrados em vez de Tobit, pois observações nulas, em dados de uso do tempo, não decorrem, normalmente, de censura ou truncamento, e sim, do fato que o entrevistado não realizou determinada atividade no dia em que preencheu o diário. Modelos Tobit podem, portanto, produzir estimativas enviesadas (ver, por exemplo, Brown e Dunn, 2011). Neste trabalho, há poucas observações nulas nas variáveis dependentes (Trabalho total 1, 2 e 3) das regressões MQO – apenas 1% ou 2%. Como cada entrevistado preencheu um diário por dois dias consecutivos, controlamos essa dependência usando um processo de estimação que produz erros padronizados e robustos.

Isto corresponde a cerca de uma hora e quinze minutos a mais do que em 1970, mostrando que os pais estão, hoje em dia, bem mais envolvidos no trabalho familiar não remunerado que outrora. É interessante destacar que o maior envolvimento dos pais no trabalho doméstico se deu a despeito do crescimento do número de atendimentos em creches. Como mencionado acima, o trabalho doméstico engloba diferentes tipos de atividades, tais como trabalhos domésticos rotineiros e cuidado infantil ativo. De acordo com um estudo realizado na virada do século, o cuidado infantil é mais essencial no “novo” projeto de paternidade norueguês que o envolvimento em trabalhos domésticos (Brandth e Kvande, 2003). Embora os pais gostem de estar com seus filhos, estão menos dispostos a realizar trabalhos domésticos, e a divisão das tarefas, nos casais, costuma ser mais contenciosa que a alocação do tempo para cuidar das crianças. Entretanto, as pesquisas de uso do tempo revelam que, hoje em dia, na Noruega, os pais alocam mais tempo às tarefas domésticas rotineiras, assim como ao cuidado de seus filhos (tabela 2 do apêndice). Em 2010, os pais despenderam, em média, uma hora e três minutos por dia em tarefas domésticas rotineiras, em comparação com meros 35 minutos em 1970. O tempo alocado ao cuidado infantil ativo saltou de 23 minutos por dia, em 1970, para aproximadamente uma hora por dia, em 2010.

As médias da tabela 2 incluem tanto entrevistados que alocaram algum tempo à atividade em questão, durante o dia preenchido no diário, como aqueles que, no mesmo dia, não a realizaram, em absoluto. Mudanças no uso do tempo médio podem, portanto, resultar de alterações na proporção de entrevistados que realizaram a atividade em questão; e/ou de mudanças no uso do tempo daqueles que, de fato, realizaram a atividade. Análises anteriores dos dados noruegueses (não apresentadas aqui) revelam que o aumento do tempo alocado pelos pais ao trabalho doméstico advém, principalmente, do maior número de pais que, na comparação com o passado, realiza algum tipo de trabalho doméstico durante o dia (Kitterød e Rønsen, 2013). Em 2010, 80% dos pais de crianças de zero a catorze anos de idade alocaram, ao menos, algum tempo às tarefas domésticas rotineiras, no dia em que preencheram o diário, comparados a 51% em 1970.<sup>7</sup> Isto sugere que o trabalho doméstico faz parte, atualmente, da vida cotidiana da maioria dos pais, assim como das mães, embora os primeiros ainda realizem menos trabalho doméstico que as segundas. Sabemos, também, que o trabalho doméstico realizado pelos pais aumentou tanto em fins de semana como durante a semana (*op. cit.*).

<sup>7</sup> Os números correspondentes ao cuidado infantil ativo são de 67% (2010) e 36% (1970).

Os resultados das análises multivariadas aplicadas a cada uma das cinco pesquisas de uso do tempo são apresentados na tabela 3 do apêndice. Além disto, disponibilizamos os resultados dos cinco estudos, agrupados, incluindo o ano da pesquisa como variável independente. A última análise mostra o aumento do trabalho doméstico para cada década, ajustado às mudanças na composição da amostra de análise. Sabemos, por exemplo, que os pais eram um pouco mais velhos em 2010 que em 1970, e que tinham, também, um nível de educação médio mais alto (Kitterød e Rønsen, 2013). A última coluna da tabela 3 do apêndice mostra que os pais alocaram, em 2010, 72 minutos a mais por dia ao trabalho doméstico, em relação a 1970, com ajuste para as mudanças nas variáveis independentes. O aumento foi particularmente pronunciado nos anos 2000.

Em todos os anos, os pais de filhos mais jovens (zero a dois anos de idade) despenderam mais tempo em trabalho doméstico que aqueles com filhos em idade escolar (dois a catorze anos de idade), mas o efeito foi mais forte em 2010 do que em 1970 (tabela 3). Em 1970, pais com filhos de três a seis anos de idade não realizaram mais trabalho doméstico que aqueles com filhos mais velhos; mas posteriormente – e, em particular, em 2010 –, o fato de ter filhos de três a seis anos de idade acarretou um efeito positivo significativo. Além disto, há uma associação positiva entre o nível de educação do pai e o tempo alocado ao trabalho doméstico nas cinco pesquisas, embora o efeito não tenha sido estatisticamente significativo em 1990 e 2000. A idade do pai não tem influência alguma, mas – como esperado – o trabalho doméstico realizado é maior nos fins de semana que durante a semana.

No intuito de investigar se os efeitos das variáveis independentes diferem significativamente entre as pesquisas, estimamos um modelo com termos de interação entre pesquisa-ano e cada um desses fatores (resultados não exibidos). O efeito da idade da criança foi mais forte em 2010 que nas pesquisas anteriores, e isto se aplica tanto à faixa etária de zero a dois anos como à de zero a três anos. Sendo assim, observa-se que pais de crianças pequenas aumentaram a sua participação no trabalho doméstico, durante os anos 2000, em maior medida que pais de crianças mais velhas. Por outro lado, a análise forneceu um número pequeno de termos de interação relevantes, salvo o nível de educação do pai, que teve influência significativamente maior em 2010 que em 1990 – quando a influência foi, a bem da verdade, negativa (embora insignificante).

Excetuando-se o fato de que os pais de crianças pequenas aumentaram sua participação no trabalho doméstico em maior medida que aqueles com

filhos mais velhos, as descobertas mencionadas anteriormente sugerem que houve, nas últimas décadas, um aumento geral no envolvimento familiar dos pais noruegueses. Por outro lado, não identificamos nenhum pioneiro em particular – pelo menos, não entre os grupos incluídos em nossas análises.

Realizamos análises similares para duas subcategorias de trabalho doméstico, a saber: tarefas domésticas rotineiras e cuidado infantil ativo (ver tabelas 4 e 5 do apêndice), além da categoria “outros”, que abarca todos os demais tipos de trabalho doméstico (resultados não apresentados).

Em relação às tarefas domésticas rotineiras, observamos que os pais despenderam, em média, 26 minutos a mais por dia em 2010, em relação a 1970, ano para o qual as variáveis independentes foram ajustadas (tabela 4). Como esperado, as cinco pesquisas mostraram que os pais realizam mais trabalho doméstico nos fins de semana que durante a semana (aproximadamente 25 minutos em média, durante o período); mas, em contrapartida, surgiram poucos efeitos significativos. Em 2010, pais com filhos mais jovens realizaram poucas tarefas domésticas rotineiras a mais que aqueles com filhos mais velhos; no entanto, não houve, em anos anteriores, qualquer efeito relacionado à idade das crianças. A mudança relativa ao efeito da idade da criança foi estatisticamente significativa, o que indica que os pais com filhos mais jovens aumentaram sua participação no trabalho doméstico, em maior medida que aqueles com filhos mais velhos.

Em média, os pais passaram, em 2010, 37 minutos por dia a mais cuidando ativamente de seus filhos, em relação a 1970, ano para o qual as variáveis independentes foram ajustadas; mas a tendência temporal não é estritamente linear (tabela 5). Como esperado, os pais de crianças muito jovens passam mais tempo cuidando de seus filhos, e as duas pesquisas mais recentes também revelam uma associação positiva entre o número de filhos e o tempo que os pais alocam ao seu cuidado. Além disto, a maioria das pesquisas mostra uma associação positiva entre o nível de educação do pai e o tempo alocado ao cuidado ativo dos filhos; e, à exceção da pesquisa de 1990, todas as pesquisas revelam que os pais passaram um pouco mais de tempo cuidando de seus filhos nos fins de semana que durante a semana, embora a diferença seja modesta: apenas cerca de seis minutos por dia, em 2010. Análises com termos de interação entre o ano da pesquisa e cada uma das variáveis independentes mostram que a idade do filho mais jovem exerceu influência significativamente mais pronunciada em 2010 que nos anos anteriores. Ademais, a diferença entre os dias da semana e o fim de semana foi mais pronunciada em 2010 que em 2000, embora não tenha sido maior que nas três primeiras pesquisas.



As análises multivariadas do tempo despendido em todos os demais tipos de trabalho doméstico agrupados – trabalhos de manutenção, compra de bens e serviços, etc. – (resultados não exibidos) revelaram que pais com filhos de três a seis anos de idade aumentaram o tempo alocado a ditas tarefas em maior medida que aqueles cujos filhos são mais velhos, durante o período observado (1970-2010), enquanto o efeito do número de filhos desapareceu. Em 1970, pais com um maior número de filhos despenderam, de forma significativa, mais tempo neste tipo de atividade que aqueles com um único filho, mas em 2010 não houve, a este respeito, diferença entre pais com um ou mais filhos.

Levando tudo isto em conta, as análises sugerem que, além do fato de pais com filhos pequenos aumentarem a sua participação no trabalho doméstico em maior medida que aqueles com filhos mais velhos, a maioria dos grupos de pais realiza, atualmente, mais trabalho doméstico que no início da década de 1970. Em particular, acreditamos que é importante ressaltar que os pais cujo nível de educação é mais baixo aumentaram o tempo alocado ao lar na mesma medida que pais com nível de educação superior, e que não há diferenças entre pais mais jovens ou mais velhos, a este respeito.

## 5 – Análises mais detalhadas sobre os pais de crianças pequenas 2000-2010

Considerando que os pais de crianças pequenas (zero a seis anos de idade) realizaram uma quantidade consideravelmente maior de trabalho doméstico em 2010 que dez anos antes, nos debruçamos mais detalhadamente sobre as mudanças nesse grupo de pais. Estatísticas descritivas (não apresentadas) revelam que pais de crianças pequenas despenderam quatro horas e 34 minutos por dia em trabalhos domésticos em 2010, comparadas às três horas e 34 minutos em 2000 (Kitterød e Rønsen, 2013). Um aumento de uma hora por dia é uma mudança enorme para um intervalo de apenas dez anos, e reflete práticas de paternidade com um grau de envolvimento muito mais elevado em 2010 que anteriormente. No intuito de examinar se grupos específicos de pais aumentaram o tempo despendido em casa em maior medida que outros, realizamos análises multivariadas similares para 2000 e 2010. Além das variáveis independentes nas análises acima, incluímos o nível de educação da mãe nas análises seguintes, e fizemos – tanto para o pai como para a mãe – uma distinção entre aqueles que tiveram longa formação universitária e os de formação mais curta.

Como nas análises anteriores, analisamos o tempo total alocado ao trabalho doméstico e realizamos análises distintas para três subcategorias,

a saber: tarefas domésticas rotineiras, cuidado infantil ativo, e uma categoria residual que engloba as demais atividades – trabalhos de manutenção, compra de bens e serviços, etc. (ver tabela 6 do apêndice). Devido ao baixo número de observações nas análises, até mesmo estimativas de maior grandeza podem não ser estatisticamente relevantes.

As análises do tempo total alocado ao trabalho doméstico rendem poucos resultados significativos, além do fato de pais realizarem mais trabalho doméstico nos fins de semana que durante a semana, em 2010, assim como em 2000. Contudo, ao incluirmos um termo de interação entre o ano da pesquisa e cada uma das variáveis independentes, observamos que o efeito do nível de educação do pai difere nas duas pesquisas. Enquanto houve uma associação negativa entre o nível de educação do pai e o tempo alocado ao trabalho doméstico em 2000, a relação foi positiva em 2010. Ainda que nenhuma das associações específicas com cada uma das pesquisas anuais seja estatisticamente relevante, as estimativas para 2000 e 2010 diferem de forma significativa. Isto sugere que, nos anos 2000, pais com nível de educação mais alto aumentaram sua participação em trabalhos domésticos, em maior medida que aqueles com nível de educação mais baixo.

As análises do tempo alocado às tarefas domésticas rotineiras também mostram que, nos anos 2000, pais com alto nível de educação aumentaram o tempo dedicado a essas tarefas, em maior medida que aqueles com nível de educação menos elevado; no entanto, a diferença é mais modesta que para o trabalho doméstico total. As análises multivariadas do tempo alocado ao cuidado infantil ativo resultam em efeitos mais significativos que as análises relativas às tarefas domésticas rotineiras. Como esperado, pais de filhos muito jovens (abaixo de dois anos de idade) passaram mais tempo cuidando de seus filhos que pais cujos filhos são mais velhos, em idade pré-escolar (quatro a seis anos), em ambas as pesquisas. Além do mais, em ambos os anos, pais com um número maior de filhos alocaram mais tempo ao seu cuidado que aqueles com apenas um filho, e despendeu-se mais tempo com cuidado infantil nos fins de semana que durante a semana. Contudo, houve uma associação positiva entre o nível de educação do pai e o tempo alocado ao cuidado infantil em 2010, mas não em 2000, e as diferenças entre as duas estimativas é estatisticamente relevante, o que sugere que pais com maior nível de educação aumentaram o tempo alocado ao cuidado infantil ativo em maior medida que aqueles com nível de educação menos elevado, nos anos 2000.

Ajustando outros fatores, pais despenderam, em 2010, quase meia hora a mais em outros tipos de trabalho doméstico (manutenção, compra de bens e serviços etc.), em comparação com 2000. Não foram observadas, nos dois anos de pesquisa, diferenças significativas entre os efeitos de quaisquer variáveis independentes; observou-se, contudo, que a maioria dos grupos de pais aumentou o tempo alocado a essas tarefas nos anos 2000.

## 6 – Conclusão

Na Noruega, os pais realizam, atualmente, muito mais trabalho familiar não remunerado – o chamado trabalho doméstico – que há algumas décadas atrás. Neste estudo, nos perguntamos se o aumento do tempo médio despendido por pais em trabalho doméstico reflete práticas de paternidade com maior grau de envolvimento, de forma geral; ou se resulta de um aumento entre grupos de “pioneiros” – por exemplo, pais com alto nível de educação ou pais mais velhos. Em 2010, pais cujo filho mais jovem tinha entre zero e catorze anos de idade despenderam uma média de três horas e 45 minutos por dia em trabalhos domésticos, o que representa cerca de uma hora e 15 minutos a mais que em 1970, quando a primeira pesquisa de uso do tempo baseada no uso de diários foi realizada na Noruega. Pais passaram a se envolver mais em tarefas domésticas rotineiras e cuidado infantil ativo, bem como em outras tarefas domésticas.

Pais com filhos jovens realizaram mais trabalho doméstico que pais com filhos em idade escolar, tanto em 1970 como em 1980, 1990, 2000 e 2010. Contudo, a diferença se tornou mais pronunciada ao longo dos anos, o que sugere que pais com filhos pequenos aumentaram o seu envolvimento familiar em maior medida que aqueles com filhos mais velhos. Isto é coerente com o fato de a maioria das políticas de conciliação trabalho-família implementadas na Noruega nas últimas décadas – como a implementação da cota paterna no modelo de concessão de licenças remuneradas – terem sido, antes de mais nada, direcionada a pais com filhos pequenos.

Excetuando-se o fato de que pais com filhos pequenos aumentaram seu envolvimento familiar em maior medida que aqueles cujos filhos estão em idade escolar, observamos que a maioria dos grupos de pais realizou mais trabalho doméstico em 2010 que em 1970. O aumento engloba tanto tarefas domésticas rotineiras como cuidado infantil e outras obrigações familiares. Sendo assim, não há indicação de que pais com alto nível de educação ou pais de faixas etárias específicas tenham aumentado sua participação em trabalhos domésticos, em maior medida que os demais.

Especialmente nos anos 2000, houve um aumento considerável da realização de trabalho doméstico por pais com filhos em idade inferior a sete anos. Análises mais detalhadas sobre pais de crianças em idade pré-escolar sugerem que essa tendência, nessa década, foi geral. Esse aumento pode ter sido levemente mais pronunciado entre pais com longa formação universitária, em relação aos de nível de educação mais baixo; mas ele não varia de forma relevante em função da idade do filho mais jovem, do número de filhos na unidade familiar, da idade do pai, do nível de educação da mãe ou do dia da semana. Na nossa opinião, é interessante ressaltar que o trabalho doméstico realizado por pais aumentou, a despeito do aumento do número de atendimentos nas creches durante os anos 2000.

Sendo assim, nossa principal conclusão é que, hoje em dia, práticas de paternidade mais ativas são observadas na maioria dos grupos de pais noruegueses. Isto vai ao encontro de estudos comparativos que mostram que os fatores contextuais, como a existência de políticas de conciliação trabalho-família que estimulam o envolvimento familiar dos pais e o emprego remunerado para as mães, fazem com que pais realizem mais trabalho doméstico, incluindo aqueles que não são diretamente afetados pelas reformas. No entanto, se tivéssemos tido a oportunidade de incluir um número maior de variáveis independentes em nossas análises – como, por exemplo, a renda do pai –, poderíamos ter encontrado um número maior de diferenças entre os grupos de pais no que diz respeito ao aumento de sua participação no trabalho doméstico; e uma amostra de análise maior poderia, também, ter levado a resultados mais significativos.

## REFERÊNCIAS

- ANXO, D. *et al.* Gender difference in time use over the life course in France, Italy, Sweden, and the US. **Feminist Economics**, n. 17, v. 3, p. 159-195, 2011.
- BRANDTH, B.; KVANDE, E. Fleksible fedre: maskulinitet, arbeid, fleksibilitet. Making up for mothers employed working hours. Housework and childcare among Norwegian fathers. Oslo: Universitetsforlaget. **Work, Employment and Society**, n. 20, v. 3, p. 473-492, 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/4XaTOC>>.
- BROWN, J. E.; DUNN, P. K. Comparisons of tobit, linear, and Poisson-gamma regression models: an application of time use data. **Sociological Methods & Research**, n. 40, v. 3, p. 511-535, 2011.
- CENTRAL BUREAU OF STATISTICS OF NORWAY. **Tidsnyttingsundersøkelsen. NOS - Norges offisielle statistikk a 692.** The time budget survey 1971-72, v. 1. Norway: Oslo, 1975. Disponível em: <<https://goo.gl/3XqAp7>>.
- COOKE, L. P.; BAXTER, L. Families in international context: comparing institutional effects across western societies. **Journal of Marriage and Family**, n. 72, v. 3, p. 516-636, 2010.
- EGGE-HOVEID, K. **Stadig færre mottakere av kontantstøtte.** 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/5kl4uV>>.
- ELLINGSÆTER, A. L.; L. G. Closing the childcare gap. The interaction of childcare provision and mothers' agency in Norway. **Journal of Social Policy**, n. 36, v. 4, p. 649-669, 2007.
- GORNICK, J. C.; MAYERS, K. M. Creating Gender Egalitarian Societies: An Agenda for reform. **Politics & Society**, n. 36, v. 3, p. 313-349, 2008.
- HOLMØY, A.; M. LILLEGÅRD; T. LÖFGREN. **Tidsbruksundersøkelsen 2010.** Dokumentasjon av datainnsamling, analyse av datakvalitet og beregning av frafallsvekter. Notater 2/2012, Norway: Statistics Norway, 2012.
- HOOK, J. L.; Care in context: men's unpaid work in 20 countries, [1965-2003]. **American Sociological Review**, n. 71, v. 4, p. 639-660, 2006.
- \_\_\_\_\_. Gender inequality in the welfare state: sex segregation in housework, [1965-2003]. **American Journal of Sociology**, n. 115, v. 5, p. 1480-1523, 2010.
- KITTERØD, R. H.; KJELDSTAD, R. Kortere arbeidstid for fedre - men fremdeles et tosporet foreldreskap. **Søkelys på arbeidsmarkedet**, n. 23, v. 2, p. 159-171, 2006.
- KITTERØD, R. H.; RØNSEN, M. Kvinner i arbeid ute og hjemme. Endring og ulikhet. *In* A. L. Ellingsæter; K. Widerberg (eds.): **Velferdsstatens familier. Nye sosiologiske perspektiver.** Oslo: Gyldendal akademisk, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Yrkes- og familiearbeid i barnefasen.** Endring og variasjon i foreldres tidsbruk [1970-2010]. Report 44/2013. Statistics Norway, 2013.

- KJELDSTAD, R.; E. NYMOEN. **Kvinner og menn i deltidsarbeid**: fordelinger og forklaringer. Norway: Statistisk Sentralbyrå, Rapporter 2004/29, 2004.
- NOU - EXCERPTS FROM OFFICIAL NORWEGIAN REPORTS. **Innføring av kontantstøtte til småbarnsforeldre**. Ministry of children and family affairs. Norway, n. 53, 1997-98.
- \_\_\_\_\_. **Kjønn og lønn**. Fakta, analyser og virkemidler for likelønn. Ministry of children and gender equality. Norway, 2008.
- ROBINSON, J. P.; GODBEY, G. **Time for life. The surprising ways americans use their time**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park, 1997.
- RØNNING, E.; **Statistisk sentralbyrås tidsbruksundersøkelse 2000/01**. Dokumentasjon og resultater fra intervjuet. Notater 2002/26, Statistics Norway, 2002.
- SMITH, A.; WILLIAMS, D. R. Father-friendly legislation and paternal time across western Europe. **Journal of Comparative Policy Analysis**, n. 9, v. 2, p. 175-192, 2007.

# APÊNDICE

## TABELA 1

Algumas características das pesquisas norueguesas de uso do tempo

	1970-1971	1980-1981	1990-1991	2000-2001	2010-2011
Faixa etária da amostra	15-74 anos	16-74 anos	16-79 anos	9-79 anos	9-79 anos
Número de dias com diário na amostra líquida	7,075	6,600	6,174	6,801	7,932
Período de coleta de dados	01/09/1971- 31/08/1972	01/10/1980- 30/09/1981	01/02/1990- 30/01/1991	20/02/2000- 10/02/2001	15/02/2010- 14/02/2011
Taxa de resposta, diário (%)	58	65	64	50	48
Peso da taxa de não resposta	Não	Não	Não	Sim	Sim
Intervalos de tempo a serem preenchidos no diário	15 minutos (30 minutos durante a noite)	15 minutos (30 minutos durante a noite)	15 minutos (30 minutos durante a noite)	10 minutos	10 minutos
Número de dias no diário	2 ou 3	2	2	2	2
O que foi registrado no diário					
Atividade principal	X	X	X	X	X
Atividade secundária	X	-	X (dia 2 apenas)	X	X
Localização	X	X	X	X	X
Tempo passado com outras pessoas	-	X	X	X	X
Tempo despido sozinho	-		X	X	X

Elaboração das autoras.

**TABELA 2**  
**Tempo alocado a vários tipos de trabalho doméstico entre pais casados ou que vivem com suas parceiras, e cujo filho mais jovem tem entre zero a catorze anos (1970-2010)**  
**(Média diária, em horas e minutos)**

	1970	1980	1990	2000	2010
Trabalho doméstico total	2,31	2,52	3,10	3,21	3,48
Tarefas domésticas rotineiras	0,35	0,44	0,44	0,55	1,03
Cuidado infantil ativo	0,23	0,39	0,58	0,50	1,01
Trabalhos de manutenção	0,46	0,40	0,34	0,38	0,40
Compra de bens e serviços	0,15	0,18	0,17	0,21	0,20
Outros tipos de trabalho doméstico	0,20	0,21	0,26	0,16	0,14
Deslocamentos relacionados ao trabalho doméstico	0,11	0,09	0,11	0,21	0,27
N (dias)	1,297	1,088	800	801	869

Elaboração das autoras.

**TABELA 3**  
**Regressão do tempo alocado ao trabalho doméstico (incluindo todas as categorias) entre pais casados ou que vivem com suas parceiras, cujo filho mais jovem tem entre zero a catorze anos (1970-2010)**  
**(Em minutos por dia)**

	1970	1980	1990	2000	2010	1970-2010
Termo constante	89,7	127,4	133,4	138,0	140,2	91,0
Ano do estudo (referência: 1970)						
1980						22,8 <sup>1</sup>
1990						34,9 <sup>1</sup>
2000						43,2 <sup>1</sup>
2010						71,7 <sup>1</sup>



Idade do filho mais jovem (referência: 7-14 anos)						
0-2 anos	30,9 <sup>2</sup>	29,5 <sup>1</sup>	67,2 <sup>1</sup>	38,8 <sup>2</sup>	98,3 <sup>1</sup>	52,7 <sup>1</sup>
3-6 anos	1,5	37,0 <sup>1</sup>	27,1 <sup>2</sup>	29,0 <sup>2</sup>	89,5 <sup>1</sup>	34,1 <sup>1</sup>
Número de filhos (referência: um filho)						
Dois	30,9 <sup>1</sup>	-11,7	15,8	4,0	7,4	8,4
Três ou mais	32,1 <sup>1</sup>	-1,1	11,3	22,7	11,8	16,0 <sup>1</sup>
Nível de educação do pai (referência: ensino médio ou menor)						
Diploma universitário	32,2 <sup>1</sup>	48,2 <sup>1</sup>	-19,5	20,6	23,8 <sup>2</sup>	22,6 <sup>1</sup>
Idade do pai (referência: - 39 anos)						
40-44 anos	-7,9	2,6	18,5	-8,8	-11,1	-2,2
45 anos +	9,3	16,0	0,2	-0,6	-5,1	6,6
Dia da semana (referência: segunda-sexta)						
Sábado-domingo	76,0 <sup>1</sup>	56,0 <sup>1</sup>	53,1 <sup>1</sup>	84,8 <sup>1</sup>	65,4 <sup>1</sup>	67,8 <sup>1</sup>
R <sup>2</sup>	0,07	0,06	0,06	0,09	0,12	0,09
N (dias)	1,297	1,088	800	801	869	4,855

Elaboração das autoras.

Nota:<sup>1</sup> Números são significativos em 0,05.

<sup>2</sup> Números são significativos em 0,10.

**TABELA 4**  
**Regressão do tempo alocado às tarefas domésticas rotineiras entre**  
**pais casados ou que vivem com suas parceiras, cujo filho mais jovem**  
**tem entre zero a catorze anos de idade (1970-2010)**  
**(Em minutos por dia)**

	1970	1980	1990	2000	2010	1970-2010
Termo constante	33,7	38,6	37,2	51,5	37,0	28,6
Ano do estudo (referência: 1970)						
1980						8,1 <sup>1</sup>
1990						7,3 <sup>1</sup>
2000						16,9 <sup>1</sup>
2010						26,1 <sup>1</sup>
Idade do filho mais jovem (referência: 7-14 anos)						
0-2 anos	-5,4	-8,2	-6,6	-8,6	12,9 <sup>2</sup>	-3,2
3-6 anos	-7,0	-2,1	-3,5	-9,2	2,8	-3,9
Número de filhos (referência: 1 filho)						
Dois	1,0	-4,3	6,3	-1,4	-1,2	-0,1
Três ou mais	-3,0	-4,8	3,2	9,0	7,3	1,2
Nível de educação do pai (referência: ensino médio ou menor)						
Diploma universitário	5,5	10,3	-6,5	2,3	17,5 <sup>1</sup>	6,8 <sup>1</sup>
A idade do pai (referência: - 39 anos)						
40-44 anos	-10,7 <sup>2</sup>	-3,2	7,4	-0,7	8,5	-1,1
45 anos +	-1,4	2,0	-2,8	-5,8	13,6 <sup>2</sup>	0,9
Dia da semana (referência: segunda-sexta)						
Sábado-domingo	26,6 <sup>1</sup>	31,2 <sup>1</sup>	21,5 <sup>1</sup>	21,4 <sup>1</sup>	22,6 <sup>1</sup>	25,3 <sup>1</sup>
R <sup>2</sup>	0,04	0,05	0,04	0,04	0,05	0,06
N (dias)	1,297	1,088	800	801	869	4,855

Elaboração das autoras.

Nota:<sup>1</sup> Números são significativos em 0,05.

<sup>2</sup> Números são significativos em 0,10.

**TABELA 5**  
**Regressão do tempo alocado ao cuidado infantil ativo entre pais casados ou que vivem com suas parceiras, cujo filho mais jovem tem entre zero a catorze anos de idade (1970-2010)**  
**(Em minutos por dia)**

	1970	1980	1990	2000	2010	1970-2010
Termo constante	3,7	13,1	23,4	0,21	11,1	-11,4
Ano do estudo (referência: 1970)						
1980						18,1 <sup>1</sup>
1990						31,1 <sup>1</sup>
2000						23,9 <sup>1</sup>
2010						36,8 <sup>1</sup>
Idade do filho mais jovem (referência: 7-14 anos)						
0-2 anos	27,9 <sup>1</sup>	48,4 <sup>1</sup>	64,6 <sup>1</sup>	64,1 <sup>1</sup>	80,3 <sup>1</sup>	55,6 <sup>1</sup>
3-6 anos	15,9 <sup>1</sup>	26,5 <sup>1</sup>	27,2 <sup>1</sup>	38,0 <sup>1</sup>	54,1 <sup>1</sup>	31,6 <sup>1</sup>
Número de filhos (referência: um filho)						
Dois	3,8	2,8	7,1	10,3 <sup>2</sup>	17,5 <sup>2</sup>	7,7 <sup>2</sup>
Três ou mais	2,4	4,1	4,8	16,8 <sup>1</sup>	-0,9	6,1
Nível de educação do pai (referência: ensino médio ou menor)						
Diploma universitário	10,5 <sup>1</sup>	15,3 <sup>1</sup>	2,0	12,01 <sup>1</sup>	13,0 <sup>1</sup>	10,7 <sup>1</sup>
A idade do pai (referência: - 39 anos)						
40-44 anos	0,5	-5,9	-5,5	-8,9	-10,0	-5,3 <sup>2</sup>
45 anos +	-7,5 <sup>2</sup>	-8,2 <sup>2</sup>	-12,1 <sup>2</sup>	-10,3 <sup>2</sup>	-8,1	-7,1
Dia da semana (referência: segunda-sexta)						
Sábado-domingo	13,8 <sup>1</sup>	9,3 <sup>1</sup>	6,6	22,9 <sup>1</sup>	6,3 <sup>1</sup>	12,2 <sup>1</sup>
R <sup>2</sup>	0,13	0,16	0,18	0,21	0,24	0,21
N (dias)	1,297	1,088	800	801	869	4,855

Elaboração das autoras.

Nota:<sup>1</sup> Números são significativos em 0,05.

<sup>2</sup> Números são significativos em 0,10.

**TABELA 6**  
**Regressão do trabalho doméstico (incluindo todas as categorias), tarefas domésticas rotineiras, cuidados infantil ativo, e outros trabalhos domésticos entre pais casados ou que vivem com suas parceiras, e cujo filho mais jovem tem idade entre zero e seis anos (2000-2010)**  
**(Em minutos por dia)**

	Trabalho doméstico (todas as categorias)			Tarefas domésticas rotineiras			Cuidado infantil ativo			Outros trabalhos domésticos		
	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010	2000	2010	2000-2010
Termo constante	154,1	213,1	155,3	36,8	41,0	33,7	19,3	40,5	19,2	98,0	131,5	102,4
Ano do estudo (referência: 2000)												
2010			56,0 <sup>1</sup>			12,3 <sup>1</sup>			16,8 <sup>1</sup>			26,9 <sup>1</sup>
Idade do filho mais jovem (referência: 4-6 anos)												
0-1 ano	6,8	25,5	17,0	-1,0	6,2	2,2	41,7 <sup>1</sup>	32,8 <sup>1</sup>	37,4 <sup>1</sup>	-34,0 <sup>1</sup>	-13,4	-22,7 <sup>2</sup>
2-3 anos	-11,3	-8,7	-8,7	8,2	2,2	5,2	9,6	12,3	11,6 <sup>1</sup>	-29,0 <sup>1</sup>	-23,2	-25,6 <sup>1</sup>
Número de filhos (referência: um filho)												
Dois	20,1	33,6	25,6	0,2	1,8	1,2	18,1 <sup>2</sup>	33,5	26,4	1,8	-1,7	-2,0
Três ou mais	21,5	17,5	18,8	7,7	9,4	8,0	28,5 <sup>1</sup>	5,5	16,7	-14,7	2,6	-6,0
Nível de educação do pai (referência: ensino médio ou menor)												
Nível superior 1-4 anos	20,9	27,7	23,3	14,7	13,0	13,8 <sup>1</sup>	8,0	1,2	9,5	-1,8	3,5	-0,1
Nível superior 5 anos +	-36,1	51,9	13,3	-8,2	16,1	4,6	-5,1	36,9 <sup>1</sup>	17,9 <sup>2</sup>	-22,7	-1,1	-9,2





## **Sobre as Autoras e Autores**

### **ALBERTO DI SABBATO**

Alberto di Sabbato possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), mestrado (1997) e doutorado (2008) no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, desde 1975, onde atualmente é Professor Associado IV e exerce a função de Chefe de Gabinete do Reitor.

### **ARNALDO MONT'ALVÃO**

Arnaldo Mont'Alvão é professor adjunto do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seus principais temas de interesse são desigualdades sociais e uso do tempo.

### **CLARA ARAÚJO**

Clara Araújo é doutora em Sociologia pela UFRJ, com pós-doutorado na Universidade de Cambridge. É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPCIS\ UERJ. É uma das fundadoras do NUDERG - Núcleos de Estudos sobre Desigualdades e Relações de Gênero e ocupa atualmente o cargo de vice-coordenadora. Suas áreas de concentração e pesquisa são: Relações de Gênero, Poder e Política; Família e Conjugalidade; Divisão Sexual do Trabalho; Feminismo e Direitos – está no outro minicurriculo enviado

### **CLÁUDIO CONSIDERA**

Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Foi Secretário de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda, Diretor de Pesquisas e Coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), onde também foi Editor-Chefe das Revistas *Pesquisa e Planejamento Econômico* e *Literatura Econômica*. Foi também Chefe do Departamento de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Diretor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense.

### **HILDETE PEREIRA DE MELO**

Doutora em Economia, Professora Associada da Universidade Federal Fluminense. Editora da Revista *Gênero* do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal Fluminense. Autora de arti-

gos, capítulos de livros e livros em mercado de trabalho, relações de gênero, feminismos, história das mulheres.

### **JACKELINE VELAZCO**

É Ph.D. em Economia pela Universidade de Manchester, Inglaterra. Professora associada do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Tem experiência em pesquisas em Microeconomia Aplicada, abrangendo três áreas: modelos de domicílio e decisão de consumo (produção e alocação de fatores); questões de economia agrícola e desenvolvimento rural; e bem-estar e qualidade de vida nos países em desenvolvimento (pobreza, relação entre o bem-estar objetivo e subjetivo e economia da felicidade). Desde 2004, é pesquisadora e docente na Inglaterra, Itália e Espanha. Atualmente é pesquisadora visitante na Universidade Autônoma de Barcelona. Pertence a Grupos de pesquisas da Universidade Aberta da Catalunha (Grupo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Tecnologia da Informação e Comunicação) e da Universidade de Saragoça (Troca Agrária e Desenvolvimento Econômico).

### **JULIA VELAZCO**

Economista com estudos de mestrado no Instituto Tecnológico Superior de Estudos Sociais - Los Andes (Ilades), da Universidade Georgetown, Washington. Tem experiência em pesquisas nas áreas de economia agrária, mercado de trabalho, formação profissional, microempresa e sistema de informação. Atualmente é chefe de planejamento e avaliação do Fundo Nacional de Capacitação Profissional e Promoção do Emprego - FONDOEMPLEO - no Peru.

### **LOURDES MARIA BANDEIRA**

Lourdes Maria Bandeira é professora titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Com publicações e orientações na área de Sociologia das Relações de Gênero, Violência contra a Mulher e Políticas Públicas. Principais temas: conflitualidades urbanas, violência nas relações de gênero, corpo e sexualidade, políticas públicas de gênero com ênfase na crítica feminista. É pesquisadora do CNPq – Pq-IB, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher-NEPEM/UnB. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/1973) com mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB/1978), doutorado em Antropologia, Universidade René Descartes de Paris V (1984), e pós-doutorado na área de Sociologia do Conflito, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), Paris, em 2001-2002.



**LUANA SIMÕES PINHEIRO**

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília, é economista e mestre em sociologia pela mesma instituição, com dissertação enfocando a participação política das mulheres na Câmara dos Deputados no período pós-Constituinte. É técnica de planejamento e pesquisa do Ipea desde 2004, atualmente coordenadora da Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea). Entre 2007 e 2011, foi coordenadora-geral de Planejamento e Gestão da Informação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

**NATHALIE ITABORAÍ**

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Desenvolve pesquisas sobre famílias e desigualdades sociais, com ênfase nas relações de classe e gênero, temas sobre os quais apresentou diversos trabalhos em congressos nacionais e internacionais, além de publicar artigos e capítulos de livros, entre os quais, o artigo “Las desigualdades de clase en el comportamiento reproductivo en el Brasil: democratización incompleta y paradojas de la fecundidad juvenil”, na revista *Notas de Población* (v. 42, n. 100, 2015), editada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).

**NEUMA AGUIAR**

Neuma Aguiar é professora emérita de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde orientou teses, dissertações e monografias sobre uso do tempo e conduziu a Pesquisa de Uso do Tempo de Belo Horizonte. É membro vitalício da Associação Internacional de Estudos de Uso do Tempo, tendo sido representante para a América Latina nessa rede, e coordenado o primeiro encontro da IATUR no Brasil. Recentemente recebeu o Prêmio Rose Marie Muraro da Secretaria de Políticas das Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

**MARÍA DE LA PAZ LÓPEZ BARAJAS**

É Diretora Geral de Institucionalização da perspectiva de gênero do Instituto Nacional das Mulheres, responsável pelas políticas públicas do Sistema Nacional para a Igualdade. Com mestrado em demografia pelo El Colegio de México, por 20 anos, foi consultora técnica em estatísticas de gênero para políticas públicas do Escritório da ONU Mujeres no México e na América Latina. Prestou assessoramento técnico em gênero para programas e projetos de políticas públicas e estatísticas de gênero das mulheres,

tanto na ONU, como em instituições públicas parceiras. Trabalhou para o Sistema das Nações Unidas, desde 1994, em várias agências e organismos (UNICEF, PNUD, CEPAL, UNFPA e BID). Tem cerca de 40 publicações acadêmicas como autora e coautora em pesquisas sobre questões de gênero.

#### **MARIANA BRITO**

Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. De 2013 a 2015, trabalhou na Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e, atualmente, trabalha na Secretaria Municipal de Gestão da Prefeitura do Município de São Paulo.

#### **MARIT RØNSEN**

Marit Ronsen é pesquisadora sênior da Unidade de Pesquisa Social e Demográfica, do Departamento de Pesquisas, do Instituto Nacional de Estatística (Statistics Norway). Tem mestrado em economia pela Universidade de Oslo. Seus principais campos de interesses de pesquisa são: fertilidade, trabalho feminino, uso do tempo, divisão do trabalho doméstico, bem-estar familiar, políticas da família e igualdade de gênero. Com várias publicações nessa área, estuda também as reformas recentes nas políticas de família e nas políticas de bem-estar social.

#### **NATÁLIA FONTOURA**

Tem graduação e mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília. É Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Entre 2003 e 2006, trabalhou na Secretaria Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e, desde 2006, trabalha na Coordenação de Igualdade de Gênero e Raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

#### **RAGNI HEGE KITTERØD**

Atualmente é pesquisadora sênior do Instituto de Pesquisa Social, em Oslo, Noruega. Trabalhou muitos anos como pesquisadora da Unidade de Pesquisa Social e Demográfica, do Departamento de Pesquisas, do Instituto Nacional de Estatística (Statistics Norway). Com PhD em Sociologia pela Universidade de Oslo, seus interesses de pesquisa incluem a participação no mercado de trabalho, igualdade de gênero, política familiar, divisão de trabalho doméstico e trabalho remunerado entre casais, uso do tempo e a distribuição de creches e recursos econômicos entre pais que vivem separados.

**RENATA BARRETO PRETURLAN**

É bacharel em Relações Internacionais e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Desde 2011, é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Entre 2013 e 2014, atuou no Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, da Secretaria de Políticas das Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, onde realizou pesquisas aplicadas sobre políticas para as mulheres e a sistematização de indicadores sobre a situação das mulheres.

**VALERIA ESQUIVEL**

É coordenadora de pesquisa em Gênero e Desenvolvimento no Instituto de Pesquisa do Desenvolvimento Social das Nações (UNRISD), sendo responsável por conceber, desenvolver e conduzir pesquisas sobre desigualdades de gênero e direitos das mulheres. Bacharel em Economia pela Universidade de Buenos Aires; Mestre e PhD em Economia pela Universidade de Londres, desenvolveu extensa carreira na Universidade Nacional de General Sarmiento, onde foi Professora Associada, e como pesquisadora associada no CONICET (Argentina) nos anos anteriores a 2014. Economista feminista, reconhecida internacionalmente, já trabalhou na conceituação da «economia do cuidado» e na coleta e análise de pesquisas de uso do tempo. Publicação recente: *A economia feminista da América Latina: um roteiro sobre os debates em curso na região*, GEM-ALC/UN-MULHERES, Santo Domingo (2012) e *A lógica de cuidar da criança. Entre as famílias, o Estado e o mercado* (com Elizabeth Jelin e Eleonor Faur), IDES/UNFPA/UNICEF, Buenos Aires (2012).





Uso do Tempo e Gênero foi impresso na cidade do Rio de Janeiro/RJ em 2016. Tiragem: 1.500 exemplares. O texto foi composto em em Galliard BT, 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; Papel miolo: Polen-Soft 80g/m<sup>2</sup>.



ABE Graph Gráfica e Editora Ltda.  
Av. Almt. Frontin, 381  
Ramos – Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 21.030-040  
(21) 2564-2017



